Diário de Lisboa

Outubro 1980
Quinta-feira
2

ANO 60.º
N.º 20 372
12$50

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

FUP desiste e não aconselha voto

A FUP desistiu de concorrer às eleições de 5 de Outubro, após ter perdido a «batalha jurídica», originada pelo MRPP, que impediu esta força política liderada por Otelo Saraiva de Carvalho de concorrer às eleições nos distritos mais importantes.

«A FUP não reconhece qualquer legitimidade ao próximo acto eleitoral e continuará a batalha para que a burla seja considerada acto nulo» – afirmou Manuel Serra, enquanto Otelo Saraiva de Carvalho acusou o Presidente da República e o Conselho da Revolução de «não terem tido a coragem de assumir a responsabilidade de adiarem as eleições».

No entanto, a FUP não aconselhará o voto em ninguém, «já que as forças da esquerda tradicional (PS e PC) e da UDP, são adversários ideológicos da FUP».

A FUP concorria aos círculos de Beja, Bragança, Viana do Castelo, Evora, Faro, Portalegre, Santarém, Setúbal e Vila Real.

Um morto e três feridos no Benfica Dínamo

Dois acidentes ocorreram ontem durante o jogo de futebol da Taça das Taças, entre o Benfica e o Dínamo de Zagreb da Jugoslávia.

O primeiro dos acidentes deu-se quando o telhado do Pavilhão Gimnodesportivo em construção, próximo do Estádio, abateu. José Lopes Jóia Brito, aparentando 40 anos, deu entrada já morto, no Hospital de Santa Maria. José Mariano Cruz Blanco, 32 anos e seu filho Ricardo Jorge, de 9, foram internados no mesmo hospital, em consequência do acidente.

Várias pessoas ficaram igualmente feridas, devido a um rebentamento prematuro de foguetes, quando adeptos benfiquistas festejavam a passagem à segunda eliminatória, do seu clube. Paulo José Abrantes Gonçalves, de 29 anos, encontra-se internado no Hospital de S. José, vitimado pela ocorrência.

Frente Polisário diz ter apresado outro navio de pesca português

- Estariam presos 15 pescadores
- Capitanias de Matosinhos e Peniche garantem que a matrícula do barco é estrangeira

Pág. 2

Advogados comentam resposta de Sá Carneiro

As suspeitas de dívida são maiores do que nunca

O «Diário de Lisboa» ouviu esta manhã, a propósito do «caso da dívida de Sá Carneiro», dois conhecidos advogados, os dr.s Luís Azevedo e Olindo de Figueiredo. Os dois homens do foro tomaram conhecimento, esta manhã, da «resposta» de Sá Carneiro às acusações que lhe têm sido endereçadas. Da breve conversa havida resulta a convicção de que as suspeitas de fraude e de subsistência da dívida são hoje maiores que nunca.

Luís de Azevedo – A transmissão singular da dívida, se existiu, foi uma excepção especialmente feita ao sr. Francisco

Continua na pág. 32

Dr. Olindo de Figueiredo

Dr. Luís Azevedo

Maquinistas suspendem greve

Revisores ferroviários de "alicates" caídos

Pág. 5

Cobertura da Campanha na Televisão

Provedor de Justiça dá razão aos jornalistas da RTP

Dando inteira razão aos jornalistas da RTP no tocante à cobertura da campanha eleitoral que aqueles profissionais pretendiam fazer, o Provedor de Justiça, no decurso de extensas considerações afirma, no parecer solicitado pelos Conselhos de Redacção (Canais 1 e 2) e pelos delegados sindicais, que «não há dúvida de que os jornalistas porque sofreram durante quarenta e oito anos os malefícios da censura ou do exame prévio, porque durante esse longo período tiveram a sua dignidade profissional ferida, viram espezinhados os seus indiscutíveis direitos de independência, de liberdade de expressão e de criação, têm razões para se sentirem desconfiados e reagirem em conformidade, quando pressupõem que uma ameaça de reposição desses métodos abolidos pelo 25 de Abril e pela actual Constituição da República e legislação posterior a 1974, pode estar iminente!»

Lembra o Provedor de Justiça, entre outros exemplos, que os jornalistas «não esquecem que em 7 de Outubro de 1965 – e isto manteve-se em vigor até à queda do fascismo – a União Nacional remetia ao Presidente Salazar uma nota contendo as

Continua na pág. 2

No "DL" a partir de sábado

Cartas inéditas de José Relvas ao ministro António Macieira

Na apresentação das primeiras, de um conjunto de cartas inéditas de José Relvas a António Macieira, o professor João Medina recorda que: «A República Portuguesa ao implantar-se viu-se internacionalmente isolada: numa Europa coroada, o insolente barrete ffrígio lusitano destoava, incomodava.» Entre os políticos e diplomatas que se empenharam em vencer essa barreira, esse isolamento; impõe-se, a par de um João Chagas, ministro em Paris da República Portuguesa e

Continua na pág. 32

Independência e intervenção

Se há profissão que exige uma compreensão profunda e esclarecida da estrutura e da teia de relações de uma sociedade, essa é a profissão de jornalista. Ao jornalista exigem-se conhecimentos, sensibilidade e empenhamento.

O jornal pode ser independente. E o jornalista pautar-se por essa independência. Mas nem a independência do jornal, nem a independência do jornalista, poderão ser consideradas como significativas de indiferença ou de alheamento. O jornal faz parte das actividades que reflectem a vida social em determinado momento histórico. Da vida social não deverá ser um mero reflexo mecânico. Sobre ela actua. Participa, em razão da sua influência e

Continua na pág. 32

Comunicação Social

Pela dignificação da RTP: Eventual greve de 24 horas nos próximos dias 8 e 9

A Radiotelevisão Portuguesa poderá parar por vinte e quatro horas, nos dias 8 e 9 de Outubro, segundo ontem ficou determinado na assembleia geral de trabalhadores da RTP, efectuada no Teatro Villaret, à noite, em continuação dos trabalhos interrompidos na AGT da passada terça-feira.

«Caso não estejam asseguradas as condições para a realização de uma AGT com a participação de todos os trabalhadores, incluindo os do Centro do Porto e dos outros emissores regionais, os Sindicatos que representam os trabalhadores da RTP ficarão mandatados para decretar uma greve de 24 horas» – eis o que consta de uma proposta aprovada na reunião de ontem.

Como já foi noticiado quando da primeira assembleia geral de trabalhadores, a CA da RTP impediu o acesso aos meios técnicos necessários à divulgação, através da imagem e do som, da reunião de contestação e análise à situação que presentemente se vive naquela estação emissora de Comunicação Social estatizada.

Efectivamente, os trabalhadores da empresa pretendem assegurar a prática de realização das suas reuniões gerais com a participação de todos os seus elementos, o que é só possível graças aos circuitos audiovisuais internos, que ligam os vários centros espalhados pelo País.

Pela primeira vez, desde o 25 de Abril, a CA da RTP impediu que tal processo fosse utilizado durante a reunião de terça-feira, dia 30, e ontem, como referimos, continuada.

A possível greve de 24 horas não prejudica, no entanto, outras acções a desencadear para assegurar a satisfação das reivindicações constantes de um caderno a elaborar por um grupo de trabalho escolhido durante a mesma AGT.

Os trabalhadores acordaram no propósito de «o caderno reivindicativo contemplar as diferentes áreas de trabalho da empresa, explicitando uma série de irregularidades e ilegalidades cometidas com manifesto prejuízo da missão da empresa no seu papel de serviço público».

Jornalistas: CTT em assembleia esta noite

Logo à noite, em assembleia geral, os jornalistas reúnem-se na sede do seu Sindicato para analisarem a situação actual das negociações para a revisão da matéria económica do seu contrato colectivo de trabalho.

Um dos pontos principais é relativo ao enquadramento profissional.

Serão também encaradas novas formas de luta a adoptar, na sequência das greves dos dias 23 e 24 de Setembro em prol do CCT.

Provedor de Justiça:

"Jornalistas da RTP têm razão"

Determinações de Salazar e Marcelo detetáveis na Ordem de Serviço que boicotava campanha eleitoral

Continuação da pág 1

decisões tomadas numa reunião de trabalho com ele tida e, em cujo ponto 7, textualmente se escrevia, em relação à campanha eleitoral: «A Televisão transmitirá no começo da campanha uma breve alocução do Presidente da Comissão Executiva da União Nacional, e, no final, a reportagem da última sessão de propaganda que se efectuará em Lisboa, e o discurso de encerramento do Presidente da Comissão Central. No decurso da campanha, a Televisão **orientará tendencialmente o seu noticiário no sentido favorável à lista da União Nacional e, por forma indirecta, procurará desenvolver uma intensa propaganda na mesma linha de pensamento». (...)** «Nem esquecem de que em 28 de Dezembro de 1970, Marcelo Caetano escrevia a Ramiro Valadão e lhe dizia a certo passo: **«A Televisão é nos tempos correntes um instrumento essencial de acção política e nós não podemos hesitar na sua utilização – nem em vedar aos adversários da ordem social essa arma de propaganda».**

«Ora – prossegue o Provedor de Justiça no parecer emitido, quando se toma conhecimento de uma Ordem de Serviço (o caso da n.º 16/80) em que se começa por proibir – e isto já a meio da campanha eleitoral – a cobertura da campanha eleitoral e se termina por determinar que o noticiário possível (sem se dizer qual) sobre as eleições não poderá ser difundido sem primeiro ser submetido ao Director Coordenador da Informação, ainda que a intenção não fosse – e admita-se que não fosse mesmo – de restabelecer o exame prévio, há, relembrando um passado que ainda não é muito remoto, uma razão para que, quem não esqueceu esse passado, receie que a ele se pretenda voltar, sendo, nessas condições, legítimo que se sinta ferido na sua dignidade profissional e nos seus direitos fundamentais.»

«E isto porque – acentua-se ainda no parecer – é inegável que determinando a Constituição no seu artigo 38-2 que a liberdade de Imprensa (e aos jornalistas da RTP e à sua informação aplica-se a legislação da Imprensa) implica a liberdade de expressão e criação (...) sem que nenhum outro sector ou grupo de trabalhadores possa censurar ou impedir a sua livre criatividade – é óbvio que a aplicar-se o ponto 6/2 daquela Ordem de Serviço, se violaria essa disposição constitucional. E não se diga que ela não é aplicável aos órgãos de Comunicação pertencentes ao Estado, pois uma leitura cuidada da disposição mostra insofismavelmente que nestes só o que está vedado ao jornalista é a intervenção na orientação ideológica.»

RFA: o que significaria a vitória do "touro da Baviera" (1)

Um Estado policial autoritário

Os cidadãos da República Federal Alemã vão no dia 5 eleger o novo Parlamento (Bundestag) e optar entre a continuação de Helmut Schmidt como chanceler ou a sua substituição por Franz Josef Strauss dirigente da CSU e candidato da CDU/CSU. A eventualidade – que os observadores consideram bastante afastada – de o «touro da Baviera» (como é mundialmente conhecido Strauss) ganhar as eleições tem causado arrepios, tanto dentro da RFA como fora do país. As consequências irremediáveis que tal eventualidade traria para a política interna e externa da RFA são o tema duma série de dois artigos, que fica longe de esgotar o assunto, mas que traça um panorama bastante claro do que significaria a vitória da CDU/CSU.

«Uma vitória eleitoral do partido CDU/CSU sob a direcção de Strauss transformaria a RFA num Estado policial autoritário e conduziria a uma transformação profunda e geral da qualidade do Estado e da sociedade», afirmou Gerhard Schröder, presidente dos Jovens Socialistas, em declarações prestadas no dia 30 de Agosto do ano passado ao jornal «Vorwärts».

Por seu turno, Yaak Karsunke, dizia no dia 4 de Março deste ano ao jornal «Frankfurter Allgemeine Zeitung»: «No fundo não podemos deixar de recear que o candidato da CDU/CSU se vá servir sem quaisquer hesitações nem limitações dos instrumentos que nestes últimos dez anos lhe têm vindo a ser preparados pelos sociais-liberais».

Na verdade, a tendência para o autoritarismo e para a perseguição contra as forças da esquerda, acompanhada da complacência perante o recrudescimento do nazismo, têm caracterizado a actuação da actual coligação no poder (SPD-sociais-democratas e FDP-liberais). Não seria de estranhar que estes mesmos que têm consentido no atear destes fogos fossem vítimas da direita parlamentar, que já está, aliás, a explorar o atentado nazi de Munique para fins eleitoralistas.

Quatro consequências principais decorreriam internamente da vitória: 1 – alargamento dos poderes da polícia; 2 – aplicação mais lata da política das interdições profissionais; 3 – um novo agravamento da legislação penal e 4 – extensão do sistema de controlo electrónico.

O alargamento dos poderes da polícia – o fundamento desta medida é o projecto-tipo de uma lei sobre uma polícia única na Federação e nos Länder, aceite em Outono de 1977 pela Conferência dos Ministros e dos Senadores do Interior. Esse projecto acabou por não se aplicar à Federação, devido à onda de protestos de várias organizações democráticas e de personalidades independentes, nomeadamente contra os factos de essa lei irresponsabilizar a polícia por mortes cometidas voluntariamente e de prever que a polícia seria armada de granadas de mão e espingardas metralhadoras. A nível de Länder, esta lei já é aplicada na Baviera e em Bade-Wurtemberg. Segundo certas informações, o actual governo não tencionaria legalizar este projecto. Mas o objectivo declarado da CDU/CSU é o de «pôr finalmente em vigor o projecto-tipo de um direito de polícia único para a Federação e os Länder», como se lê no jornal «Deutschland - Union - Dienst», de Bona, do dia 5 de Abril de 1979.

As interdições profissionais – As interdições profissionais, que visam afastar os empregados e candidatos da Função Pública, que não comunguem nas ideias políticas «convenientes» (e que em princípio deveriam ser aplicáveis aos nazis, mas que, no fundo, recaem com todo o rigor sobre os suspeitos de pertença ao Partido Comunista e outros democratas) são um elemento essencial da política interna de F.J. Strauss, que, num discurso proferido em Passau, disse que o Estado «deve ser forte para... poder afastar da Função Pública os inimigos da liberdade».

Apesar desta conversa sobre «liberdade», o que se visa é, na verdade, criar um estado psicológico propício à imposição de uma política reaccionária e que aniquile todo o espírito crítico.

O presidente da CDU no Hesse, A. Dregger, foi muito claro, ao dizer que «urge, em primeiro lugar, fazer face às causas intelectuais, à falsificação da nossa história, à destruição dos valores fundamentais e às falsas informações sobre a actualidade presente (**in** «Beutschland-Union-Dienst», Bona, 27 de Setembro de 1979).

Mas a questão não fica por aqui. Dirigentes da CDU/CSU têm dado exemplos das calúnias afrontosas contra certos escritores. F. J. Strauss e o seu secretário-geral, E. Stoiber, declararam que escritores como B. Engelmann e outros eram «ratazanas e moscardos». A este respeito, comentava o jornal «Sttutgarter Zeitung» de 3 de Março deste ano: «Não é só o perigo das interdições profissionais e dos autos de fé dos livros que nos ameaça. As ratazanas e os moscardos – são palavras destinadas a criar um ambiente de **progrom**. Palavras que evocam uma política que, em última análise, culminará na perseguição e no aniquelamento físico».

Agravamento da legislação penal – No fim dos Anos 70, os partidos do Bundestag aprovaram uma série de leis especiais motivadas pela luta antiterrorista. Apesar do seu aspecto de excepção, os partidos de direita não estão ainda satisfeitos com elas e querem que sejam «melhoradas», sobretudo no que toca aos direitos de manifestação e reunião. Como toda a gente sabe, estes direitos nada têm a ver com a luta antiterrorista. Daí que a CDU/CSU tenha sempre rejeitado as várias tentativas feitas pela coligação no poder no sentido de tornar essas leis menos gravosas. A CDU/CSU pretende que, a coberto da luta antiterrorista, se reforcem as barreiras jurídicas opostas às posições e acções democráticas. O que se pretende é um «ordenamento jurídico» que permita pôr em prática a política repressiva advogada por Strauss e seus partidários.

W. Steinmuller, um técnico de informática muito conhecido de Ratisbona, definiu bem as possibilidades e os perigos que poderiam resultar, para o desenvolvimento da sociedade, do sistema electrónico do tratamento das informações utilizadas no domínio da segurança: «Se no futuro se verificasse o regresso do fascismo, estariam já lançados desde agora os fundamentos jurídicos e técnicos que possibilitariam ao poder fascista constituir a muito breve trecho, uma única rede de controlo giqantesca, mas invisível».

Steinmuller sabe bem do que fala, pois foi durante muitos anos conselheiro do Budenstag para as questões de protecção contra a utilização tendenciosa e desonesta dos bancos de dados. A atenção do público foi atraída para estes problemas por vários casos, tornados públicos, de uma utilização tendenciosa de dados pessoais pelos serviços secretos e pela polícia. Um dos casos mais espectaculares foi o das escutas contra o físico/atómico Traube. A oposição de direita não se manifestou contra este abuso de autoridade por parte dos serviços secretos, mas tirou as suas «lições» do caso e de outros semelhantes. O responsável da CDU em matéria de segurança, K. Miltner, defendeu que os serviços secretos «deveriam ser dotados de um fundamento jurídico inequívoco» («Die Welt», 23 de Novembro de 1979).

O que isto significa é que na sua prática quotidiana a CDU/CSU desejaria eliminar tudo quanto constitui obstáculo à acção dos serviços secretos e à legalização das violações dos direitos fundamentais, através de regulamentos. O jornal da cadeia Springer «Die Welt» (23 de Novembro de 1979) dá instruções apropriadas sob o título «Como os microfones podem ser colocados numa casa de harmonia com a lei fundamental». O jornal louva como «solução mais adequada» a de «elaborar uma lei especial sobre a possibilidade de instalar dispositivos de escuta» análogo à lei G-10 (que restringe o segredo postal, o segredo da correspondência e telecomunicações, ao abrigo da lei sobre o estado de urgência).

No fundo, trata-se, portanto, de instituir novas normas que possibilitem a violação dos direitos básicos dos cidadãos e de as aplicar na prática quotidiana.

L. G.

Frente Polisário diz que apresou outro pesqueiro português

Um arrastão português foi apresado pelas forças da Frente Polisário e os seus quinze tripulantes capturados quando praticavam «actividades ilegais de pesca ao largo das costas da República Arabe Saraui Democrática», anunciou hoje um comunicado do Ministério Saraui da Informação publicado em Argel e divulgado pela Agência France Presse.

O comunicado não esclarece a data de aprisionamento da embarcação, nem o seu nome, limitando-se a identificá-lo pelo número de matrícula, que seria «DBDLMV-99». Os quinze pescadores «estão presos em poder do Exército de Libertação Popular Saraui e serão libertados a seu tempo. «Este novo apresamento enquadra-se numa «ofensiva das forças militares da Rasd decididamente empenhadas em impedir a pilhagem dos seus recursos piscatórios e em fazer respeitar a soberania da República Arabe Saraui Democrática», conclui o comunicado.

Um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, contactado ao fim da manhã pelo nosso jornal, declarou não poder confirmar oficialmente a notícia, embora «seja natural que ela tenha fundamento». Adiantou que ela «pode já ter oficialmente chegado ao ministério, mas o gabinete de Imprensa não está em condições de poder confirmar o que quer que seja».

Barco não é de Peniche

Entretanto, um membro da direcção do Sindicato dos Pescadores de Peniche, ao mesmo tempo que nos declarava «não ter conhecimento de nada até ao momento» garantiu peremptoriamente que «a embarcação não é daqui». Em Matosinhos, por outro lado, não foi possível entrar em contacto com responsáveis do Sindicato dos pescadores.

A capitania do porto de Leixões manifestar-nos-ia a sua estranheza quanto ao número de matrícula veiculado pelas agências noticiosas. Segundo um porta-voz daquele departamento, as embarcações portuguesas são identificadas apenas por duas letras, seguidas do respectivo número e uma referência final à natureza da actividade a que o barco se dedica. Assim, concluiu, o porta-voz da capitania do porto de Leixões, o número de matrícula atrás referido não pode corresponder a qualquer embarcação portuguesa», a menos que haja inexactidão na transcrição da matrícula». No mesmo sentido se pronunciou a capitania do porto de Peniche.

A captura pelas unidades marítimas sarauis deste arrastão (possivelmente português) decorre dois meses e meio depois da libertação de quinze pescadores portugueses do arrastão «Rio Vouga», aprisionados em Junho deste ano.

A libertação desses pescadores, recorde-se fora precedida de árduas negociações entre o governo português e a Frente Polisário que levaram ao reconhecimento pelas autoridades portuguesas do movimento saraui como «legítimo representante do povo saraui».

MAP inventa pequenos agricultores

No concelho de Campo Maior cinco indivíduos, a quem o MAP atribuiu a categoria de pequenos agricultores, receberam uma reserva na herdade da Dona Branca, integrada na UCP «Unidade de Trabalhadores». A cada um dos contemplados, segundo o Secretariado Distrital das UCP's e cooperativas de Portalegre, coube uma área aproximada de 52 hectares.

De acordo com a mesma fonte um dos falsos pequenos agricultores é João Monica Paio, ex-agrário arruinado, com ligações claras à CAP que participou activamente nos incidentes ocorridos anteontem, em Campo Maior, que provocaram ferimentos em dois trabalhadores, quando da realização de um comício da AD, animado pela presença de José Manuel Casqueiro.

A UCP «Unidade de Trabalhadores», atingida já com perto de trinta reservas, está agora reduzida a uma dimensão irrisória, assentando quase exclusivamente numa propriedade arrendada.

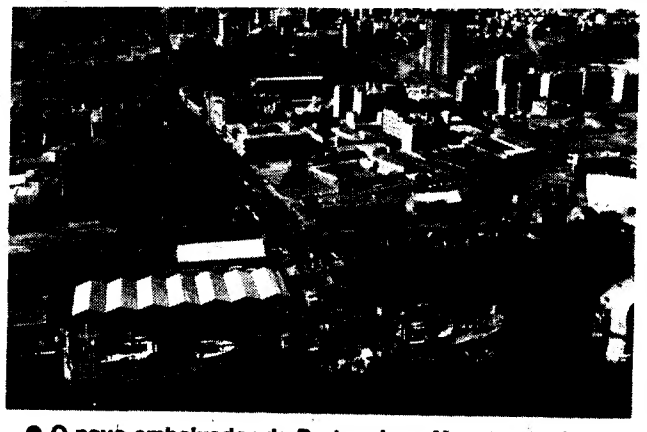
Em nome de Maria Cordeiro Castelo Branco concretizou-se também, ontem, a entrega de uma reserva, com 70 mil pontos, na UCP «Alterense» concelho de Alter do Chão. A reserva incluia um inventário da autoria do MAP, onde figurava um número de cabeças de gado e de equipamento agrícola muito acima do inicial.

GNR "cobre" entrega de reservas

Técnicos dos Serviços de Gestão e Estruturação Fundiária, com a habitual cobertura das forças da GNR, desanexaram ontem duas reservas no distrito de Beja que abrangem uma área superior a 500 hectares.

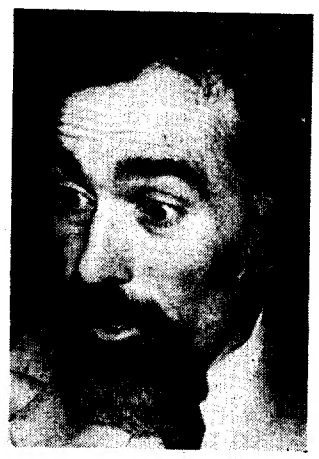
Uma delas, com 245 hectares e 66 465 pontos, foi demarcada na herdade do Mechão, parte integrante da UCP «Pioneiros da Reforma Agrária», na freguesia de Quintos e destina-se a Victor Manuel Carvoeiras.

Na UCP «Esquerda Vencerá» de Pias procedeu-se, por outro lado, à entrega de uma reserva, com cerca de 270 hectares, em benefício de Maria Amélia Nunes Caiado e filhos.



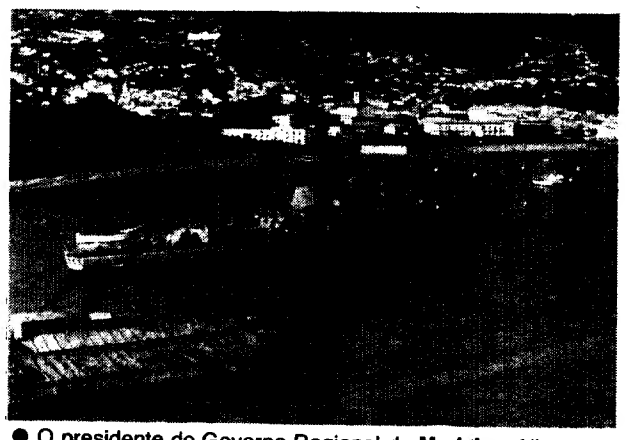
● **O novo embaixador de Portugal em Maputo,** José Cutileiro, apresenta amanhã as suas cartas credenciais ao presidente Samora Machel. Há 14 meses que Portugal não tinha um embaixador acreditado em Moçambique, após a partida de Vaz Pereira, actual director de Negócios Políticos do MNE.

● **Vítor Alves,** falando ontem aos jornalistas antes da reunião do Conselho da Revolução, reconheceu a existência, durante a campanha eleitoral, de «casos pontuais de manifestações de menor civismo que não qualificam o povo português, mas apenas alguns senhores que ainda se não habituaram a viver em democracia». Vítor Alves consideraria, no entanto, que «a campanha tem decorrido em termos considerados normais em países democráticos». «Tenho a certeza absoluta de que no domingo, à imagem do que sucedeu em todas as eleições posteriores ao 25 de Abril, vamos todos votar em liberdade e em consciência», fez questão em sublinhar.



●**O dr. Vasco de Lemos Mourisca,** advogado e escritor, director do prestigioso quinzenário regional «O Arauto de Osseloa», de Albergaria-a-Velha, acaba de juntar o seu nome, «sem agravo e sem apelação», aos nomes de numerosos intelectuais e escritores que apoiam a candidatura à Presidência da República do general Ramalho Eanes.

● O chefe do Estado-Maior da Força Aérea, **general Lemos Ferreira,** presidiu esta manhã, na Base Aérea da Ota, ao juramento de bandeira de 115 soldados recrutas, que se destinam a diferentes especialidades daquele ramo das Forças Armadas.



● O presidente do Governo Regional da **Madeira,** Alberto João Jardim, afirmou ontem à noite, no Funchal, que «o direito constitucional de liberdade religiosa obriga os poderes públicos a colaborar com a Igreja e as suas organizações». Falando num jantar de homenagem ao cardeal de Boston, Humberto de Medeiros, o chefe do Executivo madeirense precisou que «essa colaboração se justifica na medida em que é preciso criar condições para o exercício dessa liberdade, a qual – segundo sustentou – pressupõe opções nos vários campos sociais.»

5 DE OUTUBRO

Domingos Moura

Coexistem, entre os portugueses, diversos projectos de sociedade. A grande maioria dos portugueses apoia projectos que conduzam a maior justiça, a melhor qualidade de vida, a maior segurança para todos. São diferentes os caminhos que, uns e outros, vêem para realizar esses projectos. Todavia os objectivos últimos são, no essencial, os mesmos. Há quem os designe por uma expressão curta que vem da História recente: os ideais de Abril.

Todavia também continua a existir na sociedade portuguesa uma tendência arcaica para ressuscitar valores que a Europa e o mundo civilizado já abandonaram: distinção apriorística entre bons e maus; intolerância absoluta para ideias e formas de pensamento que, também aprioristicamente, se definem contrárias a uma nebulosa civilização ocidental; perseguição implacável a quem se julgue partidário dessas ideias; distinção entre senhores e servos, uns nascidos para mandar, outros para obedecer; identificação do progresso com o vício e com o erro. Neste quadro os valores culturais sofrem uma distorsão aberrante e a cultura assume o sentido de passatempo elitista para privilegiados. Tudo se resume afinal a assegurar privilégios de poucos à custa da exploração, do embrutecimento e da miséria de quase todos.

Recentemente um político português classificou esta tendência de «troglodita e miguelista». De facto a velha sociedade portuguesa de senhores nunca se resignou com a perda dos privilégios que a revolução liberal aparentemente destruíra. Aproveitando circunstâncias sociais, económicas e políticas, internas e externas, que foram adversas à consolidação de um Portugal moderno e progressivo, a velha sociedade lançou-se, a partir de 28 de Maio de 1926, à reconstrução sistemática de um país tão parecido, quanto possível, com o D. João VI e de D. Carlota Joaquina. Em 25 de Abril de 1974 apanhou um susto monumental; depois refez-se, espantosamente sem nada aprender; e não desarma nem desiste.

Podemos ficar surpreendidos mas é verdadeiro: uma parcela importante dos detentores do poder económico (senhores do comércio, da indústria e dos campos) continua a desconhecer ou a recusar as formas de organização e de trato social pelas quais as sociedades contemporâneas mais evoluídas respondem aos anseios e às crescentes exigências de maior justiça, melhor qualidade de vida e maior segurança para todos.

Perante a força dos sindicatos só conhecem uma resposta: uma feroz e eficiente polícia política que em nome da «ordem» (definida também à priori) prenda, torture, desterre e, se necessário, mate os militantes e os chefes sindicais. Contra os anseios de liberdade e de justiça, contra as expressões do pensamento livre e progressivo, só conhecem um argumento – aliás de indiscutível peso: a moca ou a matraca; e uma lógica: a do caceteiro, do arruaceiro, enfim a da violência.

E preocupante o empenho e a persistência com que são seguidas posições tão primárias, tão obscurantistas, tão fósseis e tão aberantes. Sinal dessa persistência e desse empenho são as sucessivas faces com que a facção arcaica «miguelista e troglodita» se apresenta: diz-se socialista quando forças mais à esquerda estão perto do poder; apregoa os direitos da pessoa humana e chora lágrimas de crocodilo por esses direitos sofrerem atropelos, desde que isso aconteça nas repúblicas socialistas; é antimilitarista quando os militares asseguram os direitos e liberdades da sociedade civil; nas vésperas das eleições, dá terra aos trabalhadores do campo de modo que sirva para os dividir contra quem os explora (tomando aliás as convenientes precauções para que a terra volte «a quem sempre a teve»); ora leão ora camaleão promete, engana, sofisma, ameaça, saneia," demite, censura, bate, mente, atravessando-se sempre com pertinácia no progredir da sociedade portuguesa.

Esta direita que já não se usa, arcaica, troglodita, miguelista, reaccionária, violenta, ignorante, sectária, carregada de ódio, respirando vingança, infelizmente é hoje a principal força que sustenta a Aliança Democrática e por isso mesmo a obriga no caminho a seguir. Pessoas bem intencionadas ainda vêem na componente social-democrata desta Aliança uma esperança de justiça e de progresso. Escapa-lhes que essa componente já se esvaziou e hoje não condiciona nem os actos, nem as atitudes mentais dos principais responsáveis políticos pela Aliança Democrática.

E extremamente preocupante que isto aconteça, insistimos. Não é que os caminhos do fascismo não tenham regresso. Têm. Todavia esse regresso é cheio de sofrimento, de dor, de miséria e de morte. Os exemplos são tantos, tão claros, tão cheios de horror que julgamos dispensável enunciá-los.

Lamentavelmente a prática do governo actual abre o caminho ao regresso a um passado que a maioria dos portuguesas rejeita mas do qual muitos já se esquecem; grande parte dos políticos que sustentam o governo identifica-se com as tendências mais reaccionárias da sociedade portuguesa. Se obtivesse a vitória nas eleições legislativas, o dia 5 de Outubro – até agora uma data com ressonâncias de esperança, de generosidade e de liberdade – ficaria também associado ao início de uma época de opressão, de injustiça e de regressão. É esta a lógica da situação que se criou e não bastariam as boas vontades isoladas de alguns políticos – bem intencionados mas pouco clarividentes – para impedir momentos trágicos para o povo português.

Nos meses de governação da Aliança Democrática a palavra tem servido para confundir e não para clarificar; a realidade que, em cada momento é apregoada depende dos interesses que nesse momento convém proteger; o respeito pelos direitos de quem trabalha é verniz que estala sempre que o exercício desse direito incomoda interesses privados; o que é bom, o que é verdadeiro é aquilo que, em cada momento convém que seja: assim esta direita, já fora do tempo, e que põe Portugal fora do espaço cultural europeu, resolve da maneira mais simplista e mais cómoda o problema eterno do Bem e da Verdade.

O modo como a maioria parlamentar se comportou na Assembleia da República, o comportamento do governo nas suas relações com o Presidente da República, o afastamento de prestigiados oficiais do Exército em serviço na Polícia de Segurança Pública, nas vésperas das eleições, a apropriação dos meios de Comunicação Social, as declarações públicas de grande parte dos responsáveis da Aliança Democrática, exemplificam o desrespeito permanente pelo espírito das leis, pelo bom-senso, pela lógica e pela verdade, desrespeito que se quer voltar a instituir em Portugal. As pessoas habituadas a procurar em tudo e em toda a hora e lugar a harmonia entre o conceito e o que ele quer exprimir, entre o modelo e o real, não podem deixar de expressar uma magoada e profundamente sentida queixa contra esta permanente ofensa à inteligência.

Confunde-se liberdade de iniciativa com a propriedade privada dos grandes meios de produção, como se uma obrigasse à outra. Ignora-se que a iniciativa privada libérrima e selvagem, fora de todos os planeamentos e condicionamentos é uma figura historicamente ultrapassada porque incompatível com a limitação dos recursos naturais, alguns perto da exaustão. Ignora-se, também, que a iniciativa livre pode exercer-se a gerir bens quer da comunidade quer de particulares e que, em qualquer dos casos, o sucesso, a inteligência e a dedicação merecem distinção e prémio. O realizar e realizar-se é inteiramente compatível com o enquadramento num plano e o serviço da comunidade.

Ignora-se que o grande impulso para a acumulação de fortuna, salvo estranhas excepções, vem de um muito natural desejo de segurança e não do desejo de contemplar dinheiro, construções ou terras. Se a segurança contra carências graves, contra a doença, a invalidez e a velhice, estiver garantida, se a educação dos filhos e depois os seus postos de trabalho, estiverem assegurados, a ânsia de acumular valores perde uma das suas principais molas.

Por toda a promoção de valores falsos, pelas incoerências, pela confusão de ideias, pelas medidas demagógicas desenquadradas e sem suporte técnico promulgadas nas vésperas das eleições, se afastaram e continuam a afastar da Aliança Democrática sociais-democratas coerentes; por isso se afastaram da Aliança Democrática católicos que pretendem ver realizada a doutrina social das encíclicas. E é com espanto que países em que, com longa tradição, se pratica a Democracia, olham entre estupefactos e irónicos e, também, com alguma apreensão, o maccartismo diplomático conduzido pelo actual ministro dos Negócios Estrangeiros.

Portugal não deve esperar mais tempo para arrancar por um caminho de progresso esclarecido, de justiça social, de convivência pluralista, de democracia actuante. Os portugueses terão de trabalhar muito, de se organizarem, de identificar os problemas autênticos, de se prepararem para os resolver e terão de os resolver. Nada disto é compatível com a sinistra «bipolarização», com a confrontação diária, com a agressão permanente, em actos ou em palavras, à maioria do povo português. Agressão até na sobranceria e desfaçatez com que se nega o evidente, se afirma o que toda a gente sabe que não é, se ofende a coerência das ideias e o significado essencial das palavras. Sobranceria a quem já só falta dizer «O Estado sou eu».

Todos aqueles a quem a manhã de 25 de Abril de 1974 fez acordar a esperança e, com comovido júbilo, assistiram ao que pensavam impossível, devem meditar bem no que se joga nas eleições deste 5 de Outubro.

A Assembleia da República que sair destas eleições terá poderes para revisão constitucional; isto significa que, na prática, terá poder para destruir o regime se for maioritária a voz dos que o querem destruir.

A infeliz prática da Aliança Democrática durante os meses em que governou não permite dúvidas sobre o que acontecerá se continuar maioritária na Assembleia da República. Esperemos que o voto esclarecido, meditado e responsável dos portugueses o não permita. E, também, que as forças políticas democráticas consigam definir as suas posições de acordo com o que essencialmente há a defender.

A CRÓNICA AGRÍCOLA

O PAR

– Programa de financiamento a arrendatarios rurais e, não só, mas, antes, e tambem Programa de financiamento a absentistas rurais

ALEXANDRE RAMOS

Este Programa é, nos seus traços gerais, extraído da obra clássica já várias vezes citada. «Enciclopédia da mui e antiga arte de fazer pobres» editada pela livraria «A Reacção», adaptada aos tempos modernos por Amélia da Silva (AD).

Andam por aí, na TV, na Rádio, na Imprensa, bombas de publicidade agressiva a anunciar que o Governo AD criou um sistema de crédito a 4,7% de juros ao ano, pagável em 20 anos, para que os rendeiros possam comprar as terras que trabalham há mais de três anos, e, por preço a combinar entre senhorio e rendeiro. O rendeiro não pode comprar mais de 5000 contos de terras.

Este genial programa saiu, como o da divisão das terras do Estado por pequenos agricultores do par de cabeças Sá Carneiro/Cardoso e Cunha.

No final do telejornal, antes de «Dona Xepa (que também comprou a crédito uma enciclopédia e um «smoking» para o filho) mesmo no coração da hora televisiva, para maior impacto, surgem figuras de velhos rendeiros chupadinhos que foram pela renda. A este quadro, segue-se outro, apresentando três rendeiros mais novos a quererem dar-se ares de alegria na perspectiva de serem ricos com a

Continua na pág 4

Crónica agrícola

Continuação da pág. 3

compra de terras que vao fazer por intermédio do PAR.

A alegria é naturalmente a estereotipada da publicidade.

Estes rendeiros não perderam o ar rústico, e, como os outros velhos, mantêm o ar servil, os traços primitivos dos cidadãos de segunda. A imagem fria da moda, porque a civilização do tempo que corre, em cada momento histórico, não chega até eles. No cortejo que abre as páginas da História, vão na cauda, distanciados e lentos, sempre relativamente maltrapilhos, desajeitados, confusos, sujos, confiantes em melhor destino que não chega.

Cada espelho faz sua imagem. O figurativo do anúncio tanto na TV, como na Imprensa, é a realidade que a reacção feudal e senhorial criou.

Esta AD que gasta os dinheiros públicos a fazer propaganda eleitoral com o mesmo à-vontade de quem cospe na areia, não tem o mínimo pejo, em apresentar aquelas figuras de seus filhos sociais, criados que foram, e são, pelas violentas chicotadas da renda. Continuarão, de futuro, fustigados pelos juros.

Que objectivo pretende atingir este programa?

Que validade tem para a reestruturação e modernização da Agricultura Portuguesa?

Que problemas resolve ao senhorio e ao caseiro?

Porque tanto empenho publicitário do Governo AD?

Este número mínimo de perguntas exige resposta que conduza à compreensão do PAR.

Em primeiro lugar, presta-se à prática fraudulenta com relativa facilidade. Como? O senhorio A, diz a B, rendeiro: compra-me, a fingir, terra por 800 contos. Isso é demais, diz a B. Não te aflijas, diz A. A gente entende-se.

Olha, vais-me dar pela terra 500 contos. A diferença de 300 contos vamos dividi-la. Tu ficas com 200 contos e eu com 100. Tu, dás 800 contos que pedes emprestado vais pagar, por ano, 4,7% ou sejam 37 600$00. Os 200 contos com que ficaste dão-te a render a 16%. De modo que por este processo só te ficam os juros da terra por 5600$00 por ano. E negócio.

A negociação é livre entre caseiro e senhorio.

Não há em nenhuma das resoluções, quer na 159/80, quer na 245/80, quer na 298/80, nem no despacho conunto dos ministros das Finanças e do Plano e de Agricultura e Pescas, nada objectivamente explicitado, que obrigue a que o valor da terra esteja sujeito a parecer da Comissão de Avaliação de Crédito «PAR» ou outro.

Nas atribuições das Direcções Regionais de Agricultura no crédito PAR, compete-lhe, no atributo apreciar sobre o valor dos prédios. A apreciação não é, todavia, uma tomada de decisão, nem um juízo que obrigue a uma tomada de decisão. Se assim fosse, não teria sentido o princípio de acordo entre senhorio e rendeiro, quanto ao valor da terra.

O grande volume das despesas realizadas com a produção de uma mercadoria agrícola é fundamentalmente representado pelas «Despesas Efectivas» que significam o somatório dos custos dos factores de produção, trabalho das máquinas, trabalho humano, adubos, pesticidas, sementes, etc. Acresce-se a estas «Despesas» os encargos sociais, os seguros, o trabalho directivo, e, também os juros do capital fundiário, ou a renda da terra, e os juros do capital circulante.

A diferença no custo de produção entre o proprietário-agricultor e o rendeiro, consiste em que aquele contabiliza os juros do **capital fundiário** e este a **renda da terra.** Essa é a razão óbvia, porque o rendeiro produz mais caro que o proprietário-agricultor, porque a renda da terra é sempre superior ao do juro do capital fundiário. Como tal, torna-se perfeitamente claro, que o rendeiro, só terá, interesse em termos **económicos e financeiros** em realizar a operação de compra, se os juros que pagar forem de valor igual ou inferior à renda da terra, donde resulta que a viabilidade ou invialidade da operação depende **fundamentalmente do valor da terra.** Também, claro, da situação do mercado para a venda dos produtos – mercado caro ou mercado barato – mercado que ocasiona lucros ou que ocasiona prejuízos. Situação de crise ou situação de não crise.

O preço da terra agrícola em Portugal é extremamente diferenciado, distorcido, contraditório. O vinho do Douro, com direito a benefício poderá rolar pelos 800 contos. As terras de milho, vinho, erva, no Minho, andarão, ainda, pelos 600 a 1000 contos. A terra arrozeira no Vale do Mondego pelos 100 a 150 contos. A vinha no Oeste valerá entre os 200 a 300 contos. A do tomate e melão no Ribatejo, pelos 300 a 400 contos. Os barros trigueiros alentejanos, entre 150 a 250 contos e o regadio algarvio pelos 400 a 500 contos.

De um modo geral, fora os casos de parceria elevada, a renda da terra é extramente variável, podendo situar-se entre 1,5% a 7 e 10% do valor presumível de venda da terra.

Em relação ao valor da produção poderá encontrar-se entre 10% e 5%.

Num caso concreto do Minho, as terras de valor de 800 contos a 1000 contos as rendas representam 1,5% a 2%, isto é, entre 15 a 20 contos. Estas mesmas terras nas condições actuais de produção rendeira produzem entre 60 a 70 contos representando a renda cerca de 30%. A renda da terra arrozeira no Mondego andará pelos 6 a 7 contos.

O rendeiro, que no Minho aquira um ha por 800 contos e que pagava de renda 20, ao juro de 4,7% ficará com o encargo de 37600$00, agravando, assim, de forma brutal, os seus preços de custo e conduzindo-o inevitavelmente à ruina. As contas feitas, quase por todo o Pais levam à conclusão geral, salvo raras excepções, que a transferência da posse da terra do senhorio para o rendeiro, conduzirá este a ter de produzir mais caro, dado que os encargos financeiros do empréstimo/compra são superiores à renda.

Por outro lado as elevadas taxas do dinheiro liquido dos depósitos a prazo, supomos 16%, oferece ao senhorio a possibilidade de multiplicar várias vezes o rendimento do capital fundiário, quando o converte em capital moeda.

A juros compostos partindo de 1000 contos de capital inicial, este à taxa de 16%, representa a 5 anos, 2100 contos, a 10,4411, e a 20 anos 19.460 contos.

Mas, enquanto isto, o rendeiro no fim de 20 anos pagou 942 contos de encargo.

Diz-se que o dinheiro se desvaloriza e que a terra se valoriza para além da inflação. Não a terra agrícola. Poderá valorizar-se aquela que cai no domínio da especulação – construção, turismo, etc., mas sempre em áreas restritas. O mais certo, numa agricultura em crise, é que a terra agrícola se desvaloriza. E esta a razão porque existem milhões de ha abandonados e que ninguém quer nem dados.

Assim, a operação PAR – Programa de Financiamento a Arrendatários Rurais é uma operação clássica de transferência de fundos públicos para as mãos dos reacionários servindo-se de intermediários explorados e pobres, tornado-os mais pobres e mais explorados.

E o vigário. A reacção, que vergou o rural durante gerações, com o peso da renda, vai agora continuar a exercer o seu domínio, transformando o rendeiro em proprietário, amarrado à grilheta do juro.

A reacção aparece aqui, disfarçada de pomba, mas no papel do algoz, do carrasco, que obriga a própria vítima a comprar o instrumento de tortura.

O PAR não contribui em nada para reestruturar a exploração agrícola. A passagem de mão da terra, não altera em nada a exploração liliputiana composta de parcelas disseminadas e onde os bois para darem a volta, tem de meter os cornos na terra do vizinho.

Os pobres rendeiros vão transformar-se em mais pobres proprietários, como os trabalhadores alentejanos ficaram mais pobres com as terras que a AD lhe prometeu.

Uma das mudanças necessárias à agricultura não é o investimento em capital fundiário, mas a aplicação maciça de capital de exploração. Este sim, precisa de reduzida taxa de juro.

A Derrota Eleitoral da AD é um facto. As forças democratas e progressistas têm de ter a consciência que a política agrícola de desenvolvimento, não pode fazer-se, nem com cedências, nem com alianças com a CAP, os absentistas, os latifundiários.

Que a lição do passado longínquo e presente, sirva de emenda.

Ensino Primário sob o signo da improvisação

Acções demagógicas comprometem início do ano lectivo

— diz o Sindicato dos Professores de Lisboa

«O início do presente ano lectivo no Ensino Primário caracteriza-se pela existência de situações agravadas em muitas escolas e desorientação generalizada quanto ao seu funcionamento», afirma o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), em comunicado tornado público.

«Há quem intente responsabilizar os docentes pelas dificuldades e carências deste início de ano lectivo, acrescenta o Sindicato. Procura-se assim aligeirar as pesadas culpas dos dirigentes do MEC», pelo lançamento de medidas «com intuitos meramente eleitoralistas».

Três questões marcaram particularmente a presente situação: a matrícula de crianças com cinco anos e nove meses, inesperadas alterações de programas e modificação atabalhoada das actividades de início do ano.

A antecipação da idade obrigatória de matrícula implicou, segundo o SPGL «a entrada de mais de cerca de 4.000 crianças no sistema escolar», quando a rede «é deficitária em cerca de 15.000 salas».

Ao contrário do que anteriormente havia sido afirmado, o MEC decidiu «alterar não só a área de Meio Físico e Social dos programas do Ensino Primário, mas todas as suas áreas e, em parte, a sua própria estrutura». Não se verificou a prévia e ampla divulgação dos programas e «as acções de formação que decorreram de 15 a 19 de Setembro foram um fracasso absoluto». Improvisadas, deixaram de fora muitos professores e os que nelas participaram, «pouco ou nada puderam aproveitar».

A redução das acções de reciclagem a quatro dias e a antecipação da entrada das crianças na escola para o dia 22 de Setembro obedeceram a «critérios meramente eleitoralistas», denuncia o SPGL. «Reduziram-se as reciclagens quando eram mais necessárias e ocuparam-se os professores em actividades com as crianças, quando durante esses dias deveriam estar a preparar o próximo ano lectivo.»

E esta a situação no Ensino Primário no início do ano lectivo. Para o SPGL, é «uma situação difícil, preocupante sobretudo pelo que perspectiva para o futuro dos docentes, das crianças e da educação, caso viesse a prosseguir esta orientação que privilegia a improvisação de acções demagógicas, em detrimento de um trabalho seño de valorização da Educação e do Ensino».

Empossado ontem vice-procurador-geral da República

O Procurador-Geral da República, Arala Chaves, empossou ontem em Lisboa o vice-procurador-geral, Marques Vidal, e o membro do Conselho Consultivo da Procuradoria, Oliveira Branquinho.

Arala Chaves, disse, na ocasião que «parecem estar em vias de serem ultrapassados alguns dos problemas que mais afligiram no passado próximo a Procuradoria-Geral».

«Vai-se alargando o consenso sobre as traves mestras da organização judiciária, sobre a autonomia do Ministério Público e sobre a filosofia que o deve nortear» – explicou.

A procuradoria-geral continua «a crescer em responsabilidade» e é, chamada a desenpenhar «tarefas quotidianas difíceis por natureza e pelo período que se vive na vida social» – disse.

O procurador insurgiu-se contra a «gratuita catalogação das pessoas, a suspeição e quantas vezes o insulto» que tornam «particularmente difícil manter o prestígio das instituições e das pessoas que as servem».

«Para tanto, apenas temos os trunfos da proficiência que possamos dar e o respeito pela imposição que nos vem da 'novíssima reforma judiciária'», sustentou.

Essa imposição obriga a Procuradoria-Geral a «guardar a mais estrita imparcialidade no desempenho das funções e a sustentar sempre como fiscal da execução das leis, os interesses da 'justiça'», explicou ainda.

«É todavia certo que, entre as pessoas e entidades responsáveis a Procuradoria-Geral da República mantém um elevado grau de prestigio» – afirmou.

Durante a cerimónia da posse, Arala Chaves falou ainda da «situação grave» dos tribunais de primeira instância, «a braços com um quadro de magistrados desfalcado (em mais de um terço) e com magistrados muito novos e pouco rodados».

A situação dos «novos, face ao desafio que lhes foi posto de começarem em grande número de casos quase pelo telhado do edifício, ou seja, pelas comarcas mais trabalhosas e difíceis» foi também salientada.

Ministério do Trabalho subsidia Universidade Católica com vista a cooperação

A Secretaria de Estado do Emprego (MT) assinou um protocolo com a Universidade Católica com vista a desenvolver centros de investigação e ensino.

Na referida universidade, será criado no âmbito do curso de Direito do Porto um «gabinete de estudos de trabalho e emprego», englobando também o acordo a promoção do funcionamento do Centro de Estudos do Trabalho já existente na Faculdade de Ciências Humanas de Lisboa.

Os centros desenvolverão pelo menos, durante cinco anos, investigação e ensino nas áreas da criação e manutenção de empregos necessários à população activa, política de emprego e formação profissional.

O Ministério do Trabalho obriga-se a conceder de imediato à universidade um subsídio não reembolsável de 15 milhões de escudos, através do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, capital que a universidade «aplicará da forma que tiver por mais adequada».

O protocolo de cooperação foi assinado ontem pelo ministro desta pasta e pelos secretários de Estado do Trabalho e do Emprego e pelos profs. José Bacelar e Oliveira, reitor da Universidade Católica e Francisco Carvalho Guerra, a quem foram conferidos poderes delegados de reitor para o Porto.

Universidade Nova assina convénio

A Universidade Nova de Lisboa vai também assinar um convénio de cooperação com o Laboratório Nacional de Investigação Científica Tropical (que sucedeu à Junta de Investigação Científica do Ultramar). O acordo abrangerá os Centros do Instituto Nacional de Investigação Científica que funcionam junto daquela universidade.

As acções de cooperação desenvolvem-se em áreas especialmente tropicais e incluem formas de informação, formação, especialização, investigação e transferência de tecnologia.

Determinação e confiança na comemoração do décimo aniversário da central sindical portuguesa: A «AD» sairá derrotada das eleições, disse Teixeira da Silva, que se vê na mesa, onde figuram mais dois dirigentes sindicais candidatos às legislativas: Kalidás Barreto e Manuel Lopes

Sessão solene na Voz do Operário

Movimento Sindical unitário confia na derrota da "AD"

O Secretariado da CGTP-Intersindical Nacional exprimiu ontem a convicção de que a «AD» será derrotada nas próximas eleições, e dirigiu um apelo às forças democráticas no sentido de não iludirem as expectativas dos trabalhadores, assegurando-lhes o respeito pelos seus direitos e a satisfação das suas reivindicações.

Falando em nome do Secretariado da Central Sindical na sessão solene comemorativa do seu décimo aniversário, Armando Teixeira da Silva garantiu que «o Movimento Sindical tudo fará para viabilizar uma alternativa democrática, no respeito pelos interesses de classe dos trabalhadores e pela Constituição da República.»

Teixeira da Silva, operário gráfico, membro da Comissão Executiva do Secretariado, e candidato pela APU às próximas eleições, mostrou-se confiante na possibilidade de superar «as dificuldades sombrias da hora presente e assegurar o futuro a que temos direito». Na verdade, é bem «profunda a nossa determinação e vontade na derrota da coligação das forças reaccionárias e do grande patronato».

E depois? «Estaremos firmemente empenhados em criar as condições para a saída da crise em que o país está mergulhado, em consequência da política de recuperação capitalista, e em concretizar uma nova política económica, assente no empenhamento activo e na participação dos trabalhadores, na defesa das conquistas da Revolução e na independência nacional».

Na sua intervenção Teixeira da Silva traçou a evolução da central sindical, desde a sua fundação «nas duras condições de clandestinidade» imposta pelo fascismo. Realçou o papel da «Inter» na história recente do nosso país, a sua contribuição de «primeiro plano» para a defesa da democracia e da Revolução, e em prol da melhoria das condições de vida do povo trabalhador. Abordou igualmente o problema da unidade, e censurou as actividades sindicais desenvolvidas pelos que pretendem «dar um suporte ao projecto divisionista».

Também Manuel Lopes usou da palavra durante a sessão. Tal como Teixeira da Silva, Lopes é candidato da APU (independente), e pertence à comissão executiva do Secretariado da CGTP-IN.

«O profundo sentimento de unidade, a democraticidade interna, a independência, o carácter de massas e de classe esteve sempre presente no espírito e na acção, quer dos elementos fundadores das reuniões intersindicais, quer no de quantos a eles se juntaram e deram continuidade à estrutura que nasceu no dia 1 de Outubro de 1970» – disse Manuel Lopes, numa saudação endereçada aos elementos da «Inter», na sua esmagadora maioria presentes na sala.

Numa menção à unidade que tem de existir no seio do Movimento Sindical, Manuel Lopes declarou que «não é fácil vencer todos os obstáculos que se nos deparam», mas deu a certeza, «alicerçada na experiência que já temos, de que é possível ganhar a batalha da unidade, se quisermos ser fiéis aos princípios da classe que defendemos».

A sessão solene, que decorreu nas instalações da «Voz do Operário», contou com a presença de centenas de sindicalistas e convidados. Entre estes, Vasco Gonçalves, Rosa Coutinho, e o poeta José Gomes Ferreira. E também elementos de mais de uma vintena de representações diplomáticas, nomeadamente Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cuba, França, Grã-Bretanha, Itália, RDA, RFA, Bélgica, Roménia e União Soviética.

Kalidás Barreto presidiu à sessão, enumerando logo de início as muitas mensagens de saudação recebidas. Kalidás – recorde-se – faz parte do Secretariado da CGTP-IN e da sua comissão executiva, e é candidato às legislativas pela FRS.

Após as intervenções de carácter político-sindical, o historiador Victor de Sá traçou um panorama da história do movimento operário português. Na segunda parte da sessão, o «Dança Grupo» executou diversos bailados, dando corpo a músicas de Alan Hovanhass e de Scott Joplin, e a espirituais negros. Fernanda Lapa disse poemas de Gomes Ferreira, e Carlos Paredes, acompanhado por Fernando Alvim, fez «cantar» a sua guitarra.

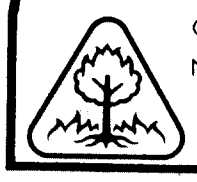
Maquinistas suspenderam greve

Revisores ferroviários de "alicates" caídos

Enquanto uma delegação dos maquinistas se encontrava à hora do fecho do nosso jornal reunida com o Conselho de Gerência da CP, tendo assim suspendido a greve indeterminada que haviam marcado para hoje, os revisores daquela empresa pública iniciaram à meia-noite uma paralisação de três dias, como forma de conseguirem ver satisfeitas reivindicações de carácter laboral. Na perspectiva do Sindicato Nacional Ferroviário de Trens e Revisão dos Caminhos de Ferro Portugueses a greve tem sido um êxito, com grande percentagem de adesões. No entanto, um porta-voz das Relações Públicas da CP afirmou esta manhã ao «DL» que muitos dos 1700 revisores, não afectos àquele sindicato, paralelo, têm continuado a fiscalizar os bilhetes e as mercadorias, ao mesmo tempo que os acessos às estações foram reforçados, não permitindo assim que os passageiros entrem para as composições sem estarem munidos do bilhete respectivo.

Comentando as lutas dos revisores e dos maquinistas um elemento da Federação dos Sindicatos Ferroviários afirmou não poder aquela estrutura apoiar «greves isoladas» afastadas da dinâmica global da luta de classes.

Recorde-se que num plenário efectuado no último sábado, no Entroncamento, os maquinistas, representados também por um sindicato paralelo, aprovaram uma proposta que determinava (para hoje) a recusa de prestarem qualquer espécie de trabalho extraordinário e a redução da velocidade de circulação para quarenta quilómetros/hora (velocidade regulamentar de precaução), caso a CP não acedesse às suas reivindicações: aplicação da nova tabela salarial, já acordada desde Novembro do ano passado, e reintegração dos dois camaradas despedidos, na sequência do acidente ferroviário da Amadora.



As Florestas são uma riqueza nacional.
Compete a todos defendê-las e protegê-las.
Não faça queimadas.
NÃO FAÇA LUME
PROTEJA AS FLORESTAS

P ara o "Povo Livre"

Palácio de Belém é câmara de intriga

O órgão oficial do PSD «Povo Livre» critica hoje duramente o Presidente Ramalho Eanes, acusando-o de utilizar o palácio de Belém como «câmara de intriga contra o Governo».

«O que está a acontecer quotidianamente no palácio de Belém, tornado sede da oposição portuguesa, excede os limites do imaginável e tolerável em democracia, ainda que tutelada, para se transformar num caso de aproveitamento da mais alta função pública, para satisfação de próprios interesses», escreve o «Povo Livre».

O jornal do PSD afirma que o palácio de Belém para além de «câmara de intriga contra o Governo», é também «cenário de episódios da campanha socialista e centro de coordenação de manobras de intoxicação da opinião pública».

Acusa Eanes de se «assumir apenas como Presidente de socialistas e comunistas» e de «abandonar frequentemente o palácio de Belém para se lançar em plena campanha eleitoral».

Cita a viagem a Viseu, classificada de «particular, mas feita em avião da Força Aérea», a «caricata invasão do palácio de Belém pelo grupo já conhecido como «Brigada do Reumático», a recente audiência de Eanes a Ângelo Almeida Ribeiro, e a presença de Ramalho Eanes no tempo de TV da FRS.

«Ramalho Eanes é o Presidente dos adeptos da FRS, não de todos os portugueses», conclui o órgão oficial do PSD.

E de recordar que ainda há meses esteve em Portugal em férias, o presidente do Governo espanhol Adolfo Suarez, que para jantar em privado com Sá Carneiro foi transportado na mesma noite do Porto para Lisboa e de Lisboa para o Porto em avião da Força Aérea.

Feira Popular continuará por mais uns tempos

A Feira Popular continuará a funcionar até à efectivação do projecto Luna Parque de Lisboa, anunciou ontem o Secretário de Estado da Comunicação Social.

Sousa Brito, durante um encontro com a Comissão Liquidatária da EP «O Século», a Comissão Directiva da Feira Popular/Colónia Balnear Infantil e uma representação de feirantes, garantiu a estes últimos, que serão integrados no futuro Luna Parque. Para tal será constituída uma associação entre os interessados.

Esta decisão deve-se a um acordo estabelecido entre o Presidente da Câmara de Lisboa e a Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Numa referência feita à Casa da Imprensa, Sousa Brito disse que «não obstante a exiguidade dos meios com que tem vindo a dispor, tem prestado relevantes serviços aos jornalistas portugueses». Neste âmbito, foi aprovada a decisão da Comissão Directiva da Feira Popular conjuntamente com a Comissão Liquidatária de «O Século», procederem a um donativo de 300 contos, para «prossecução dos fins que lhe são próprios», disse o Secretário de Estado da Comunicação Social.

Segundo esclareceu posteriormente Rodrigo Pinto, falando em nome da Direcção da Casa da Imprensa, este dinheiro será utilizado no arranque do projecto daquela instituição – a Casa de Repouso dos Jornalistas.

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUIMICAS DO SUL

MANIFESTO

DOS EX-TRABALHADORES DA CIMBOR AS POPULAÇÕES DE PORTALEGRE E PONTE DE SÔR

O Governo da AD e a Administração da Cimbor continuam a mentir e a enganar os trabalhadores da ex-Cimbor, atirados para o desemprego por decisão daquele Executivo.

Tudo tendo feito com propósitos manifestamente eleitoralistas, através dos órgãos de Informação estatizados e pela resolução do Conselho de Ministros número 300/80, para minimizar os efeitos e a contestação pública da tremenda burla e ilegalidade que revestiram a venda das instalações da Cimbor e o despedimento colectivo dos seus trabalhadores e para criar a ilusão nestes trabalhadores que nenhum prejuízo lhes advira do seu despedimento garantindo-lhes a manutenção dos seus postos de trabalho na General Motors e o pagamento de salários até Dezembro de 1981 acrescidos da correspondente indemnização emergente do despedimento, o Governo da AD e a Administração da Cimbor que, até à data, apenas deram cumprimento ao pagamento desta indemnização, respondem, agora, com um criminoso silêncio significativo do desprezo que nutrem pelos trabalhadores, quando estes lhes exigem o cumprimento da parte restante daquilo a que se obrigaram a cumprir.

Com efeito, o Governo da AD nem sequer ainda se dignou accionar os mecanismos necessários para assegurar o pagamento dos salários aos trabalhadores da ex-Cimbor através do Gabinete de Gestão do Fundo de Desemprego, entidade com competência para o efeito conforme o previsto naquela resolução de Conselho de Ministros número 300/80 publicada no «Diário da República» de 26/8/80.

Entretanto, o referido Gabinete de Gestão às interrogações feitas pelos trabalhadores e suas organizações de classe, tem respondido não ter competência legal para efectuar o pagamento dos salários nas condições propostas na referida legislação, nem tão pouco o terá mesmo autorizado pelo Governo.

Os trabalhadores face a estas escassas e contraditórias informações provenientes do Governo AD começam a aperceber-se da ignominiosa teia que lhes foi tecida no sentido de acatarem o seu próprio despedimento colectivo e temem não virem sequer a receber os salários que lhes foram prometidos, nem tão pouco, o posto de trabalho na General Motors.

O Governo mentiu e continua a mentir e pouco lhe importa que assim tenha posto em causa a subsistência de cerca de duzentas famílias.

A Administração da Cimbor, numa frontal violação da legislação em vigor recusa-se por sua vez a efectuar o pagamento das diferenças salariais a que os trabalhadores têm direito quer nos salários auferidos desde 1 de Maio de 1980 até à data do despedimento quer nas retribuições correspondentes às indemnizações recebidas emergentes do despedimento colectivo tudo isto por força da aplicação da alteração salarial do CCTV para os trabalhadores das indústrias químicas no BTE número 31 de 22/8/80.

Por estas razões e na defesa intransigente dos seus direitos e interesses dos trabalhadores da ex-Cimbor reunidos em plenário no dia 30/8/80, pelas 21 e 45 horas, em Ponte de Sor, decidiram:

1 — Promover uma concentração de trabalhadores, junto das instalações da delegação do Ministério do Trabalho pelas 15 horas, no próximo dia 3 de Outubro, sexta-feira.

2 — Seguida de uma manifestação a realizar em Ponte de Sor, pelas 19 horas com início no Largo da Câmara, até às instalações fabris da ex-Cimbor, para exigirem do Governo da AD o cumprimento restrito e rigoroso da resolução do Conselho de Ministros número 300/80 e da Administração da Cimbor o pagamento das diferenças salariais a que têm direito.

PARA O EFEITO OS TRABALHADORES APELAM ÀS POPULAÇOES DE PORTALEGRE E PONTE DE SOR PARA QUE SE SOLIDARIZEM COM A SUA JUSTA LUTA.

NA UNIDADE E NA LUTA DOS TRABALHADORES VENCERAO

SETUBAL, 1.10.80

A DIRECÇAO

População do Porto pouco sensibilizada para novo passe

Pouco mais de uma centena de unidades do novo tipo de passe intermodal, foram ontem emitidos pelas 37 empresas privadas concessionárias de transportes colectivos do Porto.

O novo passe entrou ontem em vigor no Porto e concelhos limítrofes, mas a população tem-se mostrado pouco sensibilizada, provavelmente por desconhecimento das suas vantagens, considerou o director do Serviço de Exploração do STCP,

O Serviço de Transportes Colectivos do Porto, parte interessada no novo passe social, desenvolveu em Setembro último uma campanha publicitária que, segundo agora se concluiu, proporcionou escassos resultados. Cartazes afixados nos veículos de transporte urbano e suburbano, anúncio nos jornais diários e ampla distribuição de folhetos elucidativos, não lograram mobilizar a população, cujo interesse «ficou muito aquém da expectativa», afirmou Celestino Correia. Este elemento da STCP considera, igualmente, que «a procura para já é pouca, mas a tendência será para aumentar nos próximos meses».

O novo sistema de passe social é válido dentro da cidade em determinado percurso entre o Porto e a periferia. O passe é mensal e tem validade para um número ilimitado de viagens, em qualquer dia da semana, incluindo domingos. O preço resulta da soma do preço da assinatura do operador privado, variável com o percurso optado pelo utente e um selo do STCP,

Plano geral de Sines vai ser alterado

O plano geral do porto de Sines vai levar uma remodelação completa, estando ainda os estudos respectivos na fase inicial não se prevendo, portanto, que obras e quando virão a ser realizadas.

Não obstante aquela remodelação os trabalhos em curso para protecção do molho-oeste vão prosseguir estando a sua conclusão prevista para meados de 1981.

Quer o plano geral – 1.ª fase, que vai agora ser submetido a remodelação, quer as obras do molhe tinham sido adjudicadas à empresa italiana «Condotte». E como não se sabe ainda quando e como vai efectivamente arrancar a remodelação o Gabinete da Area de Sines (GAS) e a «Societá Italiana per Condotte d'Acqua» assinaram ontem, em Lisboa, um acordo para a rescisão do contrato de construção do Porto de Sines (primeira fase).

Segundo o GAS «a vinculação àquele contrato não mostrava qualquer interesse para ambas as partes, tendo-se por isso reconhecido a conveniência no estabelecimento de um acordo consensual para a sua cessação.

Assinaram o acordo o Presidente do Conselho de Gestão do GAS, José Manuel Serrão e o Director da sucursal da «Condotte» em Portugal, Giuseppe Paolella, tendo estado presentes na cerimónia o secretário de Estado do Planeamento e o embaixador de Itália em Lisboa.

Portugal fabrica navios para a União Soviética

Portugal vai vender três navios de carga à União Soviética, no valor de 440 mil contos a unidade, tendo o contrato respectivo sido ontem assinado.

Os barcos serão fabricados nos estaleiros navais de Viana do Castelo e destinam-se à empresa Sudoimport.

Trata-se de navios tipo rio-mar, de carga mista (granel e contentores), com 3135 toneladas dw e 119,2 metros de fora a fora.

Pela empresa portuguesa assinou Carlos Pimpão, do Conselho de Gerência, e pela empresa soviética – a Sudoimport – o seu vice-presidente, Vladimir Pugin.

Roma e Barcelona novas escalas da TAP

A TAP Air Portugal vai inaugurar oficialmente duas novas linhas regulares para Roma e Barcelona, nos dias 25 de Outubro e 5 de Novembro respectivamente.

A Transportadora Aérea Portuguesa iniciou as carreiras regulares com dois voos semanais Lisboa-Roma e Lisboa-Barcelona nos passados dias 3 e 23 de Maio respectivamente.

Um informador da TAP disse ontem à ANOP que a linha de Roma transporta uma média de mil passageiros por mês e a de Barcelona de cerca de 1200.

A TAP, presentemente com 64 linhas aéreas regulares, escala 37 aeroportos, dos quais sete são portugueses, quinze da Europa, sete da Africa, cinco da América do Sul e três da América do Norte.

AQUI UM BOM PEDAÇO DE CARNE.

AQUI UMA BELA POSTA DE PEIXE.

Só que esta carne não tem osso
nem este peixe tem espinhas.
Mas, como alimento,
o ovo substitui qualquer deles.
E é tão fácil de cozinhar! Coma ovos.

Consumir ovos é apoiar os nossos avicultores.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

EXTERNATOS

Séneca

CICLO, GERAL, COMPLEMENTAR

TELEF. 40092 - 822776 - 823531

PUB.

Assembleia de Freguesia de Carnaxide MOÇÃO

— O julgado de Paz é uma das instituições que mais perduraram ao longo da nossa História, foi a «nossa primeira magistratura regular e porventura a mais caracteristicamente nacional», no dizer do insuspeito Prof. José Alberto dos Reis;

— A par da justiça real e da justiça senhorial, permaneceu como magistratura popular durante todo o período da nossa monarquia absoluta;

— Todas as Constituições consagraram a figura dos juízes eleitos pelo Povo, ao longo período constitucionalista da nossa História;

— Durante a fase histórica da Primeira República esta instituição permaneceu e não foi prejudicada;

— O próprio regime fascista não teve coragem para extinguir o Juíz de Paz, tendo apenas limitado a sua competência e esvaziado o conteúdo da figura;

— A Constituição de 1976 veio restaurar, em quase toda a sua plenitude, esta instituição popular, tendo a Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais (Lei n.º 82/77, de 6 de Dezembro) criado os Julgados de Paz como tribunais de Juízes eleitos pelo Povo;

— O Decreto-Lei n.º 539/79, de 31 de Dezembro, veio regulamentar a organização e funcionamento destes tribunais, definindo os termos do processo a que devem obedecer e chamando a atenção para a necessidade e conveniência de uma intervenção mais directa e decisiva da comunidade na tarefa da aplicação da justiça;

— Este mesmo diploma foi considerado «como ponto de partida para fórmulas mais evoluídas de participação popular na admnistração judiciária» mas é tido como um passo ainda tímido na medida em que «os julgados de paz não representam mais do que um pálido reflexo do que chegou a ser, em épocas passadas, essa intervenção popular», conforme se afirmou na Assembleia da República;

— Nestas condições e nos termos da legislação em vigor foi criado um Julgado de Paz em Carnaxide, na penúltima sessão desta Assembleia de Freguesia, tendo sido nomeada uma Comissão de três membros com a finalidade de proceder aos estudos necessários à sua concretização.

— Tendo entretento chegado ao nosso conhecimento a Resolução n.º 177/80 da Assembleia da República, publicada no Diário da República de 31.5.80, que recusa a ratificação do Decreto-Lei n.º 539/79 e que, por consequência, suspende a regulamentação, organização e funcionamento dos Julgados de Paz;

— A Assembleia de Freguesia de Carnaxide, reunida aos 19 de Setembro de 1980, decide:

— Lamentar a suspensão daquele Decreto-Lei;
— Protestar firmemente contra a deliberação da Assembleia da República por vir impedir a participação popular na administração da justiça;
— Censurar a posição assumida pela AD ao demonstrar mais uma vez a sua profunda falta de confiança na capacidade das populações.

e que esta moção seja enviada ao Senhor Primeiro-Ministro, aos Grupos Parlamentares e aos principais órgãos de comunicação social.

(Aprovado por 18 votos a favor e 8 contra)

Campanha eleitoral do Governo

Freitas do Amaral anunciou Código do processo administrativo

O vice-primeiro-ministro, Freitas do Amaral, afirmou ontem que a Administração Pública portuguesa vai passar a dispor de normas gerais sobre o seu funcionamento com o proposto Código do Processo Administrativo Gracioso.

Este código apresentado em conferência de Imprensa destina-se a regular essencialmente as relações dos particulares com a Administração Pública e a defesa dos seus direitos e interesses legítimos.

O projecto do Código contém normas que abrangem o conjunto do funcionamento da Administração Pública, não só a central e local, mas também as empresas públicas e os institutos públicos, ou seja, o conjunto do sector público.

A Administração passa a ter por exemplo o dever de ouvir os particulares, sempre que vá tomar decisões que os possam prejudicar, e de forma mais geral, para lhes evitar prejuízos ligados ao desconhecimento de disposições legais aplicáveis.

Inteiramente nova é também a criação de disposições legais que impedem os membros da administração de intervir em processos em que eventualmente possam ter interesses, directos ou indirectos.

Por exemplo, um consultor jurídico de um ministério não poderá, de acordo com este Código, dar um parecer sobre um contrato a celebrar pelo Estado com uma empresa, se a sua mulher for accionista da empresa.

Disposições como estas só se aplicavam até agora no caso dos juízes e outros magistrados.

Para aplicar este pedido, passa qualquer interessado a poder invocar a suspeição contra o titular do órgão administrativo, sempre que se verifique alguns destes casos.

O Código contém também a definição de um regime geral dos actos administrativos que define como «a deliberação ou decisão de um órgão que, aplicando normas administrativas a um caso concreto, se destine a produzir efeitos jurídicos externos isto é nas relações da administração com os particulares.

O presente Código vem regulamentar apenas o processo administrativo gracioso, ou seja, não inclui o processo contencioso, que se distingue do primeiro por constar de recurso por parte dos particulares aos tribunais administrativos de qualquer acto da Administração que considerem ilegal e os prejudique.

Segundo Freitas do Amaral, o Código não abrange também o processo contencioso, uma vez que este dispõe já de um regime relativamente definido, ao contrário do que se passava com o processo gracioso.

Outra inovação deste Código é criar o recurso titular isto é o recurso das decisões de instituições como as empresas públicas que por gozarem de autonomia estão apenas sujeitas a tutela por parte da administração central.

Com esta disposição fica devidamente definido o regime dos recursos das deliberações destas entidades, que assumiram nos últimos anos uma grande importância na sociedade portuguesa.

O Código, no caso de ser aprovado deverá entrar em vigor em 1 de Outubro de 1981, por um período experimental de dois anos.

Segundo a Judiciária

Tesoureiro de Organização Política abatido em ajuste de contas

A Polícia Judiciária, numa nota distribuída esta manhã aos órgãos de Comunicação Social, afirma ter prendido os presumíveis autores da morte a tiro em 15 de Novembro de 1979, na Marinha Grande, de José Manuel de Azevedo Plácido, ex-militante de uma organização revolucionária da extrema-esquerda, onde desempenharia as funções de tesoureiro.

A Judiciária afirma que, «desde logo se admitiu tratar-se de um ajuste de contas, devido não só às declarações que, na sequência da prisão, o Plácido prestara às autoridades, sobre a actividade daquela organização, mas também ao que poderia vir a revelar dado o conhecimento profundo que possuía sobre a referida organização».

Como então noticiámos, o Plácido, foi baleado à queima-roupa, ao volante do seu carro no Largo de Albuquerque, na Marinha Grande, por dois indivíduos que depois fugiram num outro automóvel ao volante do qual se encontrava um terceiro. Segundo também se apurou na altura, o Plácido, além de ter traído a organização política a que pertencia, teria aproveitado as suas funções de tesoureiro para desviar dinheiro para seu interesse pessoal: meteu-se em negócio de imobiliários.

Assim os dois autores (presumíveis) do homicídio encontram-se presos sem admissão de caução nos calabouços da PJ em Coimbra. No entanto a Polícia Judiciária, na sua nota, não explica por que motivo revelou agora estas prisões, dias depois da captura de outros elementos da mesma organização acusados do assalto às Finanças de Sintra em que foi morto um guarda da PSP, e nas vésperas das eleições em que aquele partido também concorre. Na verdade a Judiciária não refere concretamente o partido ou organização política, sendo no entanto fácil perceber tratar-se do PRP. Será coincidência? A pergunta aqui fica.

Espanha aceita consultas com Portugal antes de construir centrais nucleares

A Espanha e Portugal assinaram um acordo segundo o qual se comprometem a «não decidir sobre a concretização de qualquer projecto de construção de instalações nucleares de fronteira sem previamente habilitar o país vizinho a pronunciar-se sobre as respectivas condições de segurança e protecção radiológica».

Esta garantia «arrancada» à Espanha – se bem que não vincule nenhum dos países, a não construir centrais nucleares, na fronteira, pois só prevê «consultas» terá, no entanto, custado bastante cara a Portugal.

Segundo o «Diário de Notícias» desta manhã a contrapartida ganha pelos espanhóis foi a elevação da cota de pesca de marisco no Algarve para 60 por cento.

Esta autorização seria meramente verbal, mas já provocou grande agitação em Vila Real de Santo António e noutros portos algarvios onde os pescadores se manifestaram contra esta cedência.

Portugal terá, também, finalmente conseguido a garantia de funcionamento da linha comercial da TAP entre Lisboa e Barcelona.

MAP tira herdade à Luta é de Todos

O MAP propõe-se atirar para o desemprego cerca de 60 trabalhadores da UCP «A Luta é de Todos» de Mora, com base num despacho (datado de Abril de 1979) que determina a entrega da herdade da Barroca a diversos indivíduos.

A herdade em questão tinha sido já entregue à antiga proprietária, a Santa Casa da Misericórdia, depois da anulação do decreto que a dava como nacionalizada. No entanto a UCP «A Luta é de Todos» entrou em acordo com aquela instituição, tendo-se comprometido a pagar uma renda.

Mais tarde a Santa Casa da Misericórdia de Mora lançou um concurso público para o arrendamento da herdade, passando assim por cima do acordo estabelecido, razão aliás porque a UCP lhe instaurou um processo. Em tribunal foi decidido que a «A Luta é de Todos» ficaria na posse útil da terra embora a Santa Casa tenha, a partir dessa altura, recusado receber as rendas, pelo que os trabalhadores depositaram o dinheiro no tribunal.

Preso um cabo da Força Aérea suspeito de entrar na rede da heroína

Com a prisão efectuada ontem de um cabo da Polícia da Força Aérea, pela Secção Especial de Estupefacientes da Polícia Judiciária, subiu para seis o número de presos por se encontrarem envolvidos na rede de tráfico de heroína, a que pertenceriam os dois investigadores especiais do Centro de Investigação e Controlo de Droga entretanto detidos.

As investigações estão a decorrer em ritmo acelerado, motivo por que se aguarda a revelação de novas prisões. Espera-se que desta vez a acção da justiça consiga atingir os quadros mais importantes da rede de traficantes e não ficar-se pelos homens de mão, que, em regra, pouco sabem fora do círculo em que actuam.

A importância desta rede pode avaliar-se pelo facto de ser a heroína, entre todos os estupefacientes, o de efeito mais forte.

Como se sabe, trata-se de um opiáceo obtido da morfina mediante um processo de acetilação que implica um complexo trabalho de laboratório, enquanto a morfina é um alcalóide obtido directamente do ópio, suco leitoso das cápsulas de certas papoilas.

O comércio deste estupefaciente tem a sua origem no chamado «triângulo de ouro»: Laos, Birmânia e Tailândia.

A Túrquia, ultimamente, tem entrado forte na produção ilícita desta droga.

Durante muitos anos, foi Marselha o entreposto para toda a Europa e América. Mas actualmente estão a ser utilizados «correios» a partir de Hong-Kong, com passagem por Portugal. Aqui fica parte para consumo local, seguindo o maior parte para outros países europeus e a América. É nesse esquema que se enquadravam os três jovens macaenses cuja prisão ajudou a despoletar toda a esta rede e a corrupção dos funcionários do CICD.

SESSÃO
DE SOLIDARIEDADE
COM OS PRESOS POLÍTICOS
EM GREVE DE FOME

TEATRO VASCO SANTANA
5.ª feira dia 2 às 21.00 horas
CANTO LIVRE
com FAUSTO, JOSÉ AFONSO, AFONSO DIAS,
FERNANDO LARANJEIRA e JOSÉ FANHA

OLAIO
intercasa
APRESENTA NA FEIRA DAS INDÚSTRIAS
SETEMBRO 27 A 4 DE OUTUBRO

linha OLAIO MULTIFORM
a sua sempre nova opção em mobiliário
PAVILHÃO 4 STAND 469

de ontem para hoje

Blocos de cimento retirados da Baixa

Os blocos de cimento, colocados, em 1976, nas ruas Augusta e do Ouro, para impedir o estacionamento naquelas artérias e facilitar o movimento dos peões (uma medida do Comando do tenente-coronel José Aparício) começaram ontem a ser removidos devido a uma determinação do substituto de Krus Abecassis, o vereador aliancista Pedro Feist (CDS). Como álibi, a CML refere que os blocos serviam realmente para impedir o estacionamento junto ao passeio, mas levavam os automobilistas a estacionar no meio da rua, ao lado dos «pedregulhos». Os blocos irão posteriormente ser substituidos por riscas brancas transversais e quem estacionar sobre os riscos ficará sujeito a multa.

Duas mulheres atropeladas em Espinho: a mais nova deixa dez filhos menores

Um automóvel atropelou ontem mortalmente, em Espinho, duas mulheres (Ana Coelho Pereira, de 70 anos, e Maria Helena dos Reis, de 40, viúva e mãe de dez filhos menores). O acidente ocorreu quando as duas vítimas regressavam a casa, após terem andado o dia inteiro a mendigar. Ana deslocava-se numa cadeira de rodas empurrada por Maria Helena, cujo marido se suicidou há nove anos.

Manuel Moutinho Pereira: juiz do Círculo Judicial de Beja

O magistrado Manuel Augusto Moutinho Silva Pereira foi ontem empossado no cargo de juiz do Círculo Judicial de Beja.

Aquele magistrado, a quem foi conferida posse no Tribunal de Beja, pelo juiz substituto, José Luís Barrancos Caeiro, conservador do Registo Predial, desempenhava funções de juiz da Comarca de Beja.

Doca de Pesca de Lagos: cais acostável e rampa

A Doca de Pesca do Porto de Lagos vai ser melhorada com a construção de um cais acostável e de uma rampa de descarga de pescado. O projecto prevê também o revestimento da margem norte daquela doca e o seu custo está estimado em cerca de quarenta mil contos. A autorização para a abertura de concurso, limitado a empresas da especialidade com trabalhos na região, foi dada em 26 de Agosto último pelo secretário de Estado da Marinha Mercante. O empreendimento, divulgado, inclui-se no projecto de desenvolvimento do Porto de Pesca de Lagos.

A guerra entre o Iraque e o Irão: 178 portugueses repatriados

Portugueses que trabalham no Iraque e no Irão vão ser repatriados devido à guerra que se trava entre aqueles dois países, indicou ontem um informador da TAP. Um avião «Boeing 707» da Transportadora Aérea Nacional especialmente fretado, partiu às primeiras horas de hoje para Amã, capital da Jordânia, para recolher os portugueses, em número de 178, entretanto já ali chegados, revelou a mesma fonte. O regresso a Lisboa do aparelho está previsto, em princípio, ainda para esta noite.

Em Gândara dos Olivais: uma procissão sem sacerdote

Os paroquianos de Gândara dos Olivais realizaram a procissão sem sacerdote depois do Bispo da Diocese de Leiria ter proibido a realização dos festejos, invocando o facto de a Comissão da Capela ter introduzido no programa «divertimentos para a população». D. Alberto Cosme do Amaral suspendeu, por outro lado, a celebração dos festejos em anos futuros.

Encontro no Pavilhão dos Desportos: Igrejas Evangélicas da Assembleia de Deus

As Igrejas Evangélicas da Assembleia de Deus, segundo refere um comunicado ontem divulgado e assinado pelo pastor-presidente José de Oliveira Pessoa, promovem no próximo sábado 17,30 h em Lisboa, um encontro-convívio com a participação de vários conjuntos musicais e oradores nacionais e estrangeiros. O encontro, que se realizará no Pavilhão dos Desportos reúne fiéis de várias partes do País sendo a entrada livre.

Reunidos em Madrid: médicos ibero-americanos discutem «livre circulação»

Portugal participa no Congresso da Associação Medica Ibero-Americana que ontem se iniciou em Madrid, sob a presidência do rei Juan Carlos. Para além de Portugal, participam quinze países de língua espanhola. Um dos objectivos da Associação, fundada na Venezuela em 1979, é reunir a comunidade ibero-americana de médicos, composta por 400 mil profissionais, e tornar possível a sua livre circulação na área dos países ibero-americanos.

Despiste de automóvel: dois jovens portugueses vitimados em Zurique

Abílio Monteiro Gomes, de 19 anos, e Mário da Silva, de 24, emigrantes na Suiça naturais da freguesia de Travassos (Póvoa de Lanhoso) morreram ontem, nas proximidades de Zurique, quando o automóvel em que seguiam se despistou. Dois outros portugueses (António Fernandes Vieira, de 19 anos, e José Soares, de 22) ficaram feridos com gravidade.

Forças Armadas "quimicamente puras"?

E do conhecimento geral diversos procedimentos ilegais e discriminatórios, por parte de grande número das actuais chefias militares, relativamente a uma quantidade considerável de militares democratas, que se destacaram durante o processo de 25 de Abril. Segundo parece, ultimamente tem-se vindo a desenvolver um novo método de saneamento em que, os cidadãos ao ingressarem nas Forças Armadas ficam sujeitos, além das normais e legais formalidades, a uma filtragem de natureza política e social.

Este processo, já por alguns chamado de «Aborto Militar», consiste na eliminação de todos os candidatos, cujo perfil político, social e psicológico, determinado através de exames psicotécnicos de inspiração estrangeira, de «ingénuos» questionários, ou até de investigações directas levadas a cabo por serviços de informação diversos (de natureza oficial ou partidária), junto dos ambientes sociais, laborais ou familiares, apresente conotações ou tendências democráticas ou de esquerda.

Na Armada, por exemplo, é cada vez maior a indignação de todos os sectores democráticos e profissionalmente honestos, perante o conhecimento de que tais processos estejam a ser sistematicamente utilizados, como demonstram os casos mais recentes de admissão de cadetes à Escola Naval e de praças para os Fuzileiros.

De salientar ainda, no tocante aos Fuzileiros, a forma como desde há alguns anos se vêm processando as admissões para o Quadro de Oficiais Fuzileiros. Fugindo ao enquadramento que regula a admissão de todos os outros oficiais da Marinha de Guerra, os candidatos são escolhidos de entre um lote de oficiais da Reserva Naval, por uma comissão onde participam elementos conotados partidariamente muito à direita e em cujas decisões, acima de quaisquer critérios técnicos ou profissionais, sobrepesam as simpatias ou antipatias políticas.

Todas estas irregularidades, a permanecerem, poderão subverter completamente o carácter nacional e apartidário das Forças Armadas, imposto pela Constituição, podendo levar, com o tempo, a umas FFAA «quimicamente puras», ao serviço de interesses pessoais ou de um grupo restrito, virados contra o País.

PUB.

A todos os Trabalhadores Rodoviários dos Distritos de Setúbal, Évora e Beja

ELEIÇÕES EM 5 DE OUTUBRO
VOTAR É UM DIREITO!
VOTAR PARA DERROTAR A AD É UM DEVER!

A Defesa dos Interesses dos Trabalhadores

Se o Movimento Sindical ficasse alheio às eleições de 5 de Outubro, estaria de certeza a cometer o maior e mais grave erro de toda a sua existência.

Naturalmente haverá pessoas, que com boa intenção, consideram que as eleições são «questões de política» e que os Sindicatos devem ficar de fora.

É um conceito errado, porque tudo o que se decide nos órgãos de poder tem consequências naquilo que é a tarefa fundamental dos Sindicatos.

E claro que não pode ser indiferente para os trabalhadores a natureza de classe do poder político e das forças políticas em que esse poder se apoia. Basta ter presente as graves consequências que os trabalhadores suportam hoje, em resultado da política de direita deste Governo reaccionário.

O nosso sector também não escapou à fúria destruidora deste Governo, vejamos alguns exemplos:

1 — Foi a tentativa de contenção dos salários através de um boicote sistemático à negociação de todos os nossos contratos (RN, ANTRAM, ANTROP, ANTRAL, etc., etc.).

2 — Foi a declaração da RN em situação económica difícil, quando a empresa teve um saldo positivo em 1979.

3 — E o fechar as portas ao aparecimento de novas cooperativas de instrução automóvel e a tentativa de estrangular as existências beneficiando o sector privado.

4 — É a tentativa de liberalizar os horários de trabalho, piorando substancialmente as condições de trabalho dos Rodoviários e metendo uns milhares de contos nos cofres dos patrões.

5 — E o incentivo à prática dos contratos a prazo, dando assim uma cobertura à ilegalidade já que no nosso sector a esmagadora maioria dos contratos a prazo existentes são ilegais.

6 — É a cobertura aos despedimentos e outras arbitrariedades através da manutenção e incentivação à inoperância dos tribunais e da inspecção do trabalho cuja actuação cada vez é mais degradante.

Muito mais haveria a dizer mas passemos agora a dar alguns exemplos da política antinacional deste Governo a nível geral.

— O custo de vida continuou a aumentar;

— Os salários foram alvo de sucessivas tentativas de congelamento e imposição de limite à sua actualização que só a luta dos trabalhadores impediu que tivesse consequências mais graves;

— O número de trabalhadores com contratos a prazo subiu a números nunca atingidos;

— Os despedimentos aumentaram, sendo de lembrar o escandaloso e ilegal caso de despedimento de 212 trabalhadores da Standard Eléctrica;

— O Serviço Nacional de Saúde, que prevê assistência médica e medicamentosa, geral e gratuita, foi revogado;

— A Reforma Agrária sofre ataques criminosos, as terras, gados e máquinas são roubados às UCPs e Cooperativas, a GNR espanca homens, mulheres e crianças;

— A lei do controlo de gestão é boicotada para impedir a nomeação dos trabalhadores eleitos para a sua gestão;

— Os antigos sabotadores, e figuras de proa do regime fascista, os Melos, Champalimoud's e cumpanhia preparam-se para se abotoarem com 200 milhões de contos. Alguns já começaram a receber;

— Numa caça ao voto descarada e vergonhosa prometeu aumentar a partir de Outubro (para alguns) e de Dezembro (para outros) o valor das reformas, isto depois de ter congelado os aumentos decretados pelo Governo de Maria de Lourdes Pintasilgo e ter aprovado no OGE, contra a vontade da oposição, um aumento que só abrangeu cerca de 15% dos reformados;

— A vergonhosa cedência à Espanha do aumento de percentagem da pesca do marisco em águas portuguesas.

— A posição vergonhosa do Primeiro-Ministro Sá Carneiro que se nega a explicar aos portugueses de uma maneira clara, se deve ou não deve 33 mil e 600 contos, e se pagou, como e em que condições o fez.

OS TRABALHADORES TÊM DE VOTAR

Perante esta situação os trabalhadores devem votar, e devem fazê-lo naqueles que têm ao longo destes anos de revolução dado provas de melhor defenderem os direitos e interesses dos trabalhadores.

Os trabalhadores Rodoviários devem dar o exemplo votando nas forças que sempre têm defendido, e que irão continuar a defender aquilo que o movimento sindical também defende ou seja:

— revogação da lei dos contratos a prazo;

— respeito pelo prazo máximo de vigência dos 12 meses para as tabelas salariais;

— actualização periódica dos salários mínimos e das pensões de reforma;

— controlo dos preços dos bens essenciais;

— Combate ao desemprego e despedimentos;

— política de desenvolvimento económico que garanta o direito ao trabalho;

— defesa do sector público, e cooperativo e autogestionário da economia e aplicação da lei do controlo de gestão;

— fim das brutalidades e correcção das ilegalidades contra a Reforma Agrária;

— respeito pelo Serviço Nacional de Saúde;

— respeito pelos direitos e liberdades sindicais;

— reorganização dos tribunais de trabalho;

— melhoria da política habitacional;

— melhoria do ensino;

— respeito pela participação do Movimento Sindical nos órgãos de planificação do Estado.

É nas forças que mais garantias dão de defender as exigências do movimento sindical que os trabalhadores devem concentrar os seus votos.

Com os votos dos trabalhadores, Abril vencerá!
25 de Abril sempre! Fascismo nunca mais!

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIARIOS DO DISTRITO DE SETUBAL
SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIARIOS DO DISTRITO DE BEJA
SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIARIOS DE EVORA

De quem é Lisboa?

No último dia de Novembro de 1979, a 48 horas de votação, a AD apanhou a esquerda de surpresa e «ocupou» a capital. A reacção da APU e do PS foi tardia, quase tímida. E a AD tirou daí os dividendos que, pouco depois, eram visíveis.

Esta situação não vai repetir-se este ano. Não apenas porque as «restantes forças políticas aprenderam a lição mas — sobretudo — porque, desta vez, a dinâmica da campanha é outra.

Em 79 a recém constituída AD estava segura da vitória, plenamente consciente de que o desgaste dos socialistas iria conduzir a profundas alterações na composição do Parlamento, reduzindo as bancadas da esquerda do hemiciclo a uma situação minoritária. E se a APU estava consciente de que alargaria a sua base eleitoral e consequentemente a sua representação parlamentar, sabia também à partida que a descida dos socialistas conduziria a uma inevitável alteração do equilíbrio parlamentar.

Este ano, a AD, logo à partida, não deixou transparecer a mesma dinâmica, como as crónicas dos nossos enviados deixaram transparecer. Nas hostes aliancistas, a certeza de 79 transformou-se na dúvida de 80.

E a iniciativa passou para o campo contrário.

2 — Temos insistido que Lisboa é decisiva. Temos realçado que a forma como a campanha vem sendo conduzida na capital é prova disso.

Amanhã é o último dia da campanha e tudo aponta para que, desta vez, a «ocupação» da capital pertença a outros partidos, designadamente à APU — sem dúvida a força que maior dinamismo demonstrou ao longo destas exaustivas duas últimas semanas.

A aposta é clara, e dela também já falamos. Para os dirigentes da APU a derrota da AD é um facto adquirido. E enquanto não surgem as manifestações que já convocou para segunda-feira, tenciona, no último dia da campanha, deixar bem marcado o optimismo com que encara a votação de domingo.

Estamos em crer que Lisboa assistirá amanhã a um conjunto de iniciativas que surpreenderão os cidadãos. Vai haver uma distribuição-gigante de panfletos (porta a porta, nas ruas, nos locais de trabalho), abrangendo não apenas o coração da cidade, mas todas as suas vias de acesso; preparam-se caravanas com ventenas de automóveis, concentrações em zonas-chave; uma festa-comício na baixa, do Rossio à Praça da Figueira.

3 — De quem será, na realidade Lisboa? Só no dia 6 o saberemos. Mas não há dúvida de que a confiança que transparece da aposta da APU obriga, desde já, a uma reflexão séria.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DOS SINDICATOS DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

A Semana Inglesa e o descanso ao Domingo também serão defendidos com o nosso voto em 5 de Outubro

Projecto AD de trabalho ao domingo à beira da derrota

Milhares de trabalhadoreos do comércio e serviços participaram durante o mês de Setembro, por todo o país, num importante debate, motivado pela elaboração do projecto de decreto-lei sobre "Duração e Organização Temporal de Trabalho" da responsabilidade do Governo.

A Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços pode desde já afirmar que este debate, que representou uma das mais importantes movimentações de toda a classe a nivel nacional nos últimos anos, foi uma poderosa afirmação de vitalidade, unidade, consciência de classe e organização dos trabalhadores do comércio e serviços de Portugal.

Os milhares de trabalhadores do sector que participaram em 66 plenários de empresa, 66 plenários regionais e concelhios, 2 plenários de delegados sindicais, 2 assembleias gerais e em muitas dezenas de acções de esclarecimento realizada loja a loja, repudiaram firme e unanimemente os objectivos centrais do Projecto AD sobre horários de trabalho, reafirmando a sua disposição de defender intransigentemente os direitos e conquistas da classe, tão gravemente ameaçadas no referido Projecto.

Repúdio generalizado

Deste grande debate realizado pelos trabalhadores do comércio e serviços portugueses podem-se tirar 3 grande conclusões:

Com este projecto o governo pretende criar condições, de há muito reivindicadas pelo grande patronato comercial nacional e estrangeiro, para **liquidar as pequenas e médias empresas** e obter assim o domínio total do nosso mercado comercial. Nesse sentido e com este projecto, o governo visa satisfazer uma das principais exigências do grande patronato comercial — a **liquidação do regime da Semana Inglesa e a abertura ao Domingo** — por forma a que ele possa utilizar períodos de funcionamento insustentáveis para cerca de 90% das empresas comerciais portuguesas.

Com este Projecto o governo pretende desferir um ataque brutal contra os trabalhadores do comércio e serviços — este projecto representa uma **ameaça gravíssima e imediata aos direitos e regalias dos trabalhadores do sector** (fim da Semana Inglesa e Descanso ao Domingo e Feriados), **às suas condições de vida e de trabalho** (dias com 10 a 12 horas de trabalho e semanas com 60 horas de trabalho), **à manutenção e segurança do seu emprego e ao normal desenvolvimento das suas relações sociais e familiares.**

Este Projecto é **claramente inconstitucional,** quer por por visar objectivos vincadamente monopolistas e centralizadores, quer por legislar sobre matéria — direitos fundamentais — da exclusiva competência da Assembleia da República.

Como é já do conhecimento público, o repúdio generalizado em relação a este Projecto do governo AD extravasou a própria organização sindical do comércio e serviços tendo-se no mesmo sentido pronunciado já inúmeras estruturas do movimento sindical e diversas organizações e associações de comerciantes.

A imediata e vigorosa resposta dada pelos trabalhadores do comércio e serviços, obrigou já o Governo a um significativo recuo, ao ver desmascarada a sua manobra de fazer passar subrepticiamente uma tão grave legislação num período em que as preocupações do povo português se viram para a campanha eleitoral em curso e em que grande parte dos trabalhadores se encontram de férias. Afinal, segundo um comunicado do Ministro do Trabalho de 22 de Setembro, o Projecto seria ainda um "Ante-Projecto", destinado apenas a suscitar a reflexão crítica", a que se seguiu uma nota oficiosa dois dias depois protelando por mais um mês o período de discussão.

Poderosa afirmação de vitalidade, unidade e disposição de luta

Mas que se desiluda o governo com os resultados deste seu recuo eleitoral que transformou, através do Sr. Ministro, um Projecto de Decreto-Lei, em adiantada fase de obtenção de pareceres nos termos da lei 16/79, em mero texto para reflexão.

A poderosa afirmação de vitalidade, unidade e organização evidenciadas por toda a classe, a sua firme disposição de luta, num momento em que alguns dos seus mais importantes direitos estão gravemente ameaçados, não abrandará, enquanto se mantiverem de pé as intenções do Governo AD, quer apareçam sob a forma de ante-projecto, projecto ou mesmo descreto-lei.

Não votar no trabalho ao domingo!

Este grande debate realizado pelos trabalhadores do comércio e serviços desenvolveu-se durante o período que antecede as importantes eleições do próximo dia 5 de Outubro. Eleições, cuja importância e significado assumiram assim para toda a classe uma relevância muito especial.

Perante o Projecto do governo AD de trabalho ao Domingo ficou ainda mais claro o que estará em jogo nas próximas eleições. Para os trabalhadores do comércio e serviços a vitória da AD nas eleições de 5 de Outubro significaria, não só o fim das liberdades democráticas e a liquidação das conquistas do 25 de Abril, mas muito concretamente o fim da Semana Inglesa e do descanso obrigatório ao Domingo, a imposição de horários anárquicos e incontroláveis e o início dum período de despedimentos generalizados.

Votando contra os autores do Projecto, votando pelas forças do progresso e do Portugal de Abril, votando na Democracia, estaremos, também em 5 de Outubro, a defender intransigentemente os nossos direitos e a derrotar definitivamente um Projecto velho de 90 anos.

Lisboa, 24 de Setembro de 1980

Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços
Sindicato dos Trab. Comércio e Serviços do Dist. de Beja
Sindicato dos Trab. Comércio e Serviços do Dist. de Braga
Sindicato dos Trab. Comércio do Dist. de Coimbra
Sindicato dos Empregados Escritórios e Caixeiros do Dist. de Castelo Branco
Sindicato dos Trab. Comércio e Serviços do Dist. de Évora
Sindicato dos Emp. Escritório e Caixeiros do Dist. de Faro
Sindicato dos Trab. Comércio e Serviços do Dist. de Leiria
Sindicato dos Trab. Comércio e Serviços do Dist. de Lisboa
Sindicato dos Trab. Comércio e Serviços do Dist. do Porto
Sindicato dos Trab. Comércio e Serviços do Dist. de Santarém
Sindicato dos Trab. Comércio do Dist. de Setúbal
Sindicato dos Emp. Escritório e Caixeiros de V. Castelo
Sindicato dos Emp. Escritório e Caixeiros do Dist. de Viseu
Sindicato dos Ajudantes de Farmácia do Sul e Ilhas
Sindicato dos Profissionais de Farmácia do Norte
Sindicato dos Trabalhadores de Serv. de Portaria, Vigilância, Limpeza e Actividades Semilares
Sindicato dos Emp. de Escritório e Caixeiros do Dist. do Funchal

De víbora na mão

● Grupos de populares penetraram ontem na sede do PSD em Campo Maior: era a resposta aos tiros de pistola e caçadeira de elementos da AD, quando a população local se insurgia contra «as bandeiras a tourear a população local, buzinando e passando a alta velocidade com os carros», no dizer de um comunicado da APU de Campo Maior, que exige ainda que «sejam devidamente julgados e severamente punidos» os responsáveis.

Ficaram feridas nove pessoas. Os feridos, segundo a APU, estão livres de perigo, mas duas pessoas permanecemram ontem na sede do PSD em Campo Maior: era a resposta aos tiros de pistola e caçadeira de elementos da AD, quando a população local se insurgia contra «as bandeiras a tourear a populaçã pessoas permanecem internadas no hospital de Portalegre.

● Oitenta e nove envelopes contendo verbetes com os destacáveis do recenseamento eleitoral referentes à freguesia de S. Domingos de Rana, foram encontrados no vão da escada da Junta de Freguesia da Parede, revela a AD em comunicado,

Segundo o mesmo comunicado, os envelopes já deveriam ter sido entregues há muitos meses ao STAPE, para evitar o duplo voto. «Como cada envelope contém mais de um verbete, é possível que a fraude abarque mais de 200 pessoas», conclui a AD.

A Junta de Freguesia, por seu turno, é ouvida hoje no tribunal da Comarca de Cascais. Vítor Silva, presidente da junta, afirmou à ANOP que só tinha tomado conhecimento do caso ontem à noite. No seu entender, o caso não vai afectar as eleições, porque será tornada pública a relação dos nomes constantes nos verbetes.

CNE processa Freitas do Amaral e Ribeiro e Castro

A Comissão Nacional de Eleições decidiu participar do vice-primeiro-ministro Freitas do Amaral e do seu secretário de Estado, Ribeiro e Castro, ao Ministério Público de Macau.

A participação fundamenta-se no facto de aqueles dois membros do Governo, nessa qualidade, terem feito publicar num jornal local o anúncio em que saúdam a comunidade portuguesa de Macau, apelam ao voto na AD e desaconselham a votação nas outras forças políticas. Esta prática é claramente violadora das disposições da Lei Eleitoral que proíbe os membros da Administração Pública de utilizar os seus cargos para pressionar o sentido do voto dos cidadãos.

Capitão Calvinho

Um projecto nacional, independente e humanista vai ser defendido nas eleições presidenciais pelo capitão Calvinho, de acordo com um documento divulgado pelo seu Movimento de Apoio.

Aquele oficial, que estava ligado ao MFA e foi presidente da Direcção da Associação dos Deficientes das Forças Armadas divulgará brevemente o seu manifesto eleitoral. Por enquano, e porque é oficial no activo, não poderá fazer declarações públicas de natureza política.

Questão do regime decide-se em 5 de Outubro

Partidos têm de chegar a consenso para rever a Constituição

Setenta anos depois, o 5 de Outubro volta a ser palco de uma questão fundamental da vida portuguesa – a questão do regime.

Entre as oito da manhã e as sete horas da tarde do próximo domingo, os portugueses de voto em riste vão às milhares de Rotundas espalhadas pelo País, optar.

Mas em termos de configuração concreta do regime, a opção será tudo menos clara. Se bem que se conheçam as linhas mestras dos modelos de sociedade que os partidos propõem, aquilo que ameaçava ser a questão quente desta campanha eleitoral – a revisão constitucional – tem estado bastante arredada do debate público, o da intervenção comicieira e do «slogan» eleitoral. Não fosse o carinho quase paternal com que Jorge Miranda a invoca, na campanha da FRS em Braga e a bílis com que os líderes da AD documentam o ódio que têm à Constituição, quase se poderia dizer que ela está para ficar.

No entanto, ela própria admite implicitamente a existência do período de transição, agora a terminar e reconhece a possibilidade de ser revista pelo próximo Parlamento. Porquê então esta ausência da revisão constitucional da pugna eleitoral?

Se é verdade que o tema é pouco susceptivel de ser tratado em termos do «marketing» político que tem caracterizado toda a campanha, e nem sequer é problema sensível para os escolares em idade pré-votante que animam comícios e caravanas ou para os que têm como preocupação ainda e cada vez mais fundamental, o pão de cada dia, outra razão mais de fundo justifica este alheamento.

A própria Constituição em vigor estabelece, no n.º 2 do seu Art.º 286.º, que a revisão constitucional terá de ser aprovada por uma maioria de 2/3. Em números redondos, isto significa que o partido que quisesse ver aprovado o seu projecto próprio de revisão precisaria de 167 deputados, que nenhum irá conseguir.

Os constituintes de 1976 tentaram com estas normas evitar a instabilidade nas instituições democráticas (para o que também contribui a apertada rede de limites materiais de revisão do Art.º 290.º) e, ao mesmo tempo, garantir que qualquer alteração da Lei Fundamental tenha o suporte politico de uma grande maioria parlamentar, em princípio correspondente a equivalente maioria popular. Não se muda de Constituição como quem muda de camisa e os parlamentares da II Legislatura que vão ser eleitos, terão necessariamente de entrar em acordos, de chegar a consenso.

Como e entre quem é o que se está por saber. E daí que os partidos evitem falar do tema com grande profundidade.

Golpe de Estado

A AD desde sempre tem dado tratos de polé ao texto que o PSD votou favoravelmente em 1976 e que em muitos aspectos obteve então o acordo do CDS. Mas sobre a revisão, a sua posição, senão fosse ridículo podia-se considerar ameaçadora: ou se aprova a revisão que propomos ou então recorremos ao referendo, tese, aliás, obedientemente secundada pelo general-candidato Soares Carneiro.

Só que ainda ninguém explicou por exemplo, o que se vai referendar. Uma nova Constituição? Se sim, proposta por quem? Ou apenas se vai referendar a alteração da regra de 2/3? E será que a Comissão Constitucional e o Conselho da Revolução, que então estarão ainda em funções, vão deixar passar a Lei do Referendo? Podiam-se continuar a formular perguntas até ao infinito sobre esta verdadeiro plebiscito que a AD quer propor aos portugueses.

Mas a principal dúvida nesta questão reside nas maiorias. Que maioria pensa a AD mobilizar para votar o referendo? O máximo conseguido até agora pela AD foi de 47% dos votos. Para ganhar um referendo precisa-se sempre de maioria absoluta, para o que a AD teria sempre de retirar, pelo menos, 300 mil votos à esquerda, o que é de todo improvável. E ou a AD contabiliza como votos a favor as abstenções (o que já foi feito, por AD's de outros tempos) ou então a proposta de referendo é uma mistificação. Ou será que os líderes da coligação de direita querem levar as instituições à paralisia para depois pedir uma intervenção dos militares na política? Se assim não for e é duvidoso que os militares embarquem nessa aventura, à AD só restará negociar, não se sabendo ainda se sobre o projecto de Sá Carneiro de 1979 (presidencialista), se com o de Sá Carneiro de 1980 (parlamentarista) ou se com o dos constitucionalistas de Coimbra. Também não se sabe com quem, porque as restantes forças políticas defendem o respeito dos limites materiais de revisão do Art.º 290.º, condenado em todos os projectos aliancistas.

Conselho da Revolução

Acordo mais fácil em matéria de revisão poderia juntar o PS e o PCP, ou a FRS e a APU. Mas entre ambos existe uma divergência fundamental sobre a configuração do poder político depois da revisão constitucional que torna tudo mais difícil. Enquanto o PS defende a subalternização completa do poder militar ao poder civil e a consequente extinção do Conselho da Revolução, substituído por um Conselho da República de composição eminentemente civilista, o PCP tem acentuado que depois da revisão se deverá manter, o Conselho da Revolução ou de outra forma qualquer, a associação das Forças Armadas aos partidos no exercício do poder político. Diz o PC que o peso efectivo que os militares têm na vida política portuguesa justifica essa associação e que qualquer solução diferente não seria mais do que fazer como a avestruz.

Por tudo isto, o acordo parece difícil, mas ele terá de se fazer. Mas para já os partidos escolheram a via do silêncio. Depois das eleições terão mesmo que alcançar o consenso.

Processo de revisão

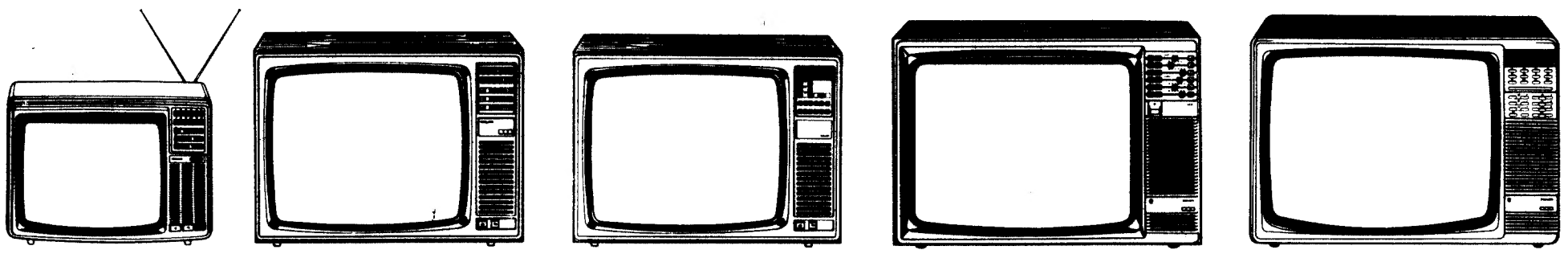
De acordo com as disposições em vigor a II Legislatura, que inicia no dia 15 de Outubro, tem poderes de revisão que se esgotam depois de aprovada a Lei de Revisão e todas as alterações terão de ser aprovadas por uma maioria de 2/3, desde que superior à maioria absoluta dos deputados em efectividade de funções. O Presidente da República não poderá recusar a promulgação da Lei de Revisão, pelo que não existirá, em princípio, nenhum controlo da constitucionalidade da revisão.

É somente aos deputados que compete a iniciativa de apresentar projectos de revisão constitucional e, após a apresentação do primeiro projecto, todos os restantes terão de ser apresentados no prazo de trinta dias.

Os limites materiais da revisão, estabelecidos no Art.º 290.º determinam as matérias que não podem ser alteradas pelos deputados independentemente das maiorias que existam. As mais relevantes e, por isso, mais contestadas, dizem respeito aos direitos dos trabalhadores, das comissões de trabalhadores e dos sindicatos, ao princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção, ao sistema de representação proporcional, à participação das organizações populares de base no exercício do poder local e à autonomia dos Açores e Madeira.

Facilidades até 12 meses

Philips-a maior gama em tv cor



41 cm. com antena incorporada
51 cm.
51 cm. com comando à distância
66 cm.
66 cm. com comando à distância

Casa M.L.Ferreira

Rua D. Estefânia, 48-A – Tel.: 54 50 19 • Av. da República, 54-B – Tel.: 76 94 30

ESPIRAL

Em duas palavras

• Onze dirigentes nacionais da APU participam depois de amanhã, sexta-feira e último dia de campanha, numa série de comícios e sessões. Alvaro Cunhal falará no centro de Lisboa cerca das 23 horas no final de um espectáculo musical, com Carlos Mendes, Carlos do Carmo e Paulo de Carvalho. A festa começa às 10 e mobilizará dezenas de artistas e técnicos ao longo do dia. Trata-se da maior iniciativa que a Aliança tem anunciada para esse dia. Há no entanto espectáculo idêntico anunciado para o Estádio das Antas, na mesma altura. A título de curiosidade assinale-se que à festa das Antas vai o cantor catalão Pi de la Serra.

• A APU tinha anunciado uma manifestação no Porto para o próximo dia 6. Tratava-se de festejar sobretudo a derrota da AD, segundo a promoção. Ontem, o governador civil do distrito proibiu a anunciada manifestação. A APU, porém, mantém a disposição de realizar a manifestação, alegando que «não há base legal para estas prepotências» e não é ao governador civil que compete autorizar ou não autorizar a manifestação», segundo um informador da Aliança em declarações à Anop. A APU vai requerer da medida para os tribunais, participar à Judiciária para efeitos criminais, e requerer a instauração de processo disciplinar.

• Alvaro Cunhal dise ontem na Amadora (sessão da APU na Sorefame) que Sá Carneiro tem comprometida a sua carreira política. O actual Primeiro-Ministro, no dizer do secretário-geral do PCP, está «comprometido» com a alegada fraude à Banca, e «com outras», ainda. Cunhal não especificou, mas diria ainda que «é caso para dizer que já não se safa». Mais adiante, o líder comunista fez questão de considerar que «não é crime dever dinheiro». No caso de Sá Carneiro, todavia, o que se terá passado, no dizer de Cunhal, foi que ele quis «fazer desaparecer o rasto da dívida em seu nome».

• Arnaldo de Matos ontem, no Metropolitano de Lisboa, em visita aos trabalhadores com quem falou: o grupo parlamentar que o PCTP/MRPP quer eleger não terá, na AR, «papas na língua», e fará «demarcação entre revolução e contra-revolução, em vez da falsa diferença Governo-Oposição». Segundo o mesmo líder, «o regime parlamentar burguês está bom para os capitalistas e mau para os trabalhadores». Isto no Metro foi à tarde. À noite Arnaldo de Matos esteve em Marvila, noutra sessão, e, segundo o relato da Anop, terá dito: «Até agora, o Governo fascista da AD só mostrou os dentes da frente. Mas ainda não lhe vimos a dentuça toda». E criticou e acusou de traição e corrupção os partidos traidores e oportunistas, no caso, PS e PCP:

Linguacoop
AVENIDA MANUEL DA MAIA, 46, 1.º DT.º
(à Praça de Londres) — Telef. 88 14 98 — 1000 LISBOA

CURSOS

INGLÊS • FRANCÊS • ALEMÃO
ITALIANO • ESPANHOL • PORTUGUÊS

• PEQUENOS GRUPOS
• PROFESSORES DA NACIONALIDADE

ABERTAS INSCRIÇÕES

Os portadores deste anúncio beneficiarão do desconto de 50% na inscrição

Ref.ª Com.

A BRITSH LEYLAND DE PORTUGAL APOIOU PRESENÇA PORTUGUESA NO MUNDIAL DE "KARTING"

Os participantes no Campeonato do Mundo de Karting, Manuel de Mello Breyner e Gonçalo Figueiredo

Manuel de Mello Breyner e Gonçalo Figueredo estiveram, com o apoio da Miura, «Correio da Manhã» e British Leyland de Portugal no Circuito de Nivelles, na Bélgica, a participar no Campeonato do Mundo de Karting.

Durante a conferência de Imprensa que se realizou nas instalações da BLP, os corredores portugueses expressaram críticas à falta de apoio das entidades oficiais às presenças portuguesas em competições internacionais, considerando comprometida a sua participação se não fossem os suportes privados obtidos.

Maximiano Gonçalves, por parte da British Leyland de Portugal, sublinhou a vontade de a sua empresa intensificar o contacto dos órgãos de Informação, conferindo-lhe uma dimensão sistemática, e referiu que o apoio a Manuel Breyner e Gonçalo Figueiredo se deveu à compreensão do esforço que significa uma qualquer presença portuguesa numa competição de elevado nível internacional.

A BLP está em princípio disposta, não só no sector desportivo mas noutros sectores da cultura e das actividades recreativas, a apoiar qualquer empreendimento de que possa retirar uma contrapartida de prestígio e, portanto, comercial.

BANCO FONSECAS & BURNAY
agora também em
ALPENDURADA E MATOS
ALCANEDE
ARCOZELO (V.N.GAIA)
PRAÇA DA GALIZA (PORTO)
BANCO FONSECAS & BURNAY
prossegue a sua expansão com a abertura de mais 20 novas Agências em 1980
banca AO SERVIÇO DO TRABALHO

APU

Eugénio Alves

"Só falta um dia"

«Só falta um dia. Faz uma crónica sobre isso» – sugere o José Vilaça, na secretária ao lado. O calor tardio de Outubro sufoca. o ar condicionado continua deficiente, o matraquear das teclas pesa nos ouvidos, o Neves de Sousa lamenta os desaires de João (Cifrão» (o presidente do Sporting que teve de alugar o Estádio do Bonfim para o único jogo europeu dos «leões»), mas quase apetece dizer: «Redacção, doce Redacção».

Cumpridos, percorridos, dois mil e tal quilómetro um pouco por todo o País, poucas ou nenhumas novidades temos já desta campanha que cansa activistas, dirigentes, cidadãos e (convém não esquecer) jornalistas. O discurso repete-se, o slogan mantém-se mas a gente vai tirando raras notas, vai apontando curiosidades.

Como esta de dezena e meia de «provocadores» crianças de um jardim infantil, no Príncipe Real. Aconteceu na terça-feira, a meio da manhã, durante um breve passeio pelo jardim. Passaram junto de uma banca da AD. Duas idosas damas, bem «arreadas», distribuíam propaganda da coligação no poder e gritavam a «AD vai ganhar».

Um dos «índios», mais espevitado vira-se para uma delas e corrige: «não é assim. É: a AD vai perder, a APU vai crescer e Abril vai vencer». As velhas ficam desorientadas, vermelhas, coléricas.

Uma delas faz menção de puxar as orelhas ao «provocador» (assim lhe gritou) de cinco anos. As duas educadoras, que acompanham os miúdos, intervêm». Trata-se de crianças, tenham calma.»

Elas não queriam saber da calma ou das crianças. Vociferavam. Até que o pequeno bando, solidário com o corajoso «provocador» que irritou as velhas, abafou-lhes a voz e os ânimos num coro contínuo e sonoro: «APU, APU, APU!»

Na Sorefame

Outras curiosidades deu-as Álvaro Cunhal na sua conversa com centenas de trabalhadores da Sorfame, ao fim da tarde de ontem. Quse não pude entrar, por dificuldades postas pela administração. Uma equipa da televisão brasileira ficou mesmo à porta e, apenas à noite pôde filmar Cunhal na sua sessão do Cacém. É que na véspera a AD tinha promovido uma sessão na empresa e... apareceram umas vinte pessoas, engenheiros na sua maioria, conforme relato e foto de um matutino. Isto irritou os patrões e fala-se já de um inquérito aos porteiros que deixaram entrar o curioso jornalista.

Os operários tratam Cunhal por camarada. Ignoram o título, o diploma, o dr.. Para eles o secretário-geral do PCP é sobretudo um companheiro mais esclarecido, mais rodado nas questões de organização e defesa dos seus interesses. Daí o tom informal, coloquial e singularmente didáctico de encontros como o de ontem na Sorefame.

O líder comunista começou por fazer uma exposição breve, quase um ponto político, sobre as questões-chave destas eleições.

Chovem depois as perguntas. Numerosas e a revelarem um grau acentuado de consciência política.

Em resumo, e por temas, assim falou ou respondeu Cunhal às questões postas. **Dívida de Sá Carneiro** – se esperam o último dia para apresentar a contestação e quando os outros já não podem dar resposta, é porque não estão à vontade. É desespero. Neste caso Sá Carneiro já não se safa. O crime não é dever é a fraude utilizada para não pagar.

PPD «purificado» – aliança com PS – Um partido não muda de orientação e programa ou princípios apenas porque muda o seu principal dirigente. O PPD será sempre o partido dos monopólios, dos grandes agrários. Foi para isso que foi criado, para defender esses interesses. É uma questão de classe e não de líder. Qualquer aliança do PS ou FRS comm o PPD purificado será sempre uma aliança com a direita.

Soares Carneiro – Tinham perguntado a Cunhal porque encerrava a APU a sua campanha eleitoral no Porto no Estádio das Antas.

Lembrou a diferença entre alugar um recinto para uma jornada política ou eleitoral e o caso do convite da direcção do clube a Soares Carneiro para estar no camarote principal a assistir a um jogo. Revelando estar atento a tudo o que se passa, mesmo ao futebol, o dirigente do PCP denuncia o convite, mas recorda o azar que o candidato AD transporta para todas as suas iniciativas. O F. C. do Porto – conta Cunhal – perdeu esse jogo e perdeu e empatou os seguintes, perdendo por isso o campeonato. Espanto na Sorefame!

UDP – Partido antifascista mas com uma orientação errada. «Temos nas nossas fileiras muitas pessoas que já foram da UDP. E continuam a chegar...»

ASDI – Não é diferente da ala direita do PS.

Candidatura do capitão Calvinho – Não vem ajudar nada. Não tem perspectivas.

Vasco Gonçalves – Homem que nos merece a maior consideração e respeito. Não o esqueceremos. A sua candidatura agora poderia facilitar, de novo, a convergência, a pretexto do «antigonçalvismo», de todos os sectores que se entenderam no 25 de Novembro, ou seja, socialistas e toda a direita. Não contribuiria para o objectivo central do momento: derrotar e isolar a direita.

APU inviabilizará Governo FRS sozinho? – Perguntaram-lhe se isso acontecesse não seria fazer-se o jogo da direita. «Isso é chantagem» – respondeu. Não somos obrigados a aceitar qualquer Governo para o qual não tenhamos sido consultados. Não se pense que iremos ser a muleta para nova política de pacotes. Há muitas soluções governativas no quadro constitucional.

Reforma Agrária – Nem perdida e muito menos «irremediavelmente» – respondeu a um trabalhador. O Alentejo não se dobra de qualquer maneira. As terras roubadas serão recuperadas. A APU pensa aumentar em Évora e Beja as suas votações.

PCP totalitário – Aqui não há chefes que decidem de uma maneira e os que discordam são forçados a sair, como tem acontecido no PS e PPD. Há uma intensa democracia interna e às bases contam mais do que se pensa.

Rossio é APU

Espectáculo, espectáculo, é o da APU em pleno Rossio,, onde amanhã encerra a sua campanha lisboeta. Vai ser uma «sexta-feira APU» que incluirá música e canções todo o dia em Emissor Povo Unido, a APUteose e comício com Cunhal.

Será distribuída ainda propaganda às horas de ponta em diferentes locais da cidade, mesmo nos transportes públicos e restaurantes, à hora de almoço. À tarde desfiles e caravanas de automóveis confluirão para as zonas centrais da cidade.

FRS

Ribeiro Cardoso

A ASDI ou o entusiasmo dos homens que nunca se viram nestas andanças

BRAGA, 2 – Eram horas de jantar quando ontem cheguei à cidade dos arcebispos e dos irmãos Corrécios. Na Federação do PS não havia ninguém para me dar as informações que preciso. Valeu-me Raul Rego, que encontrei numa das ruas próximas da Arcada. Com a sua inevitável boina, garganta rouca de tanto falar em comícios e sessões de esclarecimento, disse-me então que nessa noite a FRS realizava um comício-convívio com a população de Soutelo, uma localidade a 6 quilómetros de Braga.

«Zenha está lá, pois Soutelo é a sua terra Natal. Eu vou-me deitar, porque precico de recuperar para poder falar amanhã. Mas por aí indicam-lhe facilmente a maneira de lá chegar».

Em pouco mais de cinco minutos de conversa, Raul Rego, meu antigo companheiro de trabalho no «DL» – já lá vão quase 10 anos – foi-me contando do seu optimismo em relação ao dia 5 de Outubro. Quanto à derrota da AD (isto é, quanto ao desaparecimento da maioria absoluta de deputados da AD) Raul Rego não tinha dúvidas. E trigo limpo, disse, não só pelas informaçoes de que dispõe através do PS, mas também pelo que tem visto por todo o distrito de Braga.

«A esquerda vai subir bastante. E visivel» – garantiu.

«E quanto a deputados: a FRS, em Braga, mete mais um ou não?»

«Hoje temos cinco deputados mas já tivemos seis. Neste momento não tenho dúvidas que recuperaremos pelo menos esse».

Raul Rego nada mais adiantou. No entanto, em conversas que mantive nessa noite com pessoas ligadas à FRS e à APU, as previsões divergiam um pouco das do velho republicano e socialista. Resumindo: é um facto perfeitamente incontroverso que a AD vai perder muitos votos em todo o distrito de Braga. A esquerda, de um modo geral, vai subir. A passagem triunfal de Mário Soares por estas bandas, no domingo passado, foi um indício seguro. Mas não é só: as sessões da FRS têm sido muito muito participadas e aguerridas. Não há comparação possível com o ano passado. Quanto à APU o fenómeno ainda é mais vigoroso, com a vantagem de esta formação precisar apenas de 6 mil votos mais para tirar um deputado à AD – que é dado como perfeitamente seguro pelos seus responsáveis (que encheram a cidade e o distrito com propaganda onde tornam isso claro) e admitido por dirigentes da Frente.

Dos Corrécios a Soutelo

O motorista do táxi que me conduziu a Soutelo confirmou o que já me havia chegado aos ouvidos: os Corrécios andam de novo a fazer das suas em Braga. Na última semana, então, a sua actividade tornou-se escandalosamente notada, sem que as autoridades policiais façam o mínimo esforço para pôr cobro à situação. Sem trabalho, sem que se saiba, de onde lhes vem o dinheiro para continuar a passear-se de automóvel e a frequentar os bares da cidade, as pessoas percebem apenas que Eduardo Corrécio anda de novo de mãos dadas com gente da AD a destruir propaganda política dos partidos de esquerda, a disparar tiros e a distribuir ameaças. Que é um sinal visivel da fraqueza e do temor da AD quanto ao que lhe vai acontecer no próximo domingo. Inevitavelmente.

Mas falemos de Soutelo, freguesia onde o PS reparte os votos com a AD, apesar de o local pertencer ao concelho de Vila Verde onde os aliançários são largamente maioritários.

q Ontem à noite, o Largo de Soutelo, mesmo junto do Rio Cávado, estava todo iluminado. Centenas de pessoas com autocolantes e bandeiras da FRS davam um ar de festa à terra. Mesquita Machado, presidente da Câmara de Braga e membro destacado do PS, falava em cima de um estrado quando lá cheguei. Insistia na questão das finanças locais, nos 25 milhões que o Governo AD retirou às autarquias. Contou como o FRS está a crescer, numa «onda avassaladora que só terminará na vitória». Referiu a questão do voto útil, sublinhando que só a FRS é alternativa à AD. No final, depois das ovações costumeiras, recebeu um ramo de cravos. «Cravos de Abril» – como lembrou o apresentador.

O entusiasmo dos ASDIS

Depois seguiu-se Jorge Miranda, nitidamente entusiasmado a a falar para multidões (é curioso este fenómeno: os ASDIS que nunca se tinham vistm antes nestas andanças, vêm melhorando de dia para dia, rejuvesnescem com a novidade, elevam a voz com o andar da carruagem, fazemm paragens propositadas no discurso para serem aplaudidos. Só não pude ver se as faces de Jorge Miranda se ruborizava de satisfação com beijos e abraços de mulheres do povo – como acontece sempre com o eufórico Sousa Franco – porque em Soutelo, pese embora o entusiasmo, não houve invasão de palco...)

Mas em Soutelo, dizia, Jorge Miranda fez um discurso mais inflamado e com mais sumo. Camisa sem gravata, gestos decididos, voz quase gritada, falou, do projecto de «democracia» que a FRS apresenta ao povo, explicou porque saiu do PSD, referiu com pormenores o projecto antidemocrático da AD, deu vivas ao presidente Eanes (a população gritou repetidamente que «presidente só há um, o Eanes e mais nenhum...), criticou violentamente o referendo pretendido por Sá Carneiro, comparando-o ao de Pinochet no Chile e terminou afirmando que a vitória era certa, mas era preciso trabalhar incansavelmente até ao dia 5.

«A FRS não tira nada a ninguém. Respeitamos as tradições, as crenças religiosas, a propriedade. Não tiramos nada – queremos, pelo contrário, dar. Dar mais direitos am povo nos domínios da habitação, do trabalho, da educação. Vão e digam isso aos vossos conhecidos e amigos. Mas digam-no com educação e modéstia».

Na parte final dm seu discurso, Jorge Miranda mais parecia um apóstolo. Em cima de uma camioneta, mulheres gritavam Miranda, amigo, o povo está contigo». O que de resto, voltariam a gritar quando Salgado Zenha, o último orador, visivelemente cansado por estes dias terríveis de campanha, acabou de falar, sem chama, para os seus conterrâneos.

Também em Soutelo me apercebi com clareza que o princípio do fim para a AD, aqui em Braga, já começou.

UDP e FUP discutem Otelo nas presidenciais

Delegações da FUP e da UDP reuniram-se já por duas vezes a pedido deste partido, com vista ao apoio da UDP à candidatura presidencial de Otelo, soube hoje a ANOP.

Uma fonte ligada à FUP disse que as reuniões efectuadas não produziram até agora qualquer efeito, pois, em princípio, a UDP condiciona o seu apoio a Otelo a uma indicação de voto da FUP na UDP

«No caso de não haver indicação de voto na UDP, este Partido reserva a sua decisão de apoio» – acrescentou o informador.

«Trata-se de uma chantagem que temos de rejeitar» – disse a mesma fonte, acrescentando ignorar de momento se estão programadas novas reuniões entre os dois partidos.

APU Augusto Vilela

Pela força da juventude o segundo deputado por Braga

GUIMARAES, 2 – A menos de 48 horas do termo da Campanha Eleitoral há total confiança do lado da APU na eleição de um segundo deputado por Braga e a convicção generalizada de que a juventude vai desempenhar um papel decisivo e muito provavelmente será ela que vai finalmente colocar em minoria no distrito os partidos de direita que têm vindo consecutivamente a descer desde 1975. De 56,5 por cento em 1975 os partidos de direita baixaram no seu conjunto para 54,7 em 1976 e 51,9 em Dezembro do ano passado.

Entretanto, nos três mais populosos concelhos do distrito – Braga, Guimarães e Fafe – que são ao mesmo tempo zonas de forte concentração industrial, os partidos de esquerda são já maioritários no seu conjunto. A maior evolução verifica-se contudo em relação ao PCP e à APU. De 12 500 votos em 1975, passou para 13 700 em 1976, um ano depois da vaga de assaltos de que foram alvo os seus centros de trabalho. Em 1979 a APU elegia o seu primeiro deputado em Braga e registava um aumento verdadeiramente espectacular: dos 13 700 votos obtidos em 1976 passou para 38 057, ou seja, esteve muito próximo de eleger um segundo deputado que é este ano o objectivo principal.

Mas importa considerar que, se em certas zonas do País os fortes aumentos de votação se poderão ficar a dever à deslocação de eleitorado que antes tinha votado no PS, Braga não deve ser o caso. Primeiro, porque as perdas do PS neste distrito são apenas da ordem dos dois por cento e depois porque o aumento da APU se traduz em números tão elevados que, sem dúvida, correspondem a uma real implantação.

Mas regressando ao papel dos jovens nestas eleições ainda ontem tive uma verdadeira surpresa. Estive em S. Cristóvão de Seide, uma freguesia ao lado de Pevidem, importante centro de indústria têxtil com cerca de 15 000 opeários. Havia ali uma sessão orientada por Oscar Jordão, candidato número dois pelo distrito de Braga.

A sala estava a abarrotar, com os lugares todos ocupados e pessoas encostadas às paredes e amontoando-se à porta. Só jovens.

Mas isto não é exagero. De facto era só juventude. Filhos de operários, de empregados, de pequenos comerciantes e proprietários. Levantam questões importantes e revelam um grau de formação que os distingue flagrantemente dos pequenos marginais das famílias bem que infestam as escolas de Lisboa e Porto. E por eles que se deve aferir a juventude portuguesa.

Braga é um dos distritos do País com maior percentagem de jovens e particularmente no que diz respeito a Guimarães é de todos os concelhos do distrito aquele que tem mais juventude. Dos 5000 novos eleitores recenseados, a grande percentagem é constituida por jovens que atingiram a idade de votar. E neles especialmente que se concentram as esperanças dos responsáeis da APU.

De porta em porta, de bairro em bairro com música e tambores a APU sai duas vezes por dia para incursões nas zonas operárias. A receptividade das pessoas, salienta-me Oscar Jordão, ultrapassou tudo o que se poderia esperar e hoje a APU faz sessões de esclarecimento em todos os locais o que era impossível anteriormente.

«Esta receptividade tem que ter algum significado e alguns reflexos no voto», sublinha o candidato da APU que todavia, sem pôr em causa a possibilidade de vir a ser eleito, não quer mostrar-se optimista. Em contrapartida, quer em Guimarães quer em Braga a eleição do segundo candidato é considerada como certa.

Apesar de o PS ter grande implantaçao em Guimarães e de ser previsivel uma subida houve quem me garantisse que isso não impediria a subida da APU.

A destruição da propaganda durante a noite por bandos de marginais que depois se põem em fuga, tem sido a preocupação principal das forças de esquerda. A AD é acusada de recorrer a marginais conhecidos na região para estes actos, mas em certos casos tem-se saído mal e são os próprios activistas da AD as vítimas. Ao que parece os marginais, que não trabalham propriamente por amor à arte ou por convicção política, sentiram-se lesados quando chegou a altura de fazer contas. A AD não teria pago. Pelo menos é o que se diz.

Nem só os marginais destroem propaganda partidária. Há gente aparentemente responsável que faz o mesmo. E o caso da administração dos Correios e Telecomunicações que resolveu emitir uma directiva para que seja arrancada toda a propaganda colocada nos seus edifícios.

Ontem, no Palácio dos Correios, uma brigada de trabalhadoras indefesa, dirigida por uma espécie de capataz, procedia à retirada de numeroso cartazes que se encontravam nas paredes do edifício.

Foi-se juntando gente que protestava pois a Lei só nao permite afixar propaganda no interior dos edifícios públicos a não ser que estes sejam monumento nacional, que não era o caso.

Garanto-lhes que foi uma boa experiência ver os polícias tentando demonstrar o absurdo, tentando convencer-nos de que aquilo – os correios – era um edifício público como qualquer repartição ou ministério porque a sigla EP quer dizer «Estado Português».

Pouco depois, a multidão era muita e tentou que a polícia impedisse que a propaganda fosse arrancada. Perante a inacção dos agentes da ordem, elementos da APU disseram que sendo assim voltariam com cola e mais cartazes. E assim foi. Ao fim da tarde uma brigada colocava de novo propaganda no local sob os olhares de centenas de adeptos da APU, empunhandp bandeiras e gritando «Abril já venceu»:

A polícia havia-se retirado entretanto «por não haver provocações» em seu entender.

Agora,o Porto prepara-se para encher amanhã à noite o Estádio das Antas num final de campanha que me garantem que será memorável.

A convicção da derrota da AD é uma constante e estende-se mesmo a muitos apoiantes da coligação governamental que atiram as culpas sobre as mais diversas personalidades do amplo leque governamental. Os mais acusados são os responsáveis por medidas repressivas e ainda agora a decisão do governador civil do Porto de não autorizar a manifestação da APU na próxima segunda-feira, vai traduzir-se em mais alguns votos nos partidos de esquerda.

«As pessoas têm medo da AD» dizia-me ontem à noite em Guimarães um responsável local.

FRS Rogério Rodrigues

"Não nos intimida o carneirismo"

Torres Vedras, 2 – Em A-dos-Cunhados estava montada a instalação sonora numa camioneta. Mário Soares apresenta Leonel Brizola que, embora por cinco minutos, veio manifestar a sua solidariedade a Mário Soares e à FRS. Partiu de imediato para Lisboa para tomar o avião à meia-noite.

A noite iria aquecer a partir daqui com as ameaças e os avisos que foram chegando, também de Lisboa. Arruaceiros da AD preparavam-se para furar os pneus da caravana no Cadaval. Trabalho que iria por certo ser demorado dada a extensão da caravana, a engrossar já desde Torres Vedras.

A arruaça pode tirar-se a papel químico – junta-se no largo, mas atrás dos manifestantes, um grupo gerálmente pequeno de crianças, mulheres e um outro homem e gritam entre a histeria e o ódio, alguns insultos particularmente a Mário Soares.

Na nova cidade do Oeste, com um presidente da Câmara PS, Alberto Avelino, Soares falou para os operários da fábrica Hipólito. Ontem Sá Carneiro andara por aquelas bandas. Soares escolheu o seu discurso-tipo para estas terras prometidas onde a uva é a sua riqueza e o vinho a martelo a sua praga. Dirigiu-se o líder socialista aos pequenos e médios agricultores, denunciou a aviltação dos preços do vinho e da batata e clamou contra os armazenistas de Lisboa que enriquecem com o suor das gentes de Torres.

A caravana chegou de algum modo tensa ao Cadaval, um feudo da AD onde os arruaceiros prometiam boicote. A segurança redobrou de atenção. O salão onde decorreu o comício, apresentado por Teófilo Carvalho dos Santos, estava repleto. Havia muita gente fora. Os organizadores colocaram dois altifalantes no exterior, de modo que o seu som chegasse até à Praça, onde um pequeno grupo da AD observava (à distância) os acontecimentos. Rui Lopes, um autarca do PS, fez uma intervenção perfeitamente localizada: O Governo AD tirou 56 mil contos ao Cadaval, 86 mil a Alenquer e 130 mil ao concelho de Torres. A junta da freguesia da Marceana quis construir uma escola. Do alto disseram-lhe que não, alegando um duvidoso critério de prioridades. Eis senão quando o governador civil puxa do seu saco azul, tirado aos dinheiros das autarquias, e diz que sim senhor, que Marceana vai ter uma escola.

Alberto Avelino fala do comício de ontem da AD em Torres Vedras, com a movimentação dos velhos caciques, que já vêm dos tempos de Salazar, a arregimentar pessoas para dar um sinal de grandeza, quando se trata de uma servidão, às palavrinhas de Sá Carneiro. Alberto Avelino desenterra o machado de guerra e clama para os caciques da região, para o obscurantismo – que só ele – os faz sobreviver: «Sei que dói a muita gente ver que as nossas aldeias estão electrificadas.»

Mário Soares pegou a arruaça pelas orelhas, arregaçou as palavras, e investiu contra o medo e a coacção. «Em 1969, quando os democratas faziam uma sessão eram cercados pela PIDE. Os dois (Mário Soares e Teófilo Carvalho dos Santos) viemos aqui com um outro camarada nosso que já morreu fazer uma sessão eleitoral. Felizmente as circunstâncias mudaram.»

Soares elogia o trabalho dos autarcas do PS na região e lança pelo altifalante as suas palavras para a vila do Cadaval, dominada pela AD: «Quando vim para aqui estavam organizados grupos de arruaceiros, certamente antigos pides ou alguns retornados para perturbar a caravana da FRS e talvez com a esperança de que fosse possível voltar ao antigamente. Desenganem-se pois esses grupos organizados e certamente pagos. Não nos deixamos intimidar com o salazarismo nem com o gonçalvismo. Não nos vamos deixar intimidar com o carneirismo.»

Enquanto as palavras de Soares atroavam pelo Cadaval, entretive-me a falar com meia dúzia de jovens da AD que, imperturbáveis e sem que ninguém os perturbasse, ostentando emblemas bem visíveis da Aliança, assistiram à entrada do salão ao comício. «Porque estão aqui?» «Por estar», diz-me um. «Para serem esclarecidos?». «Claro», ironiza uma moça. «Gostei dessa. Olhe lá, se no seu comício da AD aparecessem cinco ou seis jovens com emblemas da FRS que é que lhes acontecia? Aqui ainda não foram insultados, ainda ninguém lhes mandou uma piada ...» Não responderam. Continuamos a falar. Um é menino bem. Tem trabalhadores ao seu serviço, faz grande questão em dizer-mo. Outro, tem ainda as borbulhas da puberdade, dum trinaranjus político, com corante artificial. Só duas objecções apontam à FRS, muito menos do que a dos pasquins de direita que de quando em quando folheiam: o Lopes da Neta e a conta bancária de Mário Soares na Suiça. Não estou a brincar. Aqueles moços estão ainda no reino do Tim-Tim da política. Não senti mais que uma grande fragilidade que os ocupa, um conformismo, uma miséria conservadora que os habita, a estes putos da inércia.

Dores de Parto

Chuva de votos ou os perturbadores da ordem

Desde que, após a vitoria dos Aliados «a sombra da bandeira da democracia», Salazar tentou uma falsa viragem com a mascara da «democracia orgânica», ordenando a realizaçao de um simulacro de eleiçoes, «ao menos para inglês ver», como descaradamente as classificou em Braga o director do «Diario da Manhha», Manuel Murias (pai).

Tais «eleiçoes» foram-se repetindo ao longo dos anos, apesar dos repetidos protestos da Oposiçao, exigindo baldadamente recenseamentos honestos e fiscalizaçao dos actos eleitorais. Recordamos aqui um breve episodio desses tempos, anteriores ao 25 de Abril:

Os dois homens muito juntos, como se quisessem proteger-se um ao outro, aguardavam a abertura da porta de uma assembleia de voto. Quando alguem fez correr os ferrolhos interiores, estremeceram. O mais novo tirou uns papeis do bolso. O outro, um antigo militar de cabelos todos brancos, começou a avançar para a mesa. Aos cantos divisavam-se algumas sombras, homens de óculos escuros, pequenos grupos que já haviam tomado posições estratégicas.

Os dois homens estavam junto da urna, à espera que o presidente acabasse de assoar-se. Com ar sorridente, o presidente perguntou:

—Vêm votar?

Os dois homens hesitaram. O mais velho acabou por explicar:

—Bem...Nós somos da Oposição...pretendíamos fiscalizar de acordo com a lei....

O presidente ficou sério.

—Podem ficar na sala — admitiu.

O mais velho disse para o outro:

—Leia lá o que diz a lei!

O mais novo atrapalhou-se com os papeis que ja trazia na mão

—Bem...a lei diz...que a urna tem de ser virada e mostrada aos eleitores...

—O que é que os srs. querem? — gritou o presidente.

Os dois homens já estavam rodeados por muita gente. Mas o mais velho pegara na urna e virava-a ao contrario. Meteu a mão e sentiu partir-se qualquer coisa, começando a cair uma chuva de votos que esvoaçavam por toda a sala.

—Rua! Ponham-se la fora! — berrava o presidente, fora de si.

—Atrevem-se a vir aqui perturbar a ordem! — continuava a gritar o presidente.

Ainda se ouviu um débil protesto invocando a lei mas os dois homens sentiram-se manietados e empurrados de roldão para fora da assembleia de voto. O presidente também estava lívido.

AD **Luís Humberto Marcos**

Família, streep-tease, croquetes e detergente

POVOA DE VARZIM, 2 – «E possível e até desejável governar sem o PC e se for necessário contra o PC» – a frase foi arrancada há dias por Sá Carneiro, alongada depois por Ferreira do Amaral em Castelo Branco e repegada, ontem à noite, por Freitas do Amaral no comício aqui realizado com muita gente entusiástica, sob um pequeno mar de bandeiras.

O líder centrista acabava de falar nos governos minoritários do PS («que utilizavam o método da banha da cobra... fazendo acordos com o PC») no «Governo de não saudosa memória de Lourdes Pintasilgo e nos governos gonçalvistas das «nacionalizações, dos roubos, da Reforma Agrária, do controlo e intoxicação dos meios de Comunicação Social, da ofensa aos sentimentos do povo português».Todos estes, disse, «Governos que não queremos».

O discurso de Freitas do Amaral continua a ser estruturalmente o mesmo desde o início da campanha, mas ontem o líder centrista foi mais explícito quanto à revisão constitucional.

«E necessário alterar a Constituição marxista que não queremos para a Constituição democrática que desejamos». A operação limpeza é apresentada de três formas: eliminando toda a terminologia marxista – a Constituiçao é «um espelho de Marx», «há frases inteiras tiradas dos livros de Marx» «limpar da Constituição a imposição de um modelo socialista de Estado, colectivista» e «abolir total e definitivamente para sempre o CR», porque, disse, «nao conheço nenhuma democracia com Conselho da Revolução, conheço sim poucas ditaduras onde nao haja CR».

Na parte dos auto-elogios ao Governo, Freitas do Amaral traz uma novidade: «Portugal é o primeiro país da Europa onde os alunos do ensino secundário não estão contra o Governo, antes apoiam o seu Governo». Fazendo como que um balanço da campanha atira:

«A oposição foi incapaz de apresentar qualquer projecto, assistiu-se a violências, perseguições, ataques, calúnias, baixa política de quem não sabe ver ou pensar mais alto». Pensando e vendo alto Freitas do Amaral passa por um elogio à família («célula fundamental da sociedade»), e pede, insistentemente, que «arregacem as mangas para que se obtenha a mais retumbante vitória deste país».

Para iritar Eanes

Já antes do líder do CDS ter falado na família, o «speaker» Silva havia feito o mesmo elogio na pessoa das mulheres de Freitas do Amaral e de Pinto Balsemão ali presentes.

Irritante como é e gosta de ser o já inconfundível Silva das festas da AD ganha a assistência com coisas do género: «Para irritar os nossos adversários e o seu chefe de fila que é o general Ramalho Eanes, PS e PC derrotados pela AD». E «a vitória está no papo AD-80-84». Tudo «para irritar», como salienta sempre.

Sadismo velado? Depois chega a isto: «As pessoas conscientes, competentes, não estão com o PR, nem com o CR, nem com a Frente dos restos das sobras ou a APU».

Pinto Balsemão também falou. Refere-se a um «compromisso histórico reinventado à última da hora pelo general Ramalho Eanes e logo repercutido por esse tatá da baixa política portuguesa que é a FRS». E procura gozar embora neste campo nunca se sinta à vontade: «A FRS tem tão fraca imaginação que o F de Freitas do Amaral, o R de Ribeiro Telles e o S de Sá Carneiro».

A dívida

A seguir o secretário de Estado do Tesouro, Tavares Moreira, garante que o aumento dos preços não excederá no final deste ano os 16 por cento e que «connosco a governar os preços não vão continuar a subir como nos últimos anos». A ver vamos.

E com a responsabilidade que tem no Governo, Tavares Moreira diz, por sua honra, «que o 1.º ministro não tem qualquer dívida para com qualquer banco». Mais: «que a acusação que a oposição faz de ter havido comportamento ilícito é completamente falsa».

Curiosamente vi ontem espalhados por esta cidade panfletos que rezam assim: «Sá Carneiro caloteiro? Sá Carneiro paga o que deve? E vós socialistas, comunistas, apus, etc, deveis o Ultramar ao povo português. Vota AD o voto certo».

O detergente

Mais uma vez o monárquico António Moniz mostrou o seu fraquinho pelos croquetes russos:«O que acontece é que o Governo em vez de andar em viagens e a comer croquetes na Embaixada tem acabado com as bichas, até porque o governo AD não gosta das bichas socialistas. Não esconde também o seu fraquinho pelo streep-tease». Fala na «luminosa ideia dos socialistas, de quererem fazer um streep-tease aos conselheiros da Revolução – despem-lhes a farda e põem-nos à civil para formarem um Conselho de Estado para o PCP continuar a mandar em nós».

Antes, Manuel Agonia, dirigente local do PSD que há dias havia perguntado se «esse homem sério é ou não caloteiro», diz que a Frente é para ele «traseiro» e que a AD é constituída por «pessoas de primeira».

Neste comício onde houve de tudo, não podia faltar a música. Adérito Ferreira (CDS) compara a esquerda a uma orquestra, em que os músicos são os Conselheiros da Revolução, o vocalista – Mário Soares , responsável pelos contratos – A. Cunhal, e a assistência – general R. Eanes e «os seus parceiros de Belém». Quanto à APU «é antes um detergente».

Isso: só um detergente mas que tipo de detergente, é capaz de assear certos «instrumentos».

AD **Fernanda Mestrinho**

Sentir? Sinta quem lê

SANTAREM, 2 – Nota mais importante do comício da AD, em Santarém, na Feira da Agricultura: o ambiente de «fiesta». Um dinamismo, uma alegria que ainda não tínhamos visto em qualquer comício da Aliança Democrática.

Claro que estavam milhares de pessoas. Vieram de Alpiarça, do Cartaxo, de Rio Maior. No meio do recinto, uma banda «à paisana» toca desafinada uma música. Ninguém a reconhece, mas não é o hino da AD, que vimos escutando já quase como quem toma «óleo de fígado de bacalhau». E, toda a gente faz coro. Não há maestro, é o homem do saxofone que dá uma pancadinha no ombro do tipo do clarim: entra agora... o tipo do clarim percebe. Mas lá que faz falta um maestro àquela banda, é visível.

Quando chega Sá Carneiro, começa o fogo de artifício. «Deitem isso lá para longe» – grita o homem da segurança, lembrado do que tinha acontecido na Praça do Comércio. Mas ali, não, tudo deu certo. Canta-se, há um certo tom de «fiesta». Os forcados, os bonés, os campinos, ali estao, mas também os estudantes e trabalhadores. Diz-se que a AD vai aqui perder um deputado. Talvez...

A AD teve, em Santarém, um verdadeiro comício. Tal como tinha acontecido nas anteriores eleições que lhe deram a maioria absoluta. Até agora tem sido, para além dos comícios (um pouco a despacho), a ausência de contacto directo com as populações. Um género de campanha que lhes pode trazer alguns dissabores.

Finalmente!

Martins Canaverde (CDS) e Leonardo Ribeiro de Almeida (PSD) foram os dois candidatos locais a usarem da palavra, antes dos líderes. Sem história. Novidade, sim, viria, do discurso do arq. Ribeiro Telles.

A parte inicial do discurso estava escrito. Por isso, não perdeu o fio à meada. Falou da agricultura, da Companhia das Lezírias, etc., etc.. Não há qualquer «balbúrdia», tem uma certa lógica. Foi, aliás, o **único** discurso do dirigente do PPM em toda a campanha. Já, na parte final, regressa um pouco à fraseologia habitual. Aqui, volto a olhar para a banda. Impaciente por dar mais uns acordes.

O eng. Amaro da Costa, em representação do prof. Freitas do Amaral, mantém a forma habitual. O dirigente centrista tem quatro «certezas»: «A AD vai ou não ganhar?». «Vai», responde toda a gente. «A AD vai ou não vai ter mais votos e mais deputados?». «Vai». «A AD vai ou não vai governar nos anos 80-84?». «Vai». A AD vai ou não conseguir eleger o seu candidato a Presidente da República?». «Vai».

Enquanto «vai ou não vai», o eng. Amaro da Costa «vai» atacando a Oposição e Eanes. Aponta as quatro quimeras da FRS. No seu discurso «esquemático», Amaro da Costa refere-se à afirmação de Mário Soares de que «iria ter a maioria absoluta». «Isso – diz – é um insulto à memória e à inteligência do povo português». Faz as contas, ironiza com a «vaga de fundo», com as contradições ideológicas no seio da FRS. Em Santarém, Amaro da Costa está mesmo virado para «os trabalhadores e os operários». Termina, mesmo, com um «viva aos trabalhadores e aos operários».

«Mas, como pode, um trabalhador votar em consciência na FRS. Vota na UGT, já que nas listas está o dirigente da UGT Vitor Hugo Sequeira, mas também vota na Intersindical, já que lá está o dirigente nacional Kalidás Barreto?». Refere-se à «política de alianças». «Pela nossa parte, a situaçao está clarificada: não haverá alianças e se não tivermos a maioria absoluta, seremos oposição». «Mas irá o dr. Mário Soares aliar-se ao PC, ao partido que apoiou a invasão da Checoslováquia, a invasão do Afeganistão, que não diz uma palavra sobre a luta dos trabalhadores polacos e desse homem da liberdade que se chama Walessa?». «E altura de perguntar: dr. Mário Soares, em que gaveta meteu a liberdade?».

Pela primeira vez, ouvi o nome de Soares Carneiro num comício da AD (o de Eanes ouvi em todos). E Amaro da Costa ainda. A propósito da proposta de Mário Soares, no Porto, de um acordo de regime com a AD e a APU, Amaro da Costa afirma que «essa proposta já foi feita há muito tempo pelo general Saores Carneiro. Significará isto, que o PS se aproxima militantemente do general Eanes, mas das ideias do general Soares Carneiro». Quanto a Eanes, é «minoseado» com o ataque de sempre: a sua fotografia ter aparecido na campanha eleitoral da FRS. «Na próxima sexta-feira, quando o general Eanes falar na RTP, será como Presidente da República, que todos temos de respeitar desde que ele se faça respeitar, ou como um novo militante do Partido Socialista?».

No final, Amaro da Costa termina com vários «vivas». «Vivam as mulheres, que às vezes até mandam em nós». «Não mandam nada» – diz um marialva, lá do meio da multidão. «Mandam, mandam» responde Amaro da Costa.

Finalmente, Sá Carneiro repete o discurso de Torres Vedras. Pessoalizando-o mais em Santarém. «Eu, eu» repetiu várias vezes Sá Carneiro. Presta contas da governação, aponta objectivos. Este é o **discurso.** Talvez que ontem, em Santarém, lhe tenha faltado o tal «golpe de asa» como diria Sá Carneiro (mas o Mário). Um pouco de alegria, mas também há o cansaço. E, assim, estamos a chegar ao fim desta campanha eleitoral. Perguntam-me o que sinto em relação a esta campanha. Sentir? Sinta quem lê.

Em duas palavras

• Uma votação maciça na coligação de direita permitirá eleger um forte grupo parlamentar capaz de «suprir a diminuição de deputados da AD». Disse-o ontem na televisão (tempo de antena do PDC-MIRN-FN) o general Kaúlza de Arriaga. Kaúlza diz que a AD, que vai ganhar, não poderá cometer o erro de recusar aliar-se à coligação de direita para formar Governo.

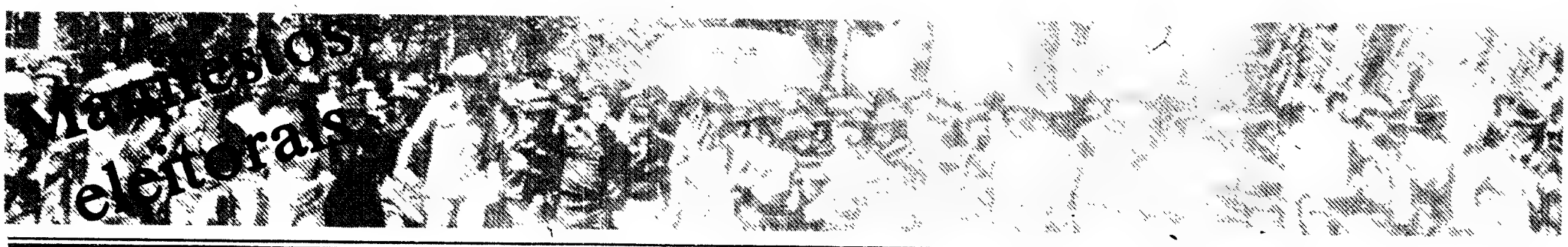
«Só as teses e as práticas da direita podem salvar Portugal». Santos Ferreira também esteve no pequeno écran. Falou e disse que a coligação não desistirá «nunca, de salvar Portugal».

• Dois candidatos a deputados da UDA/PDA abandonaram a organização e apelam agora para o voto na AD. Os candidatos estavam na lista de Portalegre, e porque desistiram? Porque discordaram de declarações feitas à Anop pelo cabeça de lista da UDA de Setúbal deixando entender a possibilidade de vir a apoiar Eanes numa segunda volta das presidenciais. Os desistentes da UDA também não concordaram com afirmações feitas pelo mesmo cabeça de lista admitindo a possibilidade de a UDA vir a beneficiar a FRS em prejuízo da AD. Os candidatos declaram-se enganados por terem aceitado integrar uma lista antimarxista que se apresentasse ao eleitorado como alternativa saudável à AD.

• Candidatos da União Democrática do Atlântico, UDA/PDA, distribuíram ontem de manhã em Oeiras roupa e géneros a desalojados das ex-colónias, numa sessão de propaganda eleitoral. A sessão foi nas instalações do Movimento dos Desalojados e Emigrantes, e as intervenções centraram-se sobre diversos assuntos como por exemplo, a abolição da discriminação salarial entre homens e mulheres, o planeamento familiar e o aborto («sempre que a mãe ou o filho corra perigo»); o subsídio para as donas de casa (sessenta por cento do salário mínimo salarial – defende a UDA).

• A Televisão espanhola consagrou anteontem à noite às eleições portuguesas um longo programa durante a hora de maior audiência. Segundo a France Press, graças a uma hábil montagem, os principais dirigentes apresentaram o seu programa dando a impressão de participarem num verdadeiro debate. Sá Carneiro e Alvaro Cunhal falaram em castelhano, e Mário Soares em português.

• O PSR propôs ontem publicamente a extensão da Reforma Agrária aos latifúndios do Centro e do Norte de Portugal. Para o PSR a Reforma Agrária é «a maior conquista da Revolução» e os trabalhadores devem recuperar as terras que perderam ao abrigo da Lei Barreto. Segundo os trotsquistas, desde que esta lei está em vigor, foram devolvidas aos latifundiários mais de quatrocentos mil hectares das terras melhores, o que provocou a destruição completa de cem cooperativas e UCP's e a inviabilização de mais de uma centena. A responsabilidade disto, segundo o PSR, deve ser atribuída ao Governo da AD e aos chamados partidos reformistas.



Aliança Povo Unido (APU)

A «AD» não cumpriu nenhuma das grandes promessas que fez à maioria do seu eleitorado.

Falava de tranquilidade e provocou conflitos e mais conflitos com a sua prepotência e autoritarismo. Falava de justiça social e governou só para um punhado de ricos e privilegiados, desprezando os interesses e aspirações dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens, dos reformados, dos agricultores, dos pequenos e médios comerciantes e industriais, de toda a população laboriosa.

Falava de liberdade e democracia e procurou a toda a hora calar os adversários e discordantes, impedir o funcionamento das instituições democráticas.

Utilizou a calúnia, a intriga, baixas manobras contra outros órgãos de soberania.

Falava da defesa da dignidade de Portugal e enxovalhou-a com a sua submissão aos interesses estrangeiros.

Falava do respeito pelas leis, mas violou sistematicamente a legalidade, com o seu arbítrio e violência.

Falava de honestidade e é um Governo de escândalos e corrupção.

Falava de progresso e não resolveu um único dos grandes problemas nacionais.

As medidas demagógicas que o Governo está a anunciar à beira das eleições são um insulto à inteligência e ao bom senso dos portugueses.

Porque com essas novas promessas confessa que deixou propositadamente milhões de portugueses passarem privações durante meses para que agora o Governo pudesse parecer simpático.

E tudo faz para esconder que, depois das eleições, se a «AD» ganhasse (o que não acontecerá seguramente) depressa faria pagar aos portugueses com altos juros muito mais do que o pouco que agora anuncia dar.

Quem tem, como a «AD», um candidato à Presidência, – Soares Carneiro –, que é um colonialista e um inimigo confesso do 25 de Abril, quem tem como candidato a deputado, Adriano Moreira, antigo ministro das Colónias de Salazar, quer o regresso ao passado, quer uma nova ditadura.

A derrota da «AD» é uma necessidade nacional para a defesa da liberdade e da democracia.

O voto na «AD» seria um voto contra a esmagadora maioria dos portugueses, um voto contra a liberdade e a democracia, um voto contra os interesses da imensa maioria dos próprios votantes da «AD».

Derrotar a «AD» é pôr a democracia e os portugueses ao abrigo do reforço da exploração da instabilidade, da intranquilidade, do golpismo, da subversão, do negro passado de que o Povo português se libertou em 25 de Abril de 1974.

A alternativa existe!

A «AD» diz que ou ela ou o caos. Isto é falso. Em primeiro lugar, o caos é a própria «AD»; em segundo lugar, porque à alternativa reaccionária da «AD» se opõe uma outra, democrática, que é a proposta pela APU.

A alternativa que se oferece ao Povo português nas próximas eleições é a de deixar que permaneça um Governo que tem desenvolvido uma feroz ofensiva contra os seus interesses, liberdades e aspirações, ou a de, em 5 de Outubro, votar para que se registe uma clara vitória do conjunto das forças democráticas que permitam a formação de uma maioria democrática e a constituição de um Governo democrático.

Se é certo que existem condições que permitem afirmar, com segurança, que a «AD» será derrotada, e que as eleições legislativas trarão a vitória das forças da liberdade e da democracia, não é menos verdade que nenhuma força democrática, isoladamente, se pode considerar e apresentar como alternativa aos partidos da reacção.

O que a APU afirma é bem simples: a maioria democrática, uma alternativa democrática, não são possíveis sem a FRS nem tão-pouco sem a APU.

O PS e a FRS têm sustentado, repetidas vezes, que irão ter a maioria absoluta e formar Governo sem necessitar de estabelecer alianças. Trata-se de uma afirmação falsa, reveladora de um eleitoralismo caricato, que subestimam a realidade dos resultados eleitorais anteriores e a inteligência do Povo português.

Seria necessário que a FRS obtivesse, em 1980, cerca de mais de 1 milhão de votos do que o PS obteve em 1979, para que surgisse como força maioritária na nova Assembleia da República a eleger. A FRS não pode alcançar tal resultado e escamotear esta verdade é mentir deliberadamente ao Povo português.

A FRS nunca disporá do número suficiente de deputados para constituir sozinha um Governo e fazer aprovar o seu Programa sem contar com os votos de um dos outros partidos representados na Assembleia da República.

Os democratas portugueses não vão permitir que as futuras alianças do PS e da FRS com a direita desrespeitem e invertam os resultados das eleições. Não podem deixar que o PS venha a estender a mão a uma «AD» e a um PPD derrotados pelo voto popular.

O voto na APU surge assim como o único voto seguro e certo para o reforço das forças democráticas, o único voto eficaz para impedir uma nova aliança do PS com os partidos reaccionários.

O voto na APU é um voto claro na aliança das forças democráticas (APU e FRS). Uma subida da votação na APU traduzirá a ampla vontade unitária das massas e será um factor determinante para a concretização em termos políticos dessa vontade unitária.

Quanto mais votos e mais deputados tiver a APU, mais segura fica a vitória de Abril, mais próximo o entendimento entre os democratas, mais firme a alternativa democrática.

Por uma política democrática

Os candidatos da APU apresentam-se ao eleitorado com um programa claro, que assenta fundamentalmente nas seguintes grandes linhas:

• Defesa do regime democrático e constitucional e das grandes conquistas do 25 de Abril – a liberdade, as nacionalizações, a Reforma Agrária, os direitos dos trabalhadores.

• Uma política de **liberdade,** de respeito pela Constituição e pela legalidade democrática, de tranquilidade pública, de activa participação dos cidadãos na vida democrática do País, da descentralização administrativa, do reforço e da autonomia regional no quadro constitucional.

• Uma política de **desenvolvimento económico** assente na mobilização dos recursos, riquezas e energias nacionais, dinamizadora da capacidade do trabalho dos portugueses, no respeito pelas estruturas reais da economia portuguesa (sector nacionalizado, sector cooperativo, Reforma Agrária, sector privado), orientado para o aumento do poder de compra da população, o combate ao desemprego e o aumento de produção e expansão da economia.

• Uma política da **melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das classes médias,** através de uma nova política de salários, preços, emprego e impostos, de habitação, da implantação do Serviço Nacional de Saúde e da melhoria da Segurança Social.

• **Uma política de democratização da educação, da cultura e do desporto,** ao serviço da formação democrática e humanista dos cidadãos e de uma política global de desenvolvimento económico e social e da melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

• Uma **política externa digna do Portugal de Abril,** orientada para a defesa da soberania e independência nacionais, para a diversificação das relações de Portugal, para o reforço da cooperação em base de igualdade com todos os povos do mundo, para a activa defesa na cena internacional do processo de desanuviamento, do desarmamento e da causa da segurança e da paz.

40 medidas urgentes

Concretizando as linhas gerais enunciadas, a APU divulgou já um documento **40 medidas urgentes para o bem-estar dos portugueses,** tendo em conta a necessidade de dar resposta a prementes reivindicações e aspirações populares no domínio económico e social.

Nas medidas incluem-se a elevação urgente e actualização periódica do **salário mínimo nacional, do abono de família e do subsídio de desemprego,** assim como o aumento imediato de **todas as pensões** e a actualização anual do **limite de insenção do imposto profissional.** Preconiza-se simultaneamente a defesa do **direito ao trabalho,** a garantia de **estabilidade de emprego,** através de legislação adequada e o auxílio às empresas em dificuldades com vista à manutenção dos postos de trabalho.

Outras medidas apontam a necessidade do **controlo prévio dos preços,** o alargamento do «cabaz de compras» a todos os produtos de primeira necessidade, a elaboração e publicação do **Código de Defesa do Consumidor,** a revisão das **margens de comercialização,** a baixa geral das **taxas de juros** e a eliminação das restrições administrativas ao volume de **crédito** destinado à actividade produtiva.

Um vasto conjunto de medidas abrange o sector agrícola e das pescas, nomeadamente as que fixam o **preço do gasóleo,** garantem o **escoamento da produção,** simplificam o **crédito-agro-pecuário** e defendem a melhoria do **abastecimento do peixe.** Particular realce é dado à necessidade do cumprimento integral da **Lei dos Baldios,** revisão da **Lei do Arrendamento Rural** e de apoio aos **rendeiros e seareiros,** assim como se aponta a necessidade de **revogar a Lei Barreto e rectificar os abusos e ilegalidades cometidos na zona da Reforma Agrária.**

O apoio social aos reformados e idosos, incluindo descontos significativos nos respectivos **passes sociais,** a melhoria dos **serviços da Previdência e o apoio aos deficientes** são outras medidas apontadas em pormenor, juntamente com a implantação do **Serviço Nacional de Saúde.**

No importante sector do ensino e da juventude defende-se o lançamento público de uma rede de **estabelecimentos pré-escolares,** a facilitação do **acesso ao ensino, a reestruturação do ensino secundário,** a criação de **saídas profissionais** compatíveis, a definição de um **Estatuto de Aprendizagem** e a atribuição de **crédito de horas** para estudo a trabalhadores-estudantes.

Aponta-se igualmente o combate ao **desemprego feminino** e a criação de infra-estruturas de apoio ao **trabalho doméstico e à maternidade,** assim como a intensificação da promoção de **habitações sociais** e a aceleração, alargamento e renovação quanto ao abastecimento de água e à **distribuição de energia eléctrica.**

As 40 medidas urgentes defendidas pela APU apontam, finalmente, a necessidade da **rectificação de todas as ilegalidades e reparação das injustiças praticadas pelo Governo Sá Carneiro,** designadamente na Reforma Agrária, no aparelho de Estado e na comunicação social.

Vamos votar na APU!

À maioria de deputados da «AD», é preciso opor uma maioria de deputados democráticos; ao Governo reaccionário de Sá Carneiro/Freitas do Amaral, é preciso opor um Governo democrático identificado com o 25 de Abril; à política antipopular, de agravamento das condições de vida, de ilegalidades e violência, é preciso opor uma política democrática que dê solução aos problemas do País e responda às aspirações populares.

Uma nova maioria democrática, um Governo democrático, uma política democrática: é esta a alternativa que a APU propõe!

E para a concretizar, o povo diz: **vamos votar APU!**

Frente Republicana e Socialista (FRS)

«A concretização de um projecto democrático e transformador para Portugal passa, hoje, por estabelecer uma maioria política nova capaz de viabilizar um governo democrático e progressista que garanta aos portugueses justiça, segurança e estabilidade, no mais escrupuloso respeito pelas liberdades públicas.

A Frente Republicana e Socialista formou-se para realizar aquele objectivo.

Pela primeira vez socialistas e sociais-democratas souberam unir-se num projecto aberto e pluralista que, recusando posições dogmáticas e sectárias, constitui factor determinante para ultrapassar a bipolarização e assegurar soluções inovadoras para a crise nacional.

Queremos estabelecer um acordo tão vasto que dele apenas se excluam os que aspiram ao regresso aos pribilégios que o 25 de Abril aboliu e aqueles que defendem um colectivismo burocrático e opressivo.

Neste sentido, convergiram na FRS o Partido Socialista (PS), a Acção Social-Democrata Independente (ASDI) e a União de Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS).

Mas à FRS juntar-se-ão ainda **muitos outros democratas,** com formação católica ou motivados pela libertação e afirmação da pessoa humana, com formas diversas de empenhamento social, bem como associações, grupos e personalidades interessadas num projecto transformador da sociedade portuguesa.

As promessas da AD não foram cumpridas

O Governo da AD entrou em conflito com o Presidente da República envolveu-se em **escândalos** vários, **humilhou** Portugal no estrangeiro, **provocou a instabilidade** social, quer nos meios urbanos quer nos campos, **tentou amordaçar** os profissionais da imprensa, rádio e televisão, **agravou o défice** do orçamento e fez surgir de novo o défice externo, arriscando a ruína do País, perseguiu e pressionou pessoas e instituições.

Quem não é por ela é contra ela. Vê inimigos em toda a parte: **fez saneamentos generalizados** nos órgãos de comunicação social e nas empresas públicas, que encheu com os seus comissários políticos, **proibiu o Congresso dos Emigrantes, esqueceu Camões e desrespeitou a autonomia do Comité Olímpico Português.**

Mais grave do que tudo isto, a **AD tem mentido aos portugueses,** tudo prometendo para pouco ou nada cumprir.

APESAR DAS PROMESSAS EM CONTRÁRIO, A AD:

– Deixou subir quase **todos** os preços e, em especial, o dos bens de primeira necessidade:

– **Travou** o crescimento dos salários;

– Beneficiou quase **só os mais ricos** nos impostos profissional e complementar e, em contrapartida, vai cobrar em 1980, receitas fiscais globais muito superiores a 1979, receitas que todos vamos pagar;

– Deixou **aumentar** o desemprego;

– Provocou **o maior** surto de greves desde 1975;

– **Atrasou** o pagamento dos aumentos das reformas decretadas pelo governo anterior (Governo Pintasilgo) para criar a ilusão de que era a AD a fazê-lo:

– **Bloqueou** a instalação do Serviço Nacional de Saúde, nada criando em troca;

– **Não** concretizou nenhum programa importante de construção de habitações;

– Retirou **milhões** de contos do Orçamento das Autarquias Locais.

A AD governou para os mais ricos e esqueceu os interesses da maioria dos portugueses.

E preciso governar para todos, acabar com a demagogia, resolver os problemas!

Os portugueses precisam de ver resolvidos os problemas que mais os inquietam:

– A subida do custo de vida;

– O desemprego e a insegurança do Emprego;

– A carência de habitações;

– A falta de um Serviço de Saúde eficaz;

– Os receios ligados à velhice e à invalidez.

O Governo da Frente, após a vitória eleitoral de 5 de Outubro, vai aplicar, sem demoras, um conjunto de medidas concretas, já estudadas com realismo e verdade, sem falsas promessas nem demagogia, por forma a dar resposta eficaz e prioritária a esses problemas, sem esquecer, naturalmente, os outros aspectos da vida dos portugueses. Para isso:

– Garantir-se-á que o **crescimento anual** dos salários, das pensões de reforma, subsídios de desemprego e rendimentos semelhantes será superior ao aumento dos preços, por forma a ir melhorando, gradual mas firmemente, o nível de vida dos portugueses;

– Criar-se-á um Código de Preços que permita **evitar a especulação;**

– Aplicar-se-á um programa **intensivo** de criação de postos de trabalho;

– Será revista a legislação para **reforçar a segurança** no emprego, nomeadamente em matéria de contratos a prazo;

– Desenvolver-se-á um **vasto** programa para a redução drástica do desemprego dos jovens, abrangendo prémios de emprego às empresas que criem postos de trabalho a eles destinados, dando verbas às Autarquias Locais para a criação de empregos temporários para jovens, com finalidade social e definindo um estatuto de aprendizagem;

– Será aplicado um programa **intensivo** de construção de habitações sociais, com intervenção do Estado e das Autarquias e melhorar-se-ão as condições de crédito para aquisição ou construção de casa própria e para as cooperativas, tornando acessíveis as prestações normais de reembolso dos empréstimos, simplificando os processos burocráticos e evitando a especulação dos terrenos;

– Será implantado escalonadamente o **Serviço Nacional de Saúde,** em permanente adequação à realidade nacional, melhorando o funcionamento dos serviços e o atendimento do público;

– Dar-se-á **especial atenção** à resolução dos problemas das pessoas idosas, aumentando pensões de reforma e invalidez, garantindo o acesso **gratuito** aos transportes públicos sem limitação de horários, alargando a rede de Lares e Centros de Dia e reprimindo com vigor os abusos existentes em algumas instituições deste tipo;

– Será criado um programa global de integração dos deficientes na vida colectiva

– no emprego, na formação profissional, na ocupação dos tempos livres

Para tudo isto é preciso criar um clima de diálogo, **necessário** a um **consenso** entre os portugueses, que favoreça a estabilidade e a **paz** social contra os extremistas e a radicalização.

Para tudo isto é preciso que a F.R.S. vença em Outubro.

A Frente vai:

– **Vencer** as próximas eleições.

– Constituir uma **maioria nova,** para que em Portugal **haja** um Governo para todos e não apenas para os ricos e os poderosos, para assegurar hoje o amanhã dos portugueses;

– Promover uma **revisão constitucional,** tendo em conta a experiência política do passado, mas respeitadora das regras que a própria Constituição define, que possibilite uma articulação mais eficaz entre os órgãos de soberania;

– Criar um **estilo** de Governo aberto ao diálogo e à concertação geradores da eficácia sem autoritarismo e substituir o clientelismo pela competência;

– Promover um novo modelo de desenvolvimento económico e social na direcção do **pleno emprego** e da **satisfação das necessidades básicas** dos cidadãos, num país moderno e europeu;

– **Unir** em torno desse projecto camadas sociais muito diversas, desde as classes trabalhadoras aos quadros técnicos, às profissões liberais e aos sectores empresariais capazes de integrar na sua perspectiva os valores do **25 de Abril,** revelando dinamismo e abertura às transformações sociais no sentido do progresso

A Frente do Futuro vencerá a Aliança do passado

É necessária uma Frente do Futuro que faça frente à Aliança do Passado.

Quem não sabe, não quer ou não pode governar para todos não serve para governar o Portugal Democrático.

A A.D. fracassou e será derrotada.

A A.P.U. não constitui alternativa de Poder.

A derrota da A.D. só é possível pela vitória da Frente Republicana e Socialista – F.R.S.

Tal vitória significará a vitória dos valores do 25 de Abril, do bom senso, da moderação, do sentido de realismo. E significará, também, a vitória de um conjunto de ideias-força concretizadas, detalhadamente, num Programa de Governo que a Frente apresentará em breve, orientado para problemas nacionais. Não enganaremos o Povo português com falsas promessas

Prometemos, isso sim, trabalho, competência e dedicação para solucionar as questões que preocupam o nosso povo, no seu dia-a-dia: o custo de vida, o emprego, a habitação, a saúde, as reformas..

Só com acções e medidas concretas inseridas numa prática democrática – e não com palavras e promessas vãs – se resolverão os problemas de Portugal, construindo-se um País novo que seja mais de todos nós.

Ao ódio contrapomos a tolerância.

Ao radicalismo, a moderação.

Ao irrealismo, o bom senso.

Ao 24 de Abril, contrapomos o 25 de Abril.

À bipolarização, uma política de consenso mínimo que constitua via alternativa ao conservadorismo e ao colectivismo.

À confrontação contrapomos a paz e estabilidade sociais.

À estagnação, o arrojo das ideias novas e de uma política criativa e arrojada.

Esta a nossa proposta.

Com o apoio e o voto dos portugueses será mais do que o renascer da esperança. Será um Presente mais justo para as gerações do passado e um Futuro melhor para as gerações do Presente.

Aliança Democrática (AD)

As propostas do Governo da AD estão contidas no Programa Eleitoral do Governo da AD já conhecido do País desde as últimas eleições legislativas. Para elas remetemos, na consciência de que muitas foram executadas, outras se encontram em preparação ou execução e outras ainda aguardam condições institucionais de concretizar. Esse Programa Eleitoral foi elaborado com olhos em 1984. Não tem de ser corrigido e mantém a sua validade. Pudessem os nossos adversários dizer o mesmo dos Programas apresentados às últimas eleições.

Alguns aspectos, no entanto, merecem ser sublinhados, em face dos desafios que se propõem a Portugal nos próximos quatro anos.

Unir os portugueses

O Governo AD, desde o começo de 1980, foi o Governo de Portugal, o Governo de todos os portugueses: respeitou democraticamente as críticas dos que se lhes opuseram, sem, no entanto, dar sinais de fraqueza ou de falta de confiança; recusou o sectarismo guiando-se por critérios de competência no provimento de lugares públicos, sem, todavia, pôr em causa a legítima autoridade democrática de Estado e a coerência das actuações. O Governo assumiu o poder, sem autocracia; foi responsável, sem jactância; buscou a equidade sem demagogia; procurou ser competente, sem tecnocracia.

Governo para quatro anos, aquele que o eleitorado vai escolher ao votar na AD manterá a preocupação de unir os portugueses, respeitando o pluralismo. Propomos aos nossos concidadãos a unidade em torno dos grandes ideais democráticos e nacionais; mas recusamos a unicidade, o unitarismo e a massificação.

Unir os portugueses em torno dos objectivos de uma Pátria mais livre, de uma Nação mais próspera e de um Estado mais democrático – essa é a primeira e fundamental proposta que julgamos possível concretizar com um Governo estável de quatro anos.

Unir os portugueses que vivem no continente e nas ilhas com todos aqueles que no estrangeiro ganham a sua vida a criar progressivamente condições para o seu possível regresso à Pátria – esse é o grande desafio a que estamos dispostos a responder num Governo estável de quatro anos.

Unir os portugueses em torno de uma Constituição verdadeiramente democrática de modo a que a lei fundamental possa ser objecto de consenso e não fonte de discórdia azeda – essa é uma tarefa fundamental que desejamos ver frutificar no mandato de um Governo estável de quatro anos.

Unir os portugueses em torno do respeito à sua História, do amor à sua Língua e da adesão à sua Cultura, abrinodo mais os braços aos povos que connosco conviveram ao longo do nosso itinerário histórico, que se exprimem no nosso idioma ou que enriqueceram a nossa herança cultural – essa é uma aposta que queremos ganhar com a confiança que nos for dada para um Governo estável de quatro anos.

Criar riqueza e distribuí-la com justiça

O Governo AD tem feito respeitar na sua política económica alguns princípios simples: a iniciativa privada nacional tem o principal papel no correcto aproveitamento das energias criadoras dos portugueses e dos recursos naturais de Portugal; o sector público não pode constituir uma carga e tem de ser rentável e produtivo e um factor de progresso para a colectividade; a actividade cooperativa, guiada por princípios de autonomia, merece apoio e estímulo constantes. O Governo criou novas condições para o desenvolvimento da iniciativa privada sem pôr em causa a subordinação do poder económico ao político. Ao contrário do que os seus adversários afirmavam, não asfixiou o sector público, bem pelo contrário. E tomou iniciativas importantes para alargar o ainda reduzido sector cooperativo português.

Esta orientação geral será mantida, adoptando-se com pragmatismo as soluções que melhor sirvam para lançar postos de trabalho, fazer aumentar as exportações, reduzir os níveis de dependência alimentar do exterior, incrementar a capacidade tecnológica nacional. A associação de capitais portugueses e estrangeiros, públicos e privados terá como limitação a defesa do interesse nacional e a necessidade de uma forte mobilização de poupanças individuais e colectivas susceptíveis de serem canalizadas para o investimento.

No Plano a médio prazo (1981-1984) – concebido como instrumento participado, flexível e racionalizador – serão consideradas as grandes orientações estratégicas do desenvolvimento económico e social do País. Propomo-nos, apesar das sombrias perspectivas existentes, quanto à possível evolução dos preços do petróleo, alcançar, nesse período, uma taxa média de expansão da actividade económica mais elevada que a do anterior quadriénio.

Criar riqueza será preocupação constante do Governo AD e, porque estável para quatro anos, o Governo poderá sentir esse objectivo como possível pelas condições de confiança política que irão ser geradas, pela profundidade das reformas estruturais que poderão ser introduzidas e pela continuidade da acção governativa que poderá ser assegurada.

Mas em igual medida o Governo procurará que a riqueza criada seja distribuída com justiça.

A reforma fiscal necessária, contemplando, designadamente, a introdução do imposto único sobre o rendimento de pessoas físicas, poderá ser projectada numa perspectiva progressiva de realização escalonada ao longo de quatro anos. A reforma fiscal será decerto encarada nas suas incidências económicas, nomeadamente no plano do fomento de poupança e do investimento. Mas visará, predominantemente, a diminuição das desigualdades e terá em conta as necessidades os rendimentos do agregado familiar.

As necessidades sociais dos portugueses serão objecto de actuação permanente, nos campos da educação, da saúde, da habitação, da segurança social e dos transportes. A política do Governo AD atenderá pragmaticamente às necessidades de cada família, na convicção de que a distribuição indiscriminada e igualitarista de benefícios sociais só favorece o surgimento de novas e mais graves desigualdades com custos incomportáveis para os contribuintes que acabam de pagar, indirectamente, o preço de maior injustiça social.

A actualização do salário mínimo, das pensões de invalidez, velhice, sobrevivência e outras, bem como dos vencimentos da função pública, será feita com base no princípio da anualidade, pelo menos enquanto a inflação se mantiver em valores elevados.

Lutar contra a inflação e o desemprego

Os bons resultados alcançados em 1980 na luta contra a inflação e contra a progressiva deterioração do poder de compra dos trabalhadores não farão abrandar, num próximo mandato de quatro anos do Governo AD, os esforços pela contenção da alta do custo de vida.

Pelo contrário, esses resultados constituirão uma excelente plataforma para, ainda mais decididamente, o Governo AD se lançar no aprofundado combate contra as causas estruturais da inflação, em tudo quanto não resulta da inevitabilidade das componentes importadas do fenómeno inflacionista.

Manter o poder de compra dos trabalhadores continuará a ser o nosso grande objectivo e, sempre que possível, aumentá-lo será tarefa em que nos empenharemos com realismo e sentido do futuro.

Propomo-nos realizar um amplo debate para o estabelecimento de uma política estruturada de preços e rendimentos com horizaonte temporal alargado. A estabilidade de um Governo de quatro anos permite-nos visualizar esse trabalho como eficaz quanto aos resultados a obter.

Da modernização acelerada da agricultura portuguesa esperamos um importante contributo, não só nos planos do abastecimento público, e da redução de importações, como também no domínio dos preços.

Mas se nos propomos garantir que o poder de compra de quem trabalha não sofra novos retrocessos, maior preocupação temos por assegurar a todos os nossos compatriotas o próprio direito ao trabalho.

A criação de emprego terá de ser conseguida através de uma maior activação do mercado financeiro e do investimento e da total utilização da capacidade produtiva instalada.

Propomos continuar a dar alta prioridade ao problema do primeiro emprego para os jovens, na consciência de que essa é uma questão de fundamental importância na criação em Portugal de um construtivo clima de esperança no futuro.

E, por isso, os esforços já realizados em matéria de formação profissional e de introdução de dimensões profissionalizantes no sistema de ensino secundário irão prosseguir com redobrada energia.

Prioridades aos mais desfavoráveis

A drástica redução do número de desempregados e a correcta distribuição e aplicação do subsídio de desemprego tem por objectivo fazer diminuir as incidências da crise económica sobre os membros da população com capacidade de trabalho.

Mas o Governo AD irá mais longe na prioridade que se propõe dar, ao longo de quatro anos, à situação dos mais desfavorecidos.

A integração social e profissional dos deficientes e a sua prévia formação em termos adequados constituirá uma preocupação fundamental do Governo. O subsídio para deficientes será objecto de conveniente adaptação às necessidades existentes. O País, se não fizer os sacrifícios precisos para cuidar devidamente dos seus deficientes não realizará a dimensão humanista que está inserida na sua profunda raiz cristã.

A promoção da educação pré-escolar que em 1980 já mereceu do Governo AD um reforço acentuado que prosseguirá com afinco. Propomo-nos reduzir, progressivamente, as desvantagens de que, à entrada do ensino primário, são portadoras muitas crianças por virtude da sua origem cultural e económica. E atenderemos, de certo, ao papel imprescindível das mães no progresso educativo dos filhos mais novos e, por isso, estaremos abertos à ampliação de esquemas de trabalho feminino a tempo parcial.

Os idosos terão de encontrar, pela acção do Estado, pelo apoio das autarquias e de instituições privadas, uma nova protecção, ao longo dos próximos quatro anos. Para além do esforço que faremos no domínio das pensões de regime geral e dos rurais, procuraremos que as pensões sociais se ampliem e prosseguiremos na acção já iniciada de fazer conhecer a todos os cidadãos os seus direitos e regalias sociais.

Os jovens casais irão merecer, nomeadamente no domínio da habitação, um apoio especial. Também eles são desfavorecidos, em particular neste sector sensível, pela grave dificuldade que se confrontam para obtenção de casa capaz para constituir família.

Serão consideradas as condições de vida nas prisões e a melhoria dos sistemas assistenciais às famílias dos presos que serão sempre tidos como elementos cuja recuperação cumpre ser testada pela sociedade.

A eliminação progressiva de bairros de lata, a recuperação de habitações degradadas e a sua possível modernização, nomeadamente em matéria de saneamento básico, será um desafio permanente para o Governo AD.

As comunidades locais mais isoladas ou desprotegidas merecerão um cuidado especial em matéria de electrificação, saneamento básico, vias de comunicação e transporte, sem que o Governo, no entanto, se substitua às responsabilidades que cabem às autarquias locais.

Prioridades aos mais desfavorecidos – esse é o conteúdo ético e social mais profundo da mensagem política da AD para os próximos quatro anos. O combate construtivo à probreza, ao analfabetismo e à marginalidade social será tema constante do trabalho governamental.

Consolidar a democracia e regionalizar o País

O Governo AD, desde que tomou posse, assumiu como perspectivas fundamentais da sua acção e caminhada para um verdadeiro Estado democrático.

Essas perspectivas continuarão a ser um guia de acção governativa nos próximos quatro anos.

A democracia é um dado irreversível da nossa vida colectiva. Propomo-nos consolidá-la e plenamente garanti-la, desde logo, no plano político. Queremos lutar pelo aprofundamento da participação de todos nos assuntos da Nação. Os meios de comunicação social serão sempre entendidos, no seu conjunto, pelo Governo AD como componente indispensável da sociedade pluralista que nós somos. Os sindicatos, as associações empresariais, as associações familiares e de consumidores terão, como têm, garantias de abertura ao diálogo da parte dos poderes públicos.

A instituição militar, após a revisão constitucional, subordinar-se-á ao poder político democrático. O Governo AD garantirá às Forças Armadas e delas exigirá o inteiro respeito pelo seu apartidarismo e pelo desenvolvimento consequente e dignificado das missões nacionais que lhe são atribuídas. Não haverá lugar para órgãos político-militares e as Forças Armadas reger-se-ão pelas normas que forem definidas pelos competentes órgãos de soberania como em todos os países ocidentais. Do lado do Governo existirá o firme empenho de contribuir para que a defesa nacional constitua, efectivamente, um tema fundamental da vida na Nação e de que a sua componente militar seja sempre vista, perante os cidadãos, como uma peça fundamental, moderna e adequada do nosso sistema de segurança colectiva e de salvaguarda das instituições democráticas.

A democracia política haverá, porém, de se fecundada pelos profundos processos de democratização cultural, social e económica que o Governo AD estável por quatro anos pretende animar.

Por isso propomos que a regionalização, como meio de tornar mais participativo e mais democrático o processo de decisão, seja um tema fulcral da nossa reflexão nacional nos próximos quatro anos. Já está, aliás, concluído para debate público um «livro branco» sobre a regionalização a fim de que o lançamento deste seja, desde logo, marcado pelo sinal da participação.

A regionalização terá múltiplas incidências na vida dos portugueses e no melhor aproveitamento das suas energias e capacidades criadoras. Grande reforma nacional, o processo de regionalização implicará o oportuno lançamento de um largo programa de infra-estruturas de comunicação como condição de maior acessibilidade entre pessoas e comunidades e maior rendibilidade dos planos de desenvolvimento regional postos em execução.

O Governo AD já alcançou dos países nossos amigos da CEE que o ano de 1983 fosse o da entrada de Portugal nas Comunidades Europeias. Será um acontecimento histórico que dará ao nosso país estímulo de quem inicia um novo ciclo do seu itinerário nacional. Depois dos Descobrimentos, esta será a aposta mais importante do Povo Português nos seus oito séculos de existência.

Avançar para a Europa não é renegar o passado de convívio com os povos de outros continentes.

Queremos desenvolver esse convívio, diversificando as formas de colaboração com todos os povos e, em especial, com os que se exprimem oficialmente em Português. Avançar para a Europa é, pois, uma forma de alargarmos as nossas fronteiras humanas e económicas, guardando a nossa autonomia e a nossa própria identidade. E desse modo privilegiaremos o fortalecimento da Europa democrática como factor de paz no mundo, de defesa dos direitos do homem e de segurança internacional.

Avançar para a Europa será um grande desafio que todos nós aceitaremos para modernizar Portugal. O nosso país terá de estugar o passo no sentido da sua modernização. O mundo em que vivemos é diferente daquele que conhecemos há dez anos. E nas próximas décadas sofrerá novas e importantes evoluções. A especialização da nossa economia, o aumento da nossa iniciativa imaginativa e criadora, a introdução de um nova dinâmica na nossa capacidade realizadora e de trabalho – esses são alguns dos traços do processo de modernização a que Portugal tem de meter ombros.

Com um Governo AD, estável para quatro anos, e um Presidente da República, como o general Soares Carneiro, capaz de manter uma leal e efectiva solidariedade institucional e política com o Governo escolhido pelo povo, os portugueses terão as melhores condições políticas para lançar mãos às enormes tarefas de moernização de Portugal. Sob o signo da liberdade; com empenho de justiça social; em nome das famílias portuguesas; com sentido da lei e do Estado; através do diálogo e da tolerância; sob uma forte inspiração cultural; com interesse sincero pela qualidade de vida, os portugueses saberão garantir e promover a maior dignidade de Portugal.

O Governo AD, estável por quatro ams, será fonte de esperança, certeza de realização, baluarte da democracia, fidelidade a Portugal e aos portugueses.

Força de Unidade Popular (FUP)

1. O apelo de Otelo

Quando Otelo Saraiva de Carvalho fez um apelo aos trabalhadores portugueses para se organizar a Força de Unidade Popular (FUP), o País assistia então aos primeiros passos do Governo AD.

Como foi possível que personagens tão ligadas ao odiado regime fascista pudessem enganar parte tão significativa do eleitorado português? O que é que ajudou a criar condições para a subida temporária da AD ao poder?

O apelo feito por Otelo respondia a estas questões.

2. A esquerda nunca fez uma política de esquerda

Na verdade a direita e os seus partidos fizeram sempre uma política de direita. Souberam sempre, no momento devido, unir-se no apoio a Eanes em 1976 e à AD em 1979.

Pelo contrário, a esquerda e os seus partidos nunca souberam unir-se e fazer uma política de esquerda.

O PS sempre conciliou com a direita, quando foi Governo. Permitiu sempre que o grande patronato e os latifundiários recuperassem parte dos privilégios perdidos desde o 25 de Abril. À custa dos trabalhadores.

O PCP sempre procurou aproximar-se de Eanes e do seu grupo. O PCP ataca com ferocidade Otelo, o homem do 25 de Abril, mas mostra-se sempre cheio de prudência e respeito relativamente a Eanes, o homem do 25 de Novembro. Quem cala consente.

Compreende-se assim o apelo de Otelo:

A FUP surgiu para combater eficazmente a direita, seja qual for a cara com que se apresente a AD ou Eanes. Para criar um movimento de unidade de toda a esquerda onde possam trabalhar homens e mulheres até agora afastados por sectarismos partidários.

3. Derrotar a AD nas legislativas e Eanes e Soares Carneiro nas presidenciais

A luta entre Eanes e os Sá e Soares Carneiros nada tem a ver directamente com a luta das massas trabalhadoras contra a direita. É uma luta de empregados do mesmo patrão: o capitalismo e o imperialismo.

Contra o apoio do PS e do PCP a Eanes, que divide os trabalhadores, a FUP e Otelo apelam à unidade.

Não basta derrotar a AD para que as esperanças do 25 de Abril se concretizem: é necessário igualmente, que Eanes seja derrotado para que o 25 de Abril destrua o 25 de Novembro.

A FUP apresenta-se com um programa verdadeiramente de esquerda às legislativas, com Otelo candidato a deputado e cabeça de lista por Lisboa, e às presidenciais com o mesmo programa e com Otelo candidato a presidente.

1. A FUP vai eleger um forte grupo parlamentar. Quanto mais forte for o grupo parlamentar da FUP, mais a derrota da AD se transformará na possibilidade de um Governo verdadeiramente de esquerda.
Um Governo de esquerda só será possível com o apoio dos deputados da FUP.

2. Mas para que esse Governo possa ter o apoio da FUP deverá comprometer-se a resolver os grandes problemas que afligem os trabalhadores. A FUP exige que um tal Governo:

Aplique um conjunto de medidas no sentido de repor o poder de compra dos trabalhadores em situação idêntica à alcançada antes do 25 de Novembro de 1975.

Defenda a Reforma Agrária e os pequenos e médios agricultores, realizando um plano extensivo a todo o território nacional de modo a arrancar a agricultura ao seu atraso e alcançar a auto-suficiência alimentar do nosso país (importamos metade do que consumimos).

Leve à prática um plano para acabar com o desemprego em 3 anos apoiado pela realização dos dois planos anteriores e por uma orientação racional dos investimentos.

Ponha em pratica um Serviço Nacional de Saúde, extensivo a todo o território, através de uma rede nacional estatal, num serviço público eficiente e barato e torne gratuitas todas as unidades médico-preventivas e todas as hospitalizações.

Reponha os direitos conquistados pelos trabalhadores, impedindo a acção repressiva das forças policiais contra os trabalhadores, aplique a Lei da Amnistia e faça a revisão dos saneamentos e das desintervenções ilegais de terras e empresas que passaram para as mãos dos latifundiários, do patronato ou de agentes da burguesia.

A FUP entende ainda que um tal Governo, para ter o seu apoio, deverá levar a cabo uma política para satisfazer:

Os direitos das mulheres: creches, restaurantes e lavandarias a preços acessíveis, igualdade de salários, promoções e condições de trabalho para mulheres e homens. Alargamento e divulgação do planeamento familiar, direito ao aborto livre e gratuito a pedido das mulheres nas melhores condições médicas.

Os direitos dos Reformados e Pensionistas: elevar rapidamente as pensões até ao nivel do salário mínimo nacional.

Os direitos dos jovens: direito ao trabalho, à habitação, a um ensino democrático, extinção da lei dos contratos a prazo.

Os direitos dos emigrantes: garantia dos seus direitos de trabalhadores, iguais aos dos trabalhadores dos países onde trabalham.

Bem como uma política de ensino verdadeiramente democrática.

União Democrática Popular (UDP)

O programa eleitoral da UDP intitulado «Abril de novo pela força do povo» é um extenso documento de doze páginas (cerca de 5 300 palavras) que se desdobra na análise das promessas eleitorais da AD, na caracterização do seu Governo, na possibilidade de resistência e na defesa de uma solução para os problemas nacionais fora do regime do 25 de Novembro. O manifesto eleitoral inclui ainda críticas à FRS e à APU, o anúncio dos propósitos da UDP e as 26 reivindicações urgentes deste partido.

Assim, lê-se a certo passo do manifesto:

«Violando as decisões dos tribunais, a GNR impede centenas de operários da Standard Eléctrica de reocuparem os seus postos de trabalho. É a imagem do País ao sabor das arbitrariedades, do desemprego e da repressão do Governo AD.

O «consenso nacional» imposto à força das cargas da GNR no Alentejo e as empresas em luta, dos bandos armados de agrários e das milícias patronais, da acção impune de arruaceiros fascistas. A nova polícia política desenvolvendo-se nas costas dos cidadãos. Os antifascistas condenados. A lei da mordaça e da tesoura na Imprensa, Rádio e TV. É o «25 de Novembro civil» que disseram ser necessário para completar a obra da destruição do 25 de Abril iniciada há 5 anos pelos vencedores do golpe militar do 25 de Novembro.

A AD prometeu governar contra a crise, a favor dos desfavorecidos. Mas em vez do pão e da «segurança no trabalho», vem o encerramento de empresas, os contratos a prazo, os despedimentos em massa a engrossarem o meio milhão de desempregados. O encarecimento da alimentação, vestuário, serviços públicos, gás e electricidade, das rendas de casa, substitui as promessas de bem-estar. A Portaria para os trabalhadores agrícolas do Norte e Centro, mesmo desactualizada, permanece letra morta.

No comando da economia, a máquina do lucro capitalista. As UCP e cooperativas levadas à ruína, a obra da Reforma Agrária destruída, as searas e gados abandonados pelos agrários. As empresas nacionalizadas asfixiadas. Os pequenos e médios agricultores sem apoio, a produção industrial orientada para as exportações de lucro fácil, chorudos subsídios para a importação dos produtos estrangeiros em busca de mercados submissos como o que os capitalistas portugueses colocam à sua disposição.

Cortam verbas para as autarquias e para a assistência social, mas sobejam milhões de contos para indemnizar os tubarões capitalistas e para a banca nacionalizada financiar as dívidas patronais à Previdência. Prometeram apoio à família, mas lançam milhares e milhares de mulheres no desemprego na Standard, na Reforma Agrária, em todo o País.

A «ordem» AD é o reinado da corrupção. O primeiro-ministro envolto em fraudes para tapar dívidas como especulador da bolsa. Os amigos e compadres dos donos do Ministério da Agricultura regalam-se num regabofe de terras e subsídios. Vila Flor, Valpaços, Mealhada, tornam-se exemplos da administração corrompida que alastra nas autarquias AD.

Rastejam atrás dos americanos. São os primeiros a aplaudir a sua política de guerra e opressão. Oferecem-lhes novas bases militares. Põem-lhes o território nacional à disposição para agressões contra o Irão e outros povos.

Com a AD no poder, lucraram os que lhe financiaram a existência. São os mesmos grandes senhores da finança e do latifúndio do antigamente. Não mudaram nada com o 25 de Abril.»

O «novo regime» AD: repressão, fome, entrega nacional

«A AD não se apresenta sozinha a estas eleições. Vem aliada à ultradireita militar, alinhada atrás de Soares Carneiro. O objectivo que anunciam: um «novo regime».

O «novo regime» AD – repressão e golpismo. O País controlado pela hierarquia militar fascizante. O desrespeito violento pela vontade popular, como sucedeu na Bolívia. A engrenagem dos lucros capitalistas a exigir, para funcionar, a restrição das liberdades políticas e sindicais. A depuração das Forças Armadas de todos os democratas.

O «novo regime» AD – apagar o 25 de Abril da Constituição. A Reforma Agrária desmantelada, o desemprego e a fome no Alentejo e no Ribatejo. A ganância do capitalismo privado a fazer lei no sector nacionalizado da economia, a recuperar a banca. A revisão completa da legislação laboral segundo a lei do chicote da CIP.

O «novo regime» AD – empobrecimento do povo, lucros redobrados para os ricos. A anulação dos subsídios logo após as eleições, com novas subidas dos preços. A contenção forçada dos aumentos salariais. Os senhorios à-vontade. O aumento dos ritmos de trabalho, a generalização dos contratos a prazo, a protecção só para os «empresários».

O «novo regime» AD – a ordem das multinacionais. Os recursos e a mão-de-obra nacionais colocados ao desbarato ao dispor dos grupos financeiros restrangeiros. A transformação da economia portuguesa em apêndice dos monopólios do Mercado Comum e suporte da sua crise, a anulação dos projectos de desenvolvimento independentemente. Portugal, intermediário para a exploração neocolonialista dos povos africanos.

O «novo regime» AD – o País transformado em base militar americana. As ilhas ocupadas por paióis e bases aéreas. Tropas estrangeiras e armas atómicas estacionadas no continente. O território nacional utilizado como campo de treino e carreira de tiro.

O «novo regime» AD – ruína para os camponeses pobres e os trabalhadores agrícolas. O emparcelamento forçado e a ruína para obedecer ao Mercado Comum. A engorda continuada dos intermediários e senhores das quintas. A negação de direitos idênticos aos outros trabalhadores.

Os nove meses de Governo AD foram apenas o ensaio das forças destruidoras que a avidez do capital gera, de todo o ódio ao povo que a direita acumulou desde o 25 de Abril. É preciso não lhes dar oportunidade de prosseguir. Há que apeá-los do poder. **Impor uma esmagadora derrota à AD nas eleições, bater a sua política nas ruas, empresas e herdades, afirmar a força do povo para reabrir os caminhos de Abril** – eis o objectivo pelo qual nos mobilizamos.»

«Só há solução fora do regime do 25 de Novembro»

É neste contexto que a UDP considera que se impõe uma ruptura com o regime do 25 de Novembro nos termos que passamos a transcrever:

«Durante anos, a UDP foi acusada de «desestabilizadora» por manter viva a denúncia do golpe antidemocrático do 25 de Novembro e a oposição ao general Eanes. Mas agora tudo mostra que só a UDP tinha razão. O Governo AD é o inevitável fruto podre da democracia falseada e da protecção aos ricos e fascistas instituídas pelo regime do 25 de Novembro. Aqueles que acreditaram que o regime se corrigisse, traíam o 25 de Abril de forma deliberada ou por medo dos generais golpistas.

Defender as liberdades e as conquistas de Abril, lutar pela recuperação económica e pelo bem-estar do povo, defender a independência nacional significa lutar contra o regime antipopular e antinacional estabelecido à sombra do 25 de Novembro. Não é a UDP que inventa soluções radicais, é a vida que as reclama.

Outro caminho só se abrirá se para além de derrotar a AD o povo retirar a sua confiança aos partidos que se colocam ao centro para sustentar este regime.»

26 medidas urgentes

Mais adiante a UDP anuncia os seus objectivos para a presente campanha eleitoral:

«A UDP apresenta um Programa para mudar o País, dando força à luta dos trabalhadores na Assembleia e fora dela. Concorremos com três objectivos:

- derrotar a AD, colocá-la em minoria na Assembleia e travar o rumo fascizante para onde conduz o País;
- eleger o máximo de deputados UDP e formar um grupo parlamentar que amplie a acção até aqui desenvolvida pelos deputados da UDP;
- dar força à corrente de unidade popular que luta para impor uma mudança a favor dos trabalhadores contra a AD e o 25 de Novembro, recusando o reformismo paralisante do PS e PCP.»

E a concluir o seu manifesto eleitoral a UDP anuncia as 26 medidas urgentes por si defendidas:

1. Revogar a lei dos 200 milhões de contos de indemnizações aos monopolistas e agrários.

2. Suspender os compromissos com a NATO, impedir a utilização das nossas bases para agredir outros povos, anular os projectos para a abertura de novas bases militares, recusar a chamada Lei da Defesa Nacional, reduzir drasticamente o orçamento militar.

3. Reintegrar os militares de Abril, libertar os antifascistas presos, pôr termo à repressão policial sobre o povo, julgar os responsáveis por assassínios de trabalhadores e antifascistas. Impedir a promulgação da chamada «lei antiterrorista».

4. Suspender as negociações para a adesão ao Mercado Comum e a política ruinosa imposta pelo FMI.

5. Revogação das leis Barreto e da cortiça. Devolução das terras roubadas às UCP. Apoio do Estado à Reforma Agrária, retirada da GNR das herdades.

6. Proibição dos contratos a prazo, proibição e anulação dos despedimentos colectivos, reintegração dos dirigentes e activistas sindicais despedidos, dissolução das milícias patronais.

7. Acabar com a censura e o controlo do Governo sobre a comunicação social.

8. Pôr fim ao estrangulamento do sector nacionalizado, anular as desintervenções e as declarações em situação económica difícil. Impedir a reorganização dos grupos capitalistas e proibir as sociedades de investimento.

9. Garantir dos países credores a suspensão dos juros e amortizações da dívida externa.

10. Instituir um verdadeiro cabaz de compras. congelar os preços dos géneros de primeira necessidade, reprimir os especuladores e açambarcadores. Aplicar uma política de defesa da qualidade de vida.

11. Assegurar o pagamento dum salário mínimo de cinco mil escudos aos soldados e marinheiros, revogar o RDM fascista, fazer aplicar a Constituição nos quartéis.

12. Fazer vigorar a lei contra as actividades fascistas e separatistas e proibir a sua imprensa.

13. Aplicar um verdadeiro estatuto de autonomia que permita a satisfação das necessidades e aspirações do povo das ilhas e salvaguarde a unidade nacional.

14. Estabelecer a actualização dos salários, pensões e reformas de acordo com o aumento do custo de vida. Reduzir os altos ordenados e vencimentos. Salário mínimo nacional e subsídio de desemprego de 9000$00 para todos os trabalhadores do continente e ilhas.

15. Estabelecer impostos progressivos sobre os rendimentos e aplicar severas sanções à fuga aos impostos por parte dos capitalistas.

16. Pôr fim à especulação das rendas de casa, proibir os despejos, requisitar as casas injustificadamente vazias para instalação de famílias sem tecto. Reactivar o processo SAAL e impulsionar as cooperativas de habitação.

17. Pôr em prática o Serviço Nacional de Saúde e instituir o Serviço Nacional de Segurança Social. Apoiar a integração social dos deficientes das Forças Armadas e os deficientes em geral.

18. Fixar preços compensadores para os produtos agrícolas e garantir o seu escoamento, subsidiar os preços do gasoleo e dos adubos, conceder crédito acessível aos agricultores, revogar a lei do arrendamento rural, exigir a aplicação da lei dos baldios e extinguir o regime de colonia.

19. Acabar com os entraves patronais à negociação dos contratos colectivos e assegurar a sua aplicação nas ilhas. Melhores condições de trabalho, salariais e regalias sociais para os trabalhadores agrícolas.

20. Assegurar o direito das mulheres a salário igual para trabalho igual, dar assistência à maternidade, criar uma rede de infantários e creches, legalizar o aborto.

21. Assegurar o direito dos jovens ao primeiro emprego, anular a discriminação salarial, baratear os custos do ensino, assegurar transportes escolares gratuitos, suprimir o «numerus clausus».

22. Orientar os serviços consulares para a defesa efectiva dos direitos dos emigrantes quanto a condições de trabalho, de habitação e de educação para os filhos. Criar condições para o seu regresso a Portugal.

23. Realizar uma verdadeira descentralização e a aplicação da Lei das Finanças Locais. Acabar com a corrupção nas autarquias. Adoptar um programa urgente de melhoramentos locais, orientados sobretudo para as regiões abandonadas do interior e das ilhas: água, luz, esgotos, caminhos, transportes, escolas.

24. Apoiar o movimento cooperativo, especialmente as suas unidades de produção industrial e agrícola, defendendo a sua autonomia e estruturação no sentido da sua dinamização e desenvolvimento.

25. Apoiar o desenvolvimento da cultura popular e defender os interesses dos artistas e associações que se colocam ao serviço do povo.

26. Defender a Constituição contra a sua revisão reaccionária nomeadamente através de um referendo-burla.

Partido Operário de Unidade Socialista/Partido Socialista dos Trabalhadores (POUS/PST)

«Sá Carneiro acaba de fazer o seu balanço de 8 meses do seu governo frente ao povo português.

As donas de casa, que não sabem como chegar ao fim do mês.

Os reformados, que morrem de fome com reformas de 3 contos.

Os camponeses do Alentejo, que se vêem expulsar, pela GNR das terras que trabalham.

Os jovens, sem acesso ao ensino nem ao trabalho.

Os operários, que ganham 12 e 9 contos de salário.

Todos ouvimos Sá Carneiro, representante dos capitalistas e generais, glorificar as grandes melhorias que o seu governo teria trazido em 8 meses ao povo português.

«Cada um pôde aumentar o seu poder de compra» – mente sem vergonha Sá Carneiro.

Basta!

E com todo o povo que trabalha que Aires Rodrigues com o POUS e PST dizem:

Vão eles viver com 10 contos por mês de salário!

Nós exigimos: 4 contos mínimos de aumento de salário para todos!

Salário mínimo nacional de 12 contos!

Sá Carneiro, que devè à banca 30 000 contos, não tem vergonha de defender aumentos de 700$00 para os reformados.

Vá ele viver com 3700$00 por mês!

Nós exigimos: Reformas por inteiro alinhadas pelos contratos colectivos.

Sá Carneiro, representante do 24 de Abril, que envia todas as semanas a GNR para o Alentejo roubar as terras que dão pão, tem o descaramenteo de vir dizer estar a realizar uma política agrícola.

Todos nós trabalhadores dizemos:

Fora com Sá Carneiro!

Retirada imediata da GNR do Alentejo!

Recuperação de todas as terras roubadas aos trabalhadores!

Revogação da lei Barreto!

Sá Carneiro, chefe de um governo minoritário no País, provoca os trabalhadores dizendo:

«Não houve aquela paralisação geral com que nos ameaçavam, justamente porque os trabalhadores não se deixaram instrumentalizar».

Nas das fábricas, dos campos, dos bairros populares, de todo o país, sobre o mesmo grito, a mesma vontade do povo que trabalha; do povo que começou há 6 anos o 25 de Abril:

Unidade!
Sá Carneiro para a rua!
Fora com a AD!

Mas o general Eanes, que anunciou já a sua recandidatura à Presidência da República, acaba de declarar pelo seu lado yue o Governo Sá Carneiro deve continuar a dirigir o país durante as eleições.

Mas o general Eanes, partidário confesso de um Governo PS-PPD, declara-se entretanto pronto, se voltar a ser eleito, a presidir a um Governo da AD!

E com todo o povo que trabalha que o POUS, Aires Rodrigues e o PST – que se candidatam às eleições legislativas e presidenciais – dizem:

Unidade para pôr na rua a AD e todos os outros representantes dos capitalistas e generais!

Não ao general Eanes!

Unidade para um candidato operário único PS-PCP à Presiência! Unidade para um Governo PS-PCP sem capitalistas nem generais!

Seis anos depois do 25 de Abril, não podemos aceitar que se fale em nome de trabalhadores, que se utilize o seu voto para apoiar outra vez os Eanes, os PPDs – sejam eles da ASDI ou do PSD – para deixar os capitalistas e os generais destruir tudo o que começámos a pôr de pé com o 25 de Abril.

Não podemos consentir que os Sá Carneiros e os Eanes destruam o país!

A maioria do povo deu por 5 vezes! a maioria dos seus votos ao PS e ao PCP.

A verdade deve ser dita. Não é possível aceitar que os dirigentes do PS e do PCP, que põem correntes de ferro à luta dos trabalhadores, se pronunciem de novo pela reeleição do general Eanes.

É preciso dizer a verdade por toda a parte!

Se há desemprego, se os reformados morrem de fome, se os camponeses são expulsos das suas terras, se há miséria e crise é porque a vontade da maioria que trabalha tem sido sistematicamente enganada e desrespeitada!

É porque os dirigentes do PS, que não se importam de fazer a unidade com os PPDs da ASDI e com Eanes, recusam, fazê-la com o PCP para um governo que respeite a vontade popular.

É porque os dirigentes do PCP recusam fazer a unidade com o PS para um candidato operário único e um Governo PS-PCP, enquanto a fazem com o general Eanes.

Nós, trabalhadores, queremos outra política!

Todos seguimos apaixonadamente a greve geral dos trabalhadores na Polónia, para tomar, como eles dizem «as rédeas da sociedade nas mãos».

A operária polaca Ana Walentynowicz, despedida do trabalho pelos burocratas, reintegrada pela greve geral dos operários, tem razão:

Ela diz: «Acreditámos uma primeira vez nas promessas dos dirigentes. Fomos enganados. Acreditámos segunda vez nas promessas dos dirigentes. Fomos outra vez enganados. Agora só acreditamos em nós, na nossa própria força de trabalhadores!».

Nós trabalhadores portugueses, não queremos os Sá Carneiros, os Eanes ou Soares Carneiros no poder enquanto os soldados que defenderam no 11 de Março as conquistas do povo estao na prisão!

Não queremos mais divisão! A vontade do povo que trabalha deve ser respeitada.

Por isso decidimos juntarmo-nos nos bairros e nas fábricas para começarmos a fazer a unidade para fazermos respeitar por toda a parte a nossa vontade.

Por isso apelamos a todos a assinarem para a candidatura operária de Aires Rodrigues contra os generais, por isso apelamos todos a juntarmo-nos nas fábricas e nos bairros para levantarmos as exigências que sobem de todo o país, para começarmos a fazer e a impor a unidade e todas as nossas exigências.»

Partido Socialista Revolucionário (PSR)

Entramos no 7.º acto eleitoral depois do 25 de Abril. Em 6 anos, votámos 6 vezes. Porém, os órgãos do poder burguês, incluindo os que contaram com representantes eleitos pelos trabalhadores, funcionaram cada vez mais contra os trabalhadores e as suas conquistas. Os deputados não cumpriram promessas Não resolveram nenhum dos problemas fundamentais do povo.

Em importantes sectores de militantes operários e de activistas sindicais, cresce o sentimento de que o Socialismo está cada vez mais longe.

Os principais partidos da esquerda, face a uma ofensiva cada vez mais forte da direita, pensam que a melhor forma de lhe resistir é adaptarem-se também à direita...

Não fez o PS uma aliança com os burgueses da ASDI e não limpa as botas a Eanes que abriu o caminho para o Governo de Sá Carneiro, que demitiu o Governo PS, que impõe a política do FMI, e da NATO?

Não cala o PC toda a política antioperária de Eanes, todos os ataques que este general do 25 de Novembro comandou contra os trabalhadores e em particular contra os assalariados rurais do Alentejo, para apenas ver em Eanes «um defensor da Constituição»?

Não calam o PS e o PCP, que também eles assinaram leis antioperárias como a lei das reservas, a primeira Lei Barreto a ser aplicada no nosso País?

Não, esses deputados não cumpriram as suas promessas.

O PSR defendendo nas eleições um programa de luta que recolhe as principais aspirações dos trabalhadores, que se baseia na defesa das conquistas operárias, que levanta bem alto a bandeira de luta pelo Socialismo, proclama que:

«A resolução dos problemas dos trabalhadores, a defesa das conquistas populares o fim do desemprego e do aumento do custo de vida, uma habitação condigna e uma assistência médica eficaz, e gratuita para todos, o fim da opressão da mulher e da juventude, tudo isto só é possível se começarmos por derrotar a AD e as forças capitalistas nestas eleições e nas lutas de massas e se avançarmos decididamente para o socialismo.»

Este não é um horizonte idealista.

Bem pelo contrário, os seis anos que passaram e os resultados das seis eleições que se realizaram, estão aí para demonstrar o contrário. São um testemunho acusador contra a colaboração de classes. A colaboração do PS e do PC com a direita só agravou as condições de vida dos trabalhadores e reforçou essa direita. Neste regime capitalista, vão de mal a pior. Para alterar esta situação, a única solução realista é empenhar todas as nossas forças nessa luta pelo derrube do poder dos patroes e dos latifundiários, pela instauração de uma sociedade sem parasitas, onde os trabalhadores organizados democraticamente decidem e controlam os seus próprios destinos.

O PSR é um partido operário que está totalmente empenhado nesta luta, que está firmemente convencido que os trabalhadores com a sua unidade e mobilização podem construir essa sociedade mais justa.

O PSR diz «O Socialismo é não só necessário como possivel se trabalharmos afincadamente para a unidade e a luta organizada dos trabalhadores portugueses».

O povo trabalhador da Nicarágua e de El Salvador, mostra-nos que mesmo nas barbas do imperialismo e a poucos quilómetros dos Estados Unidos, a luta pelo Socialismo é possível!

O PSR faz parte desta luta. Os seus militantes operários, os seus e as suas activistas sindicais nas fábricas, nas escolas e nos locais de trabalho estão na primeira linha de todas as lutas, pequenas ou grandes. Na campanha eleitoral o PSR está presente para prolongar essas lutas, para as divulgar, para dar voz a quem luta, para dar o braço a todos os que querem correr com Sá Carneiro e com a direita do poder.

Vem dar mais força a esta luta: vem apoiar a campanha do PSR, participa nela activamente, vota para derrubar a «AD» e para eleger candidatos revolucionários.

E necessário derrubar Sá Carneiro

Esta é sem dúvida a pergunta que faz a maioria dos trabalhadores: «Como correr com a AD, como derrubar o Carneiro?»

Para lhe responder é necessário interrogarmo-nos primeiro porque motivo a «AD» desgoverna actualmente este país.

Em 1974 ou 75, quando os trabalhadores de Norte a Sul ocupavam as empresas abandonadas pelos patrões, ocupavam os campos abandonados pelos latifundiários, quando os soldados impunham a democracia nos quartéis, quando com o seu combate massivo estendiam as suas conquistas sociais e políticas, a burguesia capitalista batia em retirada e o resultado de todos os actos eleitorais foi claro: uma maioria absoluta para os partidos dos trabalhadores. Só que o PC e o PS em vez de cumprirem o mandato que lhes tinha sido dado por milhões de trabalhadores, foram, cada um à sua maneira, preparando a cama para a vitória da direita.

A direita capitalista ganhando tempo e valendo-se da recusa das direcções do PS e do PC em governarem correndo com a direita, aproveitando os mecanismos antidemocráticos das eleições burguesas, apresentou-se unida e obteve a maioria parlamentar.

Sá Carneiro, Freitas do Amaral e toda a canalha reaccionária lançaram um autêntico assalto ao aparelho de Estado e aos órgãos de Comunicação Social, restringiram as liberdades de informação para preparar uma campanha eleitoral antidemocrática que eternize os representantes dos patrões e dos latifundiários no Poder. É esse o grande objectivo da AD, que prossegue com a apresentação do reaccionarissimo Soares Carneiro, como candidato à Presidência da República.

Os meses que decorreram desde que Sá Carneiro tomou posse são só uma amostra real do que é e do que quer a direita no poder:

– destruir as conquistas de Abril: a Reforma Agrária nunca foi tão atacada, nunca tantas terras foram entregues aos latifundiários, a ofensiva contra as nacionalizações nunca foi tão grande;

– o desemprego aumentou escandalosamente: muito mais de meio milhão de trabalhadores estão no desemprego;

– os salários dos trabalhadores e a contratação colectiva sofreram novos golpes, o poder de compra está já abaixo de 1968;

– o custo de vida sobe sem barreiras. Só com o Governo de Sá Carneiro o custo de vida subiu mais de 20%;

– o imperialismo e as multinacionais julgam que é chegada a sua hora; Carter quer pôr os seus submarinos nucleares no Tejo com o consentimento da AD; as multinacionais, a começar pela ITT, preparam despedimentos colectivos. O caso da Standard aí está a testemunhá-lo.

A juventude vê as suas condições piorarem e a repressão a todos os níveis acentuar-se.

Porém, tudo isto não é nada comparado com o que a «AD» fará se ganhar de novo as eleições. O objectivo confessado de Sá Carneiro e Freitas do Amaral é recuperar todas as conquistas das massas, aumentar sem barreiras a exploração capitalista, a miséria e o desemprego, instaurar um Estado policial fortemente repressivo.

A verdadeira resposta

O PSR propões um programa que pode unificar todo o Movimento Operário contra o ataque patronal e governamental, antes, durante e após as eleições.

Antes das eleições, lutando em todos os terrenos, particularmente no terreno sindical, para que a unidade sindical, independentemente da filiação dos sindicatos em centrais diferentes (CGTP ou UGT) seja uma realidade. Para que todos os sindicatos convoquem em unidade a greve geral para vencer a direita no poder e impor as reivindicações dos trabalhadores.

A CGTP deve cumprir a sua promessa de o fazer, e a hora já chegou.

Antes e durante as eleições, procurando unir e estabelecer acordos entre todas as candidaturas de esquerda, para que em conjunto possamos derrotar a «AD». Lutando para estabelecer um compromisso das candidaturas de esquerda com esse objectivo.

Depois das eleições, o PSR tem a clara consciência que os trabalhadores só verão as suas reivindicações satisfeitas, as suas conquistas defendidas, se souberem lutar eficazmente para as impor.

Mais do que do resultado das eleições, é da luta real e de massas que dependem as conquistas, as reivindicações e as condições de vida dos trabalhadores.

O trabalho parlamentar do PSR será inteiramente colocado ao serviço deste objectivo, apoiar as lutas, propor a unidade dos trabalhadores.

No parlamento o PSR tudo fará para apoiar as lutas dos sindicatos, da Reforma Agrária, das mulheres, dos jovens.

Nesse sentido, o PSR é o partido que luta por um governo dos partidos operários, responsável unicamente perante as organizações sindicais e de massas dos trabalhadores, e encarregado de realizar as reivindicações dos trabalhadores e estender as suas conquistas.

É necessário que milhares e milhares de trabalhadores expressem nas eleições, com o seu voto, a sua disposição de lutar contra a cedência atrás de cedência ao patronato e a Eanes, e a sua determinação de levar a cabo a greve geral e de instaurar um governo seu.

É necessário que milhares e milhares de trabalhadores digam com o seu voto: **não à divisão.** Que digam **sim à unidade** nos locais de trabalho e entre os sindicatos para defender os seus interesses. Que digam **sim** à unidade de todos os partidos de esquerda para derrotar a «AD» nas lutas e nas eleições, para apresentar um **candidato único às presidenciais,** um trabalhador apoiado pelo PS e pelo PC, por todos os partidos de esquerda, que derrote Eanes, Soares Carneiro e todos os candidatos da direita.

– O voto no PSR expressa essa necessidade e a construção dessa força!

– O voto no PSR prepara as batalhas futuras!

Este é o caminho que leva à democracia socialista. Vem trilhá-lo connosco. Dá-lhe mais força participando na campanha do PSR, votando nos candidatos PSR.

O nosso programa é o programa de todos os trabalhadores

O programa que o PSR apresenta e defende nas presentes eleições, não é um programa feito em gabinetes estofados e recheados de lindas e demagógicas palavras. O nosso programa recolhe as aspirações mais profundas e mais sentidas de todos os trabalhadores que hoje se concentram em dois grandes objectivos inseparáveis. a defesa das conquistas de Abril, das condições de vida e de trabalho das massas e a derrota da «AD» e do seu governo capitalista e anti-operário, com a imposição de um governo sem capitalistas nem generais.

Em torno destes dois objectivos principais é sem dúvida alguma possível unir a maioria esmagadora dos trabalhadores portugueses numa mobilização massiva que imponha pela luta a seguinte PLATAFORMA OPERÁRIA DE EMERGÊNCIA.

I) NÃO À DESTRUIÇÃO DAS NOSSAS CONQUISTAS

a) **Defesa e prosseguimento da Reforma Agrária.** A GNR fora do Alentejo! Reocupação das terras roubadas às UCPs e Cooperativas. Prosseguimento da expropriação dos latifundiários. Crédito bonificado sem restrições para as UCPs, cooperativas e pequenos rendeiros e camponeses. A terra, o gado e as máquinas para quem trabalha.

b) **Não às desnacionalizações.** Não às indemnizações

2) PELA DEFESA DAS CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

a) Fim ao desemprego, **semana de 40 horas:** que o trabalho existente seja dividido por todos os braços sem diminuição de salários. Fim imediato dos contratos a prazo, segurança de emprego para todos. Plano Nacional de Obras Públicas com fins sociais que absorva o desemprego existente. Nacionalizações sem indemnização de todas as empresas nacionais ou estrangeiras que praticam despedimentos colectivos.

b) Não ao aumento do custo de vida e à austeridade capitalista, **aumento dos salários em proporção com o custo de vida,** salário mínimo de 10 contos para todos os trabalhadores, incluindo os desempregados e as desempregadas, os velhos e os reformados.

c) **Fim à discriminação.** Salário igual para trabalho igual, para homens, mulheres, jovens e velhos. Fim à opressão das mulheres e da juventude. Direito a uma maternidade consciente e desejada, estendendo o planeamento familiar e tornando livre e gratuito o aborto. Direitos elementares para a juventude; a uma escolaridade gratuita e não obscurantista, não à repressão familiar e sexual.

3) DEFESA DOS DIREITOS DEMOCRÁTICOS

a) Contra a repressão política e policial, contra todas as leis que limitem a acção do movimento operário e sindical.

b) Não à censura e à intoxicação nos órgãos de comunicação social: direito de expressão e condições de igualdade de todos os partidos políticos e das centrais sindicais.

4) CORTE COM AS CHANTAGENS E AS PRESSÕES IMPERIALISTAS

– Ruptura imediata com a NATO.

– Não à entrada de Portugal na CEE.

– Solidariedade com os trabalhadores de todo o mundo.

5) DERROTAR A «AD» E O SEU GOVERNO

Pela luta e pelas eleições, derrotar e colocar a «AD» em minoria no parlamento pelos esforços conjugados e somados de todos os partidos dos trabalhadores.

Este é um passo decisivo e necessário para erguer **um governo dos partidos dos trabalhadores que leve a cabo a Plataforma de Emergência** e a aplique sob o controlo das organizações sindicais e de massas dos trabalhdores.

O PS e o PC, que são maioritários no seio dos trabalhadores, têm a responsabilidade de se empenhar na formação de tal governo, cortando com a burguesia e os seus governos.

O compromisso dos candidatos socialistas-revolucionários

Na sua campanha e no Parlamento, os candidatos socialistas-revolucionários comprometem-se:

1) A proporem a formação de um governo sem capitalistas nem generais um governo que cumpra as reivindicações dos trabalhadores e aplique a Plataforma Operária de Emsrgência Os deputados do PSR proporão que o PS e o PC formem tal governo

2) a proporem a aprovação de uma Carta dos Direitos dos Trabalhadores, consagrando e ampliando as conquistas constitucionais.

3) a proporem a revogação das leis antipopulares. com a Lei Barreto, a lei do arrendamento rural a lei dos despedimentos, a lei dos contratos a prazo, a lei da greve, a lei dos despejos, a lei das indemnizações e o código dos investimentos estrangeiros.

4) a proporem a revogação da lei do aborto e a aprovação de leis tornando o aborto libre e gratuito e estendenddo a protecção à maternidade.

5) a proporem a redução do serviço militar para 6 meses, tornand0-o voluntário e garantindo todas as liberdades e direitos democráticos para os trabalhadores fardados;

6) a proporem a saída imediata de Portugal da NATO e a retirada das bases e tropas estrangeiras da NATO estacionadas no nosso país, bem como proporem a não adesão de Portugal ao Mercado Comum.

Partido Com

No próximo dia 5 de Outubro os cidadãos portugueses serão chamados a votar para a Assembleia da República. Não é esta a primeira vez que o farão. Porém, apesar de todas essas votações, o povo perguntar-se-á: de que serviu a ida às urnas? Será que algo se modificou para melhor graças ao voto enfiado nas urnas? De facto, não!

Mas é esta a essência do actual regime capitalista: periodicamente o povo é chamado a escolher, através do voto, os membros da classe dominante que o calcarão aos pés e esmagarão no Parlamento.

Os chamados meios da comunicação social, tanto os estatizados como os privados, esfalfaram-se durante estes últimos seis anos a tentar convencer o povo de que a liberdade popular de escolher o Governo não tinha limites nem barreiras. Assim, se o eleitor não estivesse contente com o partido do Governo, teria a oportunidade plena de escolher outro partido entre os da oposição parlamentar, empurrando assim à formação de um novo governo saído dessa oposição.

Sucede porém que o povo português assistiu, desde 1974 para cá à passagem de todos os «partidos da ordem», tanto pelo Parlamento como pelo Governo.

Todos os partidos do actual Parlamento foram Governo e cada um deles inteiramente responsável pelo estado de exploração, de opressão, de fome, de doença e de miséria a que o País chegou.

Mas sucede ainda mais esta coisa curiosa: na base dos «partidos da ordem» não é possível constituir qualquer coligação partidária que já não tenha sido constituída e que já não tenha sido também Governo.

Sendo assim, como infelizmente o é, as eleições do próximo dia 5 de Outubro, pelo menos quanto à classe operária e ao povo trabalhador consciente, não podem significar nem materializar mais uma escolha, mais um voto nos partidos da actual Assembleia da República. Isso significaria dar um aval a toda a política reaccionária dos partidos e coligações que têm estado no Poder e passar-lhes um novo cheque em branco para continuarem a aplicar uma política ainda mais gravosa para a nação trabalhadora.

Nestes termos o que está em causa nas próximas eleições de 5 de Outubro é, pelo que toca à classe dos proletários e às massas populares, o seguinte: rejeitar com o seu voto o regime parlamentar falido e os falidos partidos do Parlamento: apoiar com o seu voto um novo regime político e um novo sistema económico – o regime democrático e popular, um Governo revolucionário democrático e popular.

A escolha deste regime e deste Governo democrático e popular, a escolha de um Governo do povo, para o povo, e pelo povo é a escolha que os operários poderão – e deverão – materializar, votando no Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses e elegendo o grupo parlamentar PCTP/MRPP.

A eleição do grupo parlamentar do PCTP/MRPP permitirá colocar na próxima Assembleia da República a voz da revolução a representação da vontade do povo explorado e oprimido contra todos os «partidos da ordem», sejam oposição ou sejam situação, porque em todo o caso eles são sempre e são única e exclusivamente a voz e a vontade da contra-revolução.

2. Um Governo democrático e popular

O PCTP/MRPP entende que a solução dos problemas fundamentais do país passa, antes de tudo e sobretudo, pela constituição de um Governo democrático e popular.

O Governo democrático e popular é o governo do povo contra os inimigos do povo: um governo que se apoie nos operários, nos assalariados rurais, nos camponeses pobres, nos empregados, na mulher trabalhadora, na juventude progressista, nos soldados e marinheiros, na intelectualidade democrática, nos pequenos e médios agricultores, nos pequenos e médios industriais, nos pequenos e médios comerciantes, e para combater e liquidar o poder económico e o poder político dos monopólios, dos grandes agrários, dos latifundiários, dos grandes capitalistas, do imperialismo e do social-imperialismo.

Um Governo de todas as forças democráticas e patrióticas, um governo do povo, para o povo e pelo povo.

3. Uma política externa independente e patriótica

Um Governo democrático e popular deve, neste capítulo, adoptar a seguinte política fundamental;

– Denúncia e revogação de todos os tratados desiguais impostos ao país pelas potências estrangeiras;

– Denúncia e revogação do acordo com o Fundo Monetário Internacional;

– Publicação e anulação dos acordos secretos existentes com a Espanha, celebrados na sequência do Pacto Ibérico. e que contém uma autêntica submissão do país ao hegemonismo castelhano na Península;

– Retirada de Portugal da NATO, desmantelamento das bases milita-

Organização

O nosso programa assenta fundamentalmente em quatro linhas: a análise que efectuámos das contradições na sociedade portuguesa; o princípio de contarmos fundamentalmente com as nossas próprias forças e de basearmos na mobilização das massas o motor do nosso progresso; o regime de uma democracia política autêntica; o objectivo de edificar uma sociedade socialista. Eis algumas medidas que propomos para os vários sectores da vida nacional:

Agricultura

A questão da agricultura é em grande parte a questão do interior. A base do nosso País é predominantemente agrícola e a crise que o País atravessa há dezenas de anos é, em boa parte a crise do interior do País, explorado, abandonado e oprimido pelo poder central.

As transformações operadas com a revolução dos cravos foram no Alentejo de substituição do poder latifundiário privado pelo poder latifundiário social-fascista do P.C.P. e no resto do País as transformações foram mínimas, e em alguns casos negativas.

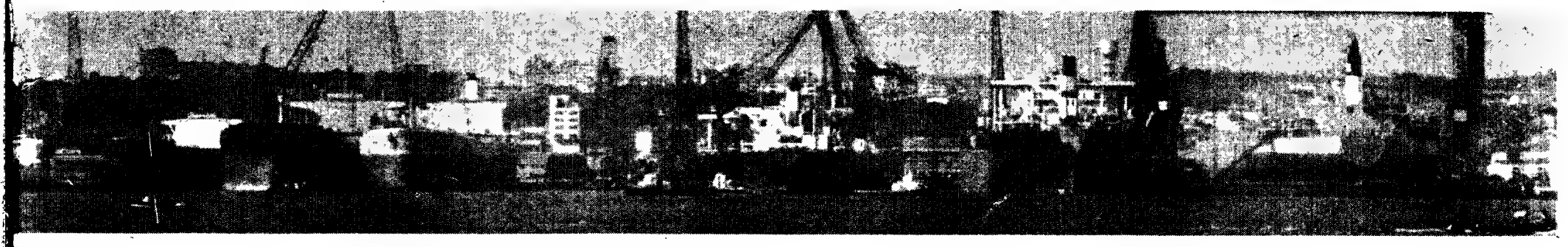
O partido defende:

– A continuação da libertação do Alentejo do jugo social-fascista e a contenção das tentativas da sua utilização como pretexto para a recuperação de posições por parte dos antigos latifundiários. Reforma agrária democrática em benefício dos trabalhadores rurais e pequenos e médios agricultores, tendo como factor essencial a preservação, apoio e desenvolvimento do cooperativismo agrícola.

– Uma política de franco apoio às populações rurais do Norte, Centro, Algarve e Ilhas onde a estagnação, a degradação e a emigração se continuam a incrementar. Revisão do arrendamento rural em benefício dos arrendatarios. Atribuição dos preços justos nas sementeiras Mecanização e reconversao de pequenas indústrias para apoio a essa mecanização

– Utilização integral do solo arável. Aproveitamento dos solos abandonados e legislação que permita a posse das terras por outros, quando os proprietários se obstinam em mantê-las ao abandono.

– Racionalização da produção agrícola. Criação de organismos de investigação à escala regional, com larga participação e mobilização das massas camponesas, materializando nomeadamente a unidade da experiência prática com os progressos da



nista dos Trabalhadores Portugueses (PCTP/MRPP)

res estrangeiras existentes em Portugal e recusa de integração em qualquer dos blocos militares agressivos do imperialismo e do social-imperialismo;

– Rejeição da integração de Portugal no Mercado Comum e referendo popular sobre esta matéria;

– Estabelecimento de relações diplomáticas, económicas, comerciais, culturais, e técnicas com todos os países do mundo, qualquer que seja o regime político e social que os caracterize numa base de respeito mútuo, de não ingerência, de igualdade, de reciprocidade e de coexistência pacífica;

– Regresso dos emigrantes que pretenderem voltar e apoio político, económico e cultural aos que decidirem ficar.

4. Uma economia ao serviço do povo e do país

A política económica defendida pelo PCTP/MRPP assenta nos seguintes eixos principais:

– Inventário da força de trabalho nacional e das riquezas e recursos portugueses e elaboração dum plano para a sua utilização racional ao serviço da classe operária e do povo trabalhador e em reforço da independência de Portugal;

– Nacionalização dos monopólios estrangeiros, da ITT à Aminter;

– Nacionalização dos sectores básicos da economia, particularmente na produção e nos transportes, e controlo de todo o sector nacionalizado pelos próprios trabalhadores;

– Expropriação dos latifundiários e grandes agrários, nacionalização dessas terras e sua entrega aos assalariados rurais e camponeses pobres com expulsão dos novos latifundiários social-fascistas do P«C»P no Alentejo;

– Combate à inflação, com controlo da contabilidade das empresas pelos trabalhadores, com garantia de preços remuneradores e estáveis para a produção agrícola e com fixação dos preços das mercadorias de consumo popular.

– Semana das 40 horas e melhoria progressiva dos salários reais;

– Eliminação do défice orçamental com redução drástica das despesas pelas forças armadas, forças de segurança, aparelho do Estado e da administração e o não pagamento de quaisquer indemnizações aos capitalistas justamente expropriados;

– Combate aos crimes de subfacturação, sobrefacturação, tráfico de divisas, especulação e açambarcamento;

– Redução dos impostos sobre o trabalho e aumento dos impostos sobre os lucros, as grandes fortunas e os consumos sumptuários;

– Ajuda aos pequenos agricultores, industriais e comerciantes e apoio aos médios proprietários rurais, comerciantes e industriais patriotas.

5. Uma educação e uma cultura novas

No campo do ensino da educação e da cultura, o programa do PCTP-MRPP para um Governo democrático e popular compreende designadamente:

– A eliminação do analfabetismo;

– Ensino geral e gratuito para os filhos dos trabalhadores, em todos os graus e a todos os níveis de instrução;

– Transportes gratuitos para os estudantes;

– Democratização do ensino e sua reestruturação para poder adequar-se e servir a emancipação do povo e a independência do País;

– Definição de uma política nacional de investigação científica e tecnológica e sua aplicação imediata.

– Salvaguarda do património histórico artístico e cultural do Povo português e sua ampla divulgação;

– Apoio à criação artística e cultural e descentralização das actividades de difusão;

– Combate à penetração da ideologia dos imperialistas e sociais-imperialistas e divulgação da produção artística, literária e cultural democráticas e revolucionárias;

– Laicização do ensino não permitindo a leccionação de matérias religiosas em nenhum dos estabelecimentos de ensino mantidos ou subsidiados pelo Estado;

– Apoio às actividades pedagógicas, científicas, culturais, recreativas e desportivas das associações de estudantes e das associações ou sindicatos de professores;

– Reconhecimento legal e ajuda às associações democráticas de pais e encarregados de educação.

6. A defesa da saúde e o bem-estar do povo.

O PCTP/MRPP, que denuncia viva e indignadamente e demagogia do Partido Socialista tecida à volta do projecto Arnault, isto porque, sendo aquele partido Governo durante quase dois anos, nem uma palha mexeu para aplicar o mínimo que fosse do programa que eleiçoeiramente agita, o PCTP/MRPP submete à apreciação do eleitorado popular as seguintes orientações políticas nos capítulos da saúde e do bem-estar do povo.

No domínio da Saúde, o PCTP/MRPP propõe-se instituir um Serviço Nacional de Saúde geral e gratuito para os trabalhadores e suas famílias; o controlo do Serviço Nacional de Saúde pelos trabalhadores da saúde, pelas organizações de massas democraticamente representativas dos trabalhadores em geral e pelos doentes; aplicar na implantação das estruturas hospitalares e sanitárias requeridas pela realização prática do Serviço Nacional de Saúde até três quartos das verbas que têm sido destinadas às Forças Armadas e de segurança, do mesmo passo que reduzir as verbas das Forças Armadas e de segurança na mesma proporção; definição do estatuto profissional dos trabalhadores médicos e sanitários, com garantia de um salário adequado à sua formação técnica e à sua função social; política de prioridade à profilaxia, despistagem e prevenção da doença, investimento adequado para solucionar os problemas fundamentais do saneamento básico do País.

No domínio da Segurança Social, o PCTP/MRPP propõe-se lutar pela criação de um sistema nacional único e integrado de Segurança Social sob controlo dos trabalhadores e utentes; definição e concretização do direito dos cidadãos à Segurança Social; pagamento forçado das dívidas dos caaitalistas à Previdência, as quais ascendem a mais de cem mil contos, dinheiro que foi já descontado directamente dos salários dos trabalhadores pela entidade patronal; aumento das contribuições financeiras das empresas ao sistema de Segurança Social e financiamento das necessidades do sistema pelo Orçamento Geral do Estado; elevação, ao menos para o nível do salário mínimo nacional, do montante de todas as reformas e pensões por doença, incapacidade, invalidez, orfandade e viuvez, apoio à terceira idade, sobretudo com a actualização anual das reformas e pensões, às crianças sem lar e aos desalojados: combate ao tráfico da droga e aos traficantes e recuperação dos toxicómanos; resolução dos problemas da mendicidade e da prostituição e recuperação social das vítimas.

No domínio do desemprego a proposta do PCTP/MRPP assenta na revogação imediata da Lei dos Despedimentos, na nacionalionalização das empresas que procedam a despedimentos sem a aprovação dos trabalhadores, no aumento do subsídio de desemprego a todos quantos forçadamente se encontrem sem trabalho, na proibição dos contratos a prazo e à experiência, na aplicação imediata da semana das 40 horas, na eliminação do pluriemprego e das horas extraordinárias e na realização da política económica global já sintetizada mais acima, no ponto quatro.

No domínimo da habitação e saneamento, o PCTP/MRPP exige a revogação do decreto Mário Soares/Mota Pinto sobre as rendas de casa, o congelamento das mesmas rendas, a eliminação dos bairros de lata, a recuperação das habitações degradadas, o incentivo estatal à constituição de cooperativas de habitação e à construção de casas pelas próprias associações de inquilinos, a obrigatoriedade imposta aos senhorios de efectuarem obras periódicas nos prédios arrendados, do mesmo passo que propõe um vasto plano de fomento da habitação para colmatar em dez anos o défice habitacional existente no momento actual.

7. A luta pela liberdade e pela Democracia

O Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses começa por, nesta matéria, chamar à atenção para o facto de que não existe em Portugal, cinco anos após o derrubamento do fascismo, uma verdadeira democracia para o povo, nem os trabalhadores dispõem de autêntica liberdade

Com efeito, as «amplas liberdades» de que tanto se fala são apenas liberdades e amplas para um pequeno punhado de indivíduos, que tomaram de assalto o aparelho económico, admnistrativo e militar do Estado, mas, não são de modo algum liberdades de que possam usufruir na pratica mais de 90 por cento do nosso povo. A liberdade e a democracia jamais podem ser reduzidas ao vago «direito» de votar e eleger os representantes da classe dominante que hão-de oprimir o povo no parlamento, no Governo e nos demais órgãos do poder.

O PCTP-MRPP, que denuncia a desigualdade de tratamento de que é vítima por parte dos órgãos do Estado e dos meios da comunicação social, propugna, para que se possa tornar efectiva uma autêntica liberdade e uma real democracia para o povo, um conjunto de medidas políticas que subsquentemente se resumem:

– Igualdade de oportunidades e de tratamento para todos os partidos políticos;

– Proibição da actividade política dos partidos e organizações fascistas e sociais-fascistas;

– Completa e total liberdade sindical, incluindo a de constituir sindicatos, sem qualquer ingerência da parte dos órgãos do poder;

– Revogação da Lei das Associações Sindicais e da Lei das Comissões de Trabalhadores;

– Liberdade para a classe operária e para o povo de constituir e eleger os órgãos democráticos indispensáveis à defesa dos seus interesses específicos;

– Liberdade de organização dos soldados e marinheiros e de propaganda política nos quartéis;

– Liberdade e igualdade no acesso de todos os partidos e da chamada informação social estatizada;

– Completa separação do Estado e da Igreja, o que pressupõe, designadamente o não reconhecimento legal do casamento religioso, a proibição estrita de as confissões religiosas e os seus agentes se intrometerem enquanto tais na actividade política dos cidadãos e do Estado, a proibição de quaisquer subsídios estatais a igrejas ou organismos religiosos e igualdade de direitos e deveres para todas as confissões religiosas;

– Direito ao aborto;

– Salário igual para trabalho igual e apoio à mulher trabalhadora;

– A abolição do exército permanente.

8. A unidade do país e a integridade da nação

O PCTP/MRPP no seu programa chama a atenção para o facto de que a descontinuidade geográfica do território nacional e, sobretudo as manobras a que o imperialismo e o social-imperialismo, através dos seus agentes internos, se dedicam continuamente para reparar a unidade do país e a integridade da nação, são factores da máxima importância a ter em conta e a combater na realização de uma política democrática e patriótica.

No que concerne aos Açores e a Madeira, é indispensável consagrar uma ampla autonomia democrática para o povo daquelas regiões devendo o Governo central apoiar sem reservas a luta e a organização política dos operários, dos assalariados rurais, dos rendeiros, dos camponeses pobres e das classes intermédias, de modo a isolar as burguesias compradoras e os agrários locais, esvaziar de qualquer apoio as suas organizações terroristas e reforçar a unidade e integridade da nação portuguesa.

O PCTP/MRPP propoe-se lutar ainda pela democratização das autarquias locais, apoiar os órgãos de vontade popular de base territorial, revogar a lei das finanças locais e propor um novo sistema financeiro para as autarquias que não seja, como o actual é, injusto, para o povo das regiões mais pobres do interior do país e dos arquipélagos do Atlântico.

9. A luta pela paz e pelo socialismo

A finalidade política do PCTP/MRPP é a instauração do Socialismo e do Comunismo, a edificação de uma sociedade sem exploradores nem explorados

A luta pelo programa imediato que aqui deixamos resumido é um passo, mas um passo de extrema importância política, na luta dos operários, dos assalariados rurais dos soldados e marinheiros, dos homens e das mulheres trabalhadoras para edificar uma sociedade sem classes, libertar o trabalho da escravidão do capital e emancipar a humanidade.

E nesta perspectiva que o PCTP/MRPP submete à apreciação do povo português o seu programa eleitoral e lhe reclama o seu voto consciente, o voto no PCTP/MRPP, o voto no partido que representará na Assembleia da República a vontade do povo.

10. Vinte medidas políticas urgentes

O Grupo Parlamentar do PCTP/MRPP lutará na Assembleia da Republica pela discussão e aprovaçao parlamentares imediatas das seguintes medidas populares urgentes

1 Aplicaçao da semana das 40 horas.

2. Direito ao aborto

3 Revogaçao do decreto-lei sobre as rendas de casa, impor o congelamento das rendas e proibir os despejos

4 Revogaçao da lei sobre as comissoes de trabalhadores

5 Revogaçao da lei dos despedimentos e proibiçao dos contratos a prazo

6 Anulaçao do tecto salarial, seja qual for a forma que assuma

7 Aumentos das reformas e pensoes, em primeiro lugar as dos trabalhadores rurais.

8. Pagamento forçado das dividas do patronato à Previdência.

9. Revogaçao da Lei Barreto, e nova lei sobre a Reforma Agrária camponesa.

10. Revogação da Lei das indemnizaçoes salvaguardando apenas os interesses dos pequenos e médios capitalistas

11. Congelamento dos preços dos bens de consumo popular;

12. Anulaçao das dividas dos camponeses pobres.

13 Combate aos especuladores, açambarcadores e traficantes de divisas.

14 Serviço Nacionl de Saúde geral e gratuito.

15. Combate e eliminação do analfabetismo.

16. Transporte gratuito para os estudantes

17 Aumento do subsidio de aleitamento.

18. Reduçao dos impostos sobre o trabalho e agravamento dos impostos sobre os lucros, as grandes fortunas e os consumos sumptuários.

19. Revogação do acordo com o Fundo Monetário Internacional e recusa de novos acordos com esta organizaçao imperialista.

20 Assistência social aos emigrantes e resoluçao imediata do problema do ensino da lingua portuguesa aos seus filhos no estrangeiro.

omunista Marxista Leninista Portuguesa (OCMLP)

humanidade na investigação científica.

– Medidas de Estado para a comercialização dos principais produtos agrícolas, pondo fim aos intermediários parasitas e especuladores.

– Criação de condições de bem-estar social, no campo dos rendimentos e remunerações, assistência médica, medicamentosa e social, e no campo cultural e recreativo, com vista à dignificação da vida dos campos, e ao fim de hemorragia que o mundo rural vê intensificar-se com cada vez maior intensidade, pelas deploráveis condições de vida com que depara a população rural, particularmente a juventude.

– Apoio financeiro através de um crédito privilegiado a toda a produção agrícola e principalmente aos pequenos e médios agricultores com vista ao aumento da produção e rendimentos.

– Extensão dos direitos elementares dos trabalhadores aos trabalhadores rurais, nomeadamente: efectividade no trabalho, remuneração ao mês, assistência social em qualquer idade de trabalho, férias, subsídio de férias e 13.° mês.

– Apoio às organizações associativas de camponeses, sua larga mobilização para a execução deste programa.

Indústria

– Planificação da produção industrial, aproveitando por um lado todos os nossos recursos, e por outro lado tendo em conta as colocações no mercado interno e externo, combatendo a anarquia capitalista. Respectivo plano de investimentos.

– Apoio às pequenas e médias empresas e garantia ao investimento privado neste sector debaixo da planificação económica efectuada pelo Estado, na linha de combinar o desenvolvimento da grande indústria com o das pequenas e médias empresas.

– Luta contra a tentativa de restauração dos privilégios dos velhos capitalistas privados, que no passado mais não fizeram do que encher os bolsos à custa da exploração desenfreada das massas trabalhadoras

– Luta contra as tentativas de assalto e dominação no sector público da nova burguesia baseada em sectores do funcionalismo e da aristocracia operária, com fachada de «esquerda».

– Reorganização de todo o sector público com a liquidação dos privilégios das burguesias de gestão e combate à incompetência e corrupção, organização da gestão de forma a permitir o controlo das largas massas trabalhadoras. Substituição das administraçoes corruptas e incompetentes

Pescas e mares

– Fiscalização e firmeza na defesa da zona económica exclusiva nacional de 200 milhas.

– Revogação imediata dos acordos de pesca prejudiciais para o nosso povo de subserviência em relação ao estrangeiro.

– Crescimento e modernização impetuosa da nossa frota pesqueira, visando o aproveitamento integral e racional das espécies piscícolas na zona económica exclusiva nacional de 200 milhas. Crescimento e modernização das redes de conservaçao e distribuição do pescado. Desenvolvimento do sector de acordo com um plano audaz do Estado, integrando nesse plano a reorganizaçao da actual indústria pesqueira, bem como de transformação do pescado.

– Protecção e incentivo ao desenvolvimento e modernização das pescas artesanais, de forma a que estas se combinem com as outras formas de capturas.

– Apoio especial à investigação técnica e científica dos nossos mares e recursos marítimos. Participação, além de cientistas armados do espírito de servir o povo, de pessoal marítimo experiente.

– Limitação das capturas com vista à preservação das espécies e ao impedimento da descida brutal de preços nas lotas, que sem representarem baixas de preços no consumidor representam quebras absurdas dos rendimentos dos trabalhadores do mar. Estabelecimento de preços mínimos justos para o pescado.

Energia

– Desenvolvimento da investigação e das formas de produção de energia que utilizem os recursos naturais e preservem a independência nacional. Unidade entre o aproveitamento hidroeléctrico e a irrigaçao de solos agrícolas.

– Realização de grandes, médios e pequenos empreendimentos de produção de energia, através de iniciativas centrais, regionais e locais, mobilizando a capacidade empreendedora das populaçoes e apoiando-as activamente

– Instalação da produção de energia nuclear, tendo em conta a sua colocação, de forma a preservar o bem-estar da população e a produção agrícola. Desmascaramento da campanha reaccionária do social-imperialismo visando impedir Portugal de produzir energia nuclear.

– Proibição de instalação de centros que produzem detritos nucleares sem o tratamento adequado e em locais que nos possam de qualquer forma prejudicar. Tomada de medidas enérgicas para o impedimento da deposição dos referidos detritos nas nossas águas, a partir de Espanha.

Equilíbrio ecológico

– Legislação enérgica obrigando todas as empresas ao tratamento dos seus detritos que de qualquer maneira sejam prejudiciais à salubridade de ares, rios, mares ou terras. Este tratamento não só defende as regiões da destruição como resulta na generalidade num maior aproveitamento desses detritos.

– Preservação e desenvolvimento dos parques naturais, rios e demais sectores naturais, com vista à preservação das espécies e até ao desenvolvimento das floras e faunas

– Limitação à retirada de areias de forma a suspender as alterações ao equilíbrio ecológico.

Transportes

– Redução drástica da circulação privada, de forma a canalizar grande parte dos dinheiros consumidos em veículos inúteis, combustíveis e despesas desnecessárias em certas vias de comunicação, para a melhoria fulgurante e imediata dos transportes colectivos e rurais, e de todos os transportes e redes de comunicação essenciais ao desenvolvimento industrial e agrícola.

– Reconversao das pequenas e médias indústrias subsidiárias, ao serviço nomeadamente das tarefas de pequena e média mecanização agrícola.

– Fim às várias tentativas da CP para colocar as zonas rurais, principalmente as do interior, numa situação ainda pior. Fim à ofensiva da CP de destruir as linhas de caminho-de-ferro que considera na sua óptica da não rendíveis. Modernização da rede ferroviária do interior do País. Desmascaramento das negociatas na compra de sucata em lugar de material circulante

– Orientaçao preferencial nos transportes para material que consuma energia produzida no País, numa perspectiva de futuro e tendo em conta não só o agravamento da crise energetica com base no petróleo, como a muito necessária comodidade dos transportes e limitaçao à concentraçao de libertação de poluentes.

– Melhoria da organização do

Continua na pag 20

Organização Comunista Marxista Leninista Portuguesa

Continuação da pág. 19

trânsito rodoviário e ferroviario, particularmente fim das passagens de nível sem guarda, com vista a assegurar a integridade das populações.

Trabalho

– Pelo direito ao trabalho; política económica que promova o progresso social e o aproveitamento integral da mão-de-obra; salário e trabalho ao mês; contra os despedimentos sem justa causa ou por motivos políticos ou ideológicos; contra a utilização abusiva da legislação sobre empresas em situação difícil; limitação ao mínimo das horas extraordinárias.

– **Pelo fim imediato da lei celerada dos contratos a prazo.** Revogação total e completa da lei «socialista» dos contratos a prazo. Nem Salazar nem Caetano fizeram lei tão vergonhosa que reduz dezenas de milhares de trabalhadores, jovens e não só, à mais miserável condição de escravos, submetidos a todo o tipo de chantagens e prepotências por parte dos patrões.

– Pela justa retribuição do trabalho e sua dignificação: negociação de C.C.T.'s que estabeleçam salários dignos para os trabalhadores, tendo em conta o aumento do custo de vida, a melhoria necessária das condições de vida e a situação económica do sector; contra qualquer limitação arbitrária dos aumentos salariais; obrigatoriedade do pagamento de subsídios de férias e Natal a todos os trabalhadores; para trabalho igual, salário igual; subsídio para alimentação dos trabalhadores nas empresas; pela dignificação da classe operária contra todas as tentativas para a corromper.

– Pela valorização cultural e profissional dos trabalhadores: garantia da possibilidade de elevação do nível de qualificação profissional dos trabalhadores e do seu nível cultural; obrigatoriedade do ensino básico elementar nas empresas onde haja analfabetismo; condições especiais muito favoráveis para os trabalhadores estudantes.

– Por uma assistência médica e social condigna; pagamento integral dos dias em que o trabalhador está impossibilitado de trabalhar por motivo de doença profissional e de acidente de trabalho, e das baixas por doença, criando ao mesmo tempo mecanismos práticos eficazes para a diminuição do absentismo fraudulento por baixa; exigência de assistência decente e funcionamento eficaz das Caixas de Previdência, em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Saúde

– Aplicação de um Serviço Nacional de Saúde que acabe com a medicina privada e a transforme num serviço público de primeira necessidade. Todo o médico deve ser um funcionário público, pago como tal, e colocado como tal. «Liberdade do médico» e «liberdade de escolha do médico» são bizantinices para os ricos e têm como contrapartida a liberdade da esmagadora maioria do povo de não ter médico nenhum. E um absurdo dizer que a medicina privada pode continuar nos sectores que o Estado não pode assegurar, sendo as pessoas reembolsadas pelo Estado. Se o Estado pode reembolsar, pode cobrir todas as necessidades médicas e para toda a população.

– Particularmente para as regiões rurais, as mais desprotegidas, onde diariamente se morre ao nascer e se morre por falta de assistência: assistência médica e sanitária ao serviço da esmagadora maioria das populações rurais. Descentralização drástica dos estabelecimentos hospitalares, apoio aos estabelecimentos regionais (distritais e subdistritais). Criação de postos médico-sanitários nas aldeias, a partir da mobilização da população com o apoio do Estado, e da criação de uma nova categoria de médicos, capacitados para resolverem a maior quantidade de problemas médico-sanitários menos graves, e para a prática da medicina preventiva. Formação médico-sanitária intensiva desses novos médicos, escolhidos entre os mais dedicados elementos da juventude camponesa, sustentada pelo Estado e pela população.

Assistência social

– Direito à reforma integral aos 60 anos. Contudo, o direito à reforma não pode obrigar a que a terceira idade seja lançada pela borda fora da actividade económica e social. Desenvolvimento não só dos programas de ocupação de tempos da terceira idade, como continuação da sua integração no aparelho económico e social.

– Uniformização dos benefícios da assistência a todos os trabalhadores, nomeadamente igualdade de pensões entre os trabalhadores dos vários sectores e os rurais.

Habitação

– Incremento da habitação social, preservando padrões de qualidade que têm vindo a ser desprezados, o que provoca que a maioria dos bairros do Fundo de Fomento da Habitação e camarários, após dez anos de construção, estejam em degradação ou para lá caminhem.

– Obrigatoriedade de equipamentos de recreio, desportivos e culturais nos edifícios culturais.

– Denúncia e repressão dos senhorios e especuladores que só alugam casas contra o pagamento de «luvas».

– Defendemos, particularmente para as regiões rurais, o apoio financeiro e técnico à autoconstrução.

– Política real e decidida de municipalização dos solos e uma clara política de apoio às cooperativas de habitação económica, quer pela desburocratização dos processos de cedência de terrenos em direito de superfície, quer através de financiamento em condições favoráveis, de forma a que as casas construídas possam ser pagas pelos associados.

– Regulamentação legal para a ocupação de casas vazias.

– Fim dos subalugas parasitas.

Criança

– Por uma completa assistência materno-infantil.

– Sistema de abonos de família directamente entregues aos responsáveis pelo sustento e educação das crianças e criação de mecanismos de fiscalização da sua utilização.

– Extensão do sistema de abonos a todos os responsáveis por crianças independentemente da sua situação profissional.

– Rápido levantamento de creches gratuitas a nível de todo o País, para os primeiros anos. Investimento neste sector que permita as melhores condições para as crianças nos aspectos de sustento, puericultura e pedagogia.

– Apoio financeiro e outros aos institutos de recuperação de crianças deficientes. Criação de novos onde necessários, particularmente nas regiões rurais.

– Execução imediata de um plano de educação pré-escolar; alimentação gratuita; total gratuitidade não só para este ensino como para a frequência de colónias de férias, piscinas, parques de jogos, ginásios, etc.

– Educação física para todas as crianças.

Educação e ensino

– Fim à doutrina dos campos como zonas de segunda na colocação dos professores e quadros. Obrigatoriedade do ensino em zonas remotas geralmente desprezadas.

– Criação em ritmo intenso de novas escolas, em colaboração com a população mobilizada.

– Criação de novas universidades onde se torne necessário para a superação da contradição litoral-interior.

– Igualdade de condições económicas para o acesso ao ensino superior através da total gratuitidade do ensino e de condições de apoio económico que permitam que tanto os filhos de ricos como de pobres sejam submetidos à única selecção da capacidade e do trabalho.

– Monopolização por parte do Estado da edição dos livros escolares, reduzindo drasticamente os seus preços.

– Carácter totalmente laico do ensino. As religiões ensinam-se nos estabelecimentos religiosos e não nas escolas pagas pelo contribuinte, isto pe, por religiosos e não religiosos.

– Larga representação das associações de estudantes e dos trabalhadores do ensino na resolução dos vários problemas do ensino.

Cultura

– Defesa do património cultural. O nosso património tem sido pilhado por francese e ingleses nos séculos passados e pela ignorância e desprezo dos homens. Actualmente o comércio de material do nosso património cultural e artístico dá lugar a negócios chorudos. Legislação clara contra tais crimes. Proibição pura e simples de qualquer exportação de valores do nosso património. Proibição das actividades no nosso País de negociantes estrangeiros. Maiores meios para uma maior eficácia policial da luta contra os roubos e outros crimes de lesa-património artístico e cultural.

– Mobilização de professores, estudantes e técnicos para a defesa do património, e particularmente mobilização das populações rurais com esse objectivo.

– Incremento da arqueologia e dos estudos históricos, fonte da nossa identidade e manancial para a educação patriótica da juventude.

– Animação cultural viva, sem contudo permitir dar lugar a desprezo por museus e bibliotecas.

– Apoio ao teatro à escala de todo o País, particularmente do teatro de índole verdadeiramente nacional e popular.

Reorganização da Direcção-Geral do Património, voltando-a não só para a conservação (que é apenas medíocre) como para a divulgação (onde pouco se faz). A maioria esmagadora do nosso património não dispõe de catálogos nem monografias e está no pior abandono.

– Casas de cultura vivas, cinema, teatro, leitura e outras realizações. Centros de leitura actualizados que permitam superar as dificuldades de leitura inerentes aos exorbitantes preços dos livros.

– Continuação da justa política de edição das obras clássicas da cultura portuguesa.

– Incentivo ao desenvolvimento da literatura com carácter nacional e popular.

Luta contra a literatura decadente e a pornografia, amplamente divulgada no nosso País para lucro dos que a produzem e corrupção dos trabalhadores.

– Luta coantra a droga e corrupção da juventude. Punição exemplar dos responsáveis pelo tráfico de droga.

Defesa nacional

–Preparação, organização e modernização do nosso Exército, Aviação e Marinha, de acordo com o perigo de uma nova guerra mundial imperialista, desencadeada pelo expansionismo social-imperialista soviético e pela rivalidade das duas superpotências.

– Luta por um desarmamento estratégico nuclear total e completo desmascaramento dos objectivos fraudulentos e belicistas das limitações de armas estratégicas.

– Combate às ilusões do desanuviamento de «Helsínquia» que representam hoje o espírito dos acordos de Munique nas vésperas da Segunda Grande Guerra, que tantos prejuízos causou.

– Combate e banimento da propaganda pacifista, anarquizante e pseudo-revolucionária dos espiões e agentes de Moscovo.

Partido Trabalhista (PT)

O Partido Trabalhista é um partido diferente, com um projecto que, além de constituir um ideal de sociedade, é também, e vincadamente, um plano de acção. O nosso ideal de sociedade é um mundo em que o homem atinja a sua plena realização. É uma democracia real e não apenas formal. É o repúdio de todas as formas de exploração e opressão. É a participação activa dos cidadãos na condução dos destinos da colectividade. É a fraternidade, a entreajuda e a justa relação entre o individual e colectivo. É a justiça social, a igualdade de oportunidades para todos. É a segurança social para os cidadãos de todas as idades. É uma sociedade e um habitat à dimensão do homem. É o avanço técnico ao serviço da cultura e do bem-estar. É a consciência de cada cidadão da sua posição no mundo, a libertação dos espíritos de todos os mitos, a vitória da inteligência sobre a alienação.

Para que Portugal caminhe para a sociedade a que aspiramos, preconizamos as seguintes medidas:

1. Desenvolvimento económico social para os trabalhadores e não contra eles

O Partido Trabalhista luta por um desenvolvimento económico social, quer dizer, desenvolvimento cuja razão de ser é satisfazer as necessidades económicas e sociais de todos quantos trabalham na cidade e no campo, no continente, nas ilhas, na emigração. Que é em tudo contrário ao desenvolvimento tecnocrático, selvagem, comandado pelas multinacionais e monopólios, alimentando uma minoria de especuladores, nomeadamente no sector dos intermediários. Tanto os empréstimos externos, desde que não comprometendo a nossa independência, como as remessas de divisas e as nacionalizações rentáveis devem servir não para a manutenção deste ou daquele governo, desde ou daquele partido ou grupo de interesses egoístas, mas para que o desenvolvimento industrial e agrícola permita a produção do que consumimos e se elimine progressivamente o desemprego. Dada a actual dificuldade em melhorar em grande medida o poder de compra dos portugueses, impõe-se que, em contrapartida, sejam substancialmente melhorados os serviços a prestar pelo Estado à comunidade para que os cidadãos sintam efectivamente uma melhoria nas suas condições de vida.

2. Salvaguarda dos interesses do povo português no Mercado Comum e na unidade da Europa

O Partido Trabalhista considera que, na integração europeia, há que tomar medidas enérgicas para proteger a nossa indústria e agricultura, defendendo nomeadamente os interesses dos pequenos industriais e agricultores, há que fazer face às imposições dos países altamente desenvolvidos da CEE e dos grandes «trusts» que os integram, há que não permitir que o centro das decisões que dizem respeito à nossa política se estabeleça no estrangeiro.

A entrada na CEE não pode ser vista como um meio de receber divisas a troco da exportação de mão-de-obra. Impõe-se a adopção de medidas que protejam e preparem a nossa indústria e agricultura para fazer frente à concorrência que lhe vai ser imposta, devendo ser dada particular atenção à defesa dos interesses dos camponeses e à sua organização associativa em moldes democráticos.

Pensamos que é ao povo português que cabe decidir em referendo, precedido de um amplo debate nacional, um passo tão importante para o futuro do País como a adesão à CEE.

3. Actualização anual e aplicação efectiva do salário mínimo nacional

O Partido Trabalhista propõe a imposição legal do aumento automático e anual de todos os salários, subsídios e pensões, de acordo com o aumento do custo de vida, calculado através de um índice anual do aumento real do custo de vida.

O PT propõe ainda a criação de uma pensão para os deficientes maiores de 18 anos, e incapacitados de exercer qualquer profissão, pelo menos equivalente ao salário mínimo nacional, e advoga igualmente a revisão das pensões de forma a que possam prover às necessidades dos mais idosos.

4. Descentralização participada e desenvolvimento regional

O Partido Trabalhista defende um desenvolvimento equilibrado de todo o País, igual acesso do povo das regiões do interior e das ilhas aos bens colectivos como a saúde, a educação e a cultura, defende que o poder local seja exercido realmente pelo povo de um dado município e não utilizado em proveito deste ou daquele partido, deste ou daquele grupo de interesses.

A autonomia da Madeira e dos Açores deve corresponder às aspirações das suas gentes, a quem devem ser dados, no quadro da unidade de Portugal, todos os poderes necessários para o seu rápido desenvolvimento.

Emigração

5. Defesa dos direitos materiais e culturais dos emigrantes

O Partido Trabalhista luta por um Portugal onde o engenho e o trabalho dos que tiveram de partir seja uma alavanca de progresso no interior do País, por um Portugal de onde não seja mais preciso emigrar. Considera condição indispensável deste objectivo que as remessas dos emigrantes sejam utilizadas em projectos concretos válidos que tragam mais riqueza e emprego e não monopolizadas pela banca e esbanjadas pela nova classe política dominante. O Partido Trabalhista bate-se para que sejam intransigentemente defendidos os direitos dos emigrantes nos países onde se encontram, principalmente o direito ao trabalho, o reagrupamento familiar e o ensino da língua portuguesa.

6. Uma casa para cada família

O Partido Trabalhista propõe a criação de um Serviço Nacional de Habitação efectivo para que, dentro de um máximo de dez anos, desapareça o défice habitacional existente. Este défice seria eliminado nomeadamente através da aplicação de um programa de construção de casas de renda económica, fomentando o sector cooperativo e a promoção directa pela administração.

7. Garantia real do direito à saúde

Tal como estão, os hospitais, os serviços de segurança social, a medicina, a enfermagem, não garantem verdadeiramente o direito à saúde. Para a resolução deste problema não basta criar no papel o Serviço Nacional de Saúde.

O Partido Trabalhista bate-se porque o SNS, que considera indispensável, unifique num sistema organizado e eficaz todas as estruturas existentes, garantindo a todos os portugueses assistência médica e medicamentosa gratuitas, salvaguardando no entanto a inteira liberdade de cada cidadão poder escolher o seu médico. O Partido Trabalhista, dando prioridade a uma medicina social, não se opõe ao exercício da medicina privada, tal como não se opõe ao exercício de outras profissões liberais.

O Partido Trabalhista exige por parte dos organismos competentes um rigoroso controlo dos medicamentos existentes, pois circulam livremente em Portugal medicamentos já proibidos noutros países.

8. Alfabetização, educação, formação, cultura

O Partido Trabalhista propõe uma educação generalizada e gratuita que prepare para a vida na profissão que escolheram todas as crianças e jovens. Defende a igualdade de oportunidades, que exige a extensão do regime de bolsas de estudo e legislação especial para trabalhadores-estudantes, e defende a criação do estatuto do trabalhador-estudante.

9. Protecção à infância

O Partido Trabalhista preconiza a garantia de assistência, boa alimentação e higiene para todas as crianças, a criação de uma rede de creches a cargo das autarquias e um subsídio de creche para as famílias necessitadas.

Propõe ainda a fiscalização e normalização dos produtos alimentares, de vestuário e outros, legislação que proíba a fabricação, importação e venda de brinquedos perigosos, e a realização de campanhas sobre a protecção às crianças.

10. Promoção do desporto para todos num ambiente saudável

O Partido Trabalhista considera necessário que os portugueses de todas as idades tenham acesso à prática desportiva. Para isso defende que a escola seja o principal centro de iniciação e fomento do desporto e preconiza o apoio em instalações, material e quadros às colectividades, sejam grandes ou pequenas.

Mas o desporto só será saudável se praticado num ambiente saudável. O Partido Trabalhista bate-se pela defesa do ambiente, que passa pela criação de estruturas de saneamento básico (água, esgotos, lixos e respectivo tratamento), pela regularização dos rios e estuários, pela defesa da fauna e da flora.

11. Defesa do direito do cidadão e uma vida sã, contra a falsificação dos produtos e serviços e a publicidade enganadora

O Partido Trabalhista propõe legislação adequada e criação dos necessários organismos que garantam com rigor os direitos do cidadão a uma vida sã, contra a falsificação dos produtos alimentares, de medicamentos, de vestuário, etc., contra as burlas nos serviços, pela proibição de toda a publicidade enganadora e nociva.

12. Defesa do cidadão contra a burocracia

Os cidadãos são quotidianamente vítimas da ineficácia, da lentidão, da papelada, das bichas, da corrupção, das prepotências por parte da administração pública.

Os clubes trabalhistas criarão gabinetes do cidadão para dar seguimento aos protestos das vítimas da burocracia, do mau funcionamento e das injustiças da administração pública.

13. Informação verdadeira e isenta

O Partido Trabalhista defende a igualdade de acesso de todos partidos, sindicatos ou grupos de intervenção social aos órgãos de informação estatizados, assim como a garantia efectiva do direito de resposta. Preconiza a aplicação do estatuto do jornalista, que dignifique a sua missão e garanta a sua defesa contra qualquer tipo de pressão ou censura. Preconiza a liberdade de existência no sector da televisão e da rádio de órgãos de informação que não exclusivamente estatais.

14. Justiça igual para todos que dê ao cidadão protecção e defesa

O Partido Trabalhista propõe que sejam postos ao dispor da justiça meios financeiros e humanos poderosos, pois da eficácia do sistema judicial depende em muito a defesa dos direitos do cidadão. Defende que não pode depender da situação económica do cidadão o seu direito à justiça.

15. Elaboração de um programa nacional de energia

O Partido Trabalhista preconiza a elaboração e aplicação de um programa nacional de energia que vise a redução dos gastos inúteis, o aproveitamento integral dos nossos recursos energéticos. Esse programa, procurando fontes alternativas, deve dar prioridade a um são diálogo com os países produtores de petróleo.

União Democrática do Atlântico/Partido Democrático do Atlântico (UDA/PDA)

Na década de cinquenta, um vendaval de independência começou a varrer a África... mas, dizia-se, que, connosco, seria diferente; e não foi diferente em Angola, não foi diferente em Moçambique, nem na Guiné; nem será diferente nos Açores, como também não será diverso na Madeira.

«Da contra-subversão»

Não restam dúvidas que os arquipélagos possuem, mas apenas por enquanto, os mais altos índices de resistência à subversão comunista; eles constituem, por isso, o derradeiro santuário do espírito lusíada, que ao transe urge proteger. Não se reconhece capacidade de «Portugal pós-25 de Abril» poder suster o avanço da subversão que dos arquipélagos se apossa. O actual regime tem uma prática democrática que, em matéria de preservação da unidade cultural da Pátria, se assemelha muito a um suicídio; daí que a defesa daquela unidade tenha de assentar na iniciativa dos núcleos populacionais mais imaculados; são eles que ao fim e ao cabo terão de ditar o futuro, que deverão recolocar – embora à luz de actualizado conceito da geopolítica lusitana – Portugal nos seus correctos destinos.

a) Estão os arquipélagos na mira do inimigo; avizinha-se a convulsão social por comandamento externo, não obstante os condicionalismos específicos das ilhas determinarem que a desestabilização só é possível pela utilização de autóctones tal, por si só, justificará a ocupação militar – que até pode não ser feita pelas forças portuguesas...

(1) Reconhecendo-se a incapacidade da capital lisboeta poder obstar à subversão, só restarão aos arquipélagos a iniciativa de, antes da violência social que fatalmente dividirá a família insular, autodeterminarem-se; autodeterminação que obviamente, não postula a independência.

(2) Ao assalto da subversão ideológica está, paralelamente, a corresponder um avanço geográfico por parte do inimigo; tal estratégia é por demais evidente se se atender à situação criada na chamada zona auricular-direita - do - coração - africano, o caso do ex-Sara espanhol, prelúdio do alastramento comunista a Marrocos e à Madeira – autêntica ponta de lança ao flanco W da NATO; as Canárias sofrem já a influência dum movimento terrorista independentista pró-Moscovo.

Até pelas razões das estratégias internacionais se evidencia a necessidade de acautelar os arquipélagos, pelo que é mister apurar a genuína opção dos povos insulares.

(3) Constitui a autodeterminação dum povo um dos mais altos expoentes da prática democrática; mas não só; no presente caso para além da legitimidade que lhes assiste, a autodeterminação dos povos insulares reveste-se da única estratégia possível capaz de obstaculizar a infiltração comunista e impedir que esta assuma a liderança dum futuro movimento independentista – facto que será inevitável, no caso de não agirmos por antecipação:

– a luta que o inimigo já encetou para a subversão dos arquipélagos, em ordem a uma espécie de «independência» que colocará as ilhas no seu espaço ideológico e geoestratégico;

– urge opor, por paradoxal que pareça, uma genuína autodeterminação nossa que não só preserve a nossa cultura lusíada como a manutenção do nosso espaço geopolítico e a prossecução da nossa vivência pelos canones da doutrina social-cristã.

b) E que duma vez para sempre se denuncie a fraude que constitui a chamada «política autonómica» dos arquipélagos: a autonomia não é em si mesma uma política propriamente dita, mas tão somente uma implícita medida puramente técnico-administrativa para satisfação da moderna gestão administrativa; medidas deste jaez são apenas paliativos políticos enganosos que em nada retirarão legitimidade aos que lutam pela autodeterminação dum povo; pois que a ilegitimidade, e consequente ilegalização – dum movimento armado ou não – só será conseguida após o veredicto emergente dum acto autodeterminativo.

c) Tenha-se em atenção que uma gestão administrativa autonómica pode ser conduzida de modo a que, por um lado,

– constitua um obstáculo à natural ânsia de emancipação – pelo que não é de prever a anulação dos esforços daqueles que por ela lutam – ou, por outro,

– ser orientada de tal forma que descambe numa independência; e uma independência por esta via é um processo imposto pelo grupo que se encontra no poder, daí a ilegitimidade de tal independência.

d) A observação de alguns indicadores pode-se concluir que a gestão administrativa está a ser conduzida, voluntária e ou involuntariamente – quer pela capital quer pelos governos insulares – de tal modo que prova na prática a insolvência orçamental; como índice máximo desta conclusão, atente-se na gigantesca máquina que de forma insensata dia-a-dia cresce nos arquipélagos; concede-se e aceita-se uma autonomia administrativa cuja prática, afinal vai inviabilizar qualquer real emancipação económico-financeira, pela constante e cada vez maior dependência da capital lisboeta.

«Do lusitanismo»

O 25 de Abril, durante a descolonização, entregou o nosso espaço lusíada ao domínio comunista, para além da delapidação do património territorial, para além da chacina de várias centenas de milhar de concidadãos nossos, do abandono de cerca de doze milhoes de lusitanos à barbárie neocolonialista estrangeira, permitiu, pior, está permitindo a desidentificação do homem lusitano com o seu destino.

Se, antes do 25 de Abril, tivesse havido a audácia intelectual de comandar a autodeterminação dos territórios africanos de língua portuguesa, aliás como se impunha, teríamos hoje uma grande comunidade lusíada formada por vários Estados soberanos.

a) Não faz sentido que o 25 de Abril se fique apenas pela democracia metropolitana; há que levá-la também aos povos lusáfricos, pelo que se deverão utilizar todos os mecanismos nacionais e internacionais para os libertar.

O regresso de Portugal a África impõe-se como um acto de contrição: impõe-se como a última ratio para salvaguardar a cultura lusíada, único elo comum a todos os povos lusáfricos; impõe-se, finalmente, como o único projecto real e capazmente galvanizador da sociedade lusitana. As chagas da descolonização não deverão ser esquecidas; antes muito pelo contrário, é o momento de avivá-las, pois que o confronto com a realidade, com a verdade dos factos, permitirá ultrapassá-la e, de novo, perspectivar o futuro.

b) E assim se preconiza a solidariedade efectiva a todos os movimentos que estão contribuindo para a libertação dos territórios lusáfricos, uma vez que eles aspiram, tal como nós, a grande comunidade lusíada, onde poderão existir como verdadeiros Estados de pleno direito.

c) Para além do ideal do regresso de Portugal a África em termos de asseveração da cultura lusíada, em termos de libertação dos povos suláfricos, factor primário e génese desta cruzada, outros factores, de índole mais pragmática, emergem na conjuntura nacional e internacional e que também ditam aquele regresso:

(1) – O bloqueamento da emigração portuguesa para os países tradicionalmente receptores; a constante ameaça da sua devolução faz com que, em alguns casos, seja uma autêntica espada de Damocles sobre a nossa real independência: Portugal está a constituir-se em território colonizado;

(2) – A falta do primeiro emprego, em crescente agravamento: real obstáculo desmotivador da juventude e causa da desagregação do esqueleto social.

(3) – A próxima, a iminente agudização das convulsões sociais na Africa Austral que farao retornar mais umas largas centenas de milhar de emigrados nossos;

(4) – O facto do desenvolvimento sócio-económico das sociedades lusáfricas só ser possível com o contributo dos portugueses;

(5) – A pressão internacional – denominadamente a europeia – que sugere, em alguns casos de forma óbvia, o regresso de Portugal em termos duma comunidade lusíada; e, finalmente,

(6) – O desejo de tal regresso manifestamente evidenciado pelos povos dos próprios territórios lusáfricos; são tudo factores que apontam, inequivocamente, para o regresso de Portugal, como a única via para solução dos problemas criados pela fuga dos portugueses e, sobretudo, para a redefinição da identidade lusíada.

«Do partido»

A criação do Partido Democrático do Atlântico – UDA/PDA – ficou a dever-se unicamente à necessidade de intervenção política que presentemente se encontra monopolizada pelos partidos. Para facilitar oposicionamento da UDA/PDA no leque partidário, refira-se que o mesmo, para além de afirmar o primado do espírito sobre a matéria, é um partido de inspiração social-cristã, não marxista, porque entende que a pessoa humana é o princípio e o fim de toda a actividade política; porque defende a propriedade privada como direito da pessoa e expressão da liberdade humana – sem prejuízo da sua função social que a entidade publica deve garantir.

a) – A Comissão Política Nacional da UDA/PDA, na sua primeira reunião, efectuada no Funchal, deliberou criar o seu delegado para o Território Continental, a quem cometeu, entre outras, a responsabilidade de efectuar as listas de candidaturas a deputados às eleições legislativas Nacionais de 1980 por alguns círculos eleitorais do Continente, foram «ainda condições destas candidaturas a exigência das mesmas somente serem preenchidas por elementos oriundos dos ex-territórios portugueses e personalidades jovens imbuídas do conceito de lusitanismo aqui expresso e que – servindo-se da capacidade de intervenção política permitida pela UDA/PDA – pretendessem defender os interesses específicos do estrato social designado «retornados» e quisesse, também, contribuir para a realização da Comunidade Lusíada – formada por Portugal e pelos estados de língua portuguesa.

b) – Pretende-se, outrossim, que esta estrutura eleitoral venha a constituir o embrião duma futura força política, basicamente formada por cidadãos que da Pátria detém uma retrospectiva e uma perspectiva históricas dimensionadas à cosmovisão lusíada; o apoio da juventude – à vida de ideias e generosa no sangue – é imprenscindível.

«Dos objectivos»

Nesta conformidade, e à guisa de súmula, a UDA/PDA no Território Continental, propugna:

a) – que aos arquipélagos seja outorgado o direito de usufruir da autodeterminação – n.º 1 do art.º 7.º da Constituição-1976 – como única forma de suster o assalto subversivo de que estão a ser vítimas, como único meio de – seja qual for a opção da autodeterminação – permitir não só a sua permanência no espaço geopolítico lusitano como um maior e mais directo contributo para a defesa do mundo ocidental:

b) – que, pela mais elementar lógica do conceito de pátria, se anule o efeito duma inaudita «lei» que criou milhares de despatriados; impõe-se reconhecer a nacionalidade portuguesa a todos os que, antes do 25 de Abri, nasceram sob a bandeira portuguesa: e tal reatribuição não só deve ser extensiva a todos os que vivem nos territórios metropolitano e insular como áqueles que – vivendo embora nos ex-territórios portugueses d'Africa – desejem continuar com a nacionalidade portuguesa; ter-se-á mesmo que pugnar, obviamente, pela atribuição da dupla ou até mesmo pela multinacionalidade lusíada após a libertação dos povos lusáfricos;

c) – que no mínimo seja reconhecido o direito á indemnização dos espoliados do ex-Ultramar – coisa que nenhum Governo pós-25 de Abril fez – já que não faz sentido, e até seria injusto, que somente se indemnizem os metropolitanos em relação ao gonçalvismo;

d) – que se averigue a gestão dos dinheiros – quer portugueses quer estrangeiros – que foram afectos à pseudo integração dos desalojados do ex-Ultramar, e dentro deste item é mister que se denuncie – e lutar para que ao transe melhorem – as miséi rimas condições de habitabilidade er que vivem milhares de desalojados

c) – que se averigue sobre a gesta dos funcionários ultramarinos, cor relevância para a reatribuição das an teriores categorias aos que foram v timas de abaixamento de letra;

f) – que se concretize a autodeter minaçao de Timor português; nao es quecendo, todavia, a contenção ne cessária e suficiente para que, du rante o processo autodeterminativc não só não se instale um regime pró -comunista – comprovadamente re pudiado pelo povo timorense – como também, dar as garantias internacio nais necessárias de que não se pro vocará, em circunstância alguma, a alteração do equilíbrio político -ideológico da área, o conhecimento do relatório sobre o abandono de Timor tarda inesplicavelmente, já que, no presente momento, são obsoletas quaisquer razões de estado que tenham determinado o seu segredo;

g) – que o voto se torne obrigatório e que, sobretudo, aos emigrantes seja permitido participarem em todas as eleições, mormente as presidenciais; que as suas divisas sejam aplicadas prioritariamente no desenvolvimento das suas regiões de origem, pois que somente assim é possivel diminuir o fluxo emigratório de tais regiões:

n) – que se inquira exaustivamente sobre todo o processo da descolonização já que, somente após o apuramento dos factos, é possível começar o processo da Reidentificação da nação lusa;

i) – que aos movimentos armados que estão contribuindo para a libertação dos territórios lusáfricos – em termos de implantação de futuros regimes democráticos – sejam atribuídos os estatutos de forças beligerantes, no mínimo;

j) – que se reconheça o direito à insurreição dos povos lusáfricos, como é inconcusso dever nosso – n.º 3 do art.º 7.º da Constituição 1976 – no sentido da sua transformação em estados soberanos de pleno direito geridos por legítimos governos saídos do sufrágio universal dos seus respectivos povos.

E termina-se: não se oferecem promessas eleitorais maravilhosas – se bem que prometê-las é bastante fácil e trivial: ao inves, exige-se o sacrifício da doação de cada um e fé no ideal da libertação dos povos nossos irmãos; fé e sacrifício são uma exigência que desponta na geração que estamos criando, a quem estamos recusando um futuro de dignidade, a quem negamos o orgulho na gesta lusa; fé e sacrifício exigem-no, sobretudo, os nossos mortos.

FOTOCOPIAS
DESDE $60
Encadernações, plastificações e trabalhos em offset
Discoteca Filinto
Av. 5 de Outubro, 53-A
Telefone 53 50 40

EXTERNATOS
Séneca
ENSINO DE QUALIDADE
Telef. 40092-822776-823531

ELEIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA 5 OUTUBRO 80
VOTAR
UM DIREITO
UM DEVER CÍVICO

REVENDA DE MÓVEIS
AO PÚBLICO
A PREÇOS NUNCA VISTOS
MUITOS MÓVEIS E MAPLES AO DESBARATO
★ SALÕES DE EXPOSIÇÃO ★
LOJA 4 — Rua de S. José, Lote 1, r/c — Telef. 231 00 92 — SACAVEM
LOJA 8 — Rua Conceição Sameiro Antunes, 13-B (junto ao Pão de Açúcar) — COVA DA PIEDADE
LOJA 11 — Rua Palha Blanco, 73 — Telef. 32 20 81 — V. FRANCA DE XIRA
LOJA 12 — Expo 80 — F. Popular — Stand n.º 2 — Telef. 731588
LOJA 22 — Rua Padre José Feliciano, 13-B — B. DA BANHEIRA
LOJA 23 — Rua 5 de Outubro, 63, r/c — ENTRONCAMENTO — Telef. 655 23
LOJA 24 — Rua dos Bombeiros Voluntários, 11-A — Telef. 917864 — ODIVELAS
LOJA 26 — Av. Tomás Ribeiro, n.º 13-D — (Prédio Muzangala) — Telef. 219 28 91 — LINDA-A-VELHA

INSTITUTO DE LÍNGUAS
DE ALGÉS
Av. dos Bombeiros Voluntários, 29-2.º – ALGES
Telefone 210 29 10
INGLÊS – FRANCÊS – ALEMAO
PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS
MATRICULAS ABERTAS DAS 10 ÀS 12 H.
E DAS 17 ÀS 22 H., EXCEPTO AOS SÁBADOS

ARRANJAR O CABELO É FÁCIL
E CUSTA MENOS DO QUE IMAGINA
na
O. P. C. P.
Oficina Popular de Cabeleireiros Portugueses
Direcção de
AV. DA REPÚBLICA, 5 • METRO SALDANHA
Autocarros — Eléctricos — Interurbanas — R. N.
ABERTO DAS 8 ÀS 20 H. • Telef. 57 24 01

Partido da Democracia Cristã/Movimento Independente para a Reconstrução Nacional/Frente Nacional (PDC/MIRN/FN)

1. A coligação PDC-MIRN/PDP-FN, que se apresenta ao eleitorado em 5 de Outubro próximo, exprime a necessidade de uma oposição global ao sistema que, implantado a 25 de Abril de 1974, degenerou em oligarquia de cúpulas partidárias, de obediência internacionalista. Sistema que, por essas características, representou a entrega de Portugal à Esquerda, com todas as imediatas consequências conhecidas.

2. Da sua primeira fase, dominada pelo marxismo – comunista e socialista – ficou a destruição do País pelas «conquistas revolucionárias», cristalizadas na Constituição absurda de 1976 e garantidas pela dominação de todos os plamos do aparelho de Estado pelos sequazes do erro teórico marxista. O qual, como a experiência ensinou aos portugueses, conduz à injustiça social e à opressão, à hostilidade e ao ódio, à pobreza e à ruína, abrindo as portas à imoralidade e à mentira, expressas tanto na corrupção pública quanto no crescendo da criminalidade, tanto no aviltamento dos costumes quanto na violência caluniosa e terrorista. Acrescendo que, além de erro teórico de base, o marxismo se transformou, em instrumento fundamental do imperialismo russo-soviético, intolerável e catastrófico nos seus propósitos. e nas suas práticas.

3. Em Dezembro de 1979, uma coligação de partidos centristas, mas complexada à esquerda – a Aliança Democrática (AD) – logrou inculcar-se capaz de reduzir o poder institucional do marxismo em Portugal; todavia, tanto pela sua índole quanto pelos equívocos que cultivou, não pôde ir além de uma maioria parlamentar tangencial e precária. Além disso, o modo como exerceu o governo, considerando-se embora que estava coacta pelo quadro constitucional marxizante, manifestou notável indefinição e confrangedora ineficiência: quer por falta de autoridade real, quer por excessivo convencionalismo, no plano legislativo como no executivo não conseguiu colocar no caminho da solução as mais prementes questões nacionais.

4. Patenteia tudo isto que nem o marxismo voraz nem a social-democracia envergonhada ou o centrismo ambíguo – aliás complacentes colaboracionistas dos socialismos – podem representar o regime conveniente a Portugal. Cumpre, para que o País assuma a capacidade do futuro, uma alternativa fundada na limpidez dos valores nacionais; só a Direita, porque natural expressão do património cultural português, sustentando actualizada e intransigentemente a identidade lusíada, pode proporcionar essa alternativa. A imperativa consciencialização nacional obriga à participação no próximo escrutínio, mobilizando os abstencionistas desesperançados e recuperando os votos de quantos, apesar de pensarem rectamente, têm contribuído para a prossecução de uma política que compromete o futuro de Portugal. E esse dever afirma-se com tanto maior força quanto a próxima Assembleia da República disporá de poderes de revisão constitucional, sendo indispensável nela se fazer ouvir a voz da Direita, que doravante não mais tolerará usarem-se eleitoraimente os que pretendem reduzi-la a definitivo «gheto».

Os valores da coligação da Direita

5. A coligação PDC-MIRN/PDP-FN formou-se com o objectivo de permitir a viabilidade desse desiderato: pela primeira vez desde a aurora da destruição, a Direita apresenta-se organizada para servir o País. Os seus valores são simples e cristalinos, porque se resumem a dar expressão às coordenadas profundas e constantes do portuguesismo.

6. Os valores que a coligação defende são essencialmente os da civilização cristã de que Portugal nasceu e a qual se não teria projectado universalmente da mesma forma sem o seu contributo. Valores esses perspectivados na óptica das Pátrias e desenvolvidos pelo humanismo realista dos portugueses. Assim.

– Contemplamos a família como instituição fundamental da sociedade e base natural da formação integral da Pessoa;

– Sustentamos e revigoramento das múltiplas formas orgânicas da sociedade civil e a sua primazia nos modos de contrução do Estado;

– Combatemos todas as formas de exploração do Homem, designadamente pelo monstro estatal fatalmente gerado por qualquer socialismo;

– Advogamos o Portugal das Regiões, com direitos e estatutos que lhes permitam definir e elaborar em conjunto a política do Poder Central;

– Propugnamos a Paz Social mediante maior e mais acurada Justiça, rejeitando a mistificatória doutrina marxista da luta de classes e defendendo iguais oportunidades ao valor, actividade e iniciativa;

– Reivindicamos a melhoria autêntica das condições de vida dos estratos sociais menos favorecidos e das áreas regionais com menor índice de desenvolvimento;

– Postulamos um sistema de ensino e uma política cultural assentes no património português e visando apetrechá-los em todas as aquisições do conhecimento;

– Optamos pelos espaços económicos e políticos em que nos incluímos geográfica e historicamente, com salvaguarda da independência nacional;

– Postulamos o encaminhamento, tão cedo quanto possível, para uma comunidade dos países lusófonos, como natural expressão dos interesses recíprocos.

«Reparação aos espoliados por efeito da descolonização»

7. Na conformidade destes princípios e valores, preocupam especialmente a coligação PDC - MIRN/PDP - FN algumas áreas críticas, onde importa actuar de imediato sob pena de Portugal se perder ainda mais do que vem sucedendo desde 25 de Abril de 1974. Merecem particular relevo, a este respeito, a estrutura jurídico-política imposta pelos revolucionários e a situação dos emigrantes e dos desalojados.

8. Quanto à estrutura jurídico-política, a coligação de direita põe em evidência o imperativo da revisão profunda da Constituição, por forma a, não só eliminar todos os dispositivos paternalistas e socializantes, mas também introduzir as cláusulas imprescindíveis possa de facto representar o quadro efectivo da vida real dos portugueses, nomeadamente por:

– Institucionalização do referendo:

– Estabelecimento concreto do direito de propriedade na sua função social, com ressalva dos meios aptos a fiscalizar o seu exercício:

– Consolidação dos direitos e da integridade da Família, contra os vários materialismos que procuram bloqueá-la ou dissolvê-la;

– Fomento da iniciativa privada, eliminação do proteccionismo às empresas do Estado e desenvolvimento do sistema concorrrencial próprio de uma economia de mercado, com incentivos à confiança do empresário no investimento, bem como desnacionalização de sectores não fundamentais da economia e abertura de outros à iniciativa particular;

9. Quanto à situação dos emigrantes, e mau grado todas as boas palavras que lhes têm dedicado as forças do sistema, verifica-se que milhões de portugueses espalhados pelos cinco continentes continuam a ser tratados como cidadãos de segunda classe. Nao lhes é concedida na Assembleia da República mais que infinitesimal representaçao; pior ainda, estão impedidos de participar na eleição do Presidente da República. Fala-se deles um dia por ano, com evidente farisaismo, ou então despacha-se alguém a visitá-los, mas no fundo a sua colaboração so é desejada no que toca à remessa de poupanças. A direita sustenta o imperativo nacional de:

– Legislação visando corrigir a situação diminuída dos emigrantes, reconhecendo-lhes a plena cidadania;

– Acção tendente a preservar o testemunho de lusitanidade que constituem e a dinamizar as respectivas potencialidades, nomeadamente através das disposições referentes à nacionalidade.

10. Simultaneamente, do milhão de portugueses que a «descolonização exemplar» transformou em desalojados, muitos estão ainda longe completa integração na sociedade portuguesa. Continuam, além disso, sem ser indemnizados dos prejuízos causados pela catástrofe que os vitimou nas vidas e bens, mantendo-se além disso em vigor a criminosa lei «gonçalvista» da nacionalidade. A direita defende:

– Formas adequadas de reparação aos espoliados por efeito da «descolonização»;

– Elaboração de uma lei da nacionalidade, conforme às responsabilidades históricas de Portugal;

– Criação de condições para que aqueles que o quiserem, possam regressar, como emigrantes, aos novos países lusófonos.

11. De modo algum, porém, podem restringir-se a estas áreas as instantes preocupações da direita, quando a injustiça continua imperante, parte do País se encontra praticamente subtraída à solidariedade nacional o nível de vida se deteriora, a cultura e o ensino se revelam incapazes de corresponder às exigências do futuro e uma política externa inconsciente ou liquidatária se permite apontar como «prioridades das prioridades» a dissolução na Europa. Por consequência, reivindicamos;

– Legislação que defina e sancione situações de subversão permitindo a ilegalização dos grupos infractores;

– Termo da prepotência comunista no Alentejo, com devolução acelerada de reservas sem prejuízo da revisão urgente da lei socialista da Reforma Agrária;

– Eliminação do nepotismo e da corrupção instalados nas diferentes zonas do aparelho do Estado;

– Indemnização urgente de todos os espoliados por efeito das nacionalizações, das expropriações e das ocupações patrocinadas ou reconhecidas pelo Estado;

– Melhoria das condições de vida dos trabalhadores pela introdução de mecanismos favorecendo a atribuição de prémios de produtividade e outras formas de retribuição que permitam valorizar o labor honesto e competente;

– Ajustamento automático das pensões, em termos percentuais, ao nível dos salários auferidos pelos trabalhadores activos;

– Combate à inflação sobretudo pela melhoria dos índices de produtividade e concessão de benefícios estatais aos sectores reprodutivos;

– Alteração do regime fiscal em ordem a não desanimar nem asfixiar a iniciativa privada.

– Adopçao de medidas fortemente dinamizadoras da construção civil, por iniciativa pública e privada e de estímulos à aquisiçao de habitaçao própria;

– Combate enérgico à criminalidade, prostituiçao e droga;

– Iniciativas de assistência especial à infância, juventude, condição feminina, desempregados e terceira idade;

– Promoção de um sistema de ensino aberto em que todas as entidades educacionais disponham de idênticos recursos e os estudantes carecidos de meios recebam o apoio adequado à concretização das suas capacidades;

– Fomento dos valores portugueses nas diversas formas de expressão cultural, com particular incidência na estrutura institucional das respectivas pesquisa e realização;

– Exploração consequente de todas as vias que surjam para a cooperação com os novos países lusófonos e observação, intensificação e expansão da Lusitanidade;

– Procura das condições necessárias para uma verdadeira autodeterminação dos timorenses;

– Exigência e pleno esclarecimento, num efectivo debate nacional, sobre os termos e implicações da eventual adesão à Comunidade Económica Europeia, como preparação de um referendo para sobre ela decidir.

12. É tempo de dar voz à direita na Assembleia da República. Esse o desafio que lançamos a todos os descontentes e desiludidos com o sistema e os homens oriundos do 25 de Abril, que enganaram e traíram, prometeram e se desdisseram, desonrar o passado de Portugal e põem em causa o seu futuro.

PUB.

CARRIS

COMPANHIA CARRIS DE FERRO DE LISBOA, SARL

ANUNCIO

CONCURSO PUBLICO PARA O FORNECIMENTO DE 282 AUTOCARROS DESTINADOS AO TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS

Torna-se público que se encontra aberto, nas condições do despacho conjunto dos Senhores Ministros da Indústria e Energia e dos Transportes e Comunicações de 14.8.80 (Diário da República n.º 205, II Série), o concurso acima designado.

— LOCAL E DATA DO ACTO PUBLICO DO CONCURSO:

Na sede da Companhia, à Rua 1.º de Maio n.º 101, em Lisboa, pelas 16.00 horas do dia 15.12.80, terminando o prazo para apresentação das propostas às 15.00 horas do mesmo dia.

— CONDIÇOES DO CONCURSO

O presente concurso rege-se pelo respectivo Programa de Concurso e Caderno de Encargos que estão patentes, nas horas normais de expediente, na Secretaria da Direcção dos Serviços Técnicos onde os interessados os poderão consultar ou obter.

Lisboa e Sede da Companhia, 1 de Outubro de 1980

O PRESIDENTE DA COMISSAO ADMINISTRATIVA
João Carlos Câncio da Silva Escudeiro
BRIGADEIRO

TRIBUNAL CIVEL DA COMARCA DE LISBOA 7.º JUIZO 1.ª Secção ANUNCIO

2.ª Publicação

Pela 1.ª Secção de processos deste Juízo, nos autos de execução sumária requeridos por Júlio Neves e Santos, Lda, correm éditos de trinta dias, citando o réu FELISBERTO ALVES DE FIGUEIREDO, casado, comerciante, ausente em parte incerta, com último domicílio conhedido a Avenida da República n.º 7, anexo frente, Costa da Caparica, da comarca de Almada para, dentro do prazo de cinco dias, posterior ao dos editos e que se conta da segunda e ultima publicaçao do respectivo anuncio, pagar a exequente a quantia de 12 770$00, juros de mora vincendos a taxa legal, ou, dentro do mesmo prazo, nomear a penhora bens suficientes, sob pena de esse direito ser devolvido a exequente, conforme tudo melhor consta do duplicado da petiçao que se encontra patente nesta Secretaria, sita ao 5.º piso do Palacio da Justiça.

Lisboa, 30/6/1980

O Juiz de Direito
Joao Augusto de Moura Ribeiro Coelho

O Escrivao de Direito
Elmano Ascensão Coito

TRIBUNAL CIVEL DA COMARCA DE LISBOA 15.º JUIZO ANUNCIO

2.ª Publicação

Pela 3.ª secçao deste 15.º Juizo Civel de Lisboa correm éditos de 30 dias, que começarao a contar-se da 2.ª e última publicaçao deste anúncio, citando o executado ALVARO MORAIS, casado, empregado comercial, ausente em parte incerta e com a ultima residência conhecida na Quinta do Carreiro à dos Loucos, Alhandra, para, no prazo de 5 dias, findo o prazo dos éditos, e nos autos de Execuçao Sumária, em que é Exequente — Júlio Neves & Santos, Limitada, com sede na Rua Rodrigo da Fonseca, n.º 135-A, em Lisboa, pagar a esta a quantia de 29 184$00, acrescida de juros de mora à taxa de 6% ate efectivo pagamento, deduzir oposição à referida execução ou nomear bens a penhora para liquidação daquela quantia e das custas, sob pena de este direito de nomeaçao ser devolvido à Exequente».

Lisboa, 4 de Julho de 1980

O Juiz de Direito,
Rogério Correia de Sousa

O Escrivão-adjunto,
Antonio Mendes Barata

Irão rejeita proposta iraquiana de cessar-fogo

O representante iraquiano nas Nações Unidas, Ismat Kittani, anunciou ontem naquela organização, em Nova Iorque, que o seu país suspenderá unilateralmente as acções bélicas contra o Irão de 5 a 8 de Outubro se as forças iranianas não atacarem as iraquianas. Contudo, fontes diplomáticas conferem pouca importância a esta oferta de cessar-fogo, uma vez que o Irão já rejeitou o apelo do Conselho de Segurança da ONU nesse sentido e já manifestou de forma incisiva que está disposto a prosseguir a guerra, enquanto o Iraque se mantiver no seu território. Com efeito, a resposta iraniana não se fez esperar: o encarregado de Negócios iraniano na ONU, Jamal Shemirami, rejeitou a proposta de Bagdad, rejeição que seria feita na sequência da carta que o presidente Bani Sadr enviou a Kurt Waldheim recusando o apelo do Conselho de Segurança.

Enquanto isto, a Conferência Islâmica, que tem estado reunida na ONU, recomendou por unanimidade que prossigam os esforços da missão de boa vontade empreendidos pelo presidente paquistanês Zia Ul-Haq e pelo secretário-geral da conferência, Habib Chatti. Falando perante a AG da ONU, Zia Ul-Haq afirmou que «uma estrita neutralidade» das potências exteriores e a sua não ingerência no conflito são condições essenciais para o restabelecimento da paz entre o Irão e o Iraque. Zia Ul-Haq afirmou que a maior fonte de instabilidade na zona é Israel e que os EUA assumem grandes responsabilidades neste capítulo dado o apoio sem reservas que dão ao Estado judaico. Zia Ul-Haq afirmou, por fim, que o conflito surge numa zona onde «as superpotências» se degladiam. Por sua vez, o dirigente da OLP, Yasser Arafat, propos a convocação urgente de uma cimeira árabe para debater o conflito.

A guerra

As forças iranianas lançaram um contra-ataque em todas as frentes na guerra com o Iraque, declarou em Teerão o presidente do Majlis (Parlamento), Rafsanjani, citando uma declaração de Khameinei, membro do Conselho Superior de Defesa do Irão. Anteriormente já havia sido anunciado em Teerão que as forças iranianas preparavam uma contra-ofensiva.

Os pilotos da F. Aérea iraniana começaram a lançar panfletos sobre as cidades iraquianas, com uma mensagem de «ayatollah» Khomeiny que convida o Exército iraquiano a depor Saddam Hussein. Quatro importantes cidades iraquianas foram, uma vez mais, alvo das bombas iranianas: Kirkuk, Suleimanyeh (no Norte) e Basrah e Um Kars (no Sul). O comando iraquiano, que noticiou estes ataques, refere que eles tiveram por alvo bairros civis e objectivos militares.

O Irão, por seu lado, anunciou a libertação da cidade de Mahran, na província de Ilam, após cinco dias de ocupação inimiga. Foi também anunciado que um comando de Guardas da Revolução se apoderara de 20 tanques e dois camiões iraquianos numa incursão feita nas linhas inimigas. A mobilização geral foi decretada no Kuzistão, onde o presidente Bani Sadr e vários responsáveis militares visitaram a cidade de Dezful, ultimamente muito alvejada pelo Iraque. Por fim, em Teerão foi encerrado o Ministério da Orientação Nacional, que tinha a seu cargo a Informação e Propaganda. A medida implica o despedimento de várias centenas de funcionários que ontem se manifestaram em protesto junto do edifício do ministério.

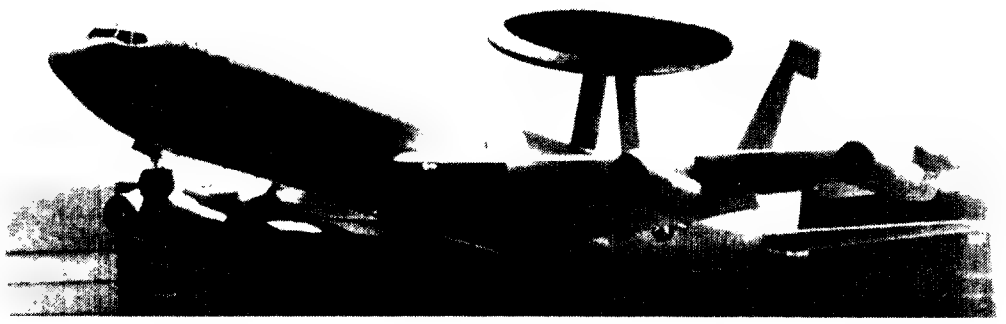
Continua, entretanto, a evacuação de estrangeiros que trabalhavam no Irão e no Iraque. Citem-se entre outros os franceses que trabalhavam no Centro de Pesquisas Nucleares iraquiano.

Da parte iraquiana comunica-se que todas as vias de acesso à estratégica cidade iraniana de Dezful foram ocupadas pelo Iraque. Um canal da CBS americana anunciava, entretanto, que o Iraque tinha enviado aviões para países do golfo a fim de os proteger dos ataques iranianos. Por sua vez, o «Wall Street Journal» de Nova Iorque, jornal muito ligado aos meios de negócios americanos, anunciava que o Koweit tem estado a enviar homens, armas e munições para o Iraque. Se a notícia se confirmar, isso terá consequências imprevisíveis pois o Irão ameaçou já fazer alastrar a guerra aos países do golfo que ajudarem o Iraque.

Uma fonte da Mitsui revelou em Tóquio que a aviação iraquiana danificou um complexo petroquímico nipo-iraniano em Bandar Khomeiny no golfo.

Para lá destas notícias de guerra sempre confusas, importa salientar aquilo que nos meios diplomáticos se pensa sobre o futuro desta guerra. O ex-MNE israelita, Moshe Dayan, declarou que o Irão não poderá prosseguir a guerra, se não for auxiliado pelos EUA. Mas a ideia generalizada é a de que a guerra se está a transformar numa guerra de posição de longa duração: o Iraque manterá as posições territoriais actuais, tentando fazer vergar o Irão pelas dificuldades na exploração das riquezas petrolíferas, esperando-se que as reservas iranianas não cheguem até ao fim do Inverno. Espera-se que os inimigos da revolução que operam na Turquia e no Iraque consigam também derrubar o regime de Khomeiny. A verdade é que estão também a surgir problemas graves no Iraque, onde os rebeldes curdos voltaram a actuar contra as forças regulares. Este dado poderá alterar a situação.

O jornalista Arthur Gavshon, da AP, escrevia que o Iraque atingiu o máximo dos seus objectivos territoriais e que as instalações petrolíferas do Irão se encontram fora de acção ou danificadas. Mas o Iraque clamou vitória antes de tempo e afinal não ocupou as cidades-chave de Abadan, Korramanchahr, Ahwaz e Dezfil, como havia afirmado. Notícias parece que autênticas diziam ontem que se registam combates corpo a corpo pela conquista de Korramanchahr. O jornalista da AP diz que os especialistas ocidentais reconhecem que o Iraque terá ficado muito surpreendido com a resistência que o Exército iraniano lhe opos. Diz o jornalista: «Nas capitais ocidentais, tal como em Bagdad, as autoridades militares estavam convencidos, quando a luta começou, de que as Forças Armadas iranianas não estavam prontas para combater. A revolução do 'ayatollah' Khomeiny desmantelou as suas fileiras, afastou oficiais experientes, deixou muito do seu equipamento ultramoderno de manutenção enterrado na área. As tentativas de obter as urgentemente necessárias peças sobressalentes e munições – para os seus 875 tanques 'Chieftain' britânicos e para os caças-bombardeiros norte-americanos 'Phantom' e 'F5' – falharam. Foi esta a retaliação pela retenção dos 52 reféns norte-americanos. Ainda agora, na segunda semana de guerra, a capacidade do Irão de responder convenientemente, já não é posta em dúvida, depois dos ataques aéreos de terça-feira a Bagdad, como última prova dessa capacidade. Embora os iraquianos tenham atingido os seus objectivos máximos, os peritos ocidentais chamaram a atenção para o facto de eles continuarem a lutar para atingir as vitórias que anunciaram prematuramente a semana passada.»



Uma das «fortalezas voadoras» (AWAC) que os EUA enviaram para a Arábia Saudita (Telefoto UPI/ANOP/DL)

A posição dos EUA e da URSS

O secretário norte-americano de Estado, Edmund Muskie, rejeitou categoricamente as acusações formuladas pelo presidente soviético segundo as quais os EUA estariam a tentar intervir no conflito. «Brejnev engana-se» disse Muskie. Mas isto não impede que o comandante-chefe da Força de Intervenção Rapida dos EUA, general Paul Kelley, tenha afirmado que os «homens podem ser encaminhados rapidamente para o Médio Oriente, no entanto o material pesado demorará semanas e não dias a chegar lá». Falando perante uma comissão do Congresso, Kelley afirmou que o conflito no Golfo prova que os EUA deverão conceder prioridade à sua força de intervenção rápida. Isso também não impede que tenha sido confirmado oficialmente o envio de quatro «fortalezas voadoras» dos EUA para «defender» a Arábia Saudita.

Enquanto isto, a URSS condenou o envio dos aviões para Riad e acusou uma vez mais os EUA de quererem aproveitar esta guerra para ganhar supremacia na área. Por seu lado, a agência soviética Novosti num comentário mostrava-se totalmente desfavorável ao projectado envio de uma força multinacional para o Estreito de Ormuz.

Registe-se ainda que a Rádio Teerão reagiu muito vivamente às afirmações feitas pelo presidente francês, Giscard D'Estaing, o qual pediu a uma força de pára-quedistas que se mantivesse preparada para intervir em qualquer parte do mundo onde os interesses franceses se encontrem ameaçados. Teerão acusa a França de querer mandar tropas para junto das suas fronteiras. Teerão acusou também o Egipto de estar a enviar armas e soldados para o Iraque.

Embora essa acusação não seja crível, o certo é que o presidente egípcio conseguiu – o que não era difícil – que o congresso do seu partido aprovasse a concessão de facilidades militares aos EUA em portos e aeroportos egípcios.

Incidentes no Líbano

Guardas das embaixadas do Irão e do Iraque resolveram fazer a sua própria miniguerra em Beirute, informaram hoje fontes oficiais daquela capital.

Não há informações sobre eventuais vítimas e apenas a embaixada do Iraque ficou ligeiramente danificada.

Fontes policiais afirmaram que os distúrbios principiaram um pouco depois da meia-noite quando várias granadas rebentaram no rés-do-chão e no primeiro andar da embaixada iraquiana.

Durante esta miniguerra foram utilizadas metralhadoras pesadas, bem como armas ligeiras, antes que a polícia lhe pusesse termo.

Os beligerantes foram auxiliados por simpatizantes locais libaneses.

Também a embaixada do Irão foi em seguida atacada.

OPEP suspende «cimeira»

A «cimeira» da OPEP que deveria decorrer no próximo mês em Bagdad foi suspensa indefinidamente, tal como ontem tinha sido congelada (a pedido do Irão e do Iraque) a reunião dos ministros das Finanças que estava marcada para a próxima segunda-feira em Quito (Equador). A suspensao da «cimeira» implica que a OPEP nao comemore o 20.º aniversário da sua criação.

Mantêm-se, no entanto, a reunião dos ministros de petróleo que deverá realizar-se em Londres no próximo dia 14.

Pelo menos três países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) garantiram ao ocidente que não reduzirão em 10 por cento a sua produção petrolífera em virtude da guerra entre o Iraque e o Irão.

Fontes ocidentais ligadas à Agência Internacional de Energia disseram tratar-se da Venezuela, dos Emiratos Arabes Unidos e do Koweit, que em conjunto produzem cerca de 5,7 milhões de barris por dia.

Estes três países encontram-se entre os subscritores do acordo estabelecido no dia 17 de Setembro em Viena, mediante o qual os países membros da OPEP se comprometeram a reduzir a partir de hoje em 10 por cento a sua produção de petróleo bruto, para permitir ao mercado absorver os excedentes existentes e estabelizar os preços.

Por último, dados oficiais revelam que a CEE tem reservas de petróleo suficientes para 120 dias.

Pequim defende reforma do sistema monetário

A guerra irano-iraquiana e a evolução da situaçao politica no Golfo e no Medio Oriente dominaram as conversaçoes que o ministro chinês dos Negócios Estrangeiros, Huang Hua, teve, quarta-feira, com Lord Carrington, secretário do Foreigh Office, indicou fonte autorizada britânica.

Nos meios oficiais britânicos não deram nenhum esclarecimento sobre o conteúdo destas conversações, que duraram mais de uma hora e trinta. No entanto, um porta-voz do Foreign Office indicou que os dois ministros tinham essencialmente trocado as suas opiniões sobre os «grandes assuntos da actualidade» e que para além do conflito entre Teerao e Bagdad, que «preocupa vivamente» a Gra-Bretanha e a China, tinha sido também abordado o problema do Afeganistão e do Kampuchea.

Quanto a estas dois últimos assuntos, salientam os observadores, Pequim e Londres têm pontos de vista idênticos, e os dois governos denunciaram por várias vezes, de forma vigorosa, os «desígnios da URSS na região do **golfo e** «a agressão vietnamita», contra o Kampuchea.

As conversações prosseguiram em seguida num almoço oferecido por Lord Carrington, durante o qual foram abordados os problemas bilaterais e em particular a importante imigraçao clandestina de chineses para Hong Kong e o futuro desse território, uma das ultimas colonias britânicas.

O tratado sino-britânico concedendo a administraçao de Hong Kong à Gra-Bretanha expira em 1997, mas o governo britânico, segundo fonte informada, gostaria de conhecer as intenções das autoridades chinesas quanto à renovaçao ou não desse acordo, levando em linha de conta, diz-se em Londres, os importantes interesses económicos e financeiros britânicos nesse território.

Huang Hua em Londres

As mesmas ideias sobre Cabul e Phnom Penh

Num discurso aguardado com grande expectativa, o ministro chinês das Finanças, defendeu ontem a «reforma do sistema monetário internacional», na sessão anual do FMI e do Banco Mundial actualmente a decorrer em Washington. A China, que entrou este ano para aquelas duas instâncias financeiras internacionais, estreou-se nestas lides, pelo que se gerara grande expectativa em torno das palavras do representante de Pequim.

Wang Bing Kian afirmou que o «sistema monetário assente nos acordos de Bretton Woods» deixou de corresponder às necessidades e defendeu que se devia elaborar um sistema estável e racional, que os países desenvolvidos deveriam abolir as suas barreiras comerciais contra os países subdesenvolvidos e aumentar o auxílio económico e técnico.

Referindo-se à economia do seu país, o ministro classificou-a de «em vias de desenvolvimento», salientando que a China tem registado bastantes progressos no campo económico, mas que se debate com falta de cientistas, gestores e de um moderno sistema educativo. Embora a produção de bens de consumo tenha aumentado consideravelmente e o mercado esteja bem abastecido, o certo e que – afirmou o ministro – a China se debate com um baixo nível do PNB «per capita» e uma inadequada estrutura agrícola, onde a agricultura de subsistência desempenha ainda um papel muito importante.

Exército afegão reconquistou uma província

As forças de segurança afegãs reconquistaram na quarta-feira aos rebeldes muçulmanos, o controlo da provincia de Ghor (Este do país) após violentos combates, anunciou rádio Cabul, captada em Islamabad.

«O exército afegão obrigou os terroristas a evacuar a região no âmbito dos esforços de governo com vista a depurá-la dos contra-revolucionários», acrescentou a rádio.

A mesma emissora afirmou também que nesta operação as forças governamentais capturaram grandes quantidades de armas e munições de fabrico americano, chinês e paquistanês.

SALT II: posição de Reagan criticada por Carter e Kennedy

O candidato republicano à Presidência dos EUA, Ronald Reagan, defendeu, numa entrevista à Associated Press, que se fosse eleito, abandonaria os acordos SALT II, que considera desfavoráveis aos EUA, tentando renegociar novo tratado com a URSS. Para Reagan, a URSS estaria mais disposta a negociar de boa-fé, se soubesse que os EUA estão empenhados em reforçar o seu potencial militar.

Esta tomada de posição de Reagan suscitou reacções do presidente Carter e do senador Edward Kennedy, que disputou com o actual chefe do executivo a candidatura pelo Partido Democrata à Presidência.

Segundo o porta-voz da Casa Branca, Jody Powell, Carter está «profundamente inquieto» com as declarações de Reagan, mas só se pronunciará sobre elas, depois de as estudar profundamente.

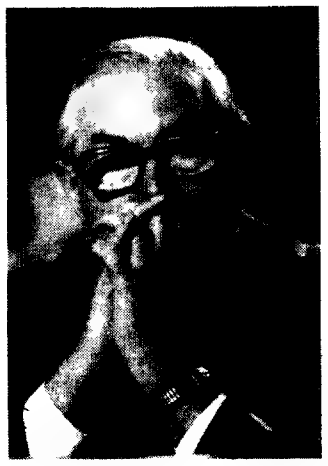
Por sua vez, o senador Kennedy considera que as afirmações de Reagan sao irresponsáveis «pois o actual tratado, embora não seja perfeito, representa a melhor forma possível de reduzir a ameaça de uma guerra nuclear», acrescentando que os acordos SALT II são vitais para os EUA.

Esquerda impõe-se em Blackpool

Aprovada no Congresso Trabalhista retirada da Grã-Bretanha da CEE

O Congresso do Partido Trabalhista britânico aprovou, por grande maioria, uma moção no sentido de a Grã-Bretanha se retirar do Mercado Comum.

A resolução, aprovada por 5 042 000 mandatos contra 2 097 000, declara nomeadamente que o congresso exorte «o Partido Trabalhista a dar prioridade, no seu manifesto eleitoral, à retirada do Reino Unido da Comunidade Económica Euro-



James Callaghan

peia, a retirar igualmente a Grã-Bretanha das instituições da CEE e a trabalhar, como contrapartida, para que estabeleçam relações pacíficas e equitativas entre a Grã-Bretanha e todas as nações na Europa e no mundo».

Outras decisões aprovadas são concludentes quanto à força da ala esquerda no seio do «Labour».

Uma delas prevê que, de futuro, os deputados trabalhistas se devem submeter a uma resselecção pelos activistas locais do partido, como os candidatos em qualquer eleição geral parlamentar.

A ala direita considera isto como significando que os activistas de esquerda vão destituir muitos dos actuais membros do Parlamento.

Outra decisão estabelece que, de futuro, o presidente do partido será escolhido todos os anos por um Colégio Eleitoral, cuja constituição ainda terá que ser decidida, mas que os «moderados» receiam venha a ser constituído fundamentalmente por elementos da ala esquerda.

Até aqui, o presidente do partido era eleito pelos deputados no Parlamento.

O presidente do partido continuará a ter a última palavra quanto à elaboração do manifesto, apresentado pelo partido em todas as eleições.

Esta última decisão representa a única vitória da ala direita.

A resselecção compulsiva dos candidatos era já esperada, embora se previsse que a sua aprovação se fizesse por apenas 50 por cento dos votos.

Mas a vitória da esquerda quanto ao método de eleição do presidente foi completamente inesperada.

O resultado destas duas votações e da que se refere ao Mercado Comum foi interpretado por muitos dos 1200 delegados como uma humilhação para Callaghan.

Alguns delegados dizem que as derrotas infligidas ao actual líder do «Labour» e aos «moderados» aumentaram consideravelmente as esperanças de Tony Benn, dirigente da ala esquerda, assumir a direcção do partido, quando Callaghan a deixar. Callaghan ainda não revelou quando o faria, mas nos bastidores do Congresso circulavam notícias segundo as quais ele se retiraria em Novembro, quando da abertura do Parlamento.

Itália: presidente da DC chamado a formar Governo

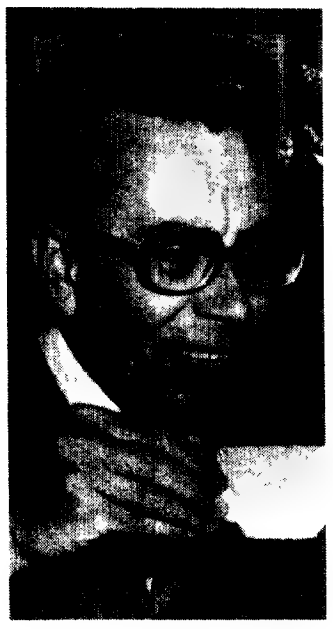
● Craxi deixa secretariado do PSI?

Arnaldo Forlani, presidente da Democracia Cristã Italiana, foi encarregado pelo Chefe do Estado de constituir um novo Governo, foi esta manhã anunciado no Palácio do Quirinal.

Forlani aceitou, mantendo a reserva usual quanto à sua resposta definitiva.

A crise surgida após a queda do Governo Cossiga ameaça, no entanto, tornar-se longa, hipótese que é corroborada pela intenção declarada por Bettino Craxi de se demitir do cargo de secretário do Partido Socialista Italiano.

Por outro lado, o próprio Arnaldo Forlani não está muito seguro, segundo a Imprensa romana, de que a honra que lhe deu o seu partido, ao propô-lo para a escolha do Chefe do Estado, não seja um «presente envenenado», destinado a afastá-lo da presidência da DC, a favor de Zaccagnani ou Andreotti, representantes da ala esquerda do partido.



Arnaldo Forlani

A desconfiança que reina entre a Democracia Crista e o Partido Socialista, após a votação que ditou a queda da coligação de centro-esquerda presidida por Cossiga, aumenta, acusando-se ambos os partidos de deslealdade, e a ruptura não é de afastar, quando chegar a altura de se discutir a participação do Partido Comunista no Governo.

Os jornais italianos perguntam hoje se o voto no Parlamento italiano deve continuar secreto, ou se o processo público não obrigará os deputados a comportarem-se de forma mais responsável. Recorda-se que o Governo Cossiga foi derrotado por 30 votos «clandestinos». Bettino Craxi atacou o carácter «odioso e hipócrita» destes votos, que conduziram a coligação à situação de minoria, «facto sem precedentes na história parlamentar», conforme acentuou o irado Bettino Craxi.

Combate à propaganda fascista e racista

— propõe o Conselho da Europa

O Conselho da Europa debateu ontem em Estrasburgo o incremento da propaganda fascista e racista em países europeus, nomeadamente na França, Grã-Bretanha, Bélgica, Itália, Alemanha Federal e Espanha.

Robert Ernest Krieps, parlamentar social-democrata do Luxemburgo, apresentou um relatório com exemplos da propaganda racista e fascista dos últimos anos, incluindo uma publicação do semanário francês «L'Express».

Um alto funcionário do Governo francês durante a ocupação alemã declarou àquele semanário que, nas câmaras de gás dos campos de concentração nazis, não foram exterminados judeus mas «apenas piolhos».

Os parlamentares do Conselho da Europa mostraram-se também alarmados pelo eco que a imprensa conservadora dá à «nova direita» francesa, com a sua ideologia elitista e racista.

Como forma de combater o incremento da propaganda fascista e racista, Krieps, propôs no seu relatório um «melhor funcionamento» das instituições democráticas, apelando à participação ampla dos cidadãos em importantes decisões políticas.

Tal propaganda, utilizada pelos grupos extremistas num clima de inquietude económica e social, encontra audiência em certos sectores da população e procura, de uma maneira subtil, introduzir-se na ideologia de certos partidos políticos, salientou.

A assembleia chamou também a atenção dos jornalistas e dos responsáveis dos meios de Informação para a sua responsabilidade na propagação, junto da opinião pública, de informações que possam favorecer o desenvolvimento de reacções de carácter racista e elitista.

No relatório, a Espanha aparece como um «porto de salvação» para velhos fascistas da Alemanha, França, Bélgica e outros países.

O projecto de recomendação votado pela assembleia, «pede aos países membros, assim como aos seus deputados, para tomarem medidas apropriadas para combater a raiz deste mal, assegurando a todos os cidadãos o acesso à justiça, ao trabalho, à cultura e à educacão.

A educaçao, segundo o projecto de recomendaçao, deverá reservar um lugar importante na história moderna de maneira a melhor preparar os jovens para a democracia.

O documento votado pela assembleia recomenda ainda a adopção de uma legislação visando reprimir os actos inspirados pelo racismo e a xenofobia.

Advertência à Turquia

A assembleia parlamentar do Conselho da Europa lançou também uma advertência ao novo regime militar da Turquia país membro dessa organização europeia, embora abstendo-se de condenar o actual governo de Ancara.

A Assembleia dos «21», no final dum longo debate, adoptou com efeito, uma recomendação que convida os chefes militares a retomarem rapidamente uma via democrática normal, deixando pairar uma ameaça de expulsão da Turquia do Conselho da Europa, caso os direitos do homem e as liberdades fundamentais não forem respeitados.

Voto em Strauss aconselhado à confissão...

Onze confessores católicos em 12 aconselharam um redactor do periódico oeste-alemão «Stern» a votar, no domingo próximo, a favor de Franz Josef Strauss e dos cristãos-democratas.

O repórter do semanário decidiu percorrer a RFA para se «confessar», não a padres de paróquias rurais desconhecidas, mas a eclesiásticos de igrejas de renome ou de catedrais célebres. Durantes estas «provas», jornalista pedia conselho aos seus confessores, argumentando que tinha escrúpulos quanto à pessoa de Franz Josef Strauss.

Onze dos doze sacerdotes interrogados afirmaram claramente que um fiel católico não poderia votar pelos sociais-democratas, o «partido dos abortos e do diabo».

Para um padre jesuíta da igreja de São Miguel em Munique, não é possível «apoiar o Governo federal, que propaga o assassínio de crianças no ventre da mãe».

Segundo a reportagem do «Stern», o cónego da catedral de Essen realça que «o país tem necessidade de homens como Strauss, numa época de decadência».

Alexei Kossyguine está hospitalizado?

Alexei Kossyguine, presidente do Conselho de Ministros da URSS está hospitalizado e está a ser tratado na sequência de anomalias cardíacas e hipertensão, disse em Moscovo Olaf Palme, antigo primeiro-ministro sueco.

O presidente do Partido Social Democrata sueco que chegou na segunda-feira a Moscovo em visita oficial, pediu para se avistar com Kossyguine de quem é amigo há muitos anos. Os dirigentes soviéticos disseram-lhe que tal visita seria impossível, devido ao estado de saúde do chefe do Governo soviético. Com 76 anos de idade, Kossqyguine já não aparece em público desde o dia 3 de Agosto, altura do encerramento dos Jogos Olímpicos.

Sede da OEA

continua ocupada El Salvador

30 mortos nas últimas horas

Pelo menos trinta pessoas morreram nas últimas horas em El Salvador, vítimas da violência política que agita o país – anunciaram as autoridades salvadorenhas.

A mesma fonte acrescentou que continuam ocupadas as instalações da Organização dos Estados Americanos (OEA) e dois templos católicos da capital.

Após quinze dias de cativeiro dos dez reféns na sede da OEA, as negociações entre a Frente Democrática Revolucionária (FDR) e um enviado especial daquela organização interamericana encontram-se paralisadas.

Tudo indica que o cativeiro dos reféns se prolongará por mais alguns dias, por não se obter uma resposta concreta do Governo às exigências da FDR.

A FDR, que integra sectores radicais e moderados da esquerda, exige a libertação de sessenta presos políticos e explicações sobre o paradeiro de mais de trezentos detidos em anteriores regimes salvadorenhos.

Exige também o fim da repressão governamental, o respeito pelos direitos humanos e pela organização sindical, bem como o levantamento dos estados de sítio e emergência nacional em El Salvador.

Entretanto, o Governo enfrenta outros problemas.

A Associação Nacional de Educadores Salvadorenhos (ANDES) decretou já o fim do ano escolar, que devia concluir em Outubro, devido a «sistemáticos assassínios de professores e estudantes».

A ANDES, que está filiada no Bloco Popular Revolucionário (BPR), de esquerda, argumenta que a violência política não garante aos professores o eficaz desempenho das suas funções.

Pelo menos 107 professores foram assassinados em El Salvador nos últimos dez meses e, em 1979, morreram outros 33 em consequência de atentados.

24 horas

● **AUTONOMIA REGIONAL NA BELGICA** – Iniciou-se ontem a primeira fase do esquema de autonomia regional belga, abrangendo uma população de cerca de 5,5 milhões de habitantes de língua flamenga, quatro milhões de língua francesa e 64 mil de língua alemã.

De ora em diante, a Flandres – a metade norte da Bélgica, de expressão flamenga – e a Valónia, a metade sul, francesa, terão as suas próprias assembleias e governos regionais. O futuro estatuto de Bruxelas está ainda por definir. A capital belga é oficialmente bilingue, mas maioritariamente de expressão francesa.

● **GREVE INCERTA NA POLONIA** – Mantém-se, até ao momento, a incerteza em Gdansk, acerca da manutenção da palavra de ordem de greve de aviso de uma hora que o sindicato independente «Solidariedade» lançpu para amanhã, em todo o país. O dirigente sindical Lech Walessa e o vice-primeiro-ministro prosseguem as conversações iniciadas anteontem. Julga-se que Walessa fará, hoje ainda, uma intervenção televisionada.

● **PARAGUAI-NICARAGUA** – O Governo paraguaio do general Alfredo Stroessner decidiu cortar relações diplomáticas com o Governo da Nicarágua, na sequência do assassínio, a 17 de Setembro, na cidade de Assunção, do antigo ditador Anastásio Somoza.

● **O DESTINO DOS «REFUGIADOS» CUBANOS** – «Refugiados» cubanos ocuparam ontem, simbolicamente, a embaixada norte-americana no Peru, para protestar contra a forma como são tratados pelos funcionários consulares, quando ali se dirigem a pedir vistos de entrada nos Estados Unidos. «Tratam-nos como autênticos cães. Chegam a chamar-nos «negros ignorantes» – disseram. Os ocupantes, que abandonaram o local ao cabo de uma hora, diseram pretender também alertar a opinião pública para o facto de não conseguirem obter os vistos de entrada nos Estados Unidos, onde têm familiares.

MILITARES DESAVINDOS NA ARGENTINA – As divergências entre os membros da Junta Militar argentina, que impediram a designação do novo presidente para o período 1981-84, evidenciam uma crise na unidade das forças armadas – comentam meios políticos em Buenos Aires. A Junta Militar argentina devia ter anunciado na terça-feira o nome do sucessor do general Jorge Videla, na presidência. Mas, inesperadamente, a Junta anunciou que tinha decidido adiar por dez dias a designação, alegando razões técnicas de calendário.

● **MORTOS NAS MINAS DA AFRICA DO SUL** – Dezassete mineiros sul-africanos negros morreram em dois desastres ocorridos em minas de ouro, próximas de Joanesburgo. Um elevador caiu nas minas de Balmoral, provocando a morte dos catorze mineiros que iam lá dentro, enquanto na mina de Elandsrand, três mineiros morreram e cinco ficaram feridos, num desabamento de terras.

Desporto

Cumpriu-se a rodada de abertura das taças de futebol europeu. E, tal como previam os mais lúcidos, apenas o Sporting caiu do fio da navalha, derrotado novamente em Budapeste, depois de também ter perdido em Setúbal. Cá: 0-2. Lá: 0-1. Nada (portanto) a lastimar-se: no relvado do Bonfim, táctica inadequada ou intérpretes mal esclarecidos, ficou com a borda dentro de água. Logo, não poderia ser na margem do Danúbio que o sabor da valsa tocaria a gosto do leãozinho mal ferido.

Desbaratada a presença portuguesa na «Taça dos Campeões», ficam de pé os outros estandartes. E, na «Taça das Taças», o Benfica (com uma exibição bonita, a espelhar a clarividência de mestre Lajos Baroti) saltou sobre o Dínamo de Zagreb, construindo bom pecúlio e pensando (afoitamente) que está a nascer, na Luz, um símbolo que pode fazer tremer o velho continente.

Na «Taça UEFA», comportamento perfeito dos dois pavilhões nortenhos: o Porto (0-0 em Dundalk) atirou por terra os derradeiros sonhos dos amadores irlandeses e o Boavista (perante uma plateia de amigos) apenas permitiu que o 1-0 do Vasas atenuasse o efeito da bela vitória portuguesa no distante estádio magiar.

Resta saber como, amanhã, rodarão as esferas em Zurique: três clubes portugueses são bela embaixada. Com eles (afinal) vai estar, a partir de hoje, também o incentivo sportinguista, a estas horas lamentando a cíclica derrocada mas (respeitosamente) fazendo a autocontricção que se exige sem abdicar do respeito devido a quem passou à frente. Por menos erros, melhor fortuna, amor mais ardente.

Taça das Taças: Benfica, 2-Dínamo, 0 (0-0)

O mestre da dança

Evidente: o jogo foi ganho sobre a relva mas não só. Ao lado de Humberto e Bento, Laranjeira e Vital, Pietra e Chalana, Alves e Sheu, Carlos Manuel e Frederico e Alberto Bastos Lopes, desse lindo golpe de cabeça de Nené e desse potentoso e raivoso disparo de César, há que referenciar Lajos Baroti que, ao contrário do que sucedia com o sorumbático, melancólico e apático Jimmy Hagan, sabe como os triunfos podem ser construídos na lateral do palco, à flor da relva.

Essa velha raposa do futebol mundial, que bem poderia abrir as portas da sua ciência a largo par de iluminados destas bandas, mostrou ontem (se isso fosse necessário) que nunca abdica de ter na mão todos os cordelinhos do jogo que o tornou milionário

César «conversa» com Alves

e, para além de disciplinador emerito, é um autêntico e vertical «homem do futebol», com todo um arsenal de tácticas e maroscas que, por cá, talvez somente Pedroto e Wilson, em plano diferente (claro) podem também já ter apresentado. E, sem menosprezo para os bons e actualizados técnicos que o nosso futebol (felizmente) conta, peço licença para referenciar com o aplauso maior este velho de cabelo paternal mas gestos decididos e dominantes. Trouxe até Portugal a recordação (soberba dos ensinamentos dos Szabos e dos Biris, dos Gutmans-senhores-do-Mundo como dos Andrasikes. Siskas, Hrotkos e Fabians, que executavam com tal precisão que a gente ficava pasmada de assombro, olhos arregalados, nariz em riste, pézitos a tentarem a impossível imitação do sublime.

Baroti tem essa centelha: no tabuleiro, joga sempre com as brancas e quer revalidar os êxitos que o futebol magiar (primeiro durante décadas) inscreveu por estas terras da fala lusíada. Baroti (em síntese) é um sujeito com quem nunca falei: mas é notícia e presença a quem peço licença para aplaudir a mãos ambas.

Assim, que venham muitos. Como o «gavroche» Allen ou o epidérmico Silva lá de Viseu, que fujam a sete pés da nossa bolsa.

Jorge Gomes: um caso

Em noite linda de morrer, o Benfica assinou um espectáculo que teve laivos para 20 valores. Perante o desportivismo e a correcção exemplares dos moços da Jugoslávia, os homens da águia ao peito souberam interpretar fielmente as ideias do seu professor, cada qual sentindo que, no instante de fraqueza em que se afastarem um milímetro da linha de rumo planificada pelo velhote, ficam arrumados na prateleira. E os exemplos já se contam por aí: Reinaldo e José Luís ficaram em terra, antes de apetecíveis voos, só porque não cumpriram religiosamente o horário definido pelo representante patronal. Ontem, quando o brasileiro Jorge Gomes se recusou a substituir César, traçou igualmente o destino imediato: suspensão, inquérito, o mais que adiante se verá. Evidentemente que o carioca de cabelo ripado poderá alegar que ficou perturbado quando o compatriota que estava com um azar dos diabos e permanentemente vexado por assobiadelas de luxo, se saiu com um fabuloso **petardo** que, dos pés para a rede, era o ouro que a multidão esperava para entrar em delírio. Mas, ordens são ordens e das duas uma: ou Baroti queria mesmo submeter o ex-boavisteiro a um banho de fogo ou Jorge Gomes sentiu que a entrada no circo estava marcada como uma entrega às feras.

Cabe ao Benfica esclarecer posições. Ao crítico, apenas resta esperar. Alves (publicamente) tem contestado fortemente atitudes de Broti para com os subordinados. Porém, o homem das «luvas negras» tem uma sensível personalidade que exige muito mais compreensão e maleabilidade no trato que um vulgar praticante da mesma profissão. Baroti -Alves - Jorge Gomes: um processo que pode ou não detonar. Para já, o que importa fica na peneira: como estratego, poucos devem levar a palma ao velhinho do país valsante. Ontem, o Benfica ficou a dever-lhe boa quota neste sucesso que mete um caixote de notas no bolso e promete dilatados voos pela Europa onde volta a ribombar o nome do clube que foi de Eusébio.

Futebol total

Foi curto o prazo de estudo: cedo os **encarnados**, como sobre roldanas bem lubrificadas, desataram a progredir até à meta dos seus sonhos, impulsionados pela arte de uma linha média que é do melhor que existe no futebol mundial. De azul vestidos, os mocetões do Dínamo não se preocupavam em fazer marcação directa a quem quer que fosse: disso beneficiavam (especialmente) Carlos Manuel e Shéu, Nené e Chalana, Alves e Humberto, cada qual a mais fazer tremer a vinha onde entravam como galgos.

Logicamente que, quando aquele toque de Chalana para Carlos Manuel (todo a falar **futebol barreirense)** foi até à cabeça de Nené, viu-se como um grande jogador pode suportar períodos de eclipse ou ter rasgos de talento-extra. O tento, sossegando um pouco aquele imenso maralhal humano, foi direito para uma antologia. E outros mais não entraram na capoeira de Stinci porque César não atinava com a calibragem da arma, o garoto das meias com larga faixa branca estava perdido no negrume, tardava a encontrar a bússula, para desespero dos que confiam na sua arte.

Todavia, o Benfica (praticando nítido futebol de ataque) também procurava acautelar muito bem a defensiva para isso lá estavam Bento e Humberto e Laranjeira cada qual mais perfeito no corte e na entrega pronta ao companheiro colocado ali ao pé. A águia, dona inteirinha do relvado, era (contudo) um «team» convicto de que não poderia ter qualquer amargo de boca: daí não se aventurar como louco, não tombar na esparrela preparada pelos zagrebes facilitando o enredo para a porta do seu castelo, como se fosse um auto de Gil Vicente que Mofina Mendes estava autorizada a declamar nos degraus do reduto fortificado. O Benfica (repita-se até à exaustão) praticou sempre um futebol total, mesmo quando algumas das suas unidades (avessas à tarefa de espartilhar contrários) eram obrigadas a ir à queima da dobra batida, não fosse o velho, lá de longe, mandar para o balneário, dedo em baixo perante a moldura.

Benfica, benficão

As entradas pelos dois flancos mais se acentuaram a partir do intervalo, com um futebol veloz e nada sincopado, nada «standard» mas todo improvisação sabiamente ensaiada e preparada. A certa altura, Baroti mandou Jorge Gomes aquecer lembrando-se do sucedido na Amora, o sócio anónimo rejubilou, até porque César não havia meio de receber o que a César pertencia. Vai daí, o Caio Júlio dos benficas teve um lampejo de sorte e de habilidade e de força e de coragem para retorquir ao sururu da plateia: agarra na bola, aplica duas **gambetas** a um parceiro, troca os olhos a outro e, com um pé esquerdo que parecia porta-aviões nuclear em dia de ataque à lua, zumba que se faz tarde. Um **tirão** como já se não usa. Estava feito o desfecho. Jorge Gomes voltaria a ficar sentado, ele lá sabe porquê. Entrou ainda Vital, mas tudo estava arrumado: o Benfica erguia ao alto o pendão e saltava risonho e belicoso a fronteira. De nada servira a manipulação do arame farpado jugoslavo. Tal como nos bons velhos tempos saía da Luz um clarão para essa Europa aplaudir freneticamente e contemplar em êxtase é assim que se felicitam os campeões, é assim que se tributa vassalagem a quem viaja acima do mortal comum.

Neves de Sousa

Baroti: o professor de futebol

Sob impecável arbitragem do italiano Gianfranco Menegali, e perante 70 mil espectadores (13 500 contos de bilheteira) as equipas alinharam:

Benfica: Bento; Frederico, Humberto (Bastos Lopes II, 70), Laranjeira e Pietra; Carlos Manuel, Alves, Shéu e Chalana; Nene e César (Vital 74).

Dínamo de Zagreb: Stincic; Dovicevic, Tucak, Mustedanagic e Kmurtela; Bogdan, Cvetkovic (Dumbovic, 60), Bosniak, Drevic; Kranjar (Poljak, 74) e Kovacevic.

Golos por Nené (17 minutos) e César (56). Cartão amarelo a Dovievic, por carga dura sobre Chalana.

Nené versus Hadzic

Nomes e números

Cumprida a 1.ª eliminatoria das competições europeias, eis o painel de desfechos, indicando-se entre parêntesis os resultados da «mão» inicial:

TAÇA DOS CAMPEOES

Austria - Aberdeen (Escócia), 0-0(0-1); Nantes(Fr.) - Linfield(Irl. N.), 2-0(1-0); Banik(Chec.) - Vestmaneyar(Isl.), 1-0(1-1); Ajax(Hol.) - Din. Tirana(Alb.), 1-0(2-0); Basileia(Suiça) - Brugge(Bélg.), 4-1(1-0); Nottingham(Ingl.) - CSKA(Bulg.), 0-1(0-1); Liverpool(Ingl.) - Palloseura(Finl.), 3-1(1-1); Bayern(RFA) - Olympiakos(Grécia), 3-0(4-2); E. Vermelha(Jug.) - Viking(Nor.), 4-1(3-2); Esbjerg(Din.) - Halmstadt(Suecia), 3-2(0-0), Szombierski(Pol.) - Tabzonspor(Turq.), 3-0(1-2); Spartak Moscovo - Jeunesse Esch(Lux.), 4-0(5-0); Apoel Nicosia(Chipre) - D. Berlim(RDA), 2-1(0-3); Craiova(Rom.) - Inter(Italia), 1-1(0-2)

TAÇA DAS TAÇAS

Waterford(Rep. Irl) - Hibernians(Malta), 4-0(0-1); Partizan Tirana(Alb.) - Malmoe(Suéc.), 0-0(0-1); Salzburg(Austria) - F. Dusseldorf(RFA), 0-3(0-5); Mónaco(Fr.) - Valência(Esp.), 3-3(0-2); West Ham(Ingl.) - Castilla(Esp.), 5-1(1-3); Politehnica(Rom.) - Celtic(Esc.), 1-0(1-2), Haugari(Nor.) - Sion(Suica), 2-0(1-1); Din. Tbilissi(URSS) - Kastoria(Gr.), 2-0(0-0); Sparta Praga(Chec.) - Spora(Lux.), 6-0(6-0); Fram Reykjavik(Isl.) - Hvidovre(Din.), 0-1(0-2); Legia Varsóvia(Pol.) - Slávia Sofia(Bulg.), 1-0(1-3); Crusaders(Irl. N.) - Newport(P. Gales), 0-0(0-4); Feyenoord(Hol.) - Tampere(Finl.), 4-2(3-1)

TAÇA UEFA

R. Sociedad(Esp.) - Ujpest(Hung.), 1-0(1-1); Colonia(RFA - Akranes(Isl), 6-0(4-0); Torino(It.) - Molenbeek(Bélg.), - (2-1); Saravejo(Jug.) - Hamburgo(RFA), 3-3(2-4); Voest Linz(Aust.) - Zbrojoka(Chec.), 0-2(1-3); Boldklub(Din.) - Grasshopper(Suiç.), 2-5(1-3);m Differdange(Lux.) - AZ 67(Hol.), 0-4(0-6); Panathinaikos(Gr.) - Juventus(It.), 5-2(0-4); Napredak(Jug.) - Din. Dresden(RDA), 0-1(0-1); Gijon(Esp.) - Bohemians Praga(Chec.), 2-1(1-3); Goteborg(Suécia) - Twente(Hol.), 2-0(1-5); Widzew Lodz(Pol.) - M. United(Ingl.), 0-0(1-1); Din. Moscovo - Lokeren(Bélg.), 0-1(1-1); Wolverhampton(Ingl.) - PSV(Hol.), 1-0(1-3);; Dundee U.(Esc.) - Slask Wroclaw(Pol.) 7-2(0-0), Moss(Nor.) - Magdeburgo(RDA), 2-3(1-2); Anderlecht(Belg.) - Kaisersiautern(RFA), 3-2(0-1); St Etienne(Fr.) - Palloseura(Fin.), 7-0(7-0); Vorwaerts(RDA) - Ballymena(Irl. N.), 3-0(1-2), St Mirren(Esc.) - Elfsborg(Suécia), 0-0(2-1); Larnaka(Chipre) - Estugarda(RFA), 1-4(0-6); Levski(Bulg.) - Din. Kiev(URSS), 0-0(1-1); Steaua(Rom.) - Standard Liège(Belg.), 1-2(1-1); Aris Salonica(Gr.) - Ipswich(Ingl.), 3-1(1-1); Eintrach F.(RFA) - Shakhter(URSS), 3-0(0-1); Stara Zagora(Bulg.) - Fenerbahce(Turq.), 2-1(1-0); Utrecht(Ho.) - Arges Pitesti(Rom.), 2-0(0-0) e Radnicki(Jug.) - Lask Linz(Austria), 4-1(2-1).

Cursos de arbitragem na Federação de Rugby

Coincidindo com o início da nova temporada da modalidade, a Comissão Nacional de Arbitros de Râguebi leva a efeito nos próximos dias 10, 11 e 12 de Outubro, um curso de iniciação de arbitragem.

Todos os praticantes ou ex-praticantes da modalidade que desejem frequentar o citado curso deverão inscrever-se nos próximos dias na Federação de Râguebi, na Rua da Sociedade Farmacêutica.

Taça dos Campeões: Honved, 1-Sporting,0 (2-0)

A morte tem sempre uma desculpa

Mil lamentos estarão a esta hora afivelados nos responsáveis sportinguistas que tratarão cada um de per si ou muitos em comum, proclamar que «o futebol europeu está acima do nosso», que «jogámos em Budapeste melhor que em Setúbal», que «esperava que eles se abrissem», que «tacticamente os húngaros são perfeitos», que « se fosse a favor do vento aquele nosso chuto daria golo», que «se a eliminatória tivesse calhado primeiro na Hungria tínhamos ganho».

E claro: o sono da morte, quando chega, trás sempre uma desculpa. Encobre-se (porém) a realidade mais palpável, imutável, autenticamente verídica: com aquela triste **engenhoca táctica** exibida pelo Sporting na noite triste do Bonfim, a turma de Alvalade não podia bater nenhum «team» medianamente organizado, mesmo que (como sucede ao Honved) fosse de valor mais que mediano, em correctos termos europeus.

O futebol europeu não está tão acima do nosso como isso: a prova é que três outros clubes saltaram em frente nas disputas uefeiras e Portugal, por um nadinha, ficou na recta para a disputa do ceptro, em Itália.

Se o Sporting soube jogar em Budapeste melhor que em Setúbal, porque razão não foi (então) capaz de rectificar prontamente um desastroso processo de jogo que se cifrou, de fio a pavio, em descargas de bola, pelo céu, até à cabeça dos altos e robustos defensores magiares?

Se esperávamos que eles se **abrissem**, porque é que (em Setúbal) jogámos com um ror de «backs» e somente um ou dois homens como autênticos dianteiros?

Se, tacticamente os húngaros são perfeitos, porque é que os nossos mestres não copiam os processos de Baroti e seus pares?

Se o vento só ondulasse ao sabor dos nossos caprichos, para que é que eram precisos o moinho e a vela?

E, quem é capaz de jurar que, se a primeira «mão» da eliminatória desta Taça dos Campeões tivesse «bafejado» o Sporting com o jogo de abertura em casa do Honved, os portugueses eram capazes de imitar o Boavista?

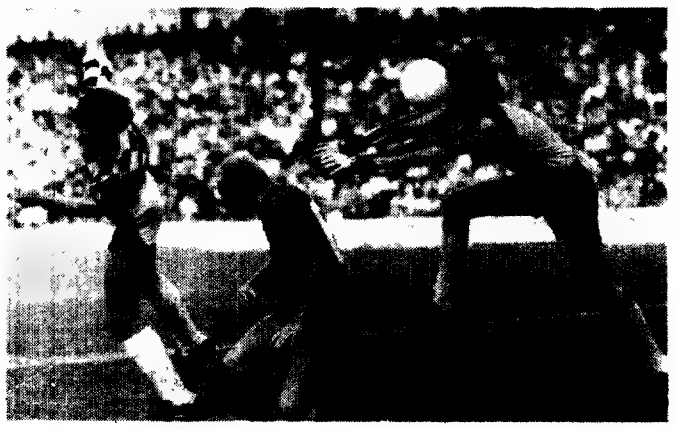
Resta dizer que, ontem, Inácio atirou uma bola à trave e Manuel Fernandes perdeu um golo quase feito. Que, tanto o guarda-redes Vaz como o defesa Eurico (defesa e não medio...) jogaram muito bem. Que o Sporting foi batido por um «onze» de processos lineares e realistas. Que o Sporting (enfim) tem uma bela «cantera» onde pode ir descobrir a gente que lhe falta para um sensível assalto à Europa: 26 infantis, 32 iniciados, 20 juvenis, 20 juniores e alguns seniores de excelente craveira. Mesmo neste futebol que «está muito abaixo da Europa», como proclama Fernando Mendes, o grande «internacional» de outros tempos, daquela arrancada até ao mundial londrino de 66. Quando ele e outros não temiam a superioridade de quem quer que fosse e tinham no comando um técnico sagaz e matreiro.

Sob a arbitragem do inglês John Hunting, as equipas alinharam:

Honved: Guidar; Paroczay, Kocsis, Garaba e Varga; Nagy, Bodonyi e Estherhazy; Lukacs, Kozma e Dayka.

Sporting: Vaz, José Eduardo, Bastos, Eurico e Inácio; Ademar (Dilson 82), Zezinho (Freire 42) e Barão; Manuel Fernandes, Jordão e Manoel.

Golo por Dayka (38 m.). Cartões amarelos para José Eduardo, Manoel e Garaba.



Adão e Folha: remates frustrados

Taça UEFA: Boavista, 0-Vasas, 1 (2-0)

Mas que susto!

Repetiu-se no Porto um pouco da história de Budapeste: só que, desta feita, inverteram-se os papéis e os boavisteiros ouviram assobios do seu público, enquanto os húngaros recolheram os aplausos. Uma situação perfeitamente inesperada, tendo em conta que os «axadrezados» iniciaram o jogo da 2.ª «mão» em nítida vantagem, com a eliminatoria «quase» ganha. Acontece, porém, que a equipa magiar fez questão de cumprir a sua promessa, isto é: tentar imitar o Boavista, quer na exibição, quer no resultado. Só o conseguiu em parte. Mas para susto chegou!

Ficou plenamente provado no Bessa (bem recheado de público) que a turma do Vasas não é um conjunto vulgar.

Tinha fundamento o receio expresso pelo técnico António Teixeira, quando disse que a equipa húngara tinha valor suficiente para chegar ao Porto e dar a volta ao resultado. Os adeptos boavisteiros ficaram (pura e simplesmente) atónitos, quando viram que aquilo que se dizia do Vasas era mesmo verdade. E, interrogaram-se, frequentemente: **«como foi possível o milagre de Budapeste?»**

Com um sentido de jogo muito prático, os homens do Vasas, sob a batuta de Zombori e Kiss (dois excelentes executantes), conseguiram, ao longo dos primeiros 45 minutos, manter um «pressing» permanente sobre o meio-campo e a defesa do Boavista, através do qual ganharam o ascendente territorial de que necessitavam para a consumaçao do seu plano, simples mas bem urdido, que mais se assemelhava a um «colete de forças». E isto aconteceu porque os boavisteiros entraram a defender o resultado (2-0) alcançando em Budapeste. De facto, mais preocupados em destruir do que em construir, os de xadrez foram aos poucos e poucos criando um fosso entre o seu sector mais recuado e a linha da frente, abertura habilmente explorada pelos magiares para aí assentarem as suas «artilharias» e, consequentemente, lançarem ataques carregados de intenção à baliza de Matos: o golo obtido à passagem da meia hora de jogo mais não era do que o corolário do trabalho desenvolvido pelo conjunto húngaro.

Durante o intervalo, Teixeira deve ter tido o cuidado de chamar os pupilos à razão, incutindo-lhes a ideia de que a melhor forma de defenderem o resultado e obterem o «passaporte» para a eliminatória seguinte seria atacarem. A ordem foi bem recebida e posta em execução logo após o reatamento, pelo que se deu um fenómeno interessante: o Boavista, que no 1.º tempo parecia atado de pés e mãos, surgiu, no período complementar, com outra desenvoltura e outra determinação, conseguindo desse modo reatar, rapidamente, as boas relações com a sua massa associativa.

Júlio, pese embora o facto de não ter feito o gosto ao pé, foi o homem mais em evidência neste período empolgante da turma «axadrezada», ao catapultar a equipa para uma toada francamente de ataque, expressa por sucessivas situações de perigo junto da baliza contrária. Foram oito oportunidades de «golo feito» que se goraram nesta fase do encontro e, curiosamente, todas elas tiveram a chancela de Júlio. O empate não surgiu, para tranquilizar os espíritos, mas a culpa já não foi dos boavisteiros. Ficou a dever-se à excelente exibição do guarda-redes Meszaros que denotando uma calma impressionante, foi o responsável maior pela inviolabilidade das suas redes.

A arbitragem esteve em bom plano, até mesmo na anulação de um golo a Júlio, já no 2.º tempo, visto que houve, de facto, deslocaçao de Eliseu, o autor do passe «mortal».

Manuel Neto

Arbitro: Henk Waerink (Holanda).

Boavista: Matos; Queiró, Adão, Artur e Cacheira; Barbosa,Bravo, Eliseu (Folha, aos 55m.) e Aylton; Júlio e Palhares (Almeida, aos 80 m.).

Vasas de Budapeste: Meszaros; Torik, Hires, Komfati e Kantol (Racz, aos 70 m.); Biriny, Szebegyinsky e Zombori; Earkas (Izso, aos 76 m.), Kiss e Rixer.

Marcador: Kiss (29 m.).

Vem aí o Cosmos

O Cosmos vem aí: o futebolista «internacional» alemão federal Bernd Schuster deverá estrear-se sábado, em Lisboa, pelo grupo de Nova Iorque, na apresentação do nigeriano N'Wkocha ao público do Sporting.

A equipa norte-americana, chega hoje a Lisboa em avião privado, permanecendo em Portugal até domingo.

O Cosmos jogará em Alvalade integrado de todas as «estrelas», nomeadamente o alemão federal Franz Beckenbauer, o jugoslavo Bogicevic, o italiano Chinaglia e o português Seninho.

O antigo «internacional» de futebol alemão federal Franz Beckenbauer realizará a sua última partida ao serviço do «Cosmos» de Nova Iorque, dia 30, no Estádio das Antas, frente ao FC Porto. Beckenbauer, que se encontra com a equipa campeã norte-americana na Europa para uma digressão de doze jogos, foi recentemente homenageado em Nova Iorque, durante uma partida em que actuou o antigo campeão mundial, o brasileiro Pelé.

«No Porto (afirmou Beckenbauer) faremos uma grande festa de despedida. Já mandei reservar uma mesa para mim».

Para além de Portugal, a digressão dos çampeões norte-americanos inclui jogos na Jugoslávia, Bélgica, França, Itália, Espanha e Egipto.

Ontem, o Cosmos alcançou em Split (Jugoslávia) uma vitória por 1-0 sobre o Hadjuk: o italiano Giorgio Chinaglia foi o autor do golo aos 38 minutos.

MICROSCÓPIO

HOQUEI APRESENTA-SE

Sporting e Alenquer apresentaram as suas turmas de hóquei patinado, goleando (respectivamente) Oeiras (6-1) e Sesimbra (6-2).

Portugal em bridge

Portugal derrotou Guadalupe (14-6) na 9.ª jornada da Olimpíada de Bridge, que decorre em Valkenburg. A equipa portuguesa ocupa a 12.ª posição da classificação do grupo «A» (101 pontos) atrás da Argentina (103) e à frente da Africa do Sul (100). A classificação do grupo é liderada pela Dinamarca (143 pontos) seguida da Bélgica (137) e da Holanda (134). Ficam apuradas para a fase final as quatro primeiras classificadas.

Xadrez de 1.ª

O campeão mundial de xadrez, o soviético Anatoly Karpov, manteve o comando do torneio «Interpolis» de Tilburg (Holanda) ao empatar com o checoslovaco Vlastimil Horst. Karpov soma 7 pontos em dez jornadas, encontrando-se na 2.ª posição o húngaro Lajos Portisch, (6,5). Portisch empatou com o holandês Jan Timman, o qual ocupa o 3.º lugar (6 pontos). O antigo campeão mundial, o soviético Boris Spassky, que derrotou o dinamarquês Bent Larsen na 10.ª partida, é o 4.º classificado (5,5 pontos), à frente de um grupo formado por Horst, Mikhail Thal e Genna Sosonko (todos com 5).

Morreu Jacques Favart

Com 60 anos de idade, faleceu subitamente em Paris o presidente da União Internacional de Patinagem, Jacques Favart. Favart era presidente da UIP desde 1967, depois de ter presidido também à Federação Francesa dos Desportos sobre o gelo.

«TAÇA DE PORTUGAL»

Resultados de jogos disputados para a 1.ª eliminatória da Taça de Portugal em futebol: Valdevez-Paços de Brandão,

Continua na pág. 27

assim vai o TOTOBOLA

PROGNOSTICOS DOS ORGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 7 DE 4 OUTUBRO 1980

Boa Nova: X11 111 211 12XX; A Comarca de Arganil: 1XX 1X1 211 X11X; Cavalgada do Ritmo: 2X1 1X2 211 12XX; Rádio Totobola: 211 121 X11 1211; Correio de Coimbra 111 1X1 211 1221, Correio do Vouga: 111 1X1 X11 12X1; Defesa de Espinho: XX1 1X1 X11 1XXX, Diario de Coimbra. X11 111 X11 1X11, Diario de Lisboa: 11X 1X1 211 12X1; Ecos do Cacia: 2X1 1X1 2X, 12X, Eu Sei Tudo: 111 1X1 211 1121 Folha do Domingo: X11 X1X XX1 O Jornal de Felgueiras. 1X1 111 XX1 1211; Jornal de Santo Tirso X11 1X1 X21 X121. Jornal de Sintra: 11X XX1 2X1 X121; Jornal Linhas de Elvas: X11 1X1 111 1X11; Litoral: 111 1X1 211 12XX; Manchete Desportiva: 111 111 X11 112X; Maria da Fonte: 111 1X1 X11 111X; Notícias de Felgueiras: 1X1 111 XXX 11X1; Notícias de Gouveia. X12 111 21X 2X21; Penaltu: X11 1X1 111 X2X1; Reconquista de Castelo Branco: 2X1 1X1 111 1X11, RDP/Secção Desportiva: X11 1X1 21X 1XX1; A Voz das Beiras. 111 1X1 XX2 1111; A Voz do Domingo 2X1 1X1 X11 121X, Correio da Manha: 2X1 1XX 211 X2XX, Grafanola Ideal X11 12X 1X1 1211, Jornal 1X2 2X1 111 X11 1XX1, O Mensageiro 1X1 111 X11 112X; Estrela da Manhã XX1 112 11, 122X, Jornal da Beira: X11 1X1 211 12X1, O Jornal da Lixa; 1X1 11X 211 XX21, O Norte Desportivo: 111 1XX 2X1 122X; Notícias de Evora: X11 1X1 X11 1XXX1; A Ordem: 2X1 1X1 1X2 1122; Voz de Lamego: 111 1X1 211 X121; A Voz de Palmela: 1X1 121 2X1 1XX1; RDP/Diário Desportivo: XX1 111 X11 1X11; Alvo Desportivo: XXX 1X1 X11 X21X; O Comércio de Leixões: 2X1 1XX 2X1 1XX1; O Comercio do Porto: 111 1X1 X11 XXXX; Estudio 64: 1XX 222 1X2 X111, Jornal de Gaia: 111 2X1 111 1X2X; Jornal da Graça: 211 XX1 121 X21X; Jornal de Noticias. X11 1X1 X11 1121; O Primeiro de Janeiro: 2X1 1X2 2X1 121X; Programa Sem Nome: XX1 1X1 211 1XX1; Quadrante Norte: 111 111 XX1 121X: Rádio Alvo: 112 121 1X1 1X21; Panorama: 212 X21 2X1 X21X; Rádio Placard: 111 111 11x 1111, Rádio Sports: X11 121 X11 1221; Repórter do Dia: 111 1X1 211 1X11; A Voz dos Ridículos: X11 221 XX1 2212; A Voz do Ave: X11 111 211 1111.

1. MIRANDELA - P. FERREIRA	24	20	12	5	4	3
2. CHAVES - FAFE	32	21	6	8	4	1
3. P. LANAS - AMARANTE	48	5	1	10	1	1
4. SALGUEIROS - SANJOANENSE	50	3	3	10	1	1
5. GIL VICENTE - LEIXÕES	15	33	3	3	7	2
6. E. PORTALEGRE - VISEU BENFICA	47	5	4	10	1	1
7. CARTAXO - U. LEIRIA	11	22	23	3	4	5
8. ÁGUEDA - OLIVEIRENSE	38	16	2	8	3	1
9. TORRIENSE - U. DO BAIRRO	49	4	3	10	1	1
10. ALCOBAÇA - PORTALEGRENSE	42	12	2	8	3	1
11. ODIVELAS - V. GAMA	17	18	21	3	4	5
12. LUSITÂNIA - ESTORIL	20	18	18	4	4	4
13. AMADORA - FARENSE	34	20	2	7	4	1

a) - Nos termos do Artº 149 do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera de sorteio nas quantidades de presente capa.-

A "CHAVE" LÓGICA SERÁ:

111 1X1 211 1211

Taça UEFA:

Dundalk, 0-Porto, 0 (0-1)

Missão cumprida

O importante era passar à eliminatória seguinte. Assim sintetizou Stessl, o técnico «azul e branco», no final do jogo, o seu pensamento justificativo da actuação, estrategicamente defensiva, perfilhada pela sua equipa, no Oriel Park, na Irlanda. Embora correndo muitos riscos (quiçá desnecessários), o treinador portista saiu-se airosamente com o plano que engendrou para este jogo de acerto de contas com o Dundalk. Plano que, em linhas gerais, consistiu na formação de duas barreiras defensivas entre a linha divisória do meio-campo e a baliza de Fonseca, com Teixeira postado entre as duas, assim ao jeito de «libero», mas à frente da defesa.

Para além da teoria apontada por Stessl, há que ponderar sobre o modo como os jogadores portistas se exibiram frente a um adversário que se diz amador cem por cento, mas que dentro das quatro linhas se mostrou igualzinho a qualquer conjunto profissional. Na verdade, na Irlanda, o FC Porto foi, essencialmente, uma equipa «operária», mormente no início da partida (quando os irlandeses entraram a «matar») e, ainda, após o intervalo, num período em que os homens do Dundalk se mostraram mais agressivos: mas, pouco inteligentes, já que bateram quase sempre na mesma tecla, permitindo que os defesas das Antas quase adivinhassem o que se ia passar a seguir. E, homem prevenido, vale duplamente.

O bloco portista funcionou, de facto, muito bem durante a maior parte do tempo e a ausência de Rodolfo quase nem se notou. Ou melhor: talvez se tenha sentido para a missão «específica» de equilibrar a balança das «carícias». E que os irlandeses, apesar do seu amadorismo, não estiveram com meias medidas e, por vezes, excederam-se, indiferentes ao perigo de ficaram no dia seguinte de «molho».

De referir que a opção de Stessl podia ter redundado num grande «fiasco» se aquela bola que um dianteiro irlandês atirou à barra da baliza de Fonseca, já na 2.ª parte, tivesse entrado. Mas, antes disso, Albertino teve, também, o «pássaro» na mão e deixou-o fugir, pelo que, até neste aspecto, as equipas se equilibraram. Daí que o nulo surja como o resultado mais lógico e consentaâneo com o que se passou neste jogo de retribuiçao.

Boa arbitragem de Roger Verboecke (Bélgica).

Dundalk: Blackmore; MC Conville, Kelly, Dunning e Lawler; Clark (Burns, aos 68 m), Flanagan e O'Doberty; Mc Kenna (Dock, aos 46 m), Fairclough e Archibold.

F C Porto: Fonseca; Gabriel, Simões, Freitas e Lima Pereira; Sousa, Frasco, Duda e Teixeira; Albertino e Costa.

Cartões amarelos para Lima Pereira, Simões e Keely.

Futebol

Continuação da pág. 26

1-2; Lixa-Moreirense, 3-2; Marrazes-Tondela, 4-2 e Vilanovense-Vizela, 3-0. O encontro entre o Lourosa e o Mirandelã foi adiado para o próximo dia 15.

MAIS BRASILEIROS!

Inacreditavelemente, o mercado de brasileiros para o nosso futebol continua aberto: agora é o Marítimo que está em conversações com Toninho Metralha (o que fracassou no F.C. Porto) e com o médio Pepinho, que terá sido «internacional» esperança no seu país. O empresário desta dupla não é pobre a pedir: 2300 contos pelo **metralhador** e 1700 pelo sócio. Será que haverá interessados em contribuirem para este bolo?

BOAVISTA PRETENDE

Outro brasileiro (o defesa central Paulo César, que esteve no Portimonense) está em conversações com o Boavista.

CASTIGOS

Enquanto a UEFA advertia Nené (Benfica) e Ailton (Boavista), o Concelho de Disciplina da Federação Portuguesa instaura inquérito ao Vitória de Guimarães e pune com 3 jogos de suspensão Vítor Madeira (Setúbal), aplicando um jogo de obrigatória paragem ao Belenense Lima e repreendendo por escrito o «leão» Bastos.

VISEU EM SITUAÇAO DIF CIL

O Académico de Viseu pode considerar-se em situação económica difícil: deve aos jogadores e treinador 6160 contos, fora mais 700 de ordenados do mês de Setembro.

Alves agradecido

João Alves, numa carta enviada, à agência France Presse agradece à Imprensa francesa toda a atenção com que esta seguiu a sua carreira quando era jogador do Paris Saint Germain. Alves afirma (nomeadamente) ter sido particularmente sensibilizado pela maneira como os órgãos da Imprensa francesa o trataram quando esteve durante semanas e semanas afastado dos relvados, depois da grave lesão contraída num jogo entre o Paris Saint-Germain e o Sochaux.

Itália: porta fechada

O mercado de aquisições de futebolistas estrangeiros para as equipas italianas de futebol encerrou oficialmente às 00H00 de hoje, sem se registar qualquer sensacional transferência de última hora.

Apenas cinco clubes da primeira divisão (Como, Brescia, Gagliari, Ascoli e Catanzarro) não aproveitaram o levantamento de uma suspensão de 16 anos, não conseguindo contratar qualquer futebolista estrangeiro durante os dois meses de autorização.

As derradeiras possíveis aquisições (o alemão federal Klaus Topp Mueller e o jugoslavo Oblak) foram frustadas por desacordo de verbas.

Nas últimas horas falou-se da possibilidade de o «internacional» inglês Kevin Keegan (do Southampton), vir a ser contratado, mas não passou de boato.

Presentementge, onze futebolistas estrangeiros (quatro brasileiros, dois argentinos, dois holandeses, um alemão federal, um austríaco e um irlandês) representam igual número de clubes.

O Roma realizou a mais cara aquisição ao contratar o «internacional» brasileiro Paulo Falcão.

A Fiorentina obteve o concurso do argentino campeão mundial Daniel Bertoni que, até agora, apontou o único «golo estrangeiro» do campeonato italianc.

REFORMADOS

MURPI — Movimento Unitário dos Reformados Pensionistas e Idosos

Comemoração do DIA DO REFORMADO na VOZ DO OPERARIO

Dia 4 de Outubro — 15,30 horas

— Problemas dos Reformados
— Entrega dos Prémios dos Primeiros Jogos Florais do MURPI
— Sessão Cultural e Recreativa

ENTRADA LIVRE

Reformado — A festa ´tua e para ti.

COMPARECE

SÓ O PORTUGAL DE ABRIL RESPEITARÁ O OUTONO DA VIDA!

ESTE É O PRIMEIRO GRANDE FILME DE CHUK NORRIS APRESENTADO EM PORTUGAL!

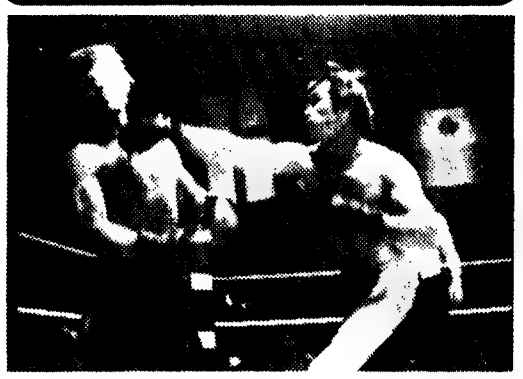
SELECCIONADO PARA A INAUGURAÇÃO DA TEMPORADA

O NOVO ÍDOLO DA ACÇÃO E DA AVENTURA EM

LUTA DE GIGANTES

(A FORCE OF ONE)

Um campeão de bilheteira nos Estados Unidos.



O regresso triunfal dos grandes espectáculos de acção, numa atmosfera alucinante de bravura e coragem.

um filme de PAUL AARON

MUNDIAL FILMES

HOJE ESTREIA

Int. a men. de 13 anos

POLITEAMA E PATHÉ

EXTERNATO BOCAGE

- CICLO PREPARATÓRIO
- CURSO GERAL
- CURSO COMPLEMENTAR
- DIURNO/NOCTURNO

R. FRANCISCO PEREIRA DE SOUSA, 22 (frente ao n.º 325 da Estrada de Benfica) - Tels. 78 40 24-78 24 64

CINEMA DE IMPACTO! VIGOROSO! EXCITANTE COMO O GUME DUMA NAVALHA!

SÃO JORGE

EMPOLGANTE ESTREIA

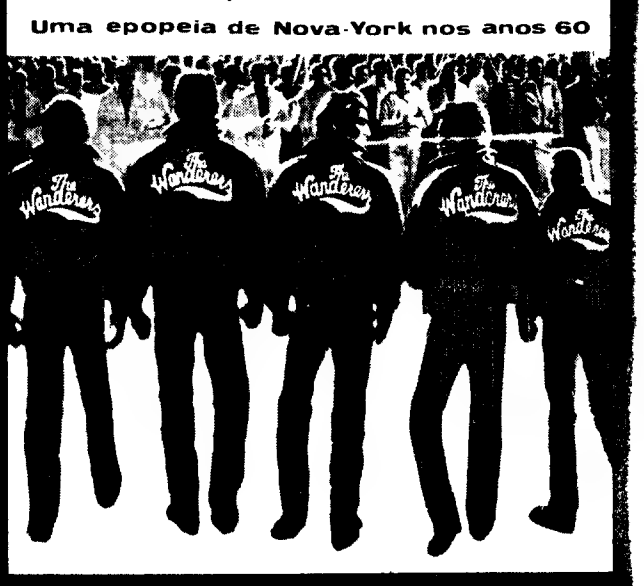
HOJE ÀS 21.30

INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS

Um filme fora de série!

The Wanderers

Uma epopeia de Nova-York nos anos 60



OS "VAGABUNDOS" DE NOVA-YORK

(THE WANDERERS)

O ESPANTOSO TESTEMUNHO DE UMA EPOCA FEBRIL NUM FILME DE ENORME INTENSIDADE ESPECTACULAR

um filme de PHILIP KAUFMAN com

KEN WAHL · JOHN FRIEDRICH · KAREN ALLEN · TONI KALEM

Produced By MARTIN RANSOHOFF · Executive Producer RICHARD [illegible]

MUNDIAL FILMES

TECHNICOLOR

AMANHÃ TAMBEM

3.ª SEMANA AGORA NO ESTUDIO CASINO DO ESTORIL

Cultura e espectáculos

CRÓNICA DE TOUROS

● Solilóquio

Crónica em três episódios

Praça de Touros de Santarém. Domingo, 28 de Setembro de 1980. Touros de Rui Gonçalves para João Moura, Paulo Caetano e forcados amadores de Santarém.

1.º episodio – O Presságio

O autocarro grande parou, junto à praça, debaixo das nuvens que se arrastavam lá em cima, cobrindo a réstia de azul que no ceu restava. Os turistas foram-se apeando, sem pressas, com o ar obediente de quem cumpre um numero obrigatório do programa, a «portuguese bullfight». A guia, morena e empertigada, assestou os óculos no portão mais proximo, depois ergueu no ar, fechado, o seu guarda-chuva colorido, feito ponto de mira para que ninguem se perdesse, avançou resoluta Mas eis que o porteiro explica, documenta a informaçao com um gesto a apontar um portao mais ao lado. «This way», diz ela para os turistas, e alça de novo o guarda-chuva, a fila dos «yankees» inflecte a marcha, alguns olham para o cimento desenxabido da praça, outro assesta a máquina das fotos para um forcado que passa, talvez à procura de uma borla, uma americana ri-se muito com qualquer graça que lhe disse um americano, isto enquanto a bicha se detem, e num novo portão um novo porteiro explica à guia que a entrada do grupo não é por ali, já que chegaram àquele ponto o melhor é seguirem na mesma direcção. E assim fazem, a guia na frente, guarda-chuva ao alto, o ar profissional, sem abrir um sorriso catador de gorgetas. Para o acesso ao portão seguinte verifica-se haver uma rampa, por ela já vai a fila descendo quando pessoa atenciosa informa ser ali a porta dos cavaleiros. Dado que vao todos apeados, nem um so cavalo, retrocedem os turistas, nabituados ao «american way of life» e nenhum protesta, as guias turisticas não têm de facto qualquer obrigação de conhecer a geografia das praças de touros, a rapariga e portuguesa mas o atencioso ajuda em inglês, «next door», e ela diz para os turistas «This way», há um que se atrasa a comprar um pacote de amendoins, mas sem perder de vista o chapeu-de-chuva, agora parado à entrada do sector 6. Porteiro amável, explica que e preciso continuar, mais duas ou três portas, nao tem a certeza, a entrada é precisamente do outro lado, lá vão eles outra vez atrás do guarda-chuva, coitados, o resultado de terem seguido o «way» ao contrário e isto, darem uma volta completa à praça, uma volta pelo lado de fora da praça de Santarem e coisa para mais dum quilometro, nao e brinquedo, tanto mais que a guia agita o chapeu-de-chuva ao tempo que estuga o passo, está quase na hora e e importante nao perder as cortesias. E se a guia estuga o passo, têm os americanos que estugar o passo, mesmo os da terceira idade, a duras penas seguem o guarda-chuva, seguem-no sem adivinhar que ele nao e so o indicador do caminho errado, e tambem presságio do diluvio que lá dentro lhes vai cair em cima.

2.º episodio – O banho

Quando o diluvio chegou, foi a debandada quase geral, dos turistas e dos indigenas, ribatejanos sim senhor, mas nada de exageros. De modo que pelas bancadas ficaram uns tantos, esperançados no prémio que talvez recebessem, e foi gordo, por se deixarem encharcar assim, até aos ossos. Porque, se nas bancadas houve o precipitado abandono de tantos, na arena ficou quem estava, e só quem estava: um touro, um toureiro e um cavalo Um touro bravo, terceiro da tarde. Um toureiro grande, primeiro entre todos os montados. Um cavalo chamado «Malhinhas». As bátegas cresciam, e com elas Joao Moura. Encharcava-se a arena, fazia-se maior o perigo, mas o novo Califa ali estava, na sua corajosa entrega, como se a animosidade dos elementos lhe galvanisasse o ânimo. E aquele toureiro, ao findar duma temporada em que na Iberia toureou mais vezes que toda a gente, desde os matadores famosos aos novilheiros «punteros»; que cortou mais orelhas que todos eles, acima da centena; aquele toureiro que cobrou milhoes, e da fama provou todos os sabores, estava ali, na arena de Santarem, com o entusiasmo generoso dum principiante e a segurança poderosa dum maestro, a justificar a razao de tudo isso, perante si proprio e aquelas duzias de espectadores que o diluvio nao conseguira meter nos corredores da praça. De longe ou de perto se punha com o «Malhinhas» a chamar o touro, ia encurtando terrenos se ele tardava, com o valor consciente de quem vai obrigar o inimigo, mesmo quando fechado em tábuas, a sair delas o bastante para deixar que tenha o cavalo por onde sair do encontro que Moura veio mostrar ser possivel. E assim o banho da chuva se fez banho de toureio, momento grande da tarde, em que as palmas duns poucos ganharam som de comovida apoteose.

3.º episodio – O quite

Paulo Caetano saiu disposto para a lide do último da corrida, que fecharia com mais uma impecável pega do Nuno Megre, a limpar o grupo de Santarém de alguns desaires ante o que na verdade eram novilhos de Rui Gonçalves – todos a cumprirem com excepção do quinto, que nao quis outra guerra depois da que deu à saida, quando em vez de irromper na arena o fez pela trincheira, e ali estabeleceu o pânico, deixou os homens das portas tao atarantados que não atinavam na forma de com elas darem ao bruto o caminho do redondel. Paulo Caetano precisava, nesse ultimo touro, de justificar ao menos o direito ao prestigio, de estar ali, mano-a-mano com Joao Moura: porque o seu primeiro, apesar de alguns ferros com verdade, que o público não teve no devido merecimento, deixara arrastar a lide, como se nela pesasse o mau começo, com dois toques que levaram Pliru a ir com o capote poupá-lo à perseguiçao, e obrigaram Caetano a mudar de cavalo sem ter cravado a primeira farpa; e no seu segundo piorara o panorama, os aplausos foram para os lances repousados e toureiros de Antonio Badajoz, houve para o cavaleiro assobios e palmas de tango. Por tudo isso Caetano saiu a dar a cara no ultimo da tarde, adversa pelo tempo, pelo encharcado perigoso da arena, pelo peso do alternante, ate pelo publico que o nao poupa. E houve valor e vibraçao, rematadas num sesgo emotivo e com garra, a fechar a lide que tivera o gesto nobre de brindar ao peao de confiança de Moura. Brinde que decerto nao foi pelo facto, ainda que indiscutivel, de Amâncio Grilo ser hoje um toureiro na primeirissima fila dos bregadores deste planeta, seguro, medido, elegante, garboso, com esse toque de classe que e privilegio de poucos. Nao. O brinde de Paulo Caetano foi com certeza de gratidão por aquele quite. Sucedera no touro quarto. Na indecisão do lado por onde escapar, acabara o cavalo por ser colhido contra as tábuas, parecia iminente coisa pior. Mas Grilo estava ali, algures na trincheira, no sitio em que nas horas comprometidas dos companheiros parecem estar sempre, como se por acaso, os toureiros atentos e colocados. Nao tinha à mao um capote, sem ele saltou para a arena, a corpo limpo se meteu com o touro, no instante preciso o levou do cavalo, para logo voltar à trincheira, sem um alarde: como se nao tivesse sido nada, aquele quite autêntico, exemplar, que se faz desarmado, sem cuidar do aplauso, esquecido do próprio risco, pensando no dos outros.

cursos por correspondência

Rádio, Electrónica, TV — Fotografia
Desenho e Pintura — Costura
Electricidade — Relações públicas
Inglês — Vendas/Marketing
Secretariado — Contabilidade

desde 1947

ÁLVARO TORRÃO

Rua Fernão Lopes, 8 — 1096 Lisboa Codex — Tel. 54 31 36

REVISTAS

Selecções de Rádio — REVISTA DE DIVULGAÇÃO TECNICA

Mecânica e do lar

RADIO • ELECTRÓNICA • TV — HOBBIES • BRICOLAGE • CIÊNCIA

4.º MÊS

COM: SANTOS MANUEL
JOÃO MARIA PINTO
ANTÓNIO CARA D'ANJO
MANUEL MARCELINO
JOÃO SOROMENHO
PAULA GUEDES

encenação: HELDER COSTA

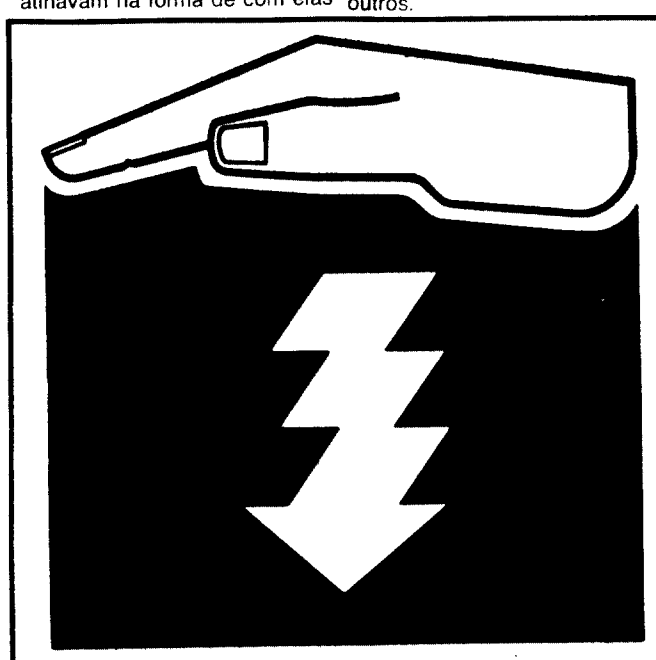
Música: Vitorino
Dir. Plástica: A. Cara D'Anjo
Montagem: Joaquim Pires
Iluminação: Paulo Graça

a barraca

HOJE 21.45 H
PRETO no BRANCO
DARIO FO - HELDER COSTA

Tel.: 68 63 00
R. Alexandre Herculano, 70
Folga 2.ª-feira, Dom.
(só) 16 horas

CURTA SÉRIE DE REPRESENTAÇÕES



POUPE ELECTRICIDADE

Direcção Geral de Energia

Campanha de poupança de energia

Pequeno Teatro

I

Banquete de despedida

Quem leu a entrevista de Hélder Macedo ao «DL», em que o antigo secretário de Estado da Cultura desmonta, com serenidade e lucidez, a política anticultural do governo «AD», está elucidado. As diferenças entre o secretário da Cultura do último governo democrático, o de Maria de Lourdes Pintasilgo, e o actual são, de resto, óbvias. Este é secretário, e muito, Hélder Macedo foi da Cultura.

Não deixa, porém, de merecer dois momentos de reflexão o último acto com que o secretário «AD» quis assinalar, calculo, as suas despedidas. Como se sabe, e mesmo antes das obras estarem concluidas, foi inaugurado no Porto o, assim chamado, Auditório Nacional (!) Carlos Alberto (até nisto o secretário é contra o teatro!). E bom, no entanto, lembrar que se trata de um projecto antigo, de David Mourão-Ferreira, relançado por Hélder Macedo. E é bom saber que esse projecto foi esvaziado do seu conteúdo, da sua razão de ser. E que o Teatro Nacional Carlos Alberto seria a sede de uma companhia de teatro que o actual secretário pura e simplesmente eliminou. Para que vai servir o Auditório? Para dormitório? Para bailado, como na inauguração? Mas a Companhia Nacional de Bailado já se deslocava regularmente ao Porto. Para as digressões da companhia do D. Maria II? Quando? Será isto suficiente? Justificará o investimento feito?

O mais interessante, todavia, o mais típico, foi o estilo da inauguração do Carlos Alberto. À boa maneira antiga, houve no final do espectáculo, mas noutro local, um espectacular beberete para 150 convidados. Quanto custou, quanto?

II

Requiem por um teatro

Há anos, há muitos anos, entrei uma tarde numa espécie de túnel por onde fui ter a um sítio misterioso que era para mim inteiramente novo. Antes disso percorrera, acompanhado por um amigo, uma ruela do centro da cidade que me conduzira a esse local onde havia um enorme buraco, qualquer coisa parecida com um palco, paredes ainda disformes. Sentados e em pé, meia dúzia de senhores que então me pareceram terrivelmente importantes, conversavam, fumavam, felizes da vida. Entre eles, um, mais forte, mais alto, mais barbudo, mais falador, com um cachimbo e o ar de quem viera de algures, de quem não era dali. Chamava-se António Pedro.

Passou o tempo. Muitas coisas morreram. António Pedro também morreu. Muitas coisas nasceram. A liberdade de fazer teatro, por exemplo. Na ruela do Porto, o pequeno teatro, que ali vira nascer, transformara-se num verdadeiro centro de criação. O Teatro António Pedro é hoje qualquer coisa que faz parte da vida da cidade. Mais do que isso, dali partiu o primeiro sinal de uma rev 'ução teatral que havia de abalar os alicerces de uma prática criativa ancilosada e, em certos casos, senil.

Agora o Teatro António Pedro vai morrer. O banco, de que é propriedade, precisa do espaço para as instalações de um parque de estacionamento de um novo «shopping-center», calcule-se. E o TEP é, pois, obrigado a ir para outro sítio. Essa razão e o facto das instalações do Teatro António Pedro se terem tornado demasiado exíguas, justificam que o TEP tenha aceite negociar a sua saída de maneira a poder arranjar instalações mais amplas e funcionais.

Nem por isso, a morte daquele espaço do TEP, tal como existe não sei há quantos anos, deixa de ser a morte de um pouco da nossa memória. E não só da nossa memória teatral.

III

Notícias de Boal

De vez em quando recebo notícias de Augusto Boal que continua, com a família, em Paris, epicentro de uma actividade contínua que o leva a vários pontos da Europa e, recentemente, o levou mais longe, ao Brasil, por onde peregrinou, com o seu grupo, durante um mês.

As últimas notícias que dele recebi vinham em forma de livro. Trata-se de um título novo numa bibliografia já extensa: «Stop! C'est magique». Editado no Brasil pela Civilização Brasileira, na nova obra de Boal foi já editada em França e na Suécia. O tempo não me deu para mais do que folhear rapidamente as suas páginas. Trata-se de um ensaio em que Boal faz uma síntese das suas teorias (em acção) do Teatro do Oprimido, do Teatro-Imagem, que parece adquirir um estatuto mais importante do que anteriormente, do Teatro Invisível e do Teatro-Foro, teorias revistas à luz das experiências que tem levado a cabo nestes últimos anos.

Boal descreve, com aquela espantosa capacidade pedagógica, aquela clareza, aquela simplicidade, que se lhe reconhecem, essas experiências que, curiosamente, tiveram por palco principal, como se sabe, não os países subdesenvolvidos para as quais pareciam destinadas, mas os países mais avançados da Europa capitalista, nomeadamente países nórdicos, Holanda, França, e ainda a Itália e a Bélgica.

Boal fundou e dirige, com Emile Copfermann, conhecido crítico e ensaista teatral e exbraço direito de François Maspéro, o Centre d'etude et de diffusion des techniques actives d'expression (Méthodes Boal), que publica regularmente, em francês, um boletim intitulado Teatro do Oprimido. Este Centro, além de cursos e seminários, organiza espectáculos de teatro produzidos e interpretados pelos seus aderentes. Neste momento está precisamente em preparação um novo espectáculo que será apresentado no espaço do Théâtre du Someil, na Cartoucherie de Vincennes.

Penso que valerá a pena um dia analisar com algum vagar este autêntico caso que tem sido a triunfal passagem de Augusto Boal pela Europa.

IV

Votar com (in)coerência

Não foi sem espanto que li a notícia de Laura Alves ir votar na «AD». E que pensei que, por uma questão de coerência, aquela actriz, intérprete de «Zero à Esquerda», votasse no MIRN-NAO SEI QUÊ-NACIONAL. Se calhar, na visão de Laura Alves, o MIRN e a «AD» é tudo a mesma coisa. Quem sabe se não terá razão.

Carlos Porto

CANAL DA CRITICA

Mário Castrim

Fascistas: "governo AD foi o melhor..."

Luís de Pina, já depois das onze. Para nos dar notícias valiosas. Assim, vamos ter algumas semanas de bom cinema na Televisão. Não se explicou das razões da baixa de qualidade nos últimos tempos. Talvez tudo estivesse incluído naquela fórmula de que o público deseja música ligeira, toiros, coisas do género. Talvez. Pretende-se, assim somos levados a crer, a passar uma esponja sobre o passado recente do cinema na TV, com esquecimento das razões e das responsabilidades. O método não é aconselhável.

Ontem, um filme de Claude Autant-Lara. Feito em 1941. «Sob a ocupação», esclarece Pina.

Existe um perigoso preconceito intelectual, um sinal de casta: supor, de certas coisas, que são tão simples, tão banais, tão do domínio público que dispensam explicações suplementares. Levado ao absurdo, o depoimento de Edgar Morin ao **Telejornal**: estou em crer que 99,99 por cento dos telespectadores não perceberam népia. Dir-se-á praticamente o mesmo do depoimento de Maria de Lurdes Pintasilgo. Então acontece o drama: eles falando com tamanha fluência, com tamanha familiaridade, e a malta a ver navios.

A doença, é de epidemia. Na Televisão as pessoas têm medo de parecer simples, como se lhes caíssem na lama os parentes intelectuais. Isto acontece na Televisão de um país com o mais elevado índice de analfabetismo da Europa, um país acordado em 1974, num célebre dia 25, para a ânsia de saber e de aprender e de conviver. Por estas e por outras, é que, em cada dia, mais se alarga o fosso entre a RTP e a sua audiência.

Veja-se o **Dia Mundial da Música**. Era ou não de aproveitar para um grande e festivo serão, com um grande, sério, vivo espectáculo? Sem dúvida. Mas exigia-se, para isso, a condição de um grande, sério e vivo amor pela «nossa companheira música». E a música de que os actuais responsáveis da RTP gostam, é outra....

O formalismo, a solidão, essa espécie de deserto de que se rodeou a transmissão da Sé Velha de Coimbra eram, à partida, aspectos negativos para a conquista da audiência popular. Perfeitamente deslocados, igualmente, os versos de David Mourão-Ferreira. Para a provável audiência daquela hora, fossem eles em latim e teriam o mesmo efeito. Ou melhor, quem sabe.

Mas tornemos a Luís de Pina. A naturalidade com que ele falava de ocupação! Mas não teria sido conveniente lembrar o que isso fora? Trazer à memória, ou esquecida, ou nunca acordada, esses tempos medonhos da implantação do inferno? Referir o holocausto nazi?

Cada vez é mais importante voltar ao passado próximo, como quem revê as páginas de um compêndio. Não me digam que o fascismo já lá vai...

Não vai: o **Telejornal**, ainda que com excessivas branduras e cautelas, mostra imagens de manifestações populares antinazis, antifascistas, em França, e na Alemanha. Tudo porque o fascismo, terrorista como é próprio da sua natureza, desembesta por essa Europa fora, aproveitando-se das muitas facilidades que a social-democracia lhe tem concedido.

Em Portugal, e o facto de a RTP o esconder não desmente nada (antes pelo contrário...) o clima que se vive é de avanço fascista, por um lado, luta antifascista por outro. Aliás, o anticomunismo venha ele na boca de Mário Soares ou de Sá Carneiro, tem **sempre** como consequência o recrudescimento do terrorismo totalitário.

Na Televisão de ontem houve imagens que devem ter elucidado muito boa gente.

Por um lado, ouvimos o fascista Kaúlza crismar o seu movimento de «direita democrática...»ouvimo-lo, claramente ouvido, que a AD, nas eleições intercalares, não teria ganho sem os votos da «direita democrática» — ou, traduzindo, dos fascistas.

Para quem alimenta dúvidas, a reportagem do Pavilhão dos Desportos valeu de muito. Os elementos do MIRN, a escória da juventude e da população, lá estavam.

Lá estavam. De braço estendido, na saudação fascista. Não eram muitos. Algumas centenas, num pavilhão que leva dez mil pessoas.

Lá estavam. Fascistas sem máscara. Nos comícios, nas caravanas, na segurança da AD, ainda por vezes se retraem, estendem o braço, sim, e apontam os dois dedos. Ali no MIRN, apontam os dedos todos.

Lá estavam. Fascistas à espera da sua vez. À espera que uma vitória da «AD» lhes traga a possibilidade de melhor se organizarem e desenvolverem as suas «qualidades». Eles já disseram há dias: «o Governo «AD» foi o melhor Governo depois de 25 de Abril»... Lá estavam, os fascistas. Lá estavam, num claro desafio à legalidade deste país, onde, formalmente, se condenam e rejeitam as orgânizações fascistas.

Lá estavam, os fascistas. À espera da hora de votar. **Utilmente**, claro. Como fizeram nas intercalares.

Em OLHÃO o Diário de Lisboa está à venda no Quiosque da Praça Patrão Lopes

ADÓQUE TELEF. 87 44 76

2.º MÊS

ÊXITO ABSOLUTO!

OS MAIS BELOS CENARIOS!

OS MAIS LINDOS FIGURINOS!

A MELHOR MUSICA!

ATENÇAO

DOMINGO (DIA 5) SESSÃO ÚNICA ÀS 16 HORAS
2.ª FEIRA (DIA 6) — FOLGA
4.ª FEIRA (DIA 8) — ÀS 20.30 e 23 HORAS

N/ acons. men. 18 anos

CHIÇA!...

— Está aí o Bom Governo de Portugal!

UMA REVISTA CHIÇACIONAL

S. R.

VILA DO SEIXAL

CAMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

EDITAL

EUFRÁZIO FILIPE JOSÉ GARCÊZ, Presidente da Câmara Municipal do Concelho do Seixal;

FAZ SABER QUE: no dia 24 de Outubro de 1980 pelas 17 horas, na sala de sessões da Câmara Municipal do Seixal, de acordo com o disposto nos n.os 1 e 2 do art.º 40 do Decreto-Lei 608/73, de 14 de Novembro e dos Artigos 15.º a 21.º do Decreto Regulamentar 50/77 de 11 de Agosto, se procederá ao sorteio de um fogo de renda limitada para efeitos de alienação por escritura de venda a celebrar posteriormente no competente notário, entre o proprietário e o concorrente premiado.

O referido fogo situa-se em Cruz de Pau (Qt.ª da Princesa) lote 9 Corpo Esquerdo, 4.º Esq.º, freguesia de Amora, neste concelho e é composto por 3 assoalhadas, cozinha e uma casa de banho, características essas que constam da respectiva constituição de propriedade horizontal.

O valor de venda do referido fogo é 740 000$00 (Setecentos e quarenta mil escudos).

A admissão far-se-á por requerimento dirigido aos Serviços Municipais de Habitação, desta Câmara Municipal, até ao dia 23 de Outubro de 1980 às 17 horas, acompanhada de documentos comprovativos de haver depositado nos cofres da Tesouraria Municipal a necessária caução de 37 000$00 (trinta e sete mil escudos) nos termos do n.º 3 do art.º 2.º do Decreto Regulamentar acima citado.

E para constar se lavrou o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos locais do costume.

Seixal, 29 de Setembro de 1980.

O Presidente da Câmara — **Eufrázio Filipe GarcêZ José.**

J. MARQUES, IMPORT-EXPORT, LDA.
Reparação em TV a cores ou a preto e branco.
Montagem de antenas individuais e colectivas
T. 573559 - 577706

Hoje

Através da RTP-1, pelas 21.50, podemos ver Abba em concerto, com canções apresentadas no espectáculo realizado em Inglaterra, no Estádio de Wembley

RTP-1

- **18.30** **Sumário**
- **18.35** **Histórias Contadas** — «A Avó do Xico Conta uma História».
- **19.00** **País, País**
- **19.25** **O Povo e a Música** — o Rancho Folclórico de Castro d'Aire.
- **20.00** **Telejornal** (C)
- **20.30** **Eleições** — (C) período reservado à campanha eleitoral, hoje com a presença do PSR, UDA, FRS, AD e FUP.
- **21.00** **O Tempo** (C)
- **21.05** **Telenovela** — (C) «Dona Xepa» (28.º episódio).
- **21.50** **Abba em Concerto** — (C) em Inglaterra, no Estádio de Wembley e durante a «tournée» pelos Estados Unidos.
- **22.50** **«Cribb»** — (C) série policial.
- **23.50** **24 Horas** (C).

RTP-2

- **20.32** **Sammy Hager** — (C) a presença do «hard-rock» num espectáculo realizado no Hase «Summit», em Huston, no Texas, em Fevereiro de 1979.
- **21.30** **Informação/2** (C)
- **22.00** **Excrutínio** — programa de sensibilização, da responsabilidade da Comissão Nacional de Eleições, no qual se explica a forma como se faz o apuramento dos votos.
- **22.10** **«A Menina Júlia»** — (C) a mais famosa peça do autor sueco August Strindberg.

NB — os programas assinalados com (C) são emitidos a cor.

GRUNDIG
qualidade em toda a linha!
DESTAQUES
RTP-1
Abba em Concerto (21.50)
RTP-2
«A Menina Júlia» (22.10)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA telef: 2112871

Amanhã

RTP-1

16.00: Curso de Formação da Telescola; **18.30**: Sumário; **18.35**: Programa Infantil; **19.00**: País, País; **19.30**: Espectáculo de Teatro; **20.00**: Telejornal; **20.30**: Eleições; **21.05**: «Dona Xepa»; **21.40**: «A Duquesa de Duke Street»; **22.40**: 1.ª Página; **23.10**: 24 Horas.

RTP-2

20.30: «As Aventuras de Huckleberry Finn»; **21.00**: O Homem e a Terra; **21.30**: Informação/2; **22.00**: Tendências da Arte do Século XX.

GRUPO DE CAMPOLIDE TEATRO DA ACADEMIA ALMADENSE
Que farei com este livro?
de JOSE SARAMAGO encenação JOAQUIM BENITE
cenários JOÃO VIEIRA
CANTO E CASTRO no papel de Luís de Camões
Brevemente
Sub. SEC e CMA

atelier BELO MARQUES
R. da TRINDADE, 5-2º dto
Telf: 371254
1200-LISBOA
MEDALHAS COMEMORATIVAS

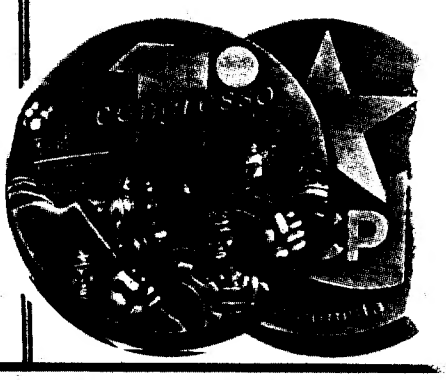
Medalha comemorativa da inauguração do novo centro de trabalho do P. C. P. de ALMADA

MEDALHAS EM BRONZE 80/MM
R. VITOR CORDON, 12

Lançamento em 28/9/80
PEDIDOS:
— Comissão Concelhia de Almada
Rua de Moçambique, 10-B 2800 Almada
— Atelier Belo Marques
Rua da Trindade, 5-2º Dto 1200 Lisboa
— À venda na n/ loja
Rua Vitor Cordon, 12 1200 Lisboa

300$

I.º CONGRESSO DA J.C.P.



300$

ROTEIRO CULTURAL

Cinema

«Viva México», de Eisenstein, será um dos filmes que representará a União Soviética no Festival de Cinema de Santarém, a realizar entre 3 a 9 de Novembro próximo. Além deste filme, a União Soviética apresentará as longas metragens «Peço a Palavra», de Panfilov e «Moscovo não acredita em Lágrimas», de Menchov. No Festival de Cinema de Santarém também participa a República Popular de Moçambique com «Moeda, Massacre e Memória», de Rui Guerra.

«Velhos são os trapos», de Monique Rutler, é o filme a exibir hoje, às 21.30, pela Cinemateca Portuguesa no quadro do ciclo Panorama do Cinema Português. «Velhos são os trapos» é um filme que se debruça sobre a condição dos velhos, sobre a maneira como eles vivem.

«O Sentimento», de Luchino Visconti, é projectado hoje, às 18.15, no Estúdio Chaplin, em Leça de Palmeira. A película integra-se num ciclo de cinema cuja temática é o Amor e de que fazem parte as projecções dos seguintes filmes: «O Mensageiro», de Joseph Losey (9/10), «Mulheres Apaixonadas», de Ken Russell (16/10), «Domingo, Maldito Domingo», de John Schlesinger (23/10) e «O Império da Paixão», de Nagisa Oshima (30/10).

Exposições

Uma exposição documental sobre o Futurismo Italiano é hoje inaugurada, às 18.30, na Sociedade Nacional de Belas-Artes. Esta exposição é fruto de uma iniciativa conjunta do Instituto Italiano de Cultura em Portugal e da Fundação Calouste Gulbenkian.

«Lembrança Breve de Camões», continua até ao dia 8 do corrente patente ao público na Junta de Turismo da Costa do Sol. A exposição poderá ser visitada das 11 às 12.30 e das 15 às 19, menos às segundas-feiras.

O pintor António Soares, que foi contemporâneo de Almada Negreiros, Sousa Cardoso, Jorge Barradas e Santa Rita, será o autor da exposição de pintura a inaugurar no próximo dia 11 na Junta de Turismo da Costa do Sol.

Televisão

A RTP começa a transmitir a partir de amanhã, no 1.º Canal, a série inglesa «A Vida na Terra». Produzida em 1979 pela BBC e apresentada por David Attenborough, esta obra relata a história da Vida desde o aparecimento há três biliões e quinhentos mil anos das primeiras células até às plantas e aos animais que vivem actualmente à nossa volta. Em 13 episódios, cada um com 50 minutos de duração, veremos a evolução da Vida na Terra, realizada por uma equipa de técnicos que durante três anos percorreu o mundo inteiro, filmando em áreas de difícil acesso, rodou um milhão de metros de filme, percorreu cerca de um milhão de quilómetros. O primeiro episódio desta série, cujo título é «A Infinita Variedade», começou a ser filmado nas Ilhas Galapos e terminou no Grande Reef, em Adelaide, onde foram encontrados vestígios de fósseis com cerca de 650 milhões de anos.

«Velhos são os trapos» hoje na Cinemateca

Teatro

O TAS – Teatro de Animação de Setúbal vai apresentar a peça «Tu não conheces a música?», de Robert Abirached, amanhã, na Incrível Almadense. Este espectáculo integra-se nas comemorações do aniversário da Incrível Almadense, que se comemora durante o mês de Outubro. Entretanto, o TAS vai estrear no próximo dia 8 o seu 19.º espectáculo destinado às crianças com a peça «Tatipirum».

Música

Música Tradicional Chinesa, pelo Conjunto de Instrumentos Tradicionais da China, eis o acontecimento que o espera hoje, às 21.30, e amanhã, às 18.30, no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian. O Conjunto de Instrumentos Tradicionais da China é um dos mais importantes agrupamentos artísticos chineses, gozando actualmente de enorme popularidade na China, onde conquistou o 1.º prémio no espectáculo comemoraitivo do 30.º Aniversário da República Popular da China. Entre os componentes do Conjunto figuram compositores, instrumentistas e um maestro, músicos populares treinados na tradição dos seus antepassados e jovens solistas que introduziram melhoramentos em alguns instrumentos antigos. Lembre-se, por último, que o Conjunto conquistou também três medalhas de ouro no Concurso Musical do 6.º Festival Mundial da Juventude.

Música do Tempo e do Teatro de Shakespeare é a «ementa» que nos oferecerá, no próximo dia 9, a Fundação Calouste Gulbenkian. Com efeito, nesse dia, às 18.30, James Griffit (tenor) e Timothy Walker (alaúde) interpretarão obras de T. Morley, R. Jones, R. Edwards, J. Dowland, P. Rosseter, W. Byrd, F. Pilkington, R. Johnson e tradicionais. Esta iniciativa integra-se nas Jornadas de Música Antiga com instrumentos originais que a Gulbenkian vai reaaizar durante todo o mês de Outubro em vários locais de Lisboa (Sé Patriarcal, Igreja da Madre de Deus, Mosteiro dos Jerónimos, Igreja de S. Roque, Palácio da Ajuda, Sé Catedral e Grande Auditório da Gulbenkian).

CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS
BANCO FUNDADO EM 1864

PAGA OS MAIS ALTOS JUROS DA BANCA

COTAÇÕES DE NOTAS E MOEDAS ESTRANGEIRAS	(Por unidade) COMPRA	VENDA
AFRICA DO SUL (rand)	49$50	54$50
ALEMANHA FED. (marco)	27$40	28$50
AUSTRIA (xelim)	3$80	4$00
BELGICA (franco)	1$641	1$741
BRASIL (cruzeiro)	$526	$776
CANADÁ (dólar – notas de 1 e 2)	42$05	44$05
(notas de 5 a 1000)	42$55	44$55
DINAMARCA (coroa)	8$85	9$25
ESPANHA (peseta)	$638	$738
EUA (dólar – notas de 1 e 2)	49$20	51$20
(notas de 5 a 1000)	49$70	51$70
FINLÂNDIA (marka)	13$55	14$15
FRANÇA (franco)	11$80	12$40
HOLANDA (florim)	25$25	26$25
INGLATERRA (libra)	119$00	123$00
IRLANDA (libra)	103$45	107$45
ITÁLIA (lira)	$052	$062
JAPÃO (iene)	$217	$247
NORUEGA (coroa)	10$20	10$70
SUECIA (coroa)	11$90	12$50
SUIÇA (franco)	30$10	31$20
VENEZUELA (bolivar)	9$95	10$95

Observações:
1. – No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2. – Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 3 por mil.

tempo

SITUAÇÃO DO TEMPO ÀS 09.00 H

Em Portugal Continental o céu estava pouco nublado e o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR

V. do Castelo	22°
Bragança	18°
Vila Real	19°
Porto	24°
Penhas Douradas	22°
Coimbra	24°
C. Carvoeiro	21°
Portalegre	26°
Lisboa	23°
Évora	22°
Sines	21°
Beja	22°
Sagres	24°
Faro	25°
Ponta Delgada	19°
Funchal	22°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
9.41	3,4 m	2.59	1,8 m
22.31	3,3 m	16.07	1,7 m
Dia 3			
11.02	3,5 m	4.31	1,8 m
23.24	3,4 m	17.23	1,6 m
Dia 4			
5.38	1,7 m		
12.06	3,6 m	18.18	1,5 m

PREVISÃO DO TEMPO ATÉ ÀS 24 H DE AMANHÃ

Céu pouco nublado temporariamente muito nublado; vento fraco de Leste; continuação de tempo quente.

AMANHÃ
NASCER ÀS 6.33
OCASO ÀS 18.28

DIA 9 DIA 17 DIA 23 DIA 30

STAR
UMA AGENCIA DE VIAGENS DE SERVIÇO COMPLETO
Lisboa Estoril Porto Guimaraes Faro Portimao Madeira e Açores

rádio

I.º PROGRAMA

17.00: Informação, «Velhos são os Trapos»; **17.30:** Sem Margem; **19.00:** Campanha eleitoral; **2.030:** «Jornal da Noite»; **21.00:** Quando Tempo é Poema; **21.30:** 12.º Episódio do Folhetim «Oliver Twist», de Charles Dickens; **22.00:** «Programa da Noite» – Livre e directo (Revista desportiva); **23.30:** Títulos do Jornal da Meia-Noite; **24.00:** «Jornal da Meia-Noite».

II.º PROGRAMA

17.40: Suite Lírica, de Grieg, pela Orquestra Sinfónica de Londres; **18.00:** Música de Câmara de Beethoven: – Sonata para piano n.º 13 em Mi bemol Maior, op. 27 n.º 1 (Sonata quasi uma fantasia), – Septeto em Mi bemol Maior, op. 20, para violino, viola, violoncelo, contrabaixo, clarinete, trompa e fagote; **19.00:** O canto e os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas; **20.00:** Os grandes solistas: O pianista Sviatoslav Richter e o violinista David Oistrakh, – Prelúdio e Fuga em Dó maior, BWV 846, de Bach, – Concerto para piano e orquestra, op. 13, de Benjamim Britten, – Concerto para violino e orquestra, op. 77, de Brahms, Orquestra Nacional da Radiodifusão Francesa; **21.30:** Aspectos da moderna música espanhola; **22.00:** Concerto de Câmara: – Trio em Sol menor op. 63, de Weber, – Concerto para cravo, flauta, oboé, clarinete, violino e violoncelo, de Manuel de Falla; **22.40:** Músicas de todos os quadrantes; **23.00:** Intercâmvio musical: 30.º Festival de Verão em Dubrovnik, 1979 – gravações cedidas pela Rádio e Televisão Jugoslava, – «Credo», «lenda da minha terra», de Boris Papandopulo; **00.15:** Conjuntos instrumentais: Obras de Mozart, – Sonata para fagote e violoncelo, em si bemol maior, K. 292, – Quinteto em Lá Maior, K. 581, para clarinete e quarteto de cordas; **01.00:** Fecho.

RÁDIO COMERCIAL (280 m)

17.03: Contacto; **17.05:** Dossier ciência; **18.45:** Rubrica Firestone; **19.00:** Campanha Eleitoral (simultâneo Prog. 1); **20.35:** Teatro trágico; **20.50:** Cartaz; **21.03:** Mensagens bíblicas; **21.30:** Quando o telefone toca; **22.03:** Quando o telefone toca (2.ª ed.) (3.ª ed.); **23.05:** Portugal e a C.E.E.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

16.03: Rock em stock; **17.30:** Noves fora Fock; **18.30:** Círculo em FM; **19.03:** Em órbita; **21.03:** Café Concerto.

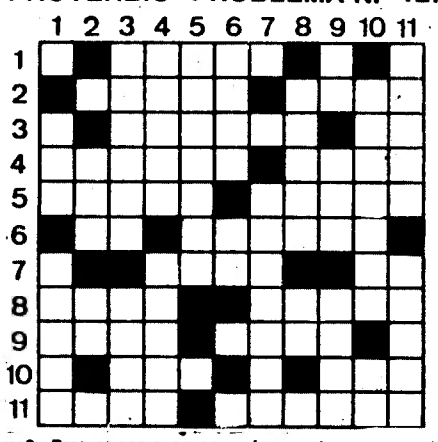
Tiragem média diária do mês anterior: 46 136 exs.

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO PROBLEMA N.º 12748

HORIZONTAIS

1 Artigo definido. Homicídio. Tempo do verbo ser.
2 Cidade da Suiça. Portanto.
3 Quarto de dormir. Nosso Senhor.
4 Mios. Pressa (ant).
5 Instrumentos para atirar setas. Parceiros.
6 Alternativa. Poisar no mar (o avião).
7 Pegas. Basta!
8 Oriente. Luxo (pop).
9 Norma (fig). Leito.
10 Espaço de trinta dias. Cidade de Espanha.
11 Jarro (planta). Guardais segredo.



VERTICAIS

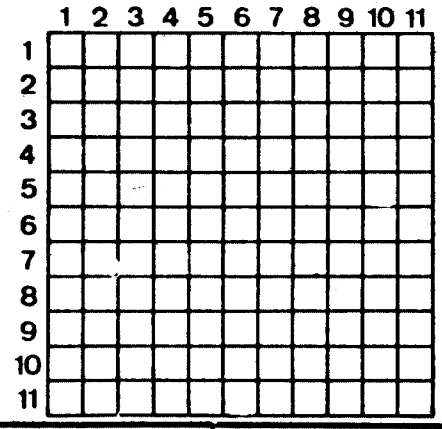
1 Artigo indefinido. Texto.
2 Artigo definido. Enguia. Pronome reflexo.
3 Árvore tintória do Brasil. Conquista.
4 Falado em público. Fútil (fig).
5 Que tem ramos.
6 Pronome possessivo. Miriare.
7 Atravessara.
8 Remunerar. Preposição.
9 Acrescentando uma vogal é a estrela da manhã. Larva das feridas dos animais. Dose (fig).
10 Volúvel. Interjeição de dor.
11 Tostas. Cidade de Itália.

Resolveu completamente este problema? Procure agora, em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 8808

HORIZONTAIS

1 Freguesia do concelho de Penalva do Castelo.
2 Mover os remos. Indignado.
3 Amargo. Gomo de laranja.
4 Narração. Agora.
5 Gálio (sq). Espádua.
6 Cidade do estado de Pernambuco. Domesticar.
7 Redimi. Letra grega.
8 Artéria. Prefixo de privação. Vila e concelho do distrito de Portalegre.
9 Percorrera. A Tailândia.
10 Sadio. Aguardente de cereais.
11 Abreviatura de Santíssimo. Tomar sobre si.



VERTICAIS

1 Freguesia do concelho e distrito de Braga.
2 Move os remos. Reunas.
3 Angustiados.
4 Relata.
5 Planta têxtil do Ceará. Sente desgosto (fig).
6 Subjugais.
7 Osso maior. Manuscrito.
8 Época. Vagas.
9 Compositor francês autor d'Ys e Namuna. Tempo do verbo ver.
10 Perfume. Cantiga.
11 Solitário. Esbelto.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 12747

HORIZONTAIS:
1 QUEM. MENTE.
2 Única. Ama.
3 Il. Icaro.
4 Nas. Ecaras.
5 Amarrotaram.
6 Matraca.
7 Olá. Samar.
8 Urra. Oalo.
9 Idoso. Ios.
10 Camarotes.
11 Ás. Sasão. Ps.

VERTICAIS:
1 Quina. NUNCA.
2 Uniam. Ás.
3 Ié. Samorim.
4 MCI. Raladas.
5 Acerta. Ora.
6 Açor. Usos.
7 Erratas. Ota.
8 Oração. Eo.
9 Ta. Aramais.
10 Em. Sa. Alo.
11 Ás. Morosos.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 8807

HORIZONTAIS:
1 Sabadim. Ulo.
2 Amarar. Crer.
3 Bera. Azia.
4 Ull Bisares.
5 Gadé. Rol.
6 Asasse. Cipó.
7. MCI. Monas.
8 Caos. Ain.
9 Cassange. Ro.
10 Sic. Leiria.
11 Mor. Sra. Só.

VERTICAIS:
1 Sabugal. Cs.
2 Amelas. Caim.
3 Bar. Damasco.
4 Arabescos.
5 Dá. Sisal.
6 Irás. Nes.
7 Ar. Mugir.
8 Caroço. Era.
9 Urzelina.
10 Leis. Pairas.
11 Ora. Rosno.

Provérbio: QUEM MENTE NUNCA ACERTA

Electrónica A. Rodrigues
Reparações T.V. Cores e Preto e Branco Tel. 73 12 36

fermédios

LISBOA

PERMANENTE

MOURA, T. da Memória, 55 (T. 630944); **LIBIA**, Av. da Igreja, 4-B-C (T. 891681); **BAIRRO AZUL**, Av. Ressano Garcia, 7-A (T. 571451); **NORMAL DE LISBOA**, R. da Prata, 220 (T. 321342); **LAVINHA**, R. Eng. Paulo Barros, 28-A (T. 708242); **LINAIDA**, R. Ferreira Borges, 30 (T. 660955); **SACRAMENTO**, R. Actriz Palmira Bastos, lote 42 (T. 384904); **NOBEL**, R. Actor Vale, 53 (T. 842152); **DAVI**, R. Conde Redondo, 68-72 (T. 554342); **LEALDADE**, R. do Olival, 226-228 (T. 663441); **SALTER**, R. de Xabregas, 63-65 (T. 381185); **DIAS & SARAIVA**, R. Major Afonso Pala, 19 (T. 2114478); **AMARAL**, R. Antero de Quental, 8-8-A (T. 925455); **LEITAO RIBEIRO**, R. A do Falcão, 3-A.

REFORÇO

GARANTIA, Av. Padre Manuel da Nóbrega, 5-A-B (T. 887300); **SÃO MIGUEL**, P. Francisco de Morais, 1 (T. 771469); **MORÃO**, L. da Graça, 63 (T. 860700); **CONFIANÇA**, Av. Almirante Reis, 46-B (T. 821653); **ALEGRIA**, E. de Benfica, 180-A-B (T. 780511); **DOURO**, Al. das Linhas de Torres, 93-A-B (T. 791131); **MARLUZ**, C. da Picheleira, 140-B-C e R. Prof. Mira Fernandes, MAF (T. 880703); **VALENTIM**, R. Poço dos Negros, 88-90 (T. 601453); **DALVA**, Av. Duque d'Avila, 125 (T. 545225); **BOTÂNICA**, R. da Junqueira, 38-40 (T. 638132); **TAVARES DE MATOS**, R. 8, lote 308 (T. 993220); **VAZ MARTINS**, R. António Ferro, 6-A (T. 970660); **NOVA**, R. Açores, 11-A (T. 910305); **MATOS**, T. Prioras, Vivenda Morgadinho (T. 2519939).

Linha de Cascais

TIRES: Guimarães. Até às 21 horas; **ALCABIDECHE: Carvalho**. Até às 21 horas; **PORTO SALVO: Ferreira Bastos**. Até às 21 horas; **PAÇO DE ARCOS: Trindade Brás**, R. Costa Pinto, 184 (T. 2432034). Até às 22 horas; **OEIRAS: Godinho**, R. Cândido dos Reis, 98 (T. 2430090). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **NOVA OEIRAS: Leal**. Até às 21 horas; **CARCAVELOS: Central**. Até às 22 horas; **Vilar**. Até às 24 e das 0 às 9 horas; **PAREDE: Grincho**, Av. da República, 87 (T. 2471204). Até às 24 e das 0 às 9 horas; **Junqueiro Mendes**. Até às 21 horas; **S. PEDRO DO ESTORIL: S. Pedro**, R. 9 de Abril, 24 (T. 263052). Até às 21 horas; **S. JOAO DO ESTORIL: S. João**; **AMOREIRA: Amoreira** (T. 262313/267314). Até às 22 horas; **MONTE ESTORIL: Lopes**, R. Hangar, 3 (T. 260008). Até às 21 horas; **CASCAIS: A. Costa**, R. Freitas Reis, 24-C (T. 280214). Até às 21 horas; **Cordeiro**, Av. Combatentes da Grande Guerra, 40 (T. 280170). Até às 24 e das 0 às 9 horas.

Outra Banda

ALMADA: Magalhães, R. Capitão Leitão, 8-B (T. 2750242); **COVA DA PIEDADE: Cerqueira Afonso**, P. 5 de Outubro, 18 (T. 2750254); **LARANJEIRO: Oliveira Sérgio**, Alamos, 2-A (T. 2296464); **COSTA DA CAPARICA: Higiénica**, Av. da República, 23 (T. 240002); **SESIMBRA: Leão**, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471); **BARREIRO: Moderna**, R. D. Henriqueta Gomes Araújo, 12 (T. 2073443); **AMORA: Amorense**, Av. Marginal Silva Gomes, 80 (Tel. 2210042); **SEIXAL: Soromenho**, R. Paiva Coelho, 38 (T. 2218560); **MONTIJO: Montepio**, R. Almirante Reis, 93 (T. 2310035); **MOITA: União Moitense**, Av. Dr. Teófilo Braga (T. 239025); **ALHOS VEDROS: Gusmão**, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 204020); **ALCOCHETE: Gameiro**, L. António Santos Jorge, 15 (T. 234100).

Linha de Sintra

AMADORA: Igreja, P. da Igreja, 22-A (T. 937740). Permanente; **Flama**, R. Elias Garcia, 78-B (T. 932485). Até às 22 horas; **DAMAIA: Lemos**, R. de Goa, 21-A (T. 971121). Até às 22 horas; **QUELUZ: Serra & Pinto**, Av. D. António C. Sá, lote 50-GE (T. 957619); **CAMARATE: Batalha**, R. Avelino S. Oliveira, 5 (T. 2518669); **CACEM: Rodrigues Garcia**, Av. dos Bons Amigos, lote 5-D; **AGUALVA-CACÉM: Mira Sintra**, P. N. Torre, 310. Até às 20.30; **ALGUEIRÃO: Rodrigues Rato** (T. 2912038). Permanente; **MERCÊS: Claro Russo**. Até às 21 horas; **RIO DE MOURO: Riomouro**. Av. Oscar Monteiro Torres, 8 (T. 2960194). Até às 23 horas; **SINTRA: Marrazes**, Estefânia (T. 2930058). Pernamente; **COLARES: Abreja** (T. 299088).

MOSCAVIDE – Sta. Bárbara – R. Francisco M. Beato, 75. (Telef. 2518918). Permanente

SACAVEM – Maria – R. Salvador Allende, Lote 2 (Telef. 2514369). Até às 22 horas

Porto

(De dia e só até às 22 horas)

BONFIM – Rua do Bonfim, 73. Telef. 52444; **GUIMARAES** – R. de Francos, 37. Telef. 60103; **CASTRO CARNEIRO** – R. do Padre Cruz, 146. Telef. 62092; **HENRIQUES** – Pr. da Batalha, 64-A. Telef. 25173; **MORENO LDA** – Largo de S. Domingos, 44. Telef. 23545; **SERPA PINTO** – Rua de Serpa Pinto, 645. Telef. 48869; **VASQUES** – Rua das Condominhas, 794. Telef. 62027.

(De dia e toda a noite)

VILARINHA – Rua da Vilarinha, 161. Telef. 682014; **LIGA ASS. SOC. MUTUOS** – Rua do Bonjardim, 286. Telef. 21711; **GUERRA** – Rua de Costa Cabral, 43. Telef. 480470; **LEMOS E FILHOS** – Pr. de Carlos Alberto, 31. Telef. 21309.

Coimbra

(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)

PAIVA – Praça do Comércio. Telef. 23231.

CHIÇA!... – Este é-se o Bom Governo de Portugal! Hoje às 20.30 e 22.45
ADOQUE TEL: 87 44 76
A Revista de Nível Europeu

cinemas e teatros

abCINE 803055

Centro Comercial de Alvalade

SALA A
13 anos
Às 14.30, 16.30, 18.30, 21.30 e 23.45
NEM GUERRA, NEM PAZ
festival Woody Allen
SALA B

Às 15.00, 17.00, 19.00 21.30, 23.45
THE LONG READERS
the Long Readers
o Bando de Jesse james
int. men. 13 anos

ALVALADE 897480

Av. de Roma

Às 14.30, 18 e 21.15

A CANÇAO DA NORUEGA

para todos

APOLO 763319

Av. Júlio Dinis, 10-A
Às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
Um filme de Alfredo Tropa
BARBARA
Hoje às 23.30
Com Clint Eastwood
Um filme de Don Siegel
OS FUGITIVOS DE ALCATRAZ

AVIS 547163

Av. Duque D'Avila, 45
Às 15.30, 18.30 e 21.30
Para todos
uma estreia de grande gargalhada
«A 7.ª COMPANHIA AO LUAR»
Com Jean Lefebvre, Pierre Mondey e Patricia Karim

BERNA 776098

Av. Marquês de Tomar

14, 16.30, 19, 21, 21.30
Não acons. men. 13 anos
John Travolta/Debra Winger/Scott Glenn

O COWBOY DA NOITE
4.ª semana

CALEIDOSCOPIO 795093

Campo Grande

A partir de hoje
às 14, 16.30, 19 e 21.30
UMA NOITE NA OPERA
um filme de Sam Wood

CASTIL 530194

Rua Castilho
15.30, 18.30, 21.30,
Não acons. men. 13 anos
GELADO DE LIMAO II
(Going Steady)
um filme de Boaz Davidson
5.ª semana

CINE 222 579460

Av. Pr. da Vitória, 37 (Ao Saldanha)
Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
MENINOS RICOS
Um filme de Robert Altman

Às 23.45
Não acons. men. 18 anos
VOANDO SOBRE UM NINHO DE CUCOS

CINEBOLSO 573407

R. Actor Taborda, 27-B
Às 12.30, 14.30, 16.45, 19 e 21.30
Int. men. 18 anos
pornográfico hardcore, estreia
nunca um filme foi tão longe no erotismo
JULIA, UMA MAQUINA SEXUAL
Às 24 horas,
Int. men. 13 anos
TEMPO DE ASSASSINOS

CINE BLOCO 556824

Gaveto Av. 5 de Out. e Pinh. Chagas
Às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.30
Não acons. men. 18 anos
UM CRIME NO EXPRESSO DO ORIENTE
Um filme de Sidney Lumet
Com Lauren Bacal, Martin Balsam, Ingrid Bergman, Jacqueline Bisset e Anthony Perkins
Às 23.45
Não acons. men. 18 anos
O HOMEM DA MARATONA
Um filme de John Schlesinger
Com Dustin Hoffman e Laurence Olivier

CINE CAMOES 324194

Rua do Loreto, 15
Às 14.15, 16.30 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
O HOMEM DO KLAN
Um filme de Terence Young
Com Lee Marvin e Richard Burton

CINEMATECA PORTUGUESA

R. Barata Salgueiro, 39
Às 21.30
Ciclo do Panorama do Cinema Português
Não acons. men. 18 anos

VELHOS SAO OS TRAPOS
de Monique Rutler – 1979

CITY CINE 579460

Rua Tomás Ribeiro, 34
Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
PARA TODOS
A deliciosa comédia de Jacques Tati
AS FERIAS DO SR. HULOT
Com Jacques Tati e Nathalie Pascaud

Às 23.45
AS TRÊS MULHERES

DOIS MIL 2100055

Bomb. Voluntários, Lote 113-Algés

Às 15.30 e 21.30
Não acons. men. 18 anos
CHAFTEA EM AFRICA

D. JOAO V 971794

Pr. Centro Comercial – Damaia
Às 21.30
Int. men. 13 anos
SUBLIME SACRIFICIO

EDEN 320768

P. dos Restauradores, 21
Às 14, 16.30, 19 e 21.30
AMOR À PRIMEIRA DENTADA

não acons. men. 13 anos

ESTUDIO 555134

Av. Afonso Henriques, 35
Às 21.30 – Não acons. men. 18 anos
OS VAGABUNDOS DE NOVA IORQUE
Uma epopeia de Nova Iorque nos anos 60
Um filme de Philip Kauffman
Às 15.30 e 18.30
Ultimas
O NAVIO FANTASMA

ESTUDIO 444 779095

Av. Defensores de Chaves 83 B
15.30, 18.30 e 21.30
Int. men. 13 anos
um filme de Boaz Davidson
GELADO DE LIMAO II
sabor doce e ácido de quando se é jovem! A grande comédia
da nova temporada
Venha mais cedo e venha ver a «DONA XEPA» no nosso Televisor

EUROPA 661016

R. Almeida e Sousa, 35
2 sessões: 15.15 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
TREINADOR DE SAIAS
C/Barbara Straisand e Ryan O'Neal
Amanhã às 15.15 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
O QUINTO MOSQUETEIRO
Venha mais cedo ver a «DONA XÊPA» no nosso televisor a cores

IMPERIO 555134/5

Al. Afonso Henriques, 35
ESTREIA às 21.30
Não acons. men. 13 anos
O IRRESISTIVEL AVENTUREIRO
Um filme de Georges Lautner
Às 15.15 e 18.30 – Ultimas de
OS VAGABUNDOS DE NOVA IORQUE

LONDRES 801313

Av. de Roma, 7-A

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
Int. men. 18 anos
DE ROSE
Com Bette Midler e Alan Balef

MONUMENTAL 555131

P. Duque de Saldanha
Às 15.15, 18.15 e 21.15
Int. men. 13 anos
ALVORADA ZULU
Com Burt Lancaster e Peter O'toole

Às 24 horas no palco
NOITE DE ESTRELAS

MONTECARLO 681117

Av. Pedro Alvares Cabral, 37
Às 15.30, 18.30 e 21.45
Não acons. men. 18 anos
A CONSPIRAÇAO DO URÂNIO
Com Fabio Test, Herbet Fux e Janet Agren

MUNDIAL 538743

R. Martens Ferrão, 12-A

Às 14, 16.30, 19 e 21.30
Não acons. men. 13 anos
AMOR À PRIMEIRA DENTADA
Um filme de Stan Deagoti

NIMAS 574362

Av. 5 de Outubro, 42-B
Às 13.45, 16.15, 19 e 21.45
Interdito men. 18 anos
LA LUNA
Realizador: Bernardo Bertoluci
O filme terá inicio logo após o começo das sessões

NOVOCINE 840678

Av. General Roçadas, 7

Às 15.15 e 21.30
Int. men. 18 anos
TEMP E MASSACRE
Com Franco Nero

ODEON 328283/4

R. Condes, 12 a 20
Às 15.15, 18.15 e 21.30
Int. men. 13 anos
Rishi Kapoor, Ranjeeta em
UM AMOR ETERNO

PATHE 821933

R. Francisco Sanches, 122

ESTREIA às 21.30
Int. men. 13 anos
LUTA DE GIGANTES
Com Jannifer O'Neill, Chuck Norris e Glu Gulager

POLITEAMA 326305

R. Portas de St. Antão
Às 21.30 ESTREIA
Int. men. 13 anos
LUTA DE GIGANTES
Com Chuck Norris, Jannifer O'Neill e Clu Gulager

QUARTETO 771378

R. Flores Lima, 16

SALA 1 – 15.00 17.30, 20.30 e 23.00
ALL THAT JAZZ

SALA 2 – 14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00
ALL THAT JAZZ

SALA 3 – 14.30 17.00, 19.30, 22.00, 00.30
ALL THAT JAZZ

SALA 4 – 15.30, 18.00, 21.00, 23.30
ALL THAT JAZZ

RESTELO 610375

Av. Torre de Belém
Às 15.30 e 21.30
RECORDA O MEU NOME
C/Geraldine Chaplin e Anthony Perkins

ROMA 897778

Av. de Roma, Lote JRB
Às 15.30, 18.30 e 21.30
Não acons. m. 13 anos
AMOR À PRIMEIRA DENTADA
Drácula, o conde chupista, vai a Nova Iorque dos nossos dias, dar umas «dentadinhas» numas garotas...
Com George Hamilton e Susan Saint James

ROXY 548560

Av. Almirante Reis, 20
Às 21.30 ESTREIA
Não acons. men. 18 anos
SLITHIS – O MONSTRO

SAO JORGE 579144-579344

Av. da Liberdade, 175

Hoje às 21.30 ESTREIA
Excitante como o gume duma navalha
ANGUSTIA E OBSESSAO
Talia Shire e Joseph Cortese
Às 15.15 e 18.15
Ultimas
THE LONG RIDERS

SATELITE 562632

Av. Fontes Pereira de Melo, 61
4 sessões: 15, 17, 19 e 21.45
Int. men. 13 anos
UM PASSADO SIMPLES
Marie José Nat e Victor Lanoux

STAR 804210

Av. Guerra Junqueiro, 14-C

Às 14.30, 16.45, 19 e 21.30
Não acons. men. 18 anos
Uma comédia divertidissima...
UM CASAMENTO MUITO ORIGINAL
Com Perry King e Meg Foster
10.ª semana

TERMINAL 371573

Estação do Rossio

Às 11, 13, 15, 17, 19, 21.30 e 23.30
Não acons. men. 13 anos
KRAMER CONTRA KRAMER
Dustin Hoffman, Mery Streep
28.ª Semana de êxito

TIVOLI 570595

Av. da Liberdade, 188
14, 16.30, 19 e 21.30
não acons. men. 18 anos
Richard Gere, Lauren Hutton
Panavision
AMERICAN GIGOLO
um filme de paul Schrader
metrocolor
3.ª semana

VOX 880808

Av. Fr. Miguel Contreiras, Lote 879
Às 21.30 ESTREIA
Não acons. men. 13 anos
Ele vem aí! BELMONDO
O IRRESISTIVEL AVENTUREIRO
Com Jean Paul Belmondo

XENON 368480

Av. da Liberdade, 9
Às 14.15, 16.30, 19 e 21.30
ALVORADO ZULU
com Peter O'ttole e Burt Lancaster
Um filme espectacular
Int. men. 13 anos

teatros

VARIEDADES – «Não Deites Foguetes», às 20.30 e 22.45 (18 anos)

MONUMENTAL – «A Gravata», às 21.30 (13 anos)

TEATRO DA GRAÇA – «Slag», às 21.30 (18 anos)

BARRACA – «O Preto no Branco», às 21.30 (13 anos)

LAURA ALVES – «Um Zero à Esquerda», às 21.30 (13 anos)

MARIA MATOS – «A Ratoeira», às 21.45 (13 anos)

ADOQUE – «Chiça», às 20.30 e 23.00 (18 anos)

Outros Espectáculos Lisboa

CONDES – «O Irresistível Aventureiro», às 21.30 (13 anos)

CAPITOLIO – «Bacanais Escaldantes», às 19, 21 e 23 (18 anos)

OLIMPIA – «Conviver, Gozar... E Não Só!», sessões permanentes (18 anos)

PARIS – «O Profissional», às 21.30 (18 anos)

CINEARTE – «O Super Voador», às 21.30 (13 anos)

ROYAL – «O Expresso de Von Ryan», às 21.30 (13 anos)

PROMOTORA – «Com Jeito Vai...Pessoal, às 21.30 (13 anos)

LUMIAR – «Chamavam-lhe Califórnia», às 21.30 (13 anos)

outros cinemas

Linha de Cascais

ALGÉS – Stadium «Mulher Chata, Homem Sofre», 21.30 (13 anos)

ESTORIL – Casino – «Febre das Noites de Verão», 17, 21.15 (18 anos)
ESTORIL – Palácio – «Asas da Noite», 21.15 (13 anos)
CASCAIS – Oxford – «Alice», às 21.30 (13 anos)

Linha de Sintra

AMADORA – Lido – «O Circuito dos Campeões», 21.30 (13 anos)
AMADORA – Cine Estúdio «O Herói do Ano 2000», 21.30 (13 anos)
CACÉM – Estúdio Flores – «O Clã dos Sicilianos», 21.30 (13 anos)

Outra Banda

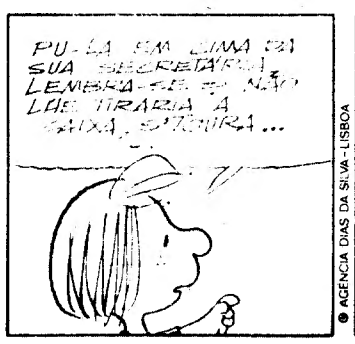
ALMADA – Incrível – «Blue Collar», 21.15 (13 anos)

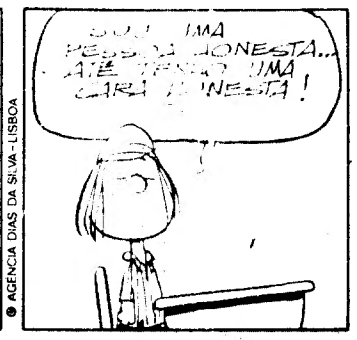
Porto

ODEON – «Algemas do Passado», às 21.30 (10 anos)
OLIMPIA – «Bermudas, Fossa de Tubarões», às 21.45 (13 anos)
RIVOLI – «Comandos: Operação Leonardo» 21.30 (13 anos)

LUMIERE – «O ABC do Amor», às 21.30 (18 anos)
JULIO DINIS – ««Superman», às 21.30 (13 anos)
SÁ DA BANDEIRA – «Self Service sexo» 21.30 (18 anos)
VALE FORMOSO – «Sexo por Medida», às 21.45 (18 anos)
ESTUDIO – «Missão Secreta», às 21.30 (13 anos)
TERÇO – «Discofever», às 21.30 (13 anos)
CHARLOT – «Com Jeito Vai... Inglaterra», às 21.30 (13 anos)
CHAPLIN – «O Inspector Martelada», às 21.30 (13 anos)
LUMIÈRE – «40 Idade Perigosa», às 21.45 (13 anos)
BATALHA – «O Inspector Martelada no Nilo», às 21.30 (13 anos)
TRINDADE – «All That Jazz», às 21.30 (13 anos).
BEBE – «A Força do Sexo Fraco», às 21.30 (13 anos)
AGUIA – «Amor à Primeira Dentada», às 21.30 (13 anos)
COLISEU – «S.O.S. Titanic», às 21.30 (13 anos).
FOCO – «American Gigolo», às 21.30 (18 anos)
SÃO JOAO – «Amor à Primeira Dentada», às 21.45 (13 anos)
PASSOS MANUEL – «Barbara», às 21.30 (13 anos)

MARQUISES
CAIXILUX
COMERCIO E INDUSTRIA DE ALUMINIOS LDA.
ORÇAMENTOS GRÁTIS
Escritórios e Salão de Exposição:
Rua Francisco de Holanda, 28-A
Tel. 77 76 39 – 76 05 83 – 76 22 68
1100 LISBOA





PORTE PAGO

DL

PROPRIEDADE, COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
RENASCENÇA GRÁFICA, SARL

Administração, Redacção, Serviços Técnicos e Publicidade: RUA LUZ SORIANO, 44 1200 LISBOA
Telefones 321154/5 – 320271/2/3
Publicidade – 368740

Agentes, Assinaturas e Contabilidade:
Rua Castilho, 185-1.º – 1100 LISBOA
Telefones 654531/2/3

Serviço de noite (depois das 21)
Porteiro – 321154
Redacção 320271/2/3
Mensagens gravadas 320229

Endereço Telegráfico DIBOA
Telex 12363 LISBOA PORTUGAL

DELEGAÇÃO DO PORTO Rua do Almada, 30-2.º
Telefones 20954/5 4000 PORTO

José Relvas

Continuação da pág. 1

de Manuel Teixeira Gomes, representante em Londres do novo regime, o nome de José Relvas, o lavrador-artista, o conspirador, o homem público, a quem foi cometida a tarefa árdua de representar a República em Madrid, na capital monárquica de uma Espanha que protegia, com a aquiescência do rei Afonso XIII, as conspirações contra o regime e o Estado portugueses.

As cartas inéditas de José Relvas ao ministro dos Negócios Estrangeiros, António Macieira, têm uma grande importância para compreendermos a acção prudente e brilhante de José Relvas em Madrid.

O «Diário de Lisboa» deve a possibilidade de as revelar aos seus leitores graças à amizade de um coleccionador que é um amigo do jornal, o sr. Américo Francisco Marques.

A dívida de 34 mil contos

Sá Carneiro "explica" em tribunal o que toda a gente já sabe

No 8.º Juízo Correccional da Boa-Hora não rebentou ontem uma «bomba», nem sequer um simples petardo de Carnaval.

Ao cidadão Francisco Sá Carneiro competia provar que nada deve ao Banco Espírito Santo, e carrear dados novos ao processo. Não só não o fez como – tudo o indica – confirmou involuntariamente o essencial das acusações contra ele lançadas pelo matutino «O Diário».

No exacto dia em que terminava o prazo para o fazer, os advogados de Sá Carneiro apresentaram em tribunal a sua resposta ao requerimento do director de «O Diário», subscrito pelo dr. Luso Soares, que visava provar o não pagamento à Banca de uma dívida que neste momento orçará os 34 mil contos.

Recorde-se que, por iniciativa de «O Diário», o processo está recheado de provas documentais que fortemente indiciam não só o «calote», mas até actividades fraudulentas, lesivas da Banca, destinadas a ocultar o não pagamento.

Objectivamente, a resposta dos patronos de Sá Carneiro, que o semanário «Tempo» hoje publica na íntegra com o beneplácito de «fontes próximas» do Primeiro-Ministro, vem confirmar a origem da dívida, d a sua tramitação posterior.

Sá Carneiro – infere-se do «articulado» – dedicou-se efectivamente à especulação bolsista nos meses que imediatamente antecederam o 25 de Abril, e, para o efeito, contraiu uma dívida junto do BESCL no montante de 7900 contos, titulada por aceites bancários.

Veio a Revolução, e a Bolsa encerrou. Carneiro, que desejava «retomar a sua vida política activa», teria então transmitido a dívida ao irmão Ricardo, com a «concordância» deste e do próprio banco. Os advogados esquecem-se, no entanto, de explicar como teria sido expressa a «concordância» do banco, como e por quem...

O «negócio» – lê-se ainda no documento – teria sido realizado em princípios de Maio de 1974. A partir de então, Sá Carneiro (Francisco) teria alijado a dívida para Sá Carneiro (Ricardo). Consciência limpa e mãos impolutas. O problema, agora, era com o irmão.

E, pois, o dr. Ricardo que vai «negociar» junto do BESCL o pagamento da dívida, propondo-se efectuar uma «dação em pagamento», que o banco teria aceite. Assim: entregava as acções em seu poder, e a dívida ficava saldada.

(Por este tempo, ainda pontificava no BESCL a família Espírito Santo e correligionários. A operação, no entanto, não seria possível, à face de uma deliberação da então Junta de Salvação Nacional, que vedava os negócios com acções).

O banco – diz Sá Carneiro, Primeiro-Ministro – teria concordado, dando a dívida como extinta. Os aceites, devidamente inutilizados, foram entregues a Ricardo. Todavia – reconhece o documento –, o BESCL, após a nacionalização, adquiriu a convicção de que a dívida continuava por pagar... e intimou Ricardo para que o fizesse.

O «articulado» dos advogados de Sá Carneiro (Francisco) desdobra-se depois numa série de factos que comprovariam ter sido efectuada nova «dação em pagamento», já em 1979, confirmando deste modo, involuntariamente, a irregularidade da anterior (cinco anos antes).

Como curiosidade, note-se que Sá Carneiro requer, em seu abono e para prova dessas operações, a inquirição dos actuais gestores do BESCL, todos eles nomeados há cerca de dois meses, já depois de iniciado o processo. Aqueles que tiveram (ou estavam em condições de ter tido) conhecimento directo do negócio ficam de fora.

Da fragilidade deste documento nos falam nesta mesma edição dois distintos advogados de Lisboa: os drs. Olindo de Figueiredo e Luís Azevedo. Parece não haver dúvidas que os factos agora aduzidos não são novos, e que Sá Carneiro não junta provas convincentes da sua inocência, nem dá solução cabal às controversas questões técnico-jurídicas que o processo levanta.

Vistas do processo foram hoje facultadas

O solicitador Bento Ramalho teve esta manhã acesso à contestação apresentada pelos advogados de Sá Carneiro relativa às acusações que lhe haviam sido formuladas e que são conhecidas pelo título genérico de «Watergate português».

As vistas daquele processo tinham ontem sido recusadas ao mesmo solicitador, pelo escrivão do 8.º Juízo Correccional de Lisboa, após pressões desenvolvidas no local, por um dos advogados do actual Primeiro-Ministro. Hoje, contudo, já na posse do delegado daquele juízo, a contestação foi facultada e, ao que julgamos saber, condiz com a transcrição feita pelo semanário «Tempo» e da qual demos notícia nesta edição.

Juntamente com esta contestação encontrava-se, tanto quanto nos foi possível apurar, uma carta do Banco Espírito Santo em que se procurava regularizar o processo de dação de acções que, aliás, é referido no documento ontem entregue.

Miguel Urbano ao "DL"

"Confirmam-se afirmações do "diário"

«O documento dos advogados de Sá Carneiro confirma que até hoje não foi pago um único tostão da dívida dos irmãos Sá Carneiro, e que foram praticadas fraudes para a encobrir, envolvendo também elementos do BESCL», declarou ao nosso jornal o director de «o diário».

Explicitando este ponto de vista, Miguel Urbano Rodrigues disse-nos que a «resposta» de Sá Carneiro confirma a dívida contraída junto da Banca, e que o dinheiro se destinava a jogar na bolsa. Tal como «o diário» noticiara, a dívida foi depois transferida de Francisco para Ricardo, «mas não é apresentada uma única prova» do negócio.

Miguel Urbano assinala que o documento reconhece a devolução dos aceites bancários, a qual foi totalmente irregular, bem como a nulidade de uma primeira dação em pagamento.

Mais: «confirma-se a transferência dos débitos da conta do Porto para Lisboa, transferência fraudulenta, com a ridícula desculpa de que essa operação foi feita nas suas costas, embora em seu evidente benefício!»

Segundo apurámos, «o diário» vi apresentar dentro de dias nova queixa-crime contra Francisco de Sá Carneiro.

Maiores suspeitas

Continuação da pág. 1

de Sá Carneiro e ao irmão, na medida em que nenhum possuidor de acções caucionadas por empréstimo bancário conseguiu pagar esses empréstimos com transmissão singular de dívida. Eu próprio, na minha vida profissional tenho experiência disso.

A transmissão singular da dívida teria de ser formalizada. Não basta vir dizer-se que o banco a aceitou. Como é que aceitou? Através de que decisão? Como é que o banco acautelou os seus interesses, ao «aceitar» a transmissão da dívida de um devedor para outro devedor? São aspectos que estão perfeitamente omissos neste caso.

Quanto ao problema da dação em pagamento, saber se era juridicamente válida ou não é um problema de carácter jurídico, mas que não tem nada a ver com o fundo da questão. E tanto assim é que os próprios interessados reconheceram que a dação em pagamento não era válida, e tentaram repetir a operação já em 1979, com outra dação em pagamento, agora só com os títulos de Ricardo Sá Carneiro.

Penso que este requerimento dos advogados de Sá Carneiro é, no fundo, a confirmação da tentativa de não pagamento da dívida, pois os títulos não tinham valor na altura. Com efeito, ninguém conseguia fazer dinheiro com os títulos que tinha em carteira.

E preciso conhecer todo o condicionalismo que se verificou no Banco, quem foram as pessoas do banco que realizaram estas operações. O documento não dá o mínimo esclarecimento, mantém-se na obscuridade através de uma entidade abstracta que é o «Banco». O que é o Banco? O Banco são mil e quinhentos funcionários? E o Conselho de Gestão, é um dos elementos do Conselho de Gestão? O Conselho de Gestão tomou alguma decisão sobre isto? Há actas das decisões? Um membro do Conselho de Gestão tem poder de decisão para, por si só, resolver problemas deste tipo? E uma série de interrogações que se põem quando se lê este requerimento.

Olindo de Figueiredo – Esta resposta vem confirmar na totalidade aquilo que foi imputado. A história feita pelo «o diário» no seu requerimento para produção de prova está aqui, plenamente confirmada. Agora, há que fazer uma interpretação jurídica. Se isto tudo que se diz neste articulado de Sá Carneiro, foi feito correctamente e de harmonia com as disposições legais. Ainda que não conheça bem a legislação que regula este caso, estou convencido que isto é manifestamente irregular.

A irregularidade começa logo na transmissão da dívida de um devedor para outro com o apoio do banco, o que está perfeitamente fora daquilo que conheço de toda a técnica bancária.

Como a dívida foi contraída através de aceites bancários, tinha de haver uma formalização desta transmissão da posição de devedor.

Depois, não pode haver uma dação em pagamento com títulos que ninguém pode negociar. Ainda que se diga no «Diário de Notícias» que a publicação daquela determinação foi da Junta de Salvação Nacional, não há dúvida nenhuma que houve uma paralisação na transmissão das acções. De qualquer modo é reconhecida a irregularidade disto tudo em 1979. Quando se formaliza esta operação já se está a cometer uma ilegalidade, porque não se pode atribuir efeitos retroactivos a esta formalização.

Independência e intervenção

Continuação da pág. 1

nos limites dessa influência, na tarefa colectiva de modelação da vida social e de educação (cultural e cívica) dos homens.

Assim, o jornalista é solidário da responsabilidade informativa e formativa do jornal. Não lhe é consentida a indiferença nos grandes debates que decidem do presente e do futuro da sociedade em que vive, que decidem da vida e da liberdade dos homens que são seus leitores, seus concidadãos, seus compatriotas.

Não ser um jornal de partido, não é a mesma coisa do que ser um jornal que, nos grandes debates nacionais, não toma partido, não tem opinião. São os problemas mesmos, os da poalha do quotidiano e os que emergem dos debates cruciais, que impõem uma tomada de posição. A sorte de um marginal é um problema social, como é um problema social a conduta individual de um homem político. E é nos momentos de crise, nos momentos em que há risco de ruptura e que implicam uma decisão, que o leitor procura no seu jornal uma voz conhecida que responda à sua voz que interroga. O jornal é um diálogo. O leitor deverá estar sermpre presente. Em frente, ao lado do jornalista quando este escreve. A redacção, como colectivo de trabalho, escreve o jornal, mas a pensar nos leitores, a dialogar com os leitores.

Num longo percurso, iniciado nos anos 20, tão distantes já e tão diferentes destes nossos dias, o «Diário de Lisboa», passando por fases distintas, foi capaz de vencer inércias, de ultrapassar fixações, de acompanhar o movimento da sociedade portuguesa, de ser actual. Tomando partido, mas não tendo partido, foi capaz de intervir. Foi capaz de ser o fomentador de um diálogo, a expressão de um diálogo com os leitores.

A nossa intervenção na campanha eleitoral é a prova dessa dupla compreensão do papel do jornal e da função do jornalista. Acompanhamos, com um eforço pessoal e material a que muitos rendem justiça, a campanha das grandes forças que disputam o voto do eleitorado. Ao serviço dos leitores, para esclarecimento dos leitores. Não nos move o propósito de servir os vários partidos, de lisonjear governantes ou homens políticos, de nos colarmos aos senhores da hora ou de conquistar as graças dos prováveis vencedores.

Não ignoramos a existência das formações políticas de mais reduzida dimensão, ou as que não têm presença parlamentar nem possibilidade presumível, de virem a conquistar um lugar na Assembleia da República. Mas não é sobre elas que os leitores nos interrogam. E é aos nossos leitores que devemos responder.

Reconhecemos que projectos políticos, acaso lúcidos e generosos, são condenados ao silêncio. Mas numa eleição que pode decidir do futuro político de um povo, as linhas de debate fundamentais não poderão ser enleadas nas meadas das pregações só contestatárias e resignadamente futurantes.

Há aqui uma margem de injustiça possível, de tácita e involuntária cumplicidade com uma fixidez político-institucional, de que não somos responsáveis. Para o jornal, se a independência a que se vincula é razão de abertura dialogante com todos, a própria condição da ligação aos leitores, do diálogo com os leitores, é condição determinante de uma atitude selectiva.

Não se trata de discriminação política contra alguns, mas de responsabilidade política exercida a favor de muitos. Se Abril é posto em causa, directamente e indirectamente, a nossa independência não é apartidária e a nossa isenção não toma como exemplo um tal Poncio Pilatos, procurador romano na Judeia.

CASA DA SORTE

Informação dos números mais premiados na extracção de hoje da LOTARIA NACIONAL:

1.º PREMIO – 46 392 – 30000 CONTOS
2.º PREMIO – 4 956 – 6000 CONTOS
3.º PREMIO – 41 533 – 3000 CONTOS

O 3.º prémio foi vendido aos balcões da CASA DA SORTE

Consulte a Lista Oficial e habilite-se para a próxima extracção. aos balcoes da CASA DA SORTE em LISBOA - PORTO - COIMBRA - BRAGA - SETUBAL - FARO

OUTROS PRÉMIOS

APROXIMAÇÕES AO 1º PRÉMIO

46.391 – 439.920300
46.393 – 439.920300

PRÉMIOS DE 120 CONTOS

2.490; 4.224; 4.752; 5.115; 5.391; 6.284; 10.321; 12.386; 13.401; 13.599; 14.935; 16.356; 16.509; 19.219; 19.271; 24.361; 28.377; 28.530; 28.998; 29.563; 29.880; 32.148; 32.631; 33.747; 37.544; 38.734; 41.376; 44.772; 46.132; 48.522; 48.816; 50.832; 52.763; 55.898; 56.156; 58.475; 60.533; 60.729; 62.686; 64.149; 64.150; 65.080; 68.596; 69.315e 69.814.

PRÉMIOS DE 6.000300 (CENTENAS)

4.901 a 5.000; 41.501 a 41.600 e 46.301 a 46.400

PRÉMIOS AOS ALGARISMOS FINAIS

Todos os números cujos três algarismos finais sejam 647 são premiados com 18.000300, em cada bilhete; com 14.640300 são premiados os que terminem em 392; e com 12.000300 os terminados em 086, 248, 398, 403, 533, 569, 580, 633, 723, 887 ou 956. Por sua vez, os números cujos dois algarismos finais sejam 18 ou 47 são contemplados com 6.000300. Os restantes números cujo último algarismo – "terminação" – seja 2, têm direito ao prémio de 2.640300, também em cada bilhete. O direito aos prémios prescreve no próximo dia 2 de Abril de 1981.

ESTA INFORMAÇÃO NÃO DISPENSA A CONSULTA DA LISTA OFICIAL

Lisboa, 2 de Outubro de 1980